



CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
Programa de Pós-Graduação em Geografia  
Cursos de Mestrado e Doutorado

CARLOS ALBERTO DUARTE DE SOUZA

A VIOLÊNCIA CRIMINOSA NA CIDADE DO RECIFE-PE  
ENTRE 1980 A 2018: DAS RECONFIGURAÇÕES  
NO ESPAÇO URBANO À PSEUDO-SEGURANÇA

RECIFE  
2022

CARLOS ALBERTO DUARTE DE SOUZA

A VIOLÊNCIA CRIMINOSA NA CIDADE DO RECIFE-PE  
ENTRE 1980 A 2018: DAS RECONFIGURAÇÕES  
NO ESPAÇO URBANO À PSEUDO-SEGURANÇA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em geografia. Área de concentração: regionalização e análise regional.

**Orientador:** Prof. Dr. Alcindo José de Sá

RECIFE  
2022

Catálogo na Fonte  
Bibliotecário: Rodrigo Leopoldino Cavalcanti I, CRB4-1855

S729v Souza, Carlos Alberto Duarte de.  
A violência criminosa na cidade do Recife-PE entre 1980 a 2018 :  
das reconfigurações no espaço urbano à pseudo-segurança / Carlos  
Alberto Duarte de Souza. – 2022.  
199 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Alcindo José de Sá.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.  
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2022.

Inclui referências, apêndice e anexos.

1. Geografia. 2. Espaço urbano. 3. Pseudo-segurança. 4. Recife  
(PE) . 5. Medo. 6. Violência urbana. I. Sá, Alcindo José de (Orientador).  
II. Título.

910 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2023-098)

CARLOS ALBERTO DUARTE DE SOUZA

A VIOLÊNCIA CRIMINOSA NA CIDADE DO RECIFE-PE  
ENTRE 1980 A 2018: DAS RECONFIGURAÇÕES  
NO ESPAÇO URBANO À PSEUDO-SEGURANÇA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em geografia. Área de concentração: regionalização e análise regional.

Aprovada em: 22/08/2022.

**BANCA EXAMINADORA:**

Prof. Titular Dr. Alcindo José de Sá (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Prof. Dr. Aiala Colares de Oliveira Couto (Examinador Externo)  
Universidade do Estado do Pará – UEPA

Prof. Dr. Paulo Rogério de Freitas Silva (Examinador Externo)  
Universidade Federal de Alagoas – UFAL

Prof. Dr. Paulo Sérgio Cunha Farias (Examinador Externo)  
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

Prof. Dr. Santiago Andrade VAsconcelos (Examinador Externo)  
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: 680, ano: 2022, tipo: ATA DE APROVACAO, data de emissão: 06/12/2022 e o código de verificação: f3e72e800b

*Dedicatória*

*A minha família, especialmente a minha mãe,  
**Ana Glória Duarte de Souza,**  
exemplo de força e a mulher mais  
“arrojada” que conheço.*

## AGRADECIMENTOS

Considera-se aqui a parte mais fácil deste trabalho, o ato de agradecer aqueles que, diretamente ou indiretamente, possuem influência sobre esta pesquisa e acredito que se torna pequeno apenas a menção aqui exposta.

Inicialmente, gostaria de agradecer às condições da vida, por elas terem sido favoráveis a diversas questões, incluindo, claro, a feitura do doutorado e a conclusão deste trabalho. Mesmo que tais condições possuam marcas que trazem vivências em espaços diversos, que tornem o caminho para certos desejos mais longo e exija mais esforço; marcas de algumas ausências que temperaram a impaciência e promoveram desconfortos, marcas das conquistas, dos momentos em família, dos risos com os amigos, da cobrança nos trabalhos, do aprendizado que a vida rotineiramente promove; as marcas dos momentos ruins e reflexivos e das coisas boas. As estas tão comuns e humanas condições, o meu obrigado e a torcida pela continuidade duradoura de muitas delas.

Dentro disto, destaco o meu agradecimento a três esferas: a **família**, os **amigos** e as **instituições**. Na primeira, por ter na união, no respeito, no amor e em princípios que se aproximam da ética, a base que ajudou e ajuda a lidar com a vida; aqui incluo os parentes sanguíneos e aquele que escolhi para comigo ser família: Roberto Souza. Na segunda, por contar com o apoio, com as discussões, com as diversas contribuições e pelo fato de simplesmente existirem. Os amigos são seres que promovem um enorme bem-estar! Nossas saídas, conversas, risadas, momentos etílicos, entre tantos outros, trazem leveza e nos reenergiza. A eles que se fazem presente (perto ou não), que decoram a minha vida, meu muito obrigado!

A terceira esfera (as instituições), início pelo meu local de trabalho: O Instituto JCPM. Apesar de não ter relação direta com o objeto de minha pesquisa; as minhas atribuições nesse espaço, as relações, o cotidiano, as trocas existentes permitiram acúmulo de conhecimento e repertório para auxiliar na construção dos demais projetos de vida, entre eles, o doutorado. À UFPE, precisamente, aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), pelas indicações de leitura e discussões nas disciplinas, ao orientador Prof. Dr. Alcindo José de Sá por contribuir no desenvolvimento do trabalho e insistir para minha manutenção/conclusão no curso (eu cheguei a desistir do doutorado, ele mesmo respeitoso a minha decisão, manteve-se atento e conseguiu que eu retomasse nesse momento final). Aos queridos

professores: Dr. Paulo Sérgio (UFCEG), Dr. Aila Colares (UEPA), Prof. Dr. Paulo Rogério de Freitas (UFAL) e Prof. Dr. Santiago Vasconcelos (UFCEG), meus sinceros agradecimentos pelas contribuições realizadas na qualificação. Parte da forma como esse trabalho apresenta-se é em função do olhar de vocês, também.

À Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (SDS/PE) pela liberação de dados que permitiram a análise da área pesquisada, a Secretaria de Controle, Desenvolvimento Urbano e Obras da Prefeitura da Cidade do Recife (PCR), por ceder mapeamento e cartografia temática referente a cidade do Recife; a plataforma Digital colaborativa Fogo Cruzado, que realiza um trabalho de mapeamento de dados acerca da violência criminosa. Através da disponibilidade dos dados por bairros, é que foi possível ter uma possibilidade comparativa das informações. A Obra Social Santa Maria (OSSAM), especialmente a Tania Mendes e Ir. Sofia pela contribuição na minha formação de valores.

Um especial agradecimento as 941 pessoas residentes na cidade do Recife, que participaram da pesquisa (formulário até cansativo). Sem o auxílio da percepção de vocês acerca do objeto de estudo aqui proposto, a elaboração dessa tese não seria possível. A todos, meu muito obrigado.

## RESUMO

A violência tem se apresentado como algo rotineiro, especialmente nos grandes centros urbanos. Como sabido, existem formas diversas da violência e certos aspectos promovidos por ela são imensuráveis. Essa subjetividade levou o presente trabalho a considerar a perspectiva da violência criminosa como aquela que causa dano a outro; e, como “quantificador” de sua atuação, os números de homicídios e/ou crimes violentos letais intencionais. A ideia central é perceber como essa violência atuou na cidade do Recife-PE entre os anos de 1980 e 2018, tendo o medo difundido na população pelos meios de comunicação, influenciando na reconfiguração do espaço urbano; lendo-se que, como consequência, o espaço materializa o sentimento do medo em novos arranjos, atribuindo-lhe uma nova configuração. Esse combo de elementos impulsiona a necessidade de proteger-se e defender o patrimônio. A tese perpassa justamente no sentido de que a segurança promovida não ultrapassa o sentimento e/ou percepção de insegurança, causando o que busco chamar de “pseudo-segurança”. Independente do volume, qualidade, sofisticação de itens de segurança e da localização, o indivíduo ainda continua com a sensação de insegurança e mantém-se em estado de alerta quase que permanentemente. Em outras palavras, a sociedade apresenta respostas ao cenário colocado como violento e inseguro, mudando a forma de suas residências, agregando apetrechos de segurança, locomovendo-se com cuidado; o poder público investe em policiamento, aparelhamento e proteção do patrimônio e, mesmo assim, para 78% das pessoas da cidade do Recife, há permanência da sensação de medo. Para embasar o trabalho, coloca-se, no início, como a Geografia contribui na análise de fenômenos violentos e os conceitos de violência e medo, bem como o que se compreende como “pseudo-segurança”. Na sequência, para caracterizar um pouco a leitura do medo da violência criminosa, consideraram-se, dentro do recorte temporal mencionado, a verificação em âmbitos nacional, estadual e municipal, passagens em jornais diversos, diários oficiais, sites de governos, livros e artigos da área que demonstrassem os acontecimentos violentos da época. Esse material permitiu inferir e afirmar questões que, de certa forma, implicaram na forma como a sociedade percebia e organizava-se diante desses fatos. Para finalizar e arrematar a ideia, apresentam-se, no último capítulo, os resultados da coleta de 941 instrumentos aplicados em bairros diversos da cidade do Recife-PE. Tal material permitiu inferir e afirmar, minimamente, acerca

da percepção dos moradores da cidade sobre violência, medo e segurança, bem como ela reestrutura-se diante desses elementos. Ainda, apresentam-se os dados do Instituto Fogo Cruzado, que aponta sobre como as ocorrências violentas ocorrem por bairros. Obviamente, fez-se uso das informações oficiais prestadas pelos órgãos oficiais. A partir da análise dos dados e da verificação *in loco*, verificaram-se pistas que demonstram as particularidades espaciais, podendo, assim, fazer uma relação entre a psicosfera (lugar da produção de um sentido. No caso, o medo da violência criminosa) e tecnosfera (mundo dos objetos. A reconfiguração do espaço pelos aparatos e estratégias de segurança) promulgadas por Santos (1997). O trabalho, além do exposto, buscou, igualmente, aproximar o nível de compreensão espacial à realidade urbana, com a clareza do dinamismo e das rápidas mudanças e, sem grandes pretensões, apresentar uma perspectiva de olhar sobre a reconfiguração urbana em função de uma segurança que atende apenas os anseios de certos segmentos econômicos, mas não entrega o bem-estar de viver em um local que seja bom, justo e seguro para todos.

Palavras-chave: espaço urbano; pseudo-segurança; Recife; medo e violência.

## ABSTRACT

Violence has become routine, especially in large urban centers. As is known, there are different forms of violence and certain aspects promoted by it are immeasurable. This subjectivity led the present work to consider the perspective of criminal violence as that which causes damage to another; and, as a “quantifier” of its performance, the numbers of homicides and/or intentional lethal violent crimes. The central idea is to understand how this violence acted in the city of Recife-PE between the years 1980 and 2018, with fear spread in the population by the media, influencing the reconfiguration of the urban space; reading that, as a consequence, the space materializes the feeling of fear in new rearrangements, giving it a new configuration. This combo of elements drives the need to protect oneself and defend heritage. The thesis runs precisely in the sense that the security promoted does not go beyond the feeling and/or perception of insecurity, causing what I seek to call “pseudo-security”. Regardless of the volume, quality, sophistication of security items and location, the individual still feels insecure and remains in a state of alert almost permanently. In other words, society responds to the scenario portrayed as violent and unsafe, changing the shape of their homes, adding safety equipment, moving carefully; the government invests in policing, equipping and protecting property and, even so, for 78% of people in the city of Recife, there is a permanence of fear. To base the work, it is placed, at the beginning, how Geography contributes to the analysis of violent phenomena and the concepts of violence and fear, as well as what is understood as “pseudo-security”. Next, to characterize the reading of the fear of criminal violence a little, within the aforementioned time frame, verification at the national, state and municipal levels, passages in various newspapers, official journals, government websites, books and articles were considered. of the area that demonstrate the violent events of the time. This material made it possible to infer and affirm issues that, in a way, implied the way society perceived and organized itself in the face of these facts. To finalize and round off the idea, the results of the collection of 941 instruments applied in different neighborhoods of the city of Recife-PE are presented in the last chapter. Such material allowed inferring and affirming, at the very least, about the perception of the city's residents about violence, fear and security, as well as how it restructures itself in the face of these elements. Also, data from the Fogo Cruzado Institute are presented, which points out how violent occurrences occur by

neighborhoods. Obviously, official information provided by official bodies was used. From the analysis of the data and the verification in loco, clues were found that demonstrate the spatial particularities, thus being able to establish a relationship between the psychosphere (place of production of meaning. In this case, the fear of criminal violence) and the technosphere (world of objects. The reconfiguration of space by devices and security strategies) enacted by Santos (1997). The work, in addition to the above, also sought to bring the level of spatial understanding closer to the urban reality, with the clarity of dynamism and rapid changes and, without great pretensions, to present a perspective of looking at the urban reconfiguration in terms of security. that only meets the wishes of certain economic segments, but does not deliver the well-being of living in a place that is good, fair and safe for everyone.

Keywords: urban space; pseudo-security; Recife; fear and violence.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01	Organograma sobre a violência	40
FIGURA 02	Esquema linear de espaços com pseudo-segurança	56
FIGURA 03	Evolução dos homicídios no país por 100.000 habitantes entre 1980 a 2018	63
FIGURA 04	Epítome de capas que ilustram o cenário violento e os fatos marcantes entre os anos de 1980 a 2018	74
FIGURA 05	Propaganda de objetos de defesa pessoal	81
FIGURA 06	Relação entre o número de homicídios em Pernambuco entre o período de 2008 a 2018 e os gastos com a Secretaria de Defesa Social – SDS	95
FIGURA 07	Demonstração da violência criminosa e as ações públicas em manchetes de jornais entre o período de 2000 a 2018	99
FIGURA 08	Jornais e diários oficiais sobre violência, criminalidade e segurança no Recife entre 1980 a 2018	103
FIGURA 09	Total de moradores participantes na pesquisa por bairro na cidade do Recife/PE	114
FIGURA 10	Representação dos bairros mais violentos da cidade do Recife conforme percepção dos participantes na pesquisa	121
FIGURA 11	Representação dos bairros mais seguros da cidade do Recife conforme participantes da pesquisa	122
FIGURA 12	Representação da sensação de segurança por bairros da cidade do Recife conforme participantes da pesquisa	132
FIGURA 13	Representação da sensação de insegurança por bairros da cidade do Recife conforme participantes da pesquisa	133
FIGURA 14	Ocorrências violentas por bairros da cidade do Recife entre 2018 e 2020	138
FIGURA 15	Mortes violentas de civis por bairros da cidade do Recife entre 2018 e 2020	139

FIGURA 16	Bairros com alto, médio e baixo número de homicídios e ocorrências violentas na cidade do Recife	140
FIGURA 17	Representação do bairro do Cohab na cidade do Recife/PE	141
FIGURA 18	Representação do bairro do Ibura na cidade do Recife/PE	143
FIGURA 19	Representação do bairro do Pina na cidade do Recife/PE	145
FIGURA 20	Representação do bairro da Várzea na cidade do Recife/PE	147
FIGURA 21	Representação do bairro da Imbiribeira na cidade do Recife/PE	148
FIGURA 22	Representação do bairro de Nova Descoberta na cidade do Recife/PE	150
FIGURA 23	Representação do bairro de Jardim São Paulo na cidade do Recife/PE	151
FIGURA 24	Representação do bairro do Barro na cidade do Recife/PE	152
FIGURA 25	Representação do bairro de Torrões na cidade do Recife/PE	153
FIGURA 26	Representação do bairro de Campo Grande na cidade do Recife/PE	154
FIGURA 27	Representação do bairro Ponto de Parada na cidade do Recife/PE	156
FIGURA 28	Representação do bairro Pau-Ferro na cidade do Recife/PE	157
FIGURA 29	Representação o do bairro do Derby na cidade do Recife/PE	158
FIGURA 30	Representação do bairro do Paissandu na cidade do Recife/PE	159
FIGURA 31	Representação do bairro da Jaqueira na cidade do Recife/PE	160
FIGURA 32	Arquitetura das residências de alta, média e baixa ocorrências violentas na cidade do Recife-PE	163

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01	Número de homicídios no Brasil entre 1980 a 2018	67
GRÁFICO 02	Relação entre taxas de homicídios e analfabetismo no Brasil entre 1980 a 2000	71
GRÁFICO 03	Taxa anual de homicídios no Brasil por 100 mil habitantes	75
GRÁFICO 04	Número de homicídios em Pernambuco entre 1980 a 2018	78
GRÁFICO 05	Número de Crimes Violentos Contra o Patrimônio em Pernambuco entre 2011 a 2018	87
GRÁFICO 06	Evolução dos homicídios (CVLI) na cidade do Recife-PE entre 1980 e 2018	101
GRÁFICO 07	Total de moradores participantes na pesquisa por sexo e faixa etária	117
GRÁFICO 08	Percepção dos participantes na pesquisa sobre a violência na cidade do Recife-PE e os motivos	119
GRÁFICO 09	Percepção dos moradores participantes na pesquisa em relação a sua sensação de segurança	124
GRÁFICO 10	Ocorrências violentas por turno na cidade do Recife-PE entre o período de 2018 a 2020	125
GRÁFICO 11	Aparatos de segurança presentes nas residências dos participantes da pesquisa em Recife-PE	126
GRÁFICO 12	Vitimização dos participantes e/ou conhecidos em ato criminoso na cidade do Recife-PE	129

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 01	Síntese sobre os principais pontos abordados no conceito de violência por alguns autores	44
QUADRO 02	Evolução dos homicídios por Região do Brasil entre 2011 e 2018 por 100 mil habitantes	76
QUADRO 03	Valores dos custos efetivados com segurança pública no Brasil e em Pernambuco	89
QUADRO 04	Investimentos do Pronasci e em Segurança Pública em nível nacional e no Estado de Pernambuco entre 2008 e 2010	93
QUADRO 05	Efetivo policial de Pernambuco em atividade - ano base 2019	96
QUADRO 06	Proporção entre efetivo polícia militar e população por Região do Brasil - Ano Base 2014	96
QUADRO 07	Resultado/Resumo desempenho em segurança da cidade do Recife em 2014/2015	110
QUADRO 08	Afirmação dos pesquisados sobre a vitimização em atos criminosos na cidade do Recife-PE	128
QUADRO 09	Número de homicídios e ocorrências violentas por bairro entre 2018 a 2020	136
QUADRO 10	Números de mortes violentas registradas anualmente pela SDS e o IFC no período de 2018 a 2020	144
QUADRO 11	Percentual da população entrevistada sobre percepção da violência, segurança e uso dos aparatos de proteção	164

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGB	Associação dos Geógrafos Brasileiros
AIS	Áreas Integradas de Segurança
ALEPE	Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
BR	Brasil
Celpe	Companhia Energética de Pernambuco
CGPLAN/MJ	Coordenação Geral de Planejamento do Ministério da Justiça
CID	Classificação Internacional de Doenças
Cipec	Centro Integrado de Pesquisa e Comunicação
CLI	Crimes Letais Intencionais
Cohab	Companhia de Habitação Popular
Compaz	Centros Comunitário da Paz
Compesa	Companhia Pernambucana de Saneamento
Condepe/Fidem	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco
Conderm	Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPRM	Comando de Policiamento da Região Metropolitana
CV	Comando Vermelho
CVLI	Crimes Violentos Letais Intencionais
CVP	Crimes Violentos contra o Patrimônio
DAL	Delegacia de Assaltos e Latrocínios
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
Detran	Departamento de Trânsito
DIRMAM	Diretoria de Meio Ambiente
DIRURB	Secretaria de Controle, Desenvolvimento Urbano e Obras
DO	Diário Oficial
DP	Diário de Pernambuco
EUA	Estados Unidos da América
FP	Folha de Pernambuco
Gajop	Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares
GGI	Gabinete de Gestão Integrada
GGIM	Gabinetes de Gestão Integrada Municipais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ibope	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFC	Instituto Fogo Cruzado
Infopol	Sistema de Informações Policiais
JC	Jornal do Commercio
MNMMR	Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração de Crescimento
PCC	Primeiro Comando da Capital
PCR	Prefeitura da Cidade do Recife
PE	Pernambuco
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPV	Pacto Pela Vida
Proerd	Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência
Pronasci	Programa Nacional de Segurança Pública
RD	Região de Desenvolvimento
RMR	Região Metropolitana do Recife
RPA	Região Político Administrativa
SDS	Secretaria de Defesa Social
Senasp	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SEPLAG	Secretaria de Planejamento e Gestão SIM - Subsistema de Informação sobre Mortalidade
Spurb	Secretaria de Política Urbana
SSP	Secretaria de Segurança Pública
SUS	Sistema Único de Saúde
SUSP	Sistema Único de Segurança Pública
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>18</b>
<b>2</b>	<b>CAPÍTULO 1: A GEOGRAFIA, A VIOLÊNCIA, O MEDO E A PSEUDO-SEGURANÇA</b> .....	<b>26</b>
2.1	A GEOGRAFIA COMO PERSPECTIVA DE ANÁLISE DE FENÔMENOS VIOLENTOS .....	27
2.2	VIOLÊNCIAS E BREVES COLOCAÇÕES CONCEITUAIS .....	36
2.3	APONTAMENTOS SOBRE O MEDO E SUAS IMPLICAÇÕES (SOCIAIS E NO ESPAÇO) .....	47
2.4	PSEUDO-SEGURANÇA: ARRISCANDO UM CONCEITO .....	53
<b>3</b>	<b>CAPÍTULO 2: VIOLÊNCIA CRIMINOSA E MEDO DIFUSO: CONSTRUÇÃO DA INSEGURANÇA EM QUATRO DÉCADAS</b> .....	<b>58</b>
3.1	BREVE CONTEXTO NACIONAL E ESTADUAL ACERCA DA VIOLÊNCIA ENTRE 1980-2018 .....	60
3.1.1	<b>Brasil, mostra tua cara</b> .....	61
3.1.2	<b>Pernambuco: nova Roma de bravos guerreiros</b> .....	77
3.1.3	<b>Segurança Pública: Uma síntese do Pronasci (BR) e do Pacto pela Vida (PE)</b> .....	89
3.2	EPÍTOME DA VIOLÊNCIA NO RECIFE ENTRE 1980 E 2018 .....	101
<b>4</b>	<b>CAPÍTULO 3: O QUE DIZEM OS RECIFENSES?</b> .....	<b>113</b>
4.1	ASPECTOS GERAIS DOS ENTREVISTADOS .....	116
4.2	A PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO SOBRE O MEDO DA VIOLÊNCIA CRIMINOSA .....	118
4.2.1	<b>Bairros com alto, médio e baixo percentual de violência criminosa</b> .....	135
4.3	EM QUALQUER LUGAR: PSEUDO-SEGURANÇA .....	162
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>167</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>173</b>
	<b>APÊNDICE A – TABULAÇÃO DA PESQUISA DE PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO SOBRE A VIOLÊNCIA CRIMINOSA NA CIDADE DO RECIFE-PE</b> .....	<b>183</b>
	<b>ANEXO A - TABULAÇÃO DOS DADOS DO INSTITUTO FOGO CRUZADO (2018-2020) - REGISTROS DE MORTES VIOLENTAS DE CIVIS POR BAIRRO</b> .....	<b>196</b>
	<b>ANEXO B - TABULAÇÃO DOS DADOS DO INSTITUTO FOGO CRUZADO (2018-2020) - REGISTROS DE OCORRÊNCIAS VIOLENTAS POR BAIRRO</b> .....	<b>198</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Maria, 42 anos, é faxineira numa loja no centro da cidade. De segunda a sexta, precisa sair do seu bairro (Cohab | Recife/PE) para ir ao trabalho. É a única de sua casa, em que residem 06 pessoas, que possui renda. Pedro é médico recém-formado, mora em Boa Viagem e precisa ir duas vezes na semana dar plantão em um hospital municipal. Filho de pais médicos, veio a ter contato com realidades diferentes - de forma recorrente - a partir de seus plantões no hospital público. Gabriela é aluna secundarista, reside relativamente próximo à escola e, com isso, faz o percurso a pé. Muitas vezes, em seu caminho, conta com a companhia de amigos. Pablo, 27 anos, militante das causas sociais, reside no bairro dos Coelhos, uma área de baixa renda da cidade do Recife. Trabalha em um ONG que atua com formação para jovens, visando ampliar perspectivas e oportunidades de inserção no mercado formal de trabalho.

Apesar dos nomes não serem os reais, as sínteses sobre os personagens são. O que eles possuem em comum? O fato de residirem em centro urbano (no caso, na cidade do Recife-PE) e já passarem e/ou presenciarem situações de violência criminosa. As realidades deles, apesar de distintas, unificam-nos no sentido do medo proporcionado pela experiência violenta.

Maria, Pedro, Gabriela e Pablo, envolvidos por esse sentimento/percepção, acabam reproduzindo-o e, dentro de suas possibilidades, materializando a “necessidade” de proteger-se dessas tão corriqueiras ações. O fato de, como já colocado, terem sido vítimas, coloca-os na posição de defesa e eles ajudam a potencializar a “necessidade” criada nos tempos atuais de que a segurança é item prioritário. Maria, dentro de suas possibilidades como baixa renda, colocou grades em suas janelas e improvisou a fixação de cacos de vidro no seu muro, após ter sua casa invadida e ter alguns pertences subtraídos. Pedro tomou um tiro no braço esquerdo, após reagir a um assalto, e teve seu carro levado. Atualmente, anda com um carro blindado e faz rotas diferentes, buscando sempre passar por vias mais movimentadas. O prédio onde mora já conta com sistema de monitoramento por câmeras, porteiro 24h, muro com mais de 1,8m, cerca elétrica e a entrada controlada de pessoas. Bem próximo a sua casa, Gabriela foi assaltada e seu celular foi roubado,

assim como os dos amigos que a acompanhavam na volta da escola. Por precaução, ela não leva mais o celular novo, adquirido com muito esforço pela família; e espera seu pai para acompanhá-la no trajeto de volta para casa. Pablo teve sua bicicleta e celular levados numa ida para o trabalho. Levaram, também, a carteira com documento e dinheiro. Numa tentativa de reagir, ainda foi agredido por dois jovens. Teve uma perfuração no intestino e ficou uma semana no hospital. Apesar de ter sido vítima de um contexto violento, Pablo continua na defesa por equidade e oportunidades, em especial para os jovens de periferia, pois compreende que os jovens negros que o assaltaram e feriram são fruto de uma lacuna perversa do Estado e de falta de ações que os coloquem numa outra perspectiva de vida. Com o ocorrido, ele permanece um pouco mais vigilante em relação a acontecimentos dessa natureza, mas continua fazendo o mesmo trajeto de bicicleta e com seus pertences.

As histórias acima retratadas demonstram bem a situação de maioria dos cidadãos residentes da cidade do Recife nessa última década. Conforme pesquisa sobre a percepção da violência (SOUZA, 2018), aproximadamente 77% dos respondentes já foram vítimas de atos criminosos e quase 93% afirmam conhecer alguém que já sofreu com essas ações. Tem se tornado comum agir com cuidado em praticamente todos os ambientes que circulamos. Na rua, onde o contato com o outro e a expectativa do porvir fazem com que andemos apenas com o necessário; em casa, onde temos – minimamente - algum aparato que traga mais segurança; nas nossas opções de lazer, que conscientemente acabam sendo os lugares mais seguros; enfim, os nossos hábitos estão carregados de posturas que demonstram o medo de perder algo e a vida, o qual é intensificado pela difusão de informações, principalmente sobre a violência criminosa.

Tomando como base a série histórica de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), a cidade do Recife ocupou, em alguns momentos, nas últimas quatro décadas, o primeiro lugar no *ranking*. Evidente que o elevado número de homicídios se torna pauta de capa nos meios jornalísticos. A cobertura da imprensa em relação aos atos criminosos sempre foi e continua sendo um elemento importante a ser noticiado. Embora não se coloque como um fator crucial, a difusão dessas informações tem causado, no consciente coletivo, uma leitura de que a violência é uma situação presente e corriqueira e, em consequência, afirma-se a necessidade de uma reestruturação do ponto de vista da segurança. A indústria da segurança, em

consonância com os fatos, tem – a cada ano – apresentado novos aparatos e promulgado sua necessidade.

O medo e a violência não são questões contemporâneas. O medo é inerente e importante, inclusive para nossa sobrevivência. A violência, tão multifacetada, existe (trazendo-se o conceito para uma leitura atual) desde a formação do homem em grupos. O que mudou, basicamente, foi a intensidade da difusão das informações que impulsionam o medo e a nova forma de “permissão” de acontecimentos violentos. Atualmente, a violência ocorre não apenas por uma vazão humana de sentimentos raivosos ou de defesa, mas em conformidade com as condições socioeconômicas da formação do indivíduo, do sistema que não pune, do cárcere que não ensina, do individualismo que se acentua, das desigualdades que se alargam, do consumo que segrega e da cidadania que não iguala. A relação das motivações é imensa, mas acredita-se que, extraíndo o ser de ira que há em todos, alguns aspectos poderiam ser atenuados.

Em função disso, vêm sendo construídos novos hábitos (como os descritos nos cases no início dessa introdução) que acabam imprimindo no espaço uma nova configuração que busca responder ao sentimento real ou não do medo. Muros altos, cercas, grades, vigilantes, câmeras, enfim, uma gama de aparatos que vão se sofisticando para promover a segurança. O mesmo também vem ocorrendo em espaços públicos que vêm ampliando a forma de vigilância e construindo formas que são impeditivas à circulação.

Pode-se dizer que o fenômeno não é isolado, pois ocorre em várias partes do globo, em especial nos países mais pobres (não se fazendo uma associação direta às condições da pobreza, mas do ponto de vista dos números de furtos/roubos e homicídios, os países com baixo IDH destacam-se). O Brasil, conforme dados da Organização Mundial de Saúde - OMS (2017), ocupou a 9ª posição global em números de homicídios. São 30,5 para cada 100 mil pessoas, número elevado e superior a vários outros países do mundo com equivalência populacional e territorial. Algumas de suas unidades federativas contribuem mais expressivamente para tais números, dentre elas, Pernambuco, que, na última década, responde por aproximadamente 7% do total de mortes violentas do país. O destaque para as ocorrências nesse estado fica com a Região Metropolitana do Recife, tendo a capital como expoente. Nesse ínterim, é de se esperar que a população de uma localidade

cujas ações violentas criminosas ainda permanecem expressivas, onde a aglomeração urbana demonstre-se intensa e a imprensa promova a divulgação cotidiana dos acontecimentos violentos, adote posturas defensivas e de hostilidade, propiciando novas estruturas, como já comentado.

Os exemplos aqui mencionados buscam reforçar que a percepção/sentimento de medo da violência criminosa, ao longo de alguns anos, acarreta reconfigurações nas formas de vida e reflete substancialmente no espaço. Esse combo de elementos impulsiona a necessidade de proteger-se e defender o patrimônio. A tese perpassa justamente no sentido de que a segurança promovida não ultrapassa o sentimento e/ou percepção de insegurança, causando o que busco chamar de “pseudo-segurança”. Independente do volume, qualidade, sofisticação de itens de segurança e da localização, o indivíduo ainda permanece com a sensação de insegurança e mantém-se em estado de alerta quase que permanentemente. Em outras palavras, a sociedade apresenta respostas ao cenário colocado como violento e inseguro, mudando a forma de suas residências. No entanto, 78% das pessoas da cidade do Recife permanecem com a sensação de medo.

Atualmente, quase não é concebida uma nova construção sem algum aparato de segurança. O espaço tornou-se depósito de uma arquitetura defensiva, hostil e com poucas opções de sociabilidade. Conforme Ana Fani, “o modo de vida urbano produz ideias, comportamentos, valores, conhecimentos, formas de lazer e também uma cultura” (CARLOS, 2005, p. 26). É notório – claro – o impacto da ação humana sobre o espaço e como esta reproduz seu modo de vida nele. Sendo assim, em um mundo/país/região/cidade desigual, é de convir que a distribuição espacial da criminalidade, que se incorpora à estrutura urbana, demonstre que sua ocorrência no espaço é, também, “territorializada”. Ou seja, a partir do momento em que concebemos que, em retalhos do tecido urbano, deposita-se – por exemplo – maiores ocorrências de violência criminosa, sugere-se que fatores/agentes específicos agem para seu surgimento. Em outros termos: a interação entre os fatores faz com que o comportamento de uma unidade geográfica concentre, em algumas áreas, mais fenômenos violentos do que em outras.

A cidade do Recife é o objeto de estudo deste trabalho. Abarcar toda a complexidade urbana de uma capital com mais de 1.600.000 habitantes é desafiador e, ao mesmo tempo, instigante. Porém, sabe-se que a proposta que se apresenta é

um pequeno extrato dessa realidade, mas, sem grandes pretensões, é possível afirmar que o material aqui apresentado possui coerência com os dados pesquisados e que a leitura extraída permite afirmar que a cidade do Recife é um espaço de pseudo-segurança.

Como objetivo geral, buscou-se compreender como, em quatro décadas (1980 a 2018), a violência criminosa, a mídia, o medo difundido e a indústria da segurança vêm auxiliando na criação de necessidades de espaços e pessoas seguras. Para nortear essa meta, alguns questionamentos serviram como mola propulsora: Como o medo da violência urbana, cada vez mais difundido e acentuado, incorpora-se ao processo de urbanização e ao tecido da cidade? Em que medida o processo histórico da violência urbana e do medo na cidade do Recife contribuem para o cenário atual? Até que ponto, no recorte temporal proposto, pode-se verificar como atuam o combo: violência criminosa, mídia, medo difuso e segurança nos cenários nacional, estadual e municipal? Que leitura os residentes da cidade do Recife fazem da violência criminosa e que implicações ocorrem em função disso?

Assim, mobilizado por essas questões, o presente trabalho apresenta a seguinte linha de organização do pensamento:

- 1) A importância de situar conceitualmente o medo e a violência, bem como qual a relação da Geografia com esses conceitos. Ainda nesse item, apresenta-se a definição do recorte conceitual do medo e da violência a serem utilizados como base e como a ciência geográfica tem – nos últimos anos – compreendido a deposição desses fatores no espaço. Também coloca-se o porquê do termo pseudo-segurança e a tentativa da construção de seu conceito;
- 2) Na sequência, a proposta busca trazer compreensão em níveis nacional, estadual e, claro, acerca do município e situar – numa linha histórica de quase 4 décadas (1980 a 2018) – como a violência criminosa vem se apresentando. Nesse capítulo, a ideia é permitir que se visualize como o combo violência criminosa + mídia + indústria da segurança vem propiciando a criação de “espaços seguros”.
- 3) No terceiro e último capítulo, apresenta-se o resultado da aplicação de instrumento de coleta de dados, com procedimentos quantitativos e qualitativos, para levantamento de informações nos 94 bairros da cidade do Recife. No total, ocorreu a aplicação de 941 instrumentos e, através deles, foi possível captar um pouco da

percepção dos moradores e, assim, delinear um perfil de cada área e poder associar, em partes, os resultados na configuração de seus espaços. Ainda nesse item, faz-se notória a comparação entre as áreas, buscando reforçar quais fatores são mais ou menos atuantes e qual a relação entre eles.

Alguns pontos de observações do ponto de vista metodológico:

- a) Para realização do trabalho, adotaram-se os seguintes procedimentos: análise bibliográfica sobre a violência, o medo e as vertentes geográficas que consideram esses fatores como atuantes no espaço; levantamento de dados para destacar a constituição histórica do Brasil, do Estado de Pernambuco e da Cidade do Recife no contexto da violência e do medo, através de pesquisa documental e bibliográfica (livros, artigos, reportagens de jornais, relatórios de pesquisa, dentre outros instrumentos bibliográficos que trataram do conteúdo); realização de pesquisa em órgãos estaduais e municipais;
- b) Como já citado, foi necessário verificar esse fenômeno no tempo, logo, foi preciso demarcar um início para análise, optando-se, então, pelo ano de 1980, por entender que ainda mantinha-se hábitos/costumes de décadas anteriores e, também, por apresentar-se como abertura para as novas tecnologias e padrões sociais, além do fato das estatísticas mais específicas acerca dos dados de homicídios começarem a se consolidar a partir desse ano. Ainda soma-se, nesse marco inicial, a influência estabelecida por Santos (2006), que menciona que “o período da informação e comunicação” inicia-se nos anos de 1980. Para fechar esse recorte no tempo, põe-se o ano de 2018, período anterior aos anos pandêmicos da Covid-19, os quais, como sabido, impuseram outras formas da sociedade organizar-se, refletindo, também, no comportamento violento criminoso. Vale ressaltar que trata-se de uma perspectiva de análise temporal “seta-evolução” que considera a acumulação dos fatos/acontecimentos numa série lógica;
- c) Dentro do levantamento de dados que apontam sobre a violência criminosa, trabalhou-se com o critério das mortes ocasionadas por outros em situações não justificadas, as quais são denominadas pelo Ministério da Saúde como “mortes violentas” e pela Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (SDS-PE), como “Crimes Violentos Letais Intencionais” (CVLI). As informações de

óbitos disponibilizadas pela base de dados do Subsistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde (WASELFISSZ, 1998, 2004, 2010, 2016), levam em consideração as mortes por fatores externos e são mensuradas desde 1979. Os números dos CVLI, levantados pela SDS/PE e divulgados pela Condepe/Fidem, constam a partir do ano de 2005. Entre tais fontes, é possível perceber algumas diferenças nos números, em função das metodologias usadas. O DATASUS, como mencionado, faz uso das certidões de óbitos e procura, dentro da Classificação Internacional de Doenças (CID), fazer um agrupamento das mortes por agressão de terceiros, que utilizam qualquer meio para provocar danos, lesões ou a morte da vítima, além de fazer esse levantamento entre os residentes da cidade e os óbitos que ocorreram nela; enquanto a outra referência utiliza dados relativos às vítimas de crimes violentos extraídos do banco de Crimes Letais Intencionais (CLI) do Sistema de Informações Policiais da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (Infopol/SDS-PE), ou seja, as mortes registradas pelas delegacias. É importante mencionar que não se há pretensão de comparar as metodologias, e, a partir disso, pôr em dúvida a qualidade de dados de um ou de outro, mas as fontes podem servir de base para verificação do fenômeno violência e, com isso, fazer um paralelo com as configurações espaciais. O uso desses dados, por serem quantificados desde o período aqui observado, permite vislumbrar parte do cenário violento na capital pernambucana, enquanto os outros vieses da violência possuem uma mensuração complexa, sendo, portanto, difícil pontuar o real quadro violento nesse recorte de tempo;

- d) Conforme a Ouvidora da Secretaria de Defesa Social, em face do Termo de Classificação da Informação nº 04, datado de 05/06/2019, informações concernentes à ocorrência de crimes por distrito, bairro e ruas não poderão ser fornecidos, haja vista que a sua divulgação, nos moldes ora solicitados, importaria em prejuízo à vida, segurança e saúde da população da localidade, bem como prejudicaria o planejamento estratégico de segurança pública, podendo, inclusive, ensejar uma rotulação indevida em determinadas comunidades. Face a essa devolutiva em relação a solicitação de dados oficiais sobre a natureza criminosa nos bairros da cidade do Recife, foram tomados como base, para auxiliar na espacialização da violência criminosa, os

registros da plataforma digital colaborativa do Fogo Cruzado, que faz os registros das mortes violentas através de um aplicativo e, como já colocado, é utilizada, como perspectiva de contraponto, a pesquisa realizada com o extrato de 941 residentes na cidade do Recife e suas percepções acerca da violência criminosa;

- e) Ressalto que, apesar de tratar-se de uso de percepção, não há uma intenção em embarcar numa discussão fenomenológica. A proposta do instrumento de coleta de dados foi, claro, considerar o mundo vivido e a subjetividade, que é de suma importância para a compreensão do espaço, mas limitando-se a pautar as informações e contribuir com inferências nos números;
- f) Quanto à categoria de análise, utiliza-se a do *espaço*, que, conforme Santos (2006), é definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações, entendendo-o como resultado das formas como os homens organizam suas vidas e suas formas de produção. Obviamente, essa categoria é a que melhor concatena com o objeto do trabalho, que busca compreender como as relações da sociedade depositam-se sobre ele num dado recorte de tempo, que, como mencionado acima, situa-se entre os anos de 1980 e 2018, observados numa perspectiva histórica sequencial.

Para finalizar, sinto a necessidade de colocar que a escrita obedece a minha lógica humana de funcionamento (e a de muita gente, creio). Oras uma narrativa que busca dar um tom de autenticidade, oras uma linguagem acadêmica com escrita neutra e repleta de citações para embasar o pensamento... Fato que uma revisão de linguagem ajudaria muito a resolver... Mas, entre a linearidade textual e uma forma mais pessoal de dizer as coisas, fui cooptado pelo formato palatável de escrever no tempo possível. Escrever é para poucos. Sei que não encontro-me nesse meio, mas busco apresentar um material que fala sobre um tema denso e repleto de meandros num tom menos impactante, com pitadas de reflexões possíveis e envolto de academicismos necessários.

## 2. A GEOGRAFIA, A VIOLÊNCIA, O MEDO E A PSEUDO-SEGURANÇA

Como de conhecimento para os que, especialmente, são da área da Geografia; a mesma é apontada como ciência a partir do século XIX. De lá para cá, muito já se colocou, sistematizou, conceituou-se, enquadrou-se e tantos outros verbos de ação que fazem parte de uma ciência dinâmica, assim com a sociedade. Porém, é recente como seu arcabouço de conhecimento vem sendo utilizado, também, como perspectivas para analisar fenômenos ligados a violência no espaço. Nessa primeira parte do trabalho busca-se pontuar como a Geografia pode ser – nesse íterim – utilizada para auxiliar na compreensão e leituras dos aspectos ligados a violência e ao medo. É colocado um breve apanhado de autores da área, já consolidados, que apontam caminhos como tal ciência permite conceber algumas compreensões de como o espaço é afetado em função do combo: violência + medo. Falando sobre o espaço, essa é a categoria de análise que baseia-se o trabalho. Entende-se que tanto o espaço, quanto o tempo são subjetivos e dinâmicos, isso por capsularem a mesma subjetividade e dinamicidade humana. Violência, medo e pseudo-segurança vão além do espaço tangível. É sobre essa forma de se ver o espaço que fala-se aqui nesse trabalho.

A violência é uma complexa condição humana. Multifacetada, hoje é categorizada em diversas formas e é possível que surjam ainda outras. Compreender como a mesma se apresenta (na maioria das vezes) é importante para auxiliar na concepção de como sua atuação pode refletir em posturas, que como já mencionado, podem – conjuntamente com a sensação do medo – acarretar reconfigurações no espaço e na forma de circulação das pessoas. Dentre do universo de suas formas, as quais serão apresentadas mais adiante, faz-se o recorte na violência criminosa, anteriormente já colocado o motivo de sua utilização e que será reforçado no tópico 1.2 deste capítulo.

O medo, sentimento humano que inclusive nos auxilia na nossa defesa e nos coloca em posição de alerta, é inerente e a medida que crescemos vamos adquirindo alguns deles. Ter medo da violência – em especial – a criminosa é algo relativamente contemporâneo, está indiscutivelmente atrelado ao crescimento e banalização dessa forma de violência. Aprendemos que proteção é necessária, certas circulações são

arriscadas, lugares são temerosos, horários são inapropriados, o outro pode nos representar o perigo (em especial os estigmas de cor e condição social) e que, nem sempre, todos esses cuidados não são suficientes para nos protegermos. A abordagem desse sentimento é importante para entender como o mesmo, atrelado aos meios de comunicação que há décadas vem difundindo os acontecimentos violentos, vem moldando as formas espaciais e implicando nas políticas públicas de segurança.

Diante de tudo isso, a linha que vem sendo posta para a sociedade é de que é necessário segurança. Essa corrente defensiva tomou muito mais força de que políticas preventivas que de fato atuassem na gênese de alguns problemas. Assim, no decorrer do tempo a população foi sofisticando cada vez mais os recursos de proteção e ampliando os medos da violência criminosa. Todos os residentes – especialmente dos centros urbanos – adotam alguma prática de proteção. Em meio a isso, afirma-se que coexistimos com uma pseudo-segurança, que como o próprio termo já deixa claro é a aquela que não entrega uma segurança real. Sobre esse ponto, haverá no tópico 1.4 uma abordagem que busque conceituar o termo pseudo-segurança e no último capítulo – a partir dos dados empíricos da cidade do Recife -, a apresentação de elementos que embasem o porquê da pseudo-segurança ser algo que assole a grande maioria dos recifenses.

## 2.1 A GEOGRAFIA COMO PERSPECTIVA DE ANÁLISE DE FENÔMENOS VIOLENTOS

Em comparação com o tempo de existência da ciência geográfica, a sua preocupação em verificar os impactos/modificações causados pelo fenômeno da violência é relativamente recente. Em meados dos anos 1970 é que se encontram geógrafos interessados em buscar entender como a violência tem se apresentando como um fenômeno possível de conferir-se, também, materializado no espaço.

Como sabido, a Geografia na forma que a conhecemos hoje, é fruto de diversos acúmulos de conhecimento apresentados por correntes variadas e que propuseram reflexões importantes, tanto para auxiliar na compreensão de mundo em que vivemos como na reestruturação da própria ciência. O objetivo principal da Geografia é,

basicamente, estudar a superfície terrestre e as relações que existem entre ela e seus habitantes. São diversas as pautas dessa ciência e pode-se mencionar que entre as mais complexas encontra-se a compreensão da dinâmica das atividades humanas sobre o espaço geográfico.

O agir humano no espaço é complexo, dinâmico e durante os tempos se modifica nas intenções e intensidades. A complexidade como atualmente a ação do homem ocorre sobre o espaço, é tão cheia de conexões que diversas leituras são possíveis de serem realizadas. Essa mesma riqueza de conexões, também torna o estudo da Geografia algo complexo, e que necessita de olhar atento a uma trama tão imensa de pontos que se interligam para justificar as transformações realizadas no espaço. Sobre isso, vemos que a literatura geográfica tem se esforçado para considerar o comportamento humano e suas nuances como elemento a somar-se na caracterização e estruturação do espaço criado por ele. Conforme Aldo Dantas (2005), essa observação aqui feita, toma tom de necessidade.

Torna-se necessário que o homem seja verdadeiramente considerado como outra coisa além de uma casa, de um trator ou de uma estatística. Se o homem, o homem em sociedade, constitui o centro da Geografia Humana, deve aparecer de maneira total com seus modos de vida e com seus modos de pensar, que afinal se confundem. A limitada tarefa dos geógrafos deve constituir em explicar a parte dos fatores geográficos na formação e na evolução dos modos de pensar, e das influências que eles exercem sobre os modos de vida e o peso que estes representam sobre aqueles. Dar mais atenção a estas pesquisas significará enriquecer a contribuição que a Geografia Humana pode ser capaz de trazer ao conhecimento do social. (DANTAS, 2005, p.115)

Anterior a Dantas nesse ponto de vista, Pierre George ao buscar sintetizar o objeto da geografia e abordar sobre a mudança de paradigmas, menciona que: "o objecto (sic) da geografia era descobrir e descrever o mundo. Actualmente (sic), trata-se de o fazer compreender e de nos ajudar a viver nele, no meio de conflitos e contradições" (GEORGE, 1993, p. 9). Nesse período alguns geógrafos já consideravam que a mera descrição não bastava para responder a ação humana sobre o espaço.

Como sabido, e ainda de uso nos centros de estudos ligados a Geografia, há, classicamente, a separação entre a denominada Geografia Humana e a Geografia Física. Na primeira, debruça-se os estudos relacionados a ação humana sobre o

espaço e na segunda como os agentes naturais interferem sobre ele. Claro, que as correlações existentes entre os impactos naturais e humanos são, hoje, vastamente, consideradas nas análises de estudo geográfico. Aqui nesse trabalho, obviamente, será tomado como perspectiva do estudo a base da “Geografia Humana”, por acreditar que essa corrente contém elementos mais concisos para uma melhor análise dos fenômenos violentos. Para endossar essa questão, Raffestin menciona que: "A geografia humana consiste em explicitar a consciência do conhecimento e da prática que os homens têm dessa realidade que é denominada 'espaço'". (RAFFESTIN, 1993, p. 6)

Dentro dessa discussão do que cabe a geografia, Paul Claval ao abordar sobre o papel do geógrafo, ratifica um pouco do anteriormente colocado, ao pontuar que:

O trabalho do geógrafo continua complexo. Não se resume a alguns métodos elementares. Nasce da confrontação permanente de duas exigências. A primeira coloca a ênfase no espaço, nas relações que tomam lugar em cada meio e o papel da distância na vida coletiva. A segunda leva a efeito sistematicamente, num contexto espacial, os instrumentos e as categorias imaginadas pelas outras disciplinas para explorar seu próprio campo. (CLAVAL, 2011, p. 19)

As colocações de Claval, basicamente, sugerem dois cuidados, o trabalho de ver a questão por um viés espacial e o outro de não adentrar no que compete as outras ciências. Outro geógrafo, Marcelo Lopes, que estuda o fenômeno da violência criminosa e com algumas obras e artigos à respeito do tema, menciona que além da possibilidade do estudo ser realizado a partir do enfoque geográfico, é necessário ficar atento a escala. De acordo com o autor, “como ciência social está ‘universalidade’ (referindo-se ao fato de um dado fenômeno ocorrer em amplitude global) só pode ser entendida como uma questão de escala...” (SOUZA, 2006, P. 260). A proposta do professor Marcelo Lopes, busca dessa forma, entender as particularidades e similaridades que ocorrem em um determinado lugar. A observação dos fenômenos em uma única escala não isenta de observá-los em outras, ao contrário faz-se necessário. O fenômeno da violência criminosa e o medo decorrente, estão presentes em todas as aglomerações urbanas do mundo, evidentemente, que de forma e magnitudes diferentes. Logo, é possível mencionar o medo da violência criminosa como algo presente em todas as escalas, porém, vale ressaltar que é sabido que ocorrerá de forma, conteúdo e intensidades distintas.

Na visão que Hartshorne promulgava, em meados dos anos 1960, imbuído da proposta de Sauer, quando afirmava que a "Geografia era uma ciência da diferenciação das áreas" (HARTSHORNE, 1978, p.13), o conceito permite a inferência de uma prática que busca organizar os espaços por aquilo que os difere, percebe-se uma tendência de estudos mais concisos do ponto vista crítico, afinal, a distinção de partes requer análise e reflexão.

A abordagem da expressão violência e medo na sociedade é, ainda, mais recorrente em outras ciências, como, por exemplo, a sociologia e a psicologia. Contudo, é de convir - como já colocado - que tais reflexos sociais repousem sobre o espaço, tornando, também, o medo numa propriedade espacial, que provoca mudanças sobre o mesmo e na vida das pessoas. "Hoje cada vez mais conscientemente, a geografia toma para si a responsabilidade de produzir uma verdadeira interpretação dos fenômenos, por meio de uma inovadora análise espacial" (GOMES, 2002, p. 7). Embora, não esteja se propondo aqui nada de inovador quanto a observação dos acontecimentos no espaço, a fala de Paulo Cesar representa o desejo da Geografia de sair do campo meramente descritivo, para tornar-se, também, analítico. Em consonância, o professor Alcindo Sá afirma que:

Queiramos ou não a ciência geográfica, como área do conhecimento humano, social e historicamente construída, oferece perspectivas de análise dos fenômenos que matizam as transformações do mundo, já que sinônimo de uma 'geofilosofia' detém sistemas de idéias (sic) imbuídas de unidade explicativa das metamorfoses sócio-espaciais (sic) (...) (SÁ, 2009, p. 10)

O que intenta-se nas colocações dos referidos geógrafos é, basicamente, apontar que a análise geográfica dos acontecimentos sobre o espaço é uma necessidade. No concernente ao espaço (permitindo-se um parênteses para colocar alguns pontos), verificando-se a evolução do conceito, percebe-se que ocorreu contribuição significativa de Henry Lefebvre ao trazer para o debate o espaço como "o lócus de reprodução das relações sociais de produção" (LEFEBVRE, 2008, p.48). Em cima de suas reflexões o espaço é vinculado a prática social e suas ideias influenciaram pensadores, dentre eles Milton Santos, que menciona na sua obra *A natureza do Espaço* que o mesmo "é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente..." (SANTOS, 1997, p.51).

Para Brunet (2001 [1990]) “o espaço geográfico é formado pelo conjunto de populações, por suas obras, suas relações localizadas, pelo seu meio de vida [...]. Ele não pode ser confundido com os objetos que o povoam [...]. Ele nasce com o trabalho das sociedades e só tem fim com ele” (BRUNET, 2001, p.15).

Ainda de conformidade com Brunet (2001 [1990]) "o espaço não é nada sem seus criadores, que são ao mesmo tempo seus usuários" (Idem, ibidem, p.33), o mesmo menciona que a produção do espaço ocorre em função de determinados atores com interesses distintos ou não, possuindo cada um, técnicas, instâncias e suas próprias representações no espaço. O autor aponta os seguintes atores: o indivíduo (ou sua família); os grupos (agregados de indivíduos); as coletividades locais; o Estado, a autoridade supranacional e as empresas. Em meio a cada forma de se expressar, ocorre entre tais atores tensões, e segundo o geógrafo francês, essas diferentes interações ocasionam formas espaciais específicas.

Nesse ínterim, as ações exercidas pelos atores promulgados por Brunet, convidam as colocações de práticas espaciais feitas por Corrêa (1995), que correspondem a "um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte ou preservando-o em suas formas e interações espaciais". Roberto Lobato, ainda distingue algumas práticas espaciais, contudo, o que é importante colocar é que busca-se frisar o elemento social enquanto agente, independente do campo de atuação. Isso, pois a violência e o medo - acredita-se - perpassa por diversos "agentes e atores", eles (a violência e o medo) são promovidos e combatido, por exemplo, pelo Estado (a não atuação do poder público, pode ocasionar e aumentar as lacunas sociais, gerando cidadãos de papel, segundo o termo do jornalista Gilberto Dimenstein) e pelas empresas (no que diz respeito a promulgação de conceitos consumistas e padrões de funcionamento na sociedade; o não enquadramento enquanto "cidadão consumidor", pode, indiretamente e/ou diretamente, acarretar posturas ilícitas pela ausência do poder de consumo).

Logo, para compreender melhor o espaço, faz-se necessário observar sua relação com a sociedade. Santos (2008) nos sugere, enquanto método de análise, quatro categorias: forma, função, estrutura e processo:

*Forma* é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão (...). *Função*, (...) sugere uma tarefa

ou atividade esperada de uma forma, pessoas, instituição ou coisa. *Estrutura* implica a inter-relação de todas as partes de um todo (...). *Processo* pode ser definido como uma ação contínua desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança. (Idem, ibidem p. 69)

Vale ressaltar que o estudo dessas categorias não é feito de forma isolada, elas se complementam e interferem umas nas outras. Buscando relacioná-las com as áreas pesquisadas teríamos, que a **forma** é posterior e ao mesmo tempo contemporânea a **estrutura** (que entende-se que nos casos em questão, a forma deriva do processo de formação e se remodela a partir das práticas atuais), a partir disto, desenvolvem-se as **funções** que replicam nos **processos**.

Como explicitamente posto no título deste trabalho, a representação espacial é apontada como algo que modificou-se em função do medo da violência criminosa. Isso implica numa relação com o espaço-materialidade, aos sistemas de objetos onde, conforme Santos, "a ação dos sujeitos, ação racional ou não, vem instalar-se para criar um espaço" (SANTOS, 1997, p. 234). Partindo dessa premissa põem-se a ação humana derivada do medo.

Feito esse rápido parênteses para abordar questões importantes acerca do espaço (objeto da Geografia), retoma-se aqui o ponto que se colocou à respeito de como a geografia pode contribuir para a análise já posta. É possível encontrar em Sposito (2009) contribuições interessantes que, embora a autora tenha estruturado seu pensamento para o estudo de pequenas e médias cidades, os mesmos podem servir como procedimentos para aproximar as reflexões as realidades espaciais. De acordo com a professora, é preciso verificar algumas articulações. Em sua exposição, menciona seis pares: cidade e natureza, rural e urbano, cidade e região, continuidade e descontinuidade, concentração e dispersão; polarização e difusão.

Procurando aplicar esses pares de articulações no presente estudo, elegem-se quatro: cidade e região; continuidade e descontinuidade; concentração e dispersão; e polarização e difusão; que permitem abarcar em suas tramas, a violência e o medo. De antemão, ressalta-se o fato não haver uma pretensão forçosa da aplicação desses pares, mas que a visualização dos mesmos permite um outro ângulo, uma outra perspectiva. No primeiro par proposto, a intenção de verificar como se articulam a cidade e a região, ausentando-se aqui as conceituações sobre tais termos, mas

mantendo-se a proposta de análise, é exemplificada, por exemplo, quando busca-se dialogar os acontecimentos violentos criminosos em escalas diferentes, procurando nesse "diálogo" os possíveis rebatimentos. O segundo, a continuidade e a descontinuidade, que de acordo com Sposito (2009), a continuidade dar-se em função dos deslocamentos de algo físico, a descontinuidade, promove-se pela difusão das informações "que pode estabelecer vínculos e interações com espaços distantes e que são descontínuos à áreas e à região à qual pertence" (p.20). Neste processo, vê-se que o criminoso não precisa estar presente em certos espaços, para que o medo sobre sua figura ocorra. O terceiro par, leva em consideração o fato de determinados objetos estarem concentrados e como ocorre a dispersão, não necessariamente dos mesmos. Esse aspecto de observação é importante, pois no estudo em questão pode-se averiguar onde ocorre as concentrações (pobreza, tráfico, aparatos técnicos de segurança, áreas de delito...) e que extensão isso toma. No último par (polarização e difusão), verifica-se que alguns pontos tornam-se polos, ou seja, servem de base a algo; e a difusão, trata-se de uma estratégia do mesmo para manutenção e crescimento. Relacionando com a pesquisa, aponta-se, por exemplo, o fato de determinados locais tornarem-se referências quanto a venda de ilícitos. A ampliação dos negócios implica numa demanda maior de espaço, o "espraiamento" possibilita o fortalecimento do polo ao mesmo tempo em que o solidifica. Obviamente, que a expansão de um ponto de comércio de drogas (popularmente boca de fumo), pode encontrar barreiras na sua difusão, gerando conflitos territoriais.

Ainda nas sugestões de Maria Encarnação, destacam-se os recortes analíticos. "[...] para poder avançar no sentido de construir um sistema explicativo, construir uma interpretação da realidade estudada, tem que se fazer uma escolha" (SPOSITO, 2009, p.28). A autora propõe cinco: o dentro e fora; o público e o privado; o centro e a periferia; o circuito e a fronteira; e o antes e o depois. Todos os pares possibilitam uma reflexão que podem contribuir na análise de uma pesquisa, assim como associar essas análises ao espaço.

Diante desses pontos que, como já mencionado, podem facilitar a forma como geograficamente trabalha-se nos passos de uma pesquisa. "[...] a Geografia descobre outras dimensões da análise da realidade, problematizando a noção de 'espaço palco das atividades dos homens'" (CARLOS, 2011, p.71). Sobre esse aspecto, o medo da violência criminosa tem se colocado na pauta dos agentes que contribuem para novos

rearranjos, uma nova configuração, que diz respeito a “forma exterior de um corpo; conformação, aspecto, figura, feito” (FERREIRA, 1986, p.451).

Ao abordar as representações do espaço, tem-se em mente que determinados elementos se dispõem de modo diferenciado, sua organização obedece a comandos que variam de conformidade com o tempo, é gerada pela soma de fatores e guarda resquícios de formas antecedentes, vindo a substituí-las ou apenas mudando a sua função. Conforme Roberto Lobato, o termo configuração espacial, organização espacial, arranjo espacial, equivale à estrutura territorial (CORRÊA, 1995, p.28). Com esse precedente, Santos nos diz que:

A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais. (...) A configuração territorial, ou configuração geográfica, tem pois uma existência material própria, mas existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais” (SANTOS, 1997, p.51)

Dessa forma, endossa-se o que vem buscando-se apresentar neste trabalho: o medo da violência criminosa, permeando as relações sociais, conseqüentemente compõe o espaço. Os homens não se movem em um espaço abstrato, mas em um espaço concreto e pessoal, que é o espaço vivido, mentalmente modelado a partir da experiência<sup>1</sup>. Somando-se a essa ideia, vemos em Capel (1981), que é possível observar, ao abordar sobre a Geografia Humanista, a seguinte colocação: "los hombres no se mueven en un espacio en abstracto, sino en un espacio concreto y personal, que es un espacio vivido, mentalmente modelado a partir de la experiencia" (CAPEL, 1981, p. 443). O autor reforça o sentido que o espaço ganha a partir das vivências que nele se estabelecem, logo marcando-o e imprimindo-lhe sentido.

Nesse tocante compreende-se a fundamental importância que a Geografia apresenta para compreender como a violência se deposita no espaço e se retroalimenta através do medo difuso. Essas representações espaciais se materializam. As cidades apresentam-se como um dos maiores expoentes em

---

<sup>1</sup> Ver texto: **Espaço geográfico e território:** conceitos-chave para a Geografia, disponível em <[http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/espaco\\_territorio.htm](http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/espaco_territorio.htm)>.

demonstrar essa “apreensão da vivência humana”. Nessa afirmativa, Ana Fani, nos proporciona a seguinte colocação:

A cidade representa trabalho materializado; ao mesmo tempo em que representa uma determinada forma de processo de produção e reprodução de um sistema específico, portanto, a cidade é também uma forma de apropriação do espaço urbano produzido. Enquanto materialização do trabalho social é instrumento da criação da mais-valia, é condição e meio para que se institua relações sociais diversas. Nessa condição apresenta um modo determinado de apropriação que se expressa através do uso do solo. O modo pelo qual esse uso se dará dependerá, evidentemente, dos condicionantes do seu processo de produção. (CARLOS, 2005, p. 27).

Nossa colega “Lelefebvriana” aponta em suas obras, uma série de pontos que coaduna com uma perspectiva de uma Geografia mais ampla, e, que considere as diversas vertentes humanas na condição da construção do espaço. A referida autora, apesar de não localizar grandes ineditismos em sua produção, propõe uma organização interessante de pontos que explicitam a ciência geográfica, como descortinadora de uma diversidade de acontecimentos que modelam o espaço.

Ainda baseado nas colocações de CARLOS (2011), vale ressaltar que a mesma pondera sobre a não linearidade da construção do saber pautado nas análises geográficas. Conforme, a autora:

O pensamento geográfico não é homogêneo, mas contraditório e múltiplo; um movimento sempre em constituição, acompanhado da própria realidade. Também não é contínuo, apresentando, portanto, descontinuidades, simultaneidades. Nesse sentido, não podemos delimitar uma tendência homogênea em hegemônica. Convém não ignorar que existem várias possibilidades teórico-metodológicas abertas para a Geografia, como condição do conhecimento, posto que para o desenvolvimento da ciência repousa na crítica. (CARLOS, 2011, p. 22)

Essa fala, também, tem colocações que – mesmos pinçadas – em aparente descontextualização; são importantes para destacar que está contido na Geografia uma série de métodos que lançam luz na gama de análises. Tal autora sintetiza a ideia de produção do espaço e considera o que um rol de outros autores geógrafos já colocaram ao longo do tempo: a ciência geográfica em sua análise do espaço necessita considerar todos os aspectos do humano nessa produção. Com isso a tese de que o reflexo do medo da violência criminosa é compreendido como pauta

geográfica é incontroverso. Ainda, de base na referida a autora, é possível destacar outra consideração:

Hoje o homem está no centro da discussão do espaço, na posição de sujeito. O espaço é humano porque o homem o produz e não, simplesmente, porque nele habita. A sociedade produz espaço a partir da contradição entre um processo de produção socializado e sua apropriação privada. Portanto, o espaço se reproduz, reproduzindo conflitos. (CARLOS, 2005, p. 34)

Na colocação acima, não há como – também – retirar os sentimentos humanos do reflexo no espaço. As ações da sociedade no espaço são pautadas por motivações diversas. É óbvio que para compreender determinadas transformações, construções e remodelações espaciais, há de se compreender o humano nas suas complexas formas de atuar. Alguns autores percebem a importância do espaço não apenas como o *locus*, mas como um agente, ou seja, o mesmo – em sua configuração – pode suscitar, também, transformações. Até o presente momento, têm-se colocado como a Geografia busca compreender a formação do espaço e qualificar seus agentes modeladores. Ao mesmo tempo, explicitamente é dito que a referida ciência contempla em suas aspirações analíticas a complexidade humana. Sua “régua de medida” é grande. Porém, alguns agentes, em sua gênese possuem motivações que são difíceis de serem mapeadas e de percebê-la quantitativamente... Entender como a violência ocorre e como a sua presença contribui para modificações de posturas na sociedade e em consequência a modelagem do espaço, é ponto importante para análise da formação do processo urbano. No próximo tópico considera-se importante pontuar como a violência é abordada nesse trabalho e fazer colocações de como a mesma tem se tornado, também, parte desse tecido – em especial, nos ambientes urbanos.

## 2.2 VIOLÊNCIAS E BREVES COLOCAÇÕES CONCEITUAIS

Atualmente a violência tem sido apontada como premissa forte na formação de medos, especialmente, a criminosa. A presença de fatos violentos na sociedade não é um fenômeno recente, contudo a constância desses acontecimentos tem demonstrado que a violência faz parte do dia-a-dia. “A violência está de tal forma

integrada no cotidiano, que o homem parece não poder prescindir dela, na rua ou no recesso do lar” (PEREIRA, 1975, p. 15). A rigor, não faz sentido falar em violência no "singular", já que se está confrontando manifestações plurais de violência, cujas raízes e efeitos, igualmente múltiplos, apontam à existência de tipos diferenciados. O pesquisador Paulo Sergio menciona quando busca apontar a origem da palavra que a “violência provém do latim *violentia*, que significa ‘veemência’, ‘impetuosidade’, e deriva da raiz latina *vis*, ‘força’” (PINHEIRO, 2003, p.14). Há um consenso que a violência não se apresenta de uma única forma. Enquanto conceito, a palavra violência demanda certo esforço para contemplar o seu significado, levando-se em consideração a sua diversidade, a natureza dos acontecimentos e a forma de atuação. A Organização Mundial de Saúde (OMS) coloca o seguinte conceito para violência:

O uso intencional da força física ou do poder, real ou potencial, contra si próprio, contra outras pessoas ou contra grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de movimento ou privação (PINHEIRO, 2003, p.16).

Essa definição possibilita a que as relações de poder sejam, também, vistas como ato violento<sup>2</sup>, de acordo como se estabelecem, bem como abre precedente para as violações dos direitos humanos. Ainda contempla as formas de violência que necessariamente não ocasionam lesão ou morte.

Com a mesma preocupação de colocar a violência como uma ação danosa ao físico e ao psíquico, o filósofo Regis de Moraes entende que a “violência está em tudo que é capaz de imprimir sofrimento ou destruição ao corpo do homem, bem como o que pode degradar ou causar transtornos à sua integridade psíquica” (MORAIS, 1981, p.25). Outra classificação dos atos violentos, também é trazida por Nilo Odália (2004) mencionando que a violência pode ser institucionalizada, social, política, revolucionária e original. Esta última, possui para a Geografia um conceito significante, visto que as implicações dessa forma de violência dizem respeito ao espaço “A violência original pode ser percebida na paisagem urbana” (ODÁLIA, 2004, p. 10). Buscando exemplificar essa percepção o autor menciona o seguinte:

Hoje a arquitetura perde seu sabor pela vida exterior, interioriza-se, e o que se busca, desesperadamente, é a segurança e a defesa.

---

<sup>2</sup> Ver RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993

Defendemo-nos de tudo. Os espaços são fechados, a casa é projetada para dentro de si mesma, o exterior é abandonado, pois é o perigo a ser evitado, não a beleza a ser conquistada. A arquitetura do espaço aberto cede seu lugar a uma arquitetura de defesa e proteção (Ibidem, idem).

Essa forma de violência que demonstra como o espaço é modificado em função dos acontecimentos violentos remete a violência estrutural abordada, também, por Milton Santos (1992), que sugere que além das consequências locais o fator global contribui para essa expressão da violência. A violência estrutural para Santos permite a manifestação de uma perversidade que é fruto de um sistema que contribui para isso. Esse mecanismo de unificação do mundo, impulsionado pela globalização, permite a difusão dessa expressividade, que é sentida/percebida nas mais diversas localidades do globo.

Esses acontecimentos externam um sentimento de medo que a sociedade vem apresentando nas últimas décadas, com mais intensidade e de forma crescente, espelha essa sensação no espaço. De conformidade, Pedrazzini (2006), menciona que essa forma de violência citada, também, por Odália, trata-se da violência urbana, que o mesmo acredita ser essa configuração do espaço fruto do processo de urbanização e que a globalização impulsiona a formação de fragmentos antagônicos na cidade, favorecendo o surgimento de bairros pobres, onde, a violência, também, encontra seu espaço.

As outras formas de violência - a institucionalizada, a social, a política e a revolucionária – classificadas assim por Odália, buscam abarcar a polissemia do conceito de violência. A primeira diz respeito das diferenças entre os homens na qual se permite que alguns poucos usufruam à sociedade o que a grande maioria é negado; a social, onde para o autor toda violência é social, contudo usa a terminologia para a violência que atinge seletiva e preferencialmente certos segmentos da população, os desprotegidos; a violência política que assume formas diversas e sutis que vão desde um assassinato político a leis impeditivas; e, a revolucionária, que trata-se também de uma violência política, mas que busca justificar seus atos de terror e de exceção pela invocação do seu caráter intransigente. (ODÁLIA, 2004).

No mesmo pensamento de colocar em classes a violência, Maria Cecília Minayo propõe três categorias: a *violência estrutural*, a *de resistência* e a *de*

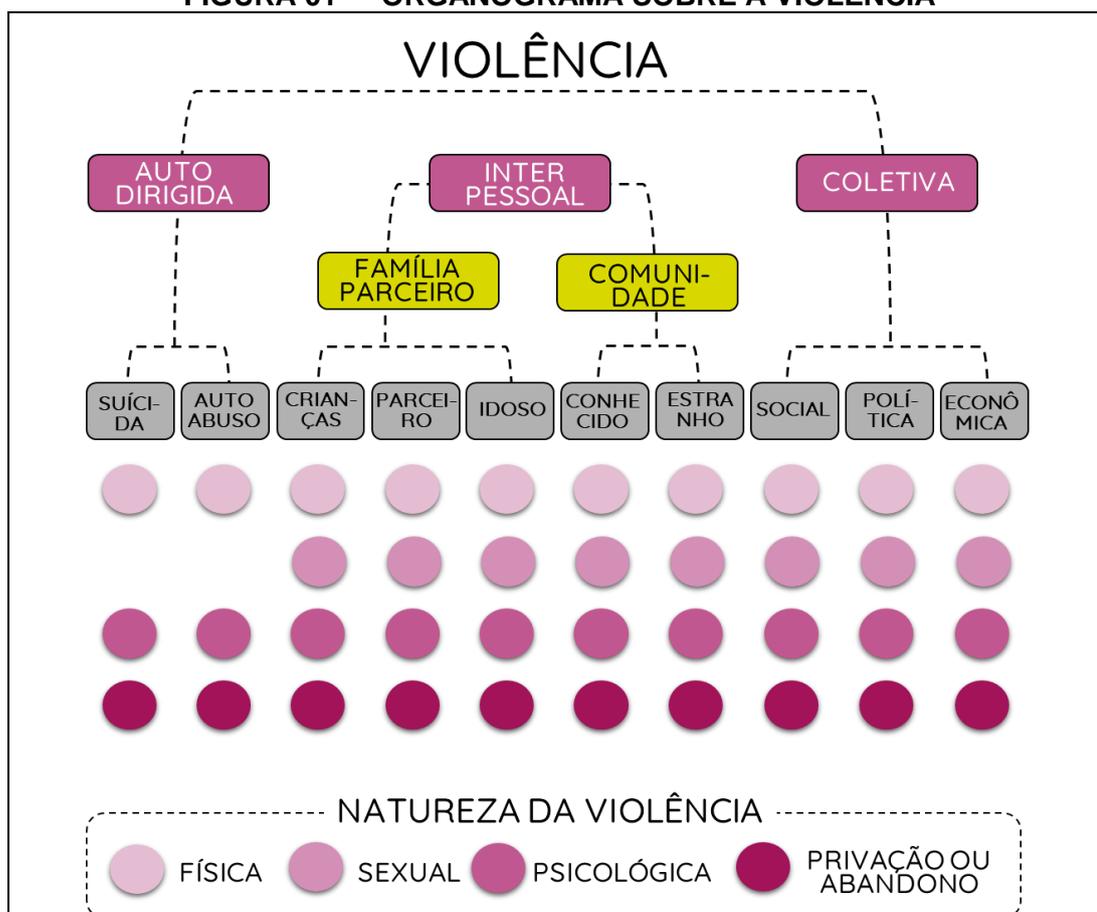
*delinquência*. A violência estrutural seria opressão exercida pelos sistemas econômico, político e social e pelas instituições em geral sobre grupos, classes, nações e indivíduos; a de resistência seriam as de reações à violência estrutural e a de delinquência as ações fora da lei estabelecida. (MINAYO, 1994).

É grande a literatura que aborda sobre o estudo da violência. Assim, como também é diverso as classificações das formas de violência, é também as suas causas. Em vista desse quadro, numa tentativa de sistematizar a grande dessemelhança e quantidade de causas apontadas pelos trabalhos consultados, aqui aponta-se duas grandes categorias: as causas contextuais e pessoais. Sendo que as contextuais são subdivididas em distais (produzidas pelas conjunturas econômica, social, política e cultural) e proximais – relacionadas a violência que estão presentes no ambiente e com os quais os indivíduos que praticam a violência tem contato direto. Já as pessoais referem-se ao descontrole emocional, de temperamento, índole etc. (RISTUM, 2004).

A OMS nos propõem, ainda, outra classificação com agentes mais detalhados, dividindo-os em três grandes categorias, que são agrupadas de acordo com aquele que comete o ato violento: violência autodirigida; violência interpessoal; violência coletiva (Figura 01).

A primeira seria a pessoa infligindo um ato a si mesmo, a segunda por outro indivíduo e a última por um grupo. Estas categorias ainda são subdivididas. A autodirigida divide-se em comportamento suicida e auto abuso; a interpessoal em família/parceiro (criança, parceiro, idoso) e comunidade (conhecido e estranho); e a coletiva que apresenta as ramificações social, política e econômica. O organograma possibilita uma melhor visualização, no tocante aos principais agentes de violência, contudo não é claro a presença do ambiente possibilitando, também atos violentos. Essa forma de violência que tem seu reflexo muito mais aparente no meio urbano é apontada por Nildo Viana (2002) como a violência urbana. Para ele, há que ser feita a distinção entre as outras formas de violência e violência urbana. Existe a violência urbana e aquela que acontece no urbano: “a violência urbana não é a violência que ocorre no espaço urbano e sim a violência derivada da organização do espaço urbano. A violência urbana é resultado dos conflitos e problemas urbanos” (VIANA, 2002, p.29).

FIGURA 01 - ORGANOGRAMA SOBRE A VIOLÊNCIA



Fonte: DAHLBERG; KRUG, 2006.

Adaptação: Carlos Duarte

Dessa forma Viana, reforça o fato da violência urbana ser uma categoria específica de violência. As outras formas de violência que ocorrem no urbano, não estão isentas de ocorrerem nas áreas não urbanas. O fato de acontecer com maior frequência nas cidades, não permite que elas sejam assim chamadas, pois há categorização específica, de acordo com a natureza do fato, para essas formas de violência. Assim, pode-se entender que a cidade contribui para práticas violentas de acordo com a configuração da mesma. É importante ressaltar, que assim como há diversos fatores que incitam a prática violenta, os problemas urbanos também têm, participação nesse fenômeno. Sempre há um conjunto de fatores em contextos específicos que estarão contribuindo para essa prática.

A violência urbana foi associada aos processos espaciais, que foram surgindo no momento da ocupação desse espaço, que ocasionam movimentos diversos na sociedade e contribuem para o processo de segregação. Ver a cidade, também, como um elemento que possibilita a violência é admitir que alguns conflitos podem derivar

da organização da mesma. Para Nildo Viana o ambiente da cidade é “um espaço delimitado, caracterizado pela predominância de determinadas relações sociais, marcadas por uma ampla divisão social do trabalho e por um controle mais intensivo sobre o meio ambiente” (VIANA, 2002, p.22), assim, nesse *lócus* há relações de poder, onde se instauram relações de dominação. Dessa forma a cidade é um campo onde a opressão se estabelece mediante esses arrolamentos. Essas divisões sociais, fundamentadas e também constituídas pela lógica do capitalismo, acirram ainda mais os conflitos sociais que interferem na organização da cidade.

Nesse cadinho, certos seguimentos da sociedade urbana que foram segregados, são remetidos há áreas afastadas do núcleo urbano. Para Bauman (2009) esses indivíduos estariam enquadrados no que ele denominou de *underclass*, uma classe que não contribui para vida social, Sá (2008)<sup>3</sup> traz a denominação de *Homo sacer*. Como a área urbana é um espaço onde se prima pela valorização, logo se há um custo para residir na cidade, a negação da mesma estaria colocada e essa parcela da população – sob essa forma de violência – estaria reagindo em função dessa engrenagem que impulsiona movimentos também violentos. Segundo Viana, essa situação:

(...) cria inúmeros conflitos e problemas sociais. As chamadas “invasões” e o processo de violência (tal como se vê nos conflitos com a polícia e na expulsão de posseiros) que se desenrola a partir delas (sic) mostram outra face da violência urbana. As favelas, os cortiços, a falta de infra-estrutura, são outros aspectos dos problemas urbanos geradores de conflitos e violência (VIANA, 2002, p.37).

Nessa concepção a violência se presencia na cidade devido a luta pelo local de morada e pelos aspectos das condições precárias de vida e habitação. Como sabido, tal situação, remete a condição de rejeição de parte da massa proletária ou ainda a que nem se enquadra a esse perfil, do sistema produtivo. Assim, a incapacidade de adquirir bens expressa-se desastrosamente no setor habitacional.

Outro conflito gerado pela forma de organização da cidade, dar-se na locomoção das pessoas. Geralmente, a maneira como as pessoas circulam relaciona-se, também, com a classe socioeconômica. A maioria não possui veículo particular e

---

<sup>3</sup> SÁ, Alcindo José de. Nas Geografias do medo, a ascensão dos espaços do homo sacer. In: Por uma Geografia sem cárceres públicos ou privados. Recife: UFPE, 2008.

faz uso do transporte coletivo. Apesar do “controle” do transporte público pertencer ao Estado, a maioria dos serviços prestados compete às empresas privadas. Como a regra no sistema econômico vigente é o lucro, então, pouco importa a qualidade. Somando-se a isso a grande demanda da população por esse tipo de serviço e a ineficiência dos transportes coletivos, há um cenário de conflitos instalado.

O crescimento populacional e o trânsito desordenado, juntamente com problemas de superlotação e atraso, criam diversos conflitos, desde aqueles que possuem caráter individual – tal como o provocado pelo mau humor de alguns usuários diante deste quadro cotidiano – até conflitos sociais, sendo que todos eles são potencialmente geradores de violência (PEDRAZZINI, 2006, p.23).

A ação do Estado sobre a cidade contribui para geração de conflito e posturas violentas. O mesmo busca reproduzir as relações de produção e para isso precisa controlar o espaço urbano, assim territorializa-o por meio do poder institucionalizado, da repressão e opressão, onde domina toda sociedade por um conjunto de regras. De acordo com Nildo Viana “... uma vez instaurado este controle estatal sobre o espaço urbano, ele se torna gerador de novos conflitos e novas formas de violência” (VIANA, 2002, p. 38).

O Estado por meio do planejamento urbano produzirá a dinâmica do capital, produzindo espaços específicos e buscando o controle dos outros espaços existentes na cidade. É notório, que a planificação urbana é uma forma que o Estado tem para impor localizações e assim determinar a organização. Nesse ínterim encontram-se novas fontes de conflitos sociais e de violência. Como resultado, esses fatores contribuem, segundo Santos (1992) para um processo que exerce uma violência contra seu território, a sua forma, função, estrutura e processo. Isso irá promover o mercado da segurança, vai modificar a arquitetura das casas, impulsionar a busca por residências monitoradas, enfim, trazer mudanças profundas nos estilos de vida da sociedade. Seria sensato verificar que a violência dos habitantes é reflexo desse rearranjo da cidade. De acordo com Pedrazzini,

Seria, portanto, correto pensar a violência de alguns habitantes apenas (para uma grande maioria) como uma resposta à violência da urbanização, da sociedade urbana, do território fragmentado, da economia da desigualdade e da segregação. Não se trata de limitar à subordinação de uma violência a outra, mas de mostrar como esses dois tipos de violência não podem ser abordados separadamente (PEDRAZZINI, 2006, p.54).

Toda essa conjuntura de acontecimentos presentes no espaço urbano, além de ocasionar as ações já mencionadas, também, permitiria o surgimento, ainda mais intenso, do medo (que será abordado um pouco mais adiante). Para Marcelo Lopes de Souza (2008), as cidades que apresentam uma grande parcela dos seus moradores com medo, em função da violência e da insegurança, são designadas pelo neologismo “fobópole”. Apesar de nesta obra o autor explorar esse sentimento como agente de atuação no espaço, ele possibilita, também, outras reflexões quanto à cidade como geradora de violência “Evidentemente, impõem-se cautela diante de tamanho nível de abstração, visto que violências e crimes específicos possuem, muitas vezes, agentes e circunstâncias típicos muito distintos, não devendo o cenário urbano ser utilizado como um álibi” (SOUZA, 2008, p.10). Assim, coloca-se que o espaço urbano não é único responsável pela geração de violências, mesmo que as práticas violentas não estejam dissociadas do mesmo. Logo, o meio urbano é agente e receptor das ações violentas e essa dialética confere ao mesmo uma configuração que demonstra uma arquitetura de defesa, possibilita enclaves territoriais e ocasiona o medo, inclusive o medo de circular por determinadas localidades. Como visto as colocações acerca da violência, bem como as nuances que perpassam sobre ela, são amplos. No Quadro 01, será interessante ver como alguns autores abordam a violência.

Dos 12 autores citados, 58% deles consideram que a organização do espaço é um fator que contribui para práticas violentas e 33% deles incluem a violência causada a si mesmo. Todos são unânimes em pontuar que é a violência se subdivide, é uma forma de agressão, causa dano/destruição e algo de cunho social. Para Edilson Santana em sua obra Crime e Castigo, ao apontar as origens da violência, ele nos coloca o seguinte:

Pode se dizer que as origens sociais da violência encontram explicação no homem social, bem como, em seu perfil psicológico, histórico e cultural. Há também uma variável muito significativa que é representada pelas correlações entre fatores econômicos e violência. Não se pode negar que a injusta distribuição de renda possui efeitos danosos no tocante ao aumento da criminalidade. Uma sociedade que ostenta gritantes desigualdades sociais não pode garantir padrões de equilíbrio nas relações sociais. (SANTANA, 2008, p. 53)

**QUADRO 01: SÍNTESE SOBRE OS PRINCIPAIS PONTOS ABORDADOS NO CONCEITO DE VIOLÊNCIA POR ALGUNS AUTORES**

AUTORES	SUB-CATEGORIAS	AGRESSÃO FÍSICA	DESTRUIÇÃO	AUTO-INFLIGIDA	DANO PSICOLÓGICO	DEFICIÊNCIA DE MOVIMENTAÇÃO	SOFRIMENTO	VIOLAÇÃO	ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO	POLÍTICA	SOCIAL	ECONÔMICA
ARENDT (2009)	X	X	X	X	X		X	X		X	X	X
DADOUN (1998)	X	X	X		X		X	X		X	X	X
MORAIS (1981)	X	X	X	X	X		X	X			X	
ODÁLIA (2004)	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X
OMS (2007)	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X
PEDRAZINI (2006)	X	X	X			X		X	X	X	X	
PEREIRA (1975)	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X
PINHEIRO (2003)	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
SANTOS (1992)	X	X	X				X		X		X	
SOARES (2008)	X	X	X				X	X			X	
SOUZA (2008)	X	X	X			X	X		X	X	X	X
VIANA (2002)	X	X	X			X		X	X	X	X	

Evidente que ele nos apresenta uma relação que – de senso comum – muitos de nós possuímos: o fato de que a ausência de recursos impulsiona atitudes violentas. Essa tese se fortalece quando comparamos nações que em que distribuição de renda é um pouco mais justa de que em outras. Conforme relatório da ONU (2019), o Brasil

ocupa a 2ª posição no ranking de países com maior concentração de renda. Não à toa, nosso país ocupa a 16ª posição entre os que apresentam elevado número de violência criminosa.

Nessa linha, o sociólogo Luís Flávio Saporì, observa que:

(...) a violência crescente nas cidades brasileiras está relacionada mais a fatores internos do que a fatores externos ao país. São nossas próprias mazelas sociais que estão interferindo na dinâmica do fenômeno. Esqueçamos a ação imperialista, o 'demônio neoliberal' e a globalização. Debruçar-nos sobre as contradições de nossa sociedade é um bom começo para explicar, entender e reverter o crime e a violência. Somos uma sociedade duas vezes mais violenta que a Argentina, Peru e Bolívia; quatro vezes mais violenta que o Uruguai e o Chile; cinco vezes mais violenta que os Estados Unidos e 11 vezes mais violenta que a Europa Ocidental. O problema está no nosso quintal e não é culpa do vizinho. (SAPORI, 2014, p. 22)

A forma como a violência apresenta-se em nossa nação é muito particular. Indiscutivelmente o processo histórico maculado de uma série de negações as condições dignas do humano, impulsionaram esse cenário tão conhecido e, por que não mencionar – extremamente comum nos dias atuais. Nossa concepção de viver no Brasil não se aparta de pensamentos de: pobreza, insegurança, desemprego, corrupção, entre tantos outros... Segundo o doutor e assistente social, José Fernando Siqueira da Silva,

Hoje a violência precisa ser analisada como um processo amplo, heterogêneo e multifacetado. Trata-se de um complexo circuito imbricado com as condições sócio-históricas de uma dada sociedade, que se particulariza sob determinadas condições regionais e locais. Em outras palavras, a violência no Brasil deve ser explicada como um processo intrínseco à estrutura social, política e econômica, nacional e internacional, situada em uma dada época, que, ao mesmo tempo, se materializa, apoiado em traço culturais (grupais e pessoais) manifestados, imediatamente, no âmbito local. A partir de uma leitura radicalmente histórica é possível perceber que esse processo se produziu e se reproduz no Brasil, contando, ao mesmo tempo, com uma 'cultura da violência' gestada na convivência das elites com os segmentos populares. (SILVA, 2004, p.11)

Contudo, apesar de saber que existe relação com as lacunas sociais, explicar o fenômeno da violência atual apenas como consequência das profundas transformações econômicas, sociais, demográficas, políticas e culturais por que passou o nosso país é fugir da responsabilidade crítica que cabe às classes dominantes. Um país de dimensões continentais como o Brasil, atravessou a metade

do século XX ainda como um país agrário e rural, com a pesada herança de uma sociedade escravista, racista e autoritária.

(...) alimentamos a violência. Uma vez que não avaliamos profundamente o conteúdo da violência, e nos deixamos envolver pela sua aparência, permitimos que as autoridades nos iludam com medidas formais. A emoção leva-nos à solidariedade e à dor pelas vítimas, e contentamo-nos com a punição dos malvados. O sistema beneficia-se dessa falta de consciência crítica e a sua estrutura econômica, que gera a violência, permanece intocada. (CHIAVENATO, 2004, p. 15)

Nesse ponto, “acreditamos que a violência assume muitas facetas para além da perspectiva biológica ou econômica. Caso não ultrapássemos essas linhas explicativas, poderemos transformá-la em acontecimento jornalístico, policial ou de prisão, o que se traduz em estratégia ou interpretação perigosa para determinadas classes” (COSTA, 2006, p. 9). Conforme Robert Muchembled, historiador francês, ao abordar sobre a violência em seu livro *História da Violência, do fim da Idade Média aos nossos dias*, nos coloca,

(...) que a violência não é um fenômeno puramente inato. Ela se distingue da agressividade, que é uma potencialidade da violência cujo poder destrutivo pode ser inibido pelas civilizações – se assim decidirem, e quando encontram uma adesão suficiente dos interessados para impor suas visões. (MUCHEMBLED, 2012, p. 9)

Como já colocado em diversas passagens, nesse trabalho considera-se a violência criminosa e como expoente para verificação de sua atuação os crimes violentos letais intencionais. Sabe-se, claro, que existem outras diversas outras formas de violência, impulsionadas, também, por questões criminosas. Nesse aspecto é importante apontar que:

Crime e violência não são idênticos. Há crimes não violentos e violências não criminosas. Os crimes não violentos, usualmente, recebem penas mais graves. Os crimes são os comportamentos assim considerados pela sociedade; nas sociedades mais recentes, sua tipificação e punição estão previstas em um ordenamento jurídico penal. Não é um conceito absoluto, havendo comportamentos considerados criminosos em alguns lugares, mas não em outros, em algumas épocas, mas não em outras. Em muitos países o homossexualismo ainda é crime; o abandono de uma religião por outra em alguns países governados por uma versão extrema da sharia, que é o direito muçumano, pode ser punido com a morte. Violência corresponde ao uso da força física contra a pessoa, cuja vida, saúde e integridade física ou liberdade individual correm perigo a partir da ação de outro(s). Nos últimos séculos observamos, nas sociedades

ocidentais, a criminalização progressiva da violência e, no mundo todo, uma tendência histórica de redução da violência. (SAPORI, 2014, p. 37)

Essa citação de Saporì serve para compreendermos a necessidade de tipificarmos o que consideramos dentro da “violência criminosa”. Ressalta-se que, embora o recorte de utilizar os “homicídios” como indicadores da violência criminosa, que as demais formas de crimes, que não necessariamente resultam em mortes, promovem, de fato, diversas posturas de cuidado, proteção, circulação, entre outros. Como será apontado mais a frente, essas questões contribuem para percepção da população, amplificando nelas um sentimento inerente a todos os humanos: o medo. Logo, entende-se que o recorte de abordar a violência criminosa utilizar apenas para avaliação os homicídios, isso representa uma parcela dessa percepção. O universo criminoso é muito mais amplo, como já pontuado. E, ele promove/difunde o medo.

### 2.3 APONTAMENTOS SOBRE O MEDO E SUAS IMPLICAÇÕES (SOCIAIS E NO ESPAÇO)

Um dos principais problemas hodiernos é, talvez – como já colocado - o crescimento excessivo da violência urbana e dos índices de criminalidade nas cidades brasileiras, principalmente no que tange às grandes e médias cidades. Trata-se de um tema que é praxe na mídia, em todas as suas formas, sendo, quiçá, o fator que mais gera preocupação para os moradores das grandes cidades. Eduardo Kalina (1987) já mencionava que “são alguns títulos de toda uma bagagem cultural violenta da atualidade, que oferecem fundamentos para que triunfe a concepção narcisista-destrutiva de que a vida não vale nada” (KALINA, 1987, p. 14).

Com essa contribuição dos meios de comunicação de massa, a sensação de insegurança, de medo e mal-estares tornaram-se generalizadas e atingiram contornos de pandemia e a mesma tem sido espelhada no espaço, ou seja, tornando-se também fator de remodelação e construção do mesmo. “... as práticas de violência não estão dissociadas do espaço; o espaço comparece em sua dupla qualidade de produto social e condicionante das relações sociais” (SOUZA, 2008, p.11).

A imprensa falada, escrita e televisionada ocupa grande espaço com as misérias do processo penal, com suas crônicas e indignações. Mas, o que explora são as degradações dos delitos e das penas. Não, como deveria ser – um processo educativo e inibitório . E, nesse degradante cenário, as massas assistem ao processo *mediático* do mesmo modo que delíam o espetáculo cinematográfico. (SANTANA, 2008, p. 42)

Embora “a exposição da mídia não possa ser considerada a única variável para a produção e reprodução de representações em nossa sociedade, há que se considerar o seu poder de influência no comportamento e na delimitação de referências para a constituição de representações sociais” (VASCONCELOS, 2014, 167). Fato esse que acaba tomando proporções maiores nos centros urbanos. As aglomerações expressivas, além de já possuírem como marca uma série de problemas urbanos, sociais, econômicos... também, já é vista a bastante tempo como áreas sujeita as violências. Nesses espaços indiscutivelmente, o medo dessas ações é presente e expressivo. A insegurança se instala e o medo do outro é absorvido pelos residentes.

É nas médias e grandes cidades que ocorre a convergência de três fatores fundamentais: grande oferta de alvos atrativos; menor nível de vigilância; e anonimato. Esses dois últimos fatores são decisivos: nas grandes cidades, é impossível reconhecer os agressores, que cometem crimes em lugares distantes dos locais onde moram, e é impossível para a polícia exercer uma vigilância efetiva em todos os espaços públicos das cidades. ( BRUNET, 2008, p. 110-111)

Como visto, a insegurança e o medo é comum nos centros urbanos. O medo multifário, que é inerente ao ser humano, tem se apresentado, especialmente nas últimas décadas, mais acentuado. Há de considerar que parte substancial desses temores possui ligação com o aumento da violência, dessa forma aqui o medo é enquadrado pelo viés da violência criminosa.

Medo é uma reação natural a algum evento que signifique algum perigo em potencial. Trata-se de uma resposta natural do ser humano a alguma ameaça que, muitas vezes, ajuda a lidar com certas situações inesperadas e que envolvam certo grau de periculosidade. Por exemplo, o medo de não reagir durante um assalto, cuja reação poderia acarretar consequências muito mais graves, trata-se de uma questão subjetiva, que independe de cada pessoa, de sua formação, estado emocional, grau

de responsabilidade etc. Mencionando as reações orgânicas do medo, é possível encontrar nos escritos de Regis de Moraes as seguintes informações:

Hoje se sabe que o medo produz uma “inibição cortical” (...) dá-se uma inibição proveniente de ordens cerebrais, que tende sempre a produzir quadros de queda da pressão arterial (hipotensão) e, quando não o enrijecimento orgânico, a descoordenação motora (MORAIS, 1981, p.13-14).

De acordo com Masci, (1998, p. 12 apud SORIANO) “Medo é um sentimento universal e muito antigo. Pode ser definido como uma sensação de que você corre perigo, de que algo de muito ruim que está para acontecer, em geral acompanhado de sintomas físicos que incomodam bastante”. A sensação do perigo, que pode ser provocada por uma situação de violência, impulsiona a sociedade a reagir de forma amedrontada. Esse desconforto, como já mencionado, é refletido na configuração do espaço. Logo, o medo representa, também, um cárcere. Contudo, o medo também pode gerar situações de violência e de contravenções.

O medo não apenas provoca o estado de paralisia frente a um outro agressor, mas também parece provocar atitudes que visam à transgressão, à simulação e à recriação de formas de sociabilidade. Formas de ação social, imperceptíveis ou não, que desmontam no cotidiano o ordenamento instituído e recriam ou refazem, permanentemente, uma nova possibilidade de viver socialmente no interior da ordem dada, pela forma assumida ou manifesta da relação (KOURY, 2002, p.122).

Logo, a visão de Mauro Koury permite a conclusão de que o medo alimenta situações que podem provocar ainda mais medo, ou seja, é retroalimentada pelos acontecimentos presentes no espaço, transformando-o. Para o sociólogo e filósofo polonês, Zygmunt Bauman o medo é algo que perdura durante a vida como um todo. Ele é categórico em afirmar que carregaremos essa sensação potencializada pelos contextos atuais da humanidade:

No ambiente líquido-moderno, contudo, a luta contra os medos se tornou tarefa pra a vida inteira, enquanto os perigos que os deflagram – ainda que nenhum deles seja percebido como inadmissível – passaram a ser considerados companhias permanentes e indissociáveis da vida humana. Nossa vida está longe de ser livre do medo, e o ambiente líquido-moderno em que tende a ser conduzida está longe de ser livre de perigos e ameaças. A vida inteira é agora uma longa luta, e provavelmente impossível de vencer, contra o impacto potencialmente incapacitante dos medos e contra os perigos,

genuínos ou supostos, que nos tornam temerosos. (BAUMAN, 2008, p. 15)

Como comentado anteriormente, o medo é uma condição humana, a este é denominado como medo inerente, que garantiu a preservação da nossa espécie na sua trajetória evolutiva antropomórfica, biológica e cultural. Há também o medo difuso, construído pela cultura do amedrontamento. Esse medo desorienta e atordoa sobre as causas reais de muitos dos mal-estares atuais, dificultando a adoção de estratégias eficazes de combate às verdadeiras causas de muitos dos medos individuais e coletivos, ele apoia e reforça as ações dominantes conservadoras (SOARES, 2008).

As causas dos principais medos são baseadas em três fontes geradoras: a diversidade, a desigualdade e a incerteza. É na diversidade presente no espaço geográfico que ocorrem as mais diversas manifestações, o que pode causar uma convivência conflituosa; a desigualdade reflete-se na distribuição desigual de renda que gera formas também dessemelhante de apropriação e de uso do tempo e do espaço e a incerteza, celebra a dúvida do porvir. Ainda de acordo com Soares (2008) o medo pode ser entendido como uma emoção tanto positiva quanto negativa. Quando se é alertado diante de um acontecimento de risco ou perigo e o medo entra como preventor, resguardando-nos de males de magnitudes variáveis, é dito como positivo. Já seria negativo, quando acontecimentos que são possivelmente esperados, paralisem as nossas ações presentes.

O sentimento de medo pode ter, na ótica da insegurança, duas motivações: a insegurança real e a insegurança sentida (DELUMEAU, 2007, p.50). A insegurança sentida à qual Delumeau se refere está associada ao medo difuso (citado acima, e que está conexo à construção da cultura do amedrontamento) e a insegurança real atrelada aos riscos e perigos autênticos.

De forma geral, o medo vem contribuindo para a sensação de mal-estar na sociedade, impulsionado, ainda mais pela cultura do amedrontamento – medo difuso – e que, atualmente, apoia-se em acontecimentos violentos. A violência vem se apresentando como um forte impulsionador de medo no coletivo, tais ocorrências ilustradas nas mais diversas formas de comunicação somatizam, ainda mais, o problema da cultura do amedrontamento. Marcelo Lopes ilustra bem isso:

[...] a mídia, comumente, se encarrega de amplificar e retroalimentar o medo. O crime rende boas manchetes, o medo do crime vende jornais

e encontra ampla audiência – da mesma forma que, cada vez mais, o medo do crime rende bons negócios (de carros de passeio blindados a armas, de “condomínios exclusivos” aos serviços de firmas de segurança particular) e promete render votos a candidatos a cargos no Executivo e no Legislativo (SOUZA, 2008, p.30).

Nesse contexto, o medo é impulsionado pela sensação de insegurança que se coloca – não negando-se aqui o fato real da sua existência – e pelas situações violentas. Em função das informações que circulam tão rapidamente, praticamente instantes após o ocorrido, acrescido o nível de conexões na internet móvel e redes sociais (campo de muita informação na atualidade), a difusão das situações boas ou ruins, verdadeiras ou falsas amplificam ainda mais a “criação de necessidades contemporâneas”. Casas mais seguras, locais desejados e indesejados, proteção individual, roupas, perfumes, acessórios... Enfim, os recursos de comunicação impulsionam os diversos consumos, entre eles o de que é necessário se proteger.

O medo é concretizado no espaço desde tempos muitos pretéritos. Os reis, em seus castelos, já usavam de uma arquitetura de defesa que lhes garantissem o mínimo de proteção aos seus pertences e as suas vidas. Assim tem sido durante séculos, o medo do outro, da perda material, da morte, entre outros, tem contribuído para formação de espaços reclusos. Não há como não ter impacto desse sentimento nas formas espaciais. Conforme Lúcia Leitão, 2009:

Os efeitos sociais e urbanísticos desse modo de conceber e construir o espaço não devem ser minimizados. Esses efeitos podem ser mais facilmente apreendidos se se tem em mente que essa maneira de edificar favorece o surgimento de ambientes hostis, excludentes – com todos os problemas próprios da hostilidade, naturalmente -, sobretudo quando essa hostilidade se manifesta coletivamente. (LEITÃO, 2009, p. 153)

Essa questão da proteção, da necessidade de estar em espaços fechados, segregados parte do princípio do medo do outro. Não concebemos um outro em qual a confiança e as boas práticas de civilidade estão presentes. Atualmente, “a tolerância liberal perante os outros, o respeito pela alteridade e a abertura a ela, é contrabalançada por um medo obsessivo de assédios. Em resumo, o outro está muito bem, mas só na medida em que sua presença não intrusiva, na medida em que esse Outro não seja realmente o outro”... (ŽIŽECK, 2014, p. 46).

No campo do que se poderia considerar como uma motivação/colaborador de (re)modelação do espaço, aponta-se o medo. Assim, procurou-se fazer um recorte

nesse sentimento e buscou-se, por ser mais expressivo, ocorrer possibilidades de levantamento de dados e, conseqüentemente, mensurar em alguns aspectos, o medo da violência criminosa. Para o geógrafo Marcelo Lopes, o medo do crime na cidade "forma uma combinação especialmente marcante" (SOUZA, 2008, P.8). Como já expressamente colocado nesse trabalho, a proposta da observação do medo da violência criminosa dar-se no ambiente urbano da cidade do Recife-PE. Para buscar compreender essa assimilação nas formas espaciais, tomou-se as colocações de Ana Fani, que menciona que:

A cidade é uma realização humana, uma criação que vai se constituindo ao longo do processo histórico e que ganha materialização concreta, diferenciada, em função de determinações históricas específicas. Hoje muitos autores afirmam que o mundo se torna urbano devido ao rápido crescimento das cidades modernas e à transformação de vastas áreas em aglomerados urbanos, um mundo que se torna em muitos aspectos práticos (...) A cidade, em cada uma das diferentes etapas do processo histórico, assume formas, características e funções distintas. Ela seria assim, em cada época, o produto da divisão, do tipo e dos objetos de trabalho, bem como do poder nela centralizado. Por outro lado, é necessário considerar que a cidade só pode ser pensada na sua articulação com a sociedade global, levando-se em conta a organização política, e a estrutura do poder da sociedade, a natureza e repartição das atividades econômicas, as classes sociais. (CARLOS, 2005, p. 57)

Com essa colocação e todas as mencionadas na primeira parte desse trabalho, vimos que os aspectos: violência, crime, medo, insegurança e são inerentes ao ambiente urbano, em especial aos com elevada concentração de renda. Em função disso, como já mencionado a arquitetura adota um outro conceito: o da proteção.

Toda uma problemática se desenvolve então: a de uma arquitetura que não é mais feita simplesmente para ser vista (fausto dos palácios), ou para vigiar o espaço exterior (geometria das fortalezas), mas para permitir um controle interior, articulado e detalhado – para tornar visíveis os que nela se encontram; mais geralmente, a de uma arquitetura que seria um operador para a transformação dos indivíduos: agir sobre aquele que abriga, dar domínio sobre seu comportamento, reconduzir até eles os efeitos do poder, oferece-los a um conhecimento, modifica-los. (FOCAULT, 2009, p. 166)

Após essas colocações acerca da violência e do medo, compreende-se um pouco de como elas atuam sobre nós e auxiliam – como diversas vezes colocado – nas reconfigurações espaciais. O que é interessante verificar nesse aspecto, é que nossos mecanismos de defesa que são promulgados e incentivados pela indústria da

segurança, para suprir a insegurança sentida por esse contexto, não entregam para sociedade uma sensação de segurança que muitos almejam.

#### 2.4 PSEUDO-SEGURANÇA: ARRISCANDO UM CONCEITO

O que é segurança? Ela de fato existe? Sabe-se que temos o direito à segurança, ancorado no artigo III da Declaração Universal dos Direitos Humanos: “Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”. Após colocar-se aqui uma série de pontos sobre a violência criminosa e o medo, percebe-se que são questões tão densas e, atualmente, tão descontroladas, que utilizar apenas a perspectiva da “segurança” para frear a vazão desses elementos parece pouco e, como de reflexão rápida, poderemos afirmar, a mesma não extingue tais acontecimentos e do ponto de vista da tratativa na gênese, é quase irrelevante. Mesmo assim, somos levados há décadas a entender que parte considerável de nossos esforços de combate a violência criminosa e do medo proveniente dela, devem guiar-se pela lógica da proteção. Não é novo pensar que a solução dessas questões não encontram-se na ideologia (quase que perversa), de segurança a todo custo. É sabido que uma frente de ações preventivas e não relacionadas diretamente ao combate à criminalidade, surtiriam efeitos mais satisfatórios.

Para falarmos sobre pseudo-segurança, é preciso compreender qual o conceito de segurança. É notório que a definição de segurança é ampla e sem um significado bem definido. Porém, é usual reconhecer que segurança representa a ideia de “estar ou sentir-se seguro perante ameaças ou perigos” (Booth, 2005). O seu significado depende do contexto político em que é concebido, onde as práticas são reflexo das teorias de pensamento. Deste modo, o conceito de segurança é produto de diferentes entendimentos sobre o que a política é, ou deve ser. No campo ontológico, os estudos de segurança ampliam-se além da soberania estatal, onde os indivíduos e sociedades são objetos referentes de segurança. No campo epistemológico, é assumida a possibilidade do estudo do mundo social. Finalmente, os estudos de segurança servem de orientação para a prática que é explicitamente emancipatória (idem., *ibidem.*: 14-21). Com essas colocações, a segurança e emancipação estão inter-relacionadas, que por analogia se pode afirmar que são as duas faces da mesma

moeda. Na teoria e na prática, a emancipação preocupa-se com a libertação de qualquer tipo de restrições (idem., 2007: 111).

Para mencionar como o termo “segurança” é utilizado em diversas perspectivas, apresenta-se como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), classifica a segurança humana em sete componentes: **a)** Segurança econômica (garantia de um trabalho produtivo e renumerado); **b)** Segurança alimentar (acesso aos alimentos básicos); **c)** Segurança sanitária (proteção contra doenças); **d)** Segurança ambiental (propiciando um meio ambiente não prejudicial a ninguém); **e)** Segurança pessoal (contra violências físicas e psíquicas); **g)** Segurança comunitária (protegendo os valores, práticas e identidades culturais e étnicas de qualquer grupo); e, **h)** Segurança política (garantia do exercício da cidadania). Para perspectiva do trabalho, considera-se a “segurança pessoal” como abordagem, visto que seu conceito aproxima-se da ideia desenvolvida.

Como colocado a palavra segurança tem vários significados, a depender do ponto de vista. Em termos gerais, é o conjunto de medidas visando à proteção de riscos, perigos ou perdas a pessoas ou coisas. Também é visto em nossa Constituição que a segurança é Direito de todos e precisa ser amparada pelo Estado, assim, surge o que denomina-se de Segurança Pública que, conforme o referido conjunto de leis, é baseada em 05 pilares: gestão policial estratégica, inteligência policial eficaz, corregedoria de polícia atuante, sistema penitenciário seguro, e apoio participativo da população. Como percebe-se, muito das ações – especialmente as do Poder Público – estão pautadas em atuações repressivas. Contudo, é de convir que na gestão pública, tal política é compreendida como um anteparo as demais políticas existentes. Mas, vale ressaltar que é muito comum encontrar dentro do conceito de segurança a perspectiva da prevenção, que é desconsiderado nos pilares de atuação da segurança pública.

Diante do que foi colocado, entende-se que mesmo aqueles que possuem recursos financeiros e podem fazer uso dos mais variados aparatos de proteção, não gozam de uma plenitude de “segurança”. Sabe-se que o Estado é falho na gestão dos pilares que o mesmo considera importante para manutenção de um lugar seguro e, com isso, para a maior parte da população – que é pobre - a vulnerabilidade é ainda mais acentuada. Neste cenário deposita-se o que convém-se denominar de pseudo-segurança, que é dentro da lógica mercadológica dos aparatos, a falsa resposta ao

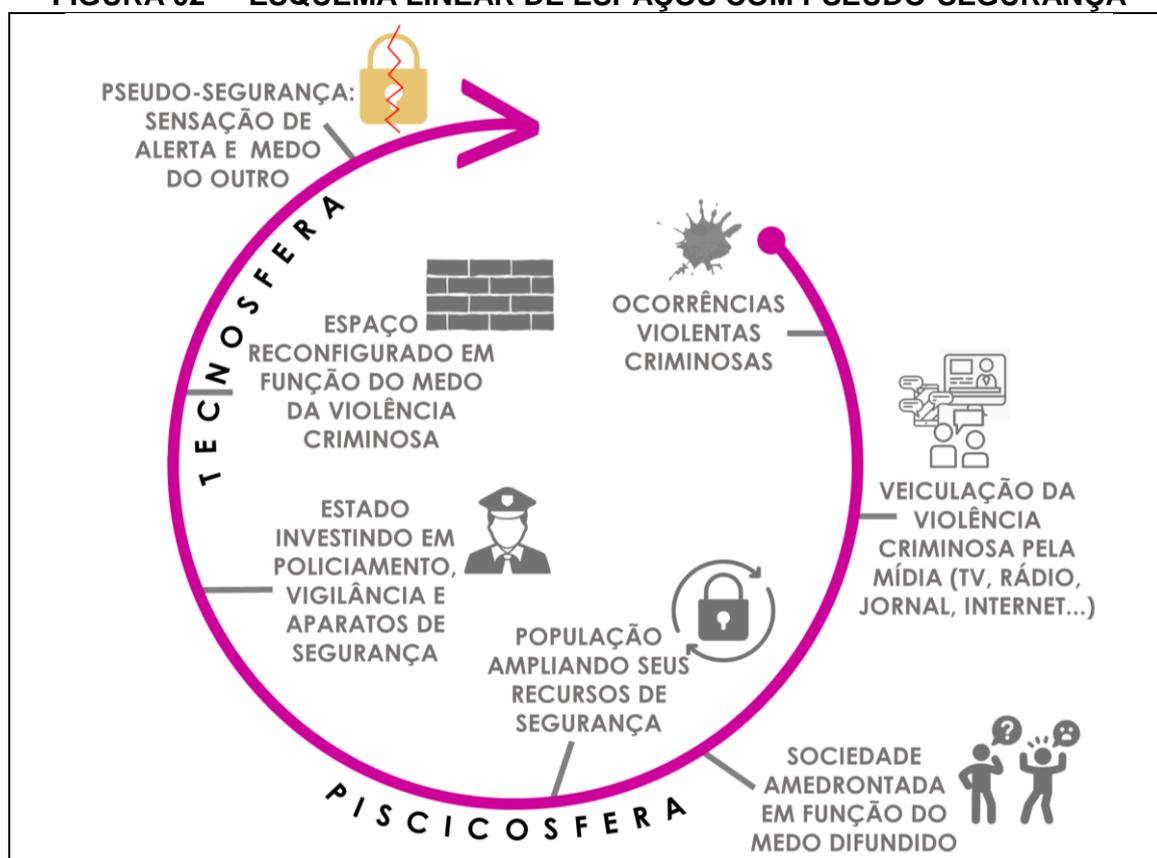
sentimento de segurança e na lógica da liberdade/emancipação, a ausência ou parcialidade dela. A pseudo-segurança abarca o medo da violência criminosa, mesmo com o lar protegido; mantém a sensação de alerta e do medo do outro; impulsiona que mesmo nos espaços policiados e ditos seguros, o indivíduo ainda mantenha cuidados de não portar dinheiro, cartões, celular, objetos de valor...; permite que ocorra – dentro de padrões financeiros – o uso cruzado de diversos aparatos de segurança; faz com que o Estado permaneça investindo forte no aumento de efetivo policial e recursos de segurança (a linha repressiva é substancialmente maior que a linha preventiva); motiva o uso de armamentos mais letais em função de que o outro nos coloca em risco a partir do momento que contém vida; promove cuidados na forma de circular (evitar certos horários e locais); e, reforça preconceitos e estigmas (atribuir as condições social e de cor/raça a chancela de “perigosos”). Ela, também, está na lógica dos mercados de seguros (de vida, de proteção do patrimônio...) Conforme a Istoé Dinheiro, no ano de 2017, só as 04 maiores seguradoras do Brasil, lucraram quase 40 bilhões nesse ano. Mercado que vem crescendo a cada ano e, de certo, está muito atrelado a sensação de pseudo-segurança da população.

A pseudo-segurança, também, tem reflexos nas questões de saúde emocional. O contexto atual, sem sombra de dúvidas, auxilia na promoção de situações de pânico, ansiedade e isolamento. De certo, a pseudo-segurança irá constar nos espaços onde as estruturas sociais são precarizadas; “enquanto nosso país for como é hoje, qualquer iniciativa na segurança será apenas um paliativo, sem nenhum valor” (SOARES, 2006, p.13)

Numa ilustração não aprofundada do que encaminha para o estado de pseudo-segurança, abaixo na Figura 02 propõe-se um esquema que auxilia na compreensão. A ideia é demonstrar como no espaço-tempo (representado pela seta) os fenômenos ligados ao combo: ocorrências violentas + medo difuso + aparelhamento de segurança + espaço reconfigurado; permitem um espaço com pseudo-segurança.

No esquema, como será percebido adiante não há os elementos que porventura podem impulsionar as ocorrências violentas. Não foram acrescentados em função das diversas motivações. Mas, cabe ressaltar que buscou-se trazer os elementos que associam-se e/ou estão integrados a psicofera, que corresponde ao reino das ideias, crenças, paixões, sentidos e ao lugar da produção de um sentido, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário (SANTOS, 1997).

**FIGURA 02 - ESQUEMA LINEAR DE ESPAÇOS COM PSEUDO-SEGURANÇA**



**Elaboração:** Carlos Duarte

Como o medo difundido pela mídia, a postura amedrontada da população e a própria pseudo-segurança; e, a tecnosfera que compreende o conjunto de objetos técnicos, resultado da artificialização crescente do espaço (SANTOS, 1997), no caso do referido esquema retratado pelos investimentos em segurança e reconfiguração do espaço. E no tocante as reconfigurações espaciais, essas por serem percebidas visualmente, acabam tornando-se o “símbolo” concreto dessa pauta:

A estrutura arquitetônica da cidade é alterada. As pessoas constroem prisões para proteção e defesa da vida e do patrimônio. Cria-se desde os mais simples até os mais sofisticados sistemas de segurança e de proteção de patrimônios e da própria vida: desde altas tecnologias, blindados, sensores eletrônicos, câmeras escondidas que vigiam espaços, até o conjunto de seguros de casa, carro e de vida. A população mais empobrecida, moradora dos bairros periféricos e das favelas, para proteger-se e defender-se, dá carta branca aos grupos organizados e quadrilhas vinculadas ao mundo da contravenção e ao tráfico de drogas em troca de segurança e proteção. (BAIERL, 2004, p. 62)

Como visto na colocação da professora Luzia Fátima Baiarl, pesquisadora do medo social, é possível atrelar ainda a pseudo-segurança o controle do outro por um poder paralelo ilícito, que auxilia na postura de passividade, mediante o medo da perda da vida. Em observação a figura 02, é possível inferir que na representação do espaço existem as estratégias da indústria da segurança atuando para “manutenção” desse ciclo e a linha político-governamental que mantém-se na tática repressiva. A pseudo-segurança demonstra que a resposta que vem sendo utilizada para conter as ocorrências violentas no espaço não são eficientes e promovem a necessidade de constante busca por “segurança”. Nesse cadinho, a segurança – como já de vasto conhecimento – deve ser compartilhada. Conforme Miraglia “se de fato a segurança pública é dever e direito de todos, o sucesso das ações nesse campo deve ser resultado de uma coalização de forças e articulação concreta entre instâncias de poder.” (MIRAGLIA, 2008, p.98)

Não há como se perguntar: Por que pouco é feito para quebrar ou minimizar o ciclo da pseudo-segurança? A quem está condição interessa? Para somar ainda mais elementos que demonstrem como a pseudo-segurança veio se transformando e encorpando-se ao longo dos anos, no próximo capítulo faz-se um breve apanhando de como a violência criminosa veio se apresentando entre os anos de 1980 a 2018, nos âmbitos nacional, estadual e municipal.

### 3 VIOLÊNCIA CRIMINOSA E MEDO DIFUSO: CONSTRUÇÃO DA INSEGURANÇA EM QUATRO DÉCADAS

A onda de violência que assola o Recife permaneceu nos mesmos níveis, no último dia do ano. O registro de casos violentos nos principais hospitais de urgência (Restauração, Getúlio Vargas e Agamenon Magalhães) revela a ocorrência de 25 agressões, 15 acidentes de trânsito, cinco mortes, quatro tentativas de suicídio, um acidente de trabalho e um assalto.

Diário de Pernambuco, 01 de janeiro de 1980. Capa.

Muito acontece em quase quatro décadas (1980-2018). Tomando as gestões públicas como exemplo, ocorreram 10 mandatos federais e estaduais e 12 municipais. As populações de Recife, Pernambuco e Brasil cresceram mais de 30%, 38% e 42%, respectivamente (IBGE, 2010). Há 30 anos, um trabalho acadêmico era feito com recurso da datilografia; o Complexo Industrial Portuário de Suape começava suas atividades; na capa do dia 01/01/1980 do Diário de Pernambuco, havia a seguinte manchete: “Figueiredo concita os brasileiros a olhar o futuro com esperança”; Milton Santos publicava sua décima obra: “A urbanização desigual”, pela editora Vozes; nessa época, a AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros) e o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) já possuíam 46 anos de sua fundação.

Em 456 meses, 13.876 dias ou 332.880 horas, centenas de milhões de acontecimentos ocorreram sobre o espaço pelos mais variados agentes, ocasionando modificações sobre a tecnosfera e a psicosfera, bem como na percepção do tempo<sup>4</sup>. É sabido que o processo de formação das áreas urbanas deve-se a uma série de fatores que implicam na transformação e produção desse espaço. Essa dinâmica é fomentada por atores diversos, e, em períodos distintos, alguns tiveram maior ou menor peso no processo de produção do espaço.

“O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.” (SANTOS, 2008, p.39). Pautando-se nessa afirmativa, é de convir que esses mesmos acontecimentos

<sup>4</sup> SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão. São Paulo: Hucitec, 1997.

são os que permeiam a vida. Dentre eles, a violência e o medo da criminalidade, que tornaram-se aspectos tão densos na sociedade, que vêm contribuindo para posturas diferenciadas e reflexo na reconfiguração do espaço, vieram se agregando como agentes nesse processo. O tempo desses acontecimentos, seu acúmulo, sua introjeção pelo coletivo, as intervenções públicas e privadas, o aspecto cultural entre outros, são pontos que, agregados ao fator violência e o medo ajudam a tecer espaços mais hostis, já demonstrado no esquema de pseudo-segurança.

Como será posto mais adiante, a ideia é trazer, nos cenários nacional, estadual e na escala municipal, como, ao longo desses 38 anos, a violência criminosa difundida pela mídia vem contribuindo para auxiliar nas reconfigurações do espaço e na pseudo-segurança. Na lógica, entende-se que o fator violência, presente em todas as camadas sociais e não combatida devidamente de forma preventiva (atuando com educação de qualidade, melhor distribuição de renda, investimentos reais em moradias dignas, saneamento, saúde, mobilidade...), vem sendo – como será apontado – explorado como um tema constante e sensacionalista pela mídia. A sociedade, em reflexo e resposta a essa constante descrição de um ambiente violento, vem sendo “empurrada” a estruturar suas residências com aparatos de segurança, e o poder público a investir mais em policiamento, armamentos, câmeras de vigilância, aparelhamento policial; enfim, o cenário é de “necessidade de segurança”. Os que podem organizam-se com o que a indústria da segurança oferta, os que não tem recursos para aquisição de algo elaborado buscam com alguma “gambiarra”, proteger o seu lar. Como dito, no capítulo anterior, independente da classe econômica e do nível de aparelhamento, a população segue amedrontada e os recursos de segurança existentes não suplantam a sensação de insegurança. A pseudo-segurança movimenta um nicho específico da economia, que há décadas, em Recife - e, de certo, em outras cidades pelo Brasil -, não entrega, junto a seu aparato, a sensação de segurança.

Assim, a proposta é pincelar, nesse considerável tempo-espaço, como a psicofera do medo da violência criminosa tem se apresentado no Brasil, Pernambuco e Recife. Entender o aspecto atual de um determinado espaço é rever como se deu o processo de formação deste. Buscar, através de um período de 38 anos, passagens que apontem como a violência criminosa e, conseqüentemente, o medo contribuíram

para a constituição da psicofera do medo e da tecnosfera da segurança/vigilância, especialmente no espaço recifense, é a principal intenção deste capítulo.

### 3.1 BREVE CONTEXTO NACIONAL E ESTADUAL ACERCA DA VIOLÊNCIA ENTRE 1980-2018

Entre os anos de 1980 e 2018, a quantidade de homicídios cresceu em 82,47%. Verificando o quantitativo da população no mesmo período, percebe-se que o ritmo de crescimento foi 22% menor. O registro de dados acerca da violência permite a ideia do avanço dessa “prática”, contudo, o cenário da criminalidade, também importante para entender o contexto - inclusive o do aumento da violência - requer outras variáveis. O uso de passagens informativas veiculadas por revistas e jornais podem ser úteis para emoldurar as circunstâncias de uma época. Além disso, os meios de comunicação ocupam função importante e complementar no exercício da construção do conhecimento. Assim, na tentativa de buscar levantar dados e contextualizá-los no período aqui abordado, faz-se uso de passagens desses instrumentos.

Como é sabido, as ações presentes no espaço possibilitam a este a sua reprodução. “O estudo das interações entre os diversos elementos do espaço é um dado fundamental da análise”. (SANTOS, 2008, p. 18) Tomando-se a afirmativa do professor Milton Santos, infere-se que, para entender contextos, é preciso buscar a relação entre eles. Essas relações também decorrem no tempo e faz-se necessário um “recorte” para apreender o mínimo de questões. Dentro de uma proposta que busca ver como a violência contribui para modificações espaciais, perceber sua atuação, em certo período, torna-se importante para assimilação de dados que a indiquem como variável nesse contexto e, também, explicitem o quão a sociedade vem se protegendo, alterando seus espaços e, mesmo assim, vivendo na insegurança.

Vislumbrar um panorama em uma escala mais ampla de um dado fenômeno permite a identificação de pontos que contribuiram, por exemplo, para o cenário da violência criminosa, em especial, sua atuação no espaço. De acordo com Pinheiro

(2003), “toda espécie de comportamento, e não apenas o desviante e criminal, é afetada pelo meio ambiente externo”; logo, demonstrar, embora de forma sintética, a conjuntura de uma época, é implicar que isso marca muito a percepção, as representações e as práticas das classes sociais.

### **3.1.1 Brasil, mostra a tua cara**

Em 1980, o regime era o militar. Governava o país João Figueiredo, o último presidente nesse sistema. Aproximadamente 51 milhões era o número de pobres em meados desse ano (SAPORI, 2007). Morriam por homicídios e outras violências mais de 27.460 pessoas conforme dados do SIM/DATASUS (WAISELFISZ, 1998). Completavam-se cinco anos da implementação do Subsistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) e da Lei nº 6.216 (30/06/1975), que altera a 6.015 (31/12/1973), que menciona que todo sepultamento deve ser feito mediante o registro de óbito. Contudo, os dados mais concisos sobre as causas das mortes aparecem apenas a partir de 1978, com ressalvas de que os dados poderiam ter um acréscimo de 20% em função de falhas nos registros. Nesse ano, o Brasil não contava, ainda, com um Plano Nacional de Segurança ou com políticas efetivamente voltadas para enfrentamento da violência. Não é novo comentar que, nesse sistema governamental, o próprio Estado, os grupos dominantes e até mesmo a polícia, encarregada da segurança pública, foram atores de atitudes violentas contra a sociedade sob a 61 da impunidade.

Os anos seguintes foram marcados pela queda do regime militar e sua substituição por um sistema democrático e a criação da nova Constituição Brasileira (1988), na qual aparece um item sobre Segurança Pública no Título V (Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas), em seu Capítulo III, Art. 144. Um verdadeiro ganho em relação às anteriores. Nessa década, considerada perdida, tomando-se o viés econômico, o Produto Interno Bruto (PIB) declinou em 5,5% e o salário mínimo teve uma redução de 46% entre 1981 a 1990 (SERRA, 1991 apud CALDEIRA, 2000, p. 50). Tratava-se de uma população com mais de 119 milhões de habitantes nos anos de 1980, crescendo em 23,40% em relação ao ano de 1991. A esperança média de vida situava-se nos 63 anos. A taxa de urbanização que, em 1980, era de 67,59%,

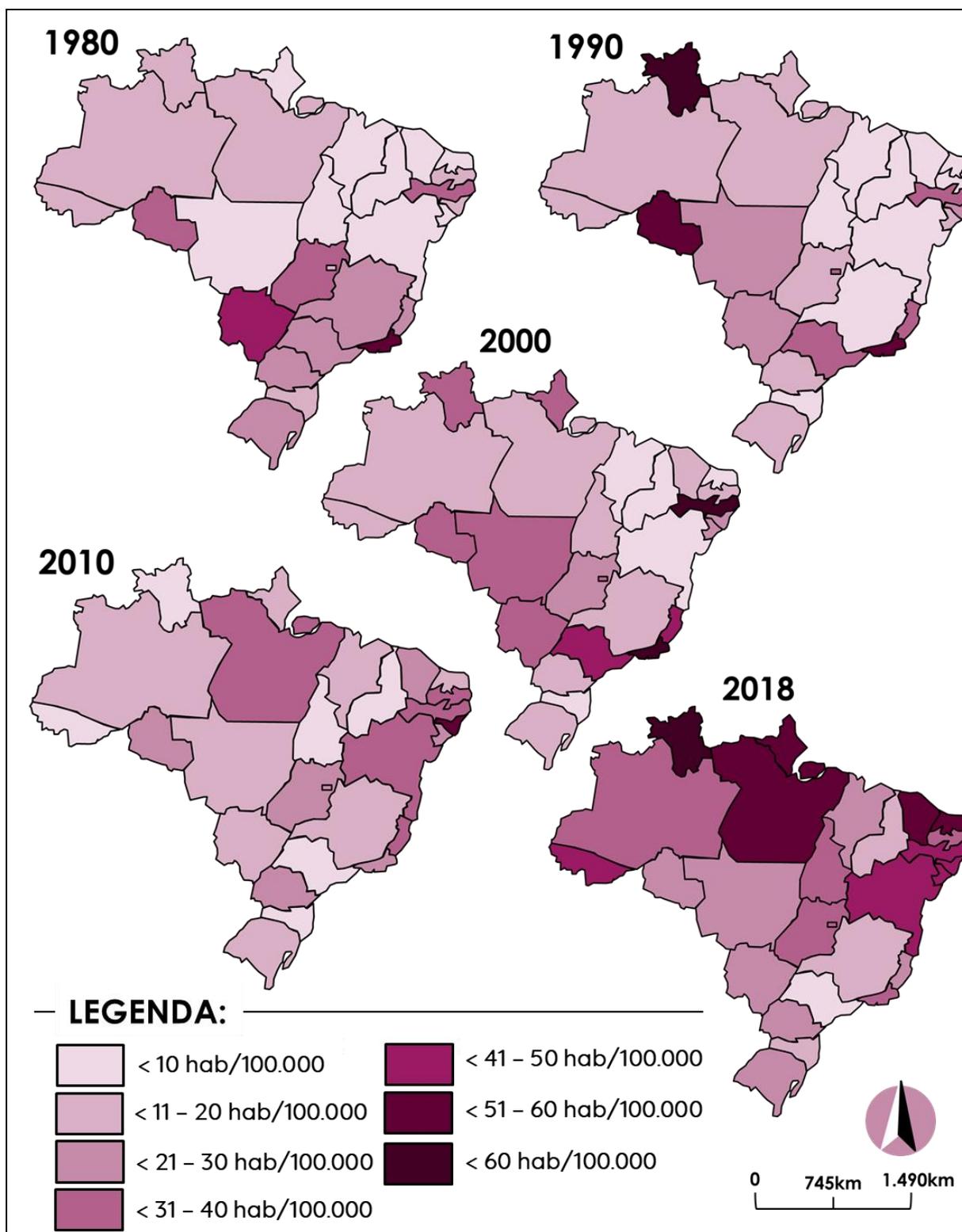
passou para 75,59% em 1990 (IBGE, 2007). O aumento da população nas cidades trouxe, também, uma série de problemas urbanos e sociais, que foram mais intensos nos grandes centros. As políticas de desenvolvimento econômico e sociais não acompanharam o mesmo ritmo, assim, lacunas formavam-se no atendimento à população, especialmente as faixas mais carentes. Não buscando fazer uma relação entre desenvolvimento e violência, mas as taxas de homicídios, nesse período, cresceram aproximadamente 13%. Muitas das mortes foram ocasionadas pelo aumento da participação das armas de fogo nos homicídios, indo de 44% em 1980, a 54% no ano de 1990 (SOARES, 2008).

De acordo com Tereza Caldeira, é mais expressivo e intenso o ritmo do aumento do crime violento no Brasil a partir de 1980. Para ela, "esse aumento obviamente acrescenta insegurança às já intensas ansiedades relacionadas à inflação, ao desemprego e a uma transformação política..." (CALDEIRA, 2000, p. 55). O pesquisador Paulo Sergio menciona, também, que, nesse mesmo tempo, crescia o número de roubos e furtos e a organização do crime; ainda complementa explicitando que: "firmaram-se as redes de tráfico, estruturadas em moldes econômicos relativamente racionais (ou mesmo empresariais), com poder de atração sobre os jovens e com eventuais efeitos de violência nas transações criminosas." (PINHEIRO, 2003, p. 35).

De certo, o tráfico não é uma situação que emergiu nos anos de 1980, contudo, ele se espalhou e encontrou, nas áreas de baixa renda, o vácuo da assistência pública. Como antes citado, ressalta-se que toda relação linear com a violência não é um fator totalmente único, porém, é de convir que o alavancamento do tráfico e do crime organizado proporcionaram e ainda proporcionam mortes e medo.

Verificando a taxa de homicídios por Unidades da Federação em um número de 100.000 habitantes (Figura 03), é possível visualizar históricos interessantes de aumento e declínio. Tomando o mesmo referencial de tempo (1980 a 1990), aponta-se o crescimento de São Paulo e Espírito Santo na Região Sudeste; Alagoas, Paraíba e Sergipe, na Região Nordeste; Roraima, Rondônia e Amapá, na Região Norte; e, Mato Grosso na Região Centro-Oeste. Vale destacar os que obtiveram queda, como Mato Grosso do Sul e Goiás, no Centro Oeste; Minas Gerais, no Sudeste e os três Estados da Região Sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; e os que

**FIGURA 03**  
**EVOLUÇÃO DOS HOMICÍDIOS NO PAÍS**  
**POR 100.000 HABITANTES ENTRE 1980 E 2018**



Fonte: SIM/DATASUS (apud, WAISELFISZ, Julio Jacobo, 1998, 2004, 2011, 2016, 2020)  
 Elaboração e Execução: Carlos Duarte

mantiveram as taxas dentro do mesmo escore proposto, como Acre, Amazonas, Pará e o Tocantins na região Norte; Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia, no Nordeste; Rio de Janeiro, na Região Sudeste e o Distrito Federal. Em uma conta simples, é possível verificar que, entre esse período, 33% dos Estados apresentaram aumento, 22% queda e 45% mantiveram as taxas.

Entre os anos de 1990 a 2000, a relação de aumento, permanência e queda nas taxas de homicídios nas Unidades Federativas já apresenta outra leitura. Nesse referencial, 52% dos Estados tiveram aumento no número de mortes violentas, 44% mantiveram o escore e em apenas 4% ocorreu redução. Esse período demonstra, claramente, a evolução na taxa de homicídios. A partir dos anos 2000, é notório o crescimento das mortes violentas em todo o país. Ao verificarmos o ano de 2018, percebe-se que todas as unidades da Federação apresentaram significativo aumento em relação à década anterior, destacam-se, em especial, os Estados da Região Norte.

Retomando os anos de 1980 a 1990, essa década possui traços marcantes na história do país, como o impeachment de Fernando Collor e a implantação do Plano Real, para citar alguns exemplos. Fatos esses que implicaram, também, em modificações na sociedade. Os números socioeconômicos continuavam a crescer. Nesse período, embora o Brasil não tenha conseguido ultrapassar o índice de 0,800 no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em 1991, o índice, que era de 0,696, saltou para 0,766 em 2000. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2002). É fato que essa média encobre a real situação de muitos Estados. A quantidade de pessoas residindo em espaços urbanos também aumentou: em 1991 mais de 75% da população residia em cidades. A população, de acordo com o censo de 1991, era superior a 146 milhões, e a renda dos 20% mais pobres do país cresceu, no período, cerca de 5% ao ano.

Embora traços de modestas melhoras socioeconômicas tenham ocorrido, o aumento da violência figurou como algo constante, possibilitando a quebra da associação entre a conjuntura social e a violência. Contudo, a motivação para os delitos e a prática da violência criminosas refletem-se muito mais nas populações de áreas de baixa renda. Para Saporì, esse avanço ocorrido nas periferias urbanas e sociais continua atingindo segmentos excluídos da população.

Os pobres e negros permaneceram como principais autores e vítimas desse processo de deterioração da sociabilidade urbana, apesar de terem alcançado padrões de consumo e de acesso aos serviços

públicos superiores aos de seus antepassados (SAPORI, 2008, p. 100).

Observando ainda a parcela desses segmentos que sofrem mais com a violência criminosa, verifica-se que os jovens são as principais vítimas, especialmente a faixa dos 15 aos 24 anos. A taxa de homicídios dessa faixa etária mais que duplicou entre 1980 a 2000, tendo saltado de 23,5 para 52,1 homicídios por grupo de 100 mil habitantes (WAISELFISZ, 1998, 2002).

O aumento da participação de jovens deve-se, segundo Sapori, à consolidação do tráfico de drogas nessas comunidades periféricas. O crescimento da venda de ilícitos no Brasil tem, nos ambientes periféricos, numa maciça maioria, o *locus* de sua organização. Sabe-se que muitas das organizações criminosas instalam-se em ambientes de baixa renda das grandes cidades brasileiras, prática exercida há décadas e presente na atualidade. Apesar de serem a minoria nessas áreas, estes contribuíram com mácula que a sociedade possui dessas áreas, atribuindo-as a chancela de “lugares criminosos”. A maior parte das pessoas que residem nessas localidades não estão envolvidas com a criminalidade. Essa imensa parcela da população é a que mais sofre com as injustiças. Conforme Hélio Bicudo, advogado e contemplado pelo prêmio Nacional de Direitos Humanos de 1993:

Na raiz dessa injustiça está um sistema sócio-econômico (sic) intrinsecamente mau, porque baseado na desigualdade, que produz cada vez mais riqueza, poder e arbítrio para uns poucos, e pobreza, submissão e miséria crescentes para grande maioria. Para manter essa injustiça, cometem-se inúmeras violências, e a maior delas consiste em retirar do povo a possibilidade de participar da vida política, econômica e social do país; consiste em dificultar, ou mesmo impedir a livre organização e associação dos cidadãos para defesa de seus direitos mais legítimos, deixando a brutalidade frequentemente impune. (BICUDO, 1994, p. 11)

Sua visão sintetiza bem uma violência que fala das diversas negações à condição humana. As pessoas residentes em áreas de baixa renda já nascem injustiçadas. Na década referida (1980 a 1990), 1/3 da população era considerada pobre e residia nas periferias das grandes cidades ou em áreas rurais. Existem dados que mencionam que esse percentual poderia ser maior, visto que os métodos anteriormente utilizados para “delimitar” os pobres dos não pobres, nesse período, não eram tão claros como atualmente. O que é importante destacar, nesse espaço de tempo, é que é possível encontrar o termo de “década perdida”, que trata-se de uma referência feita à economia brasileira durante os anos 80, por conta da estagnação

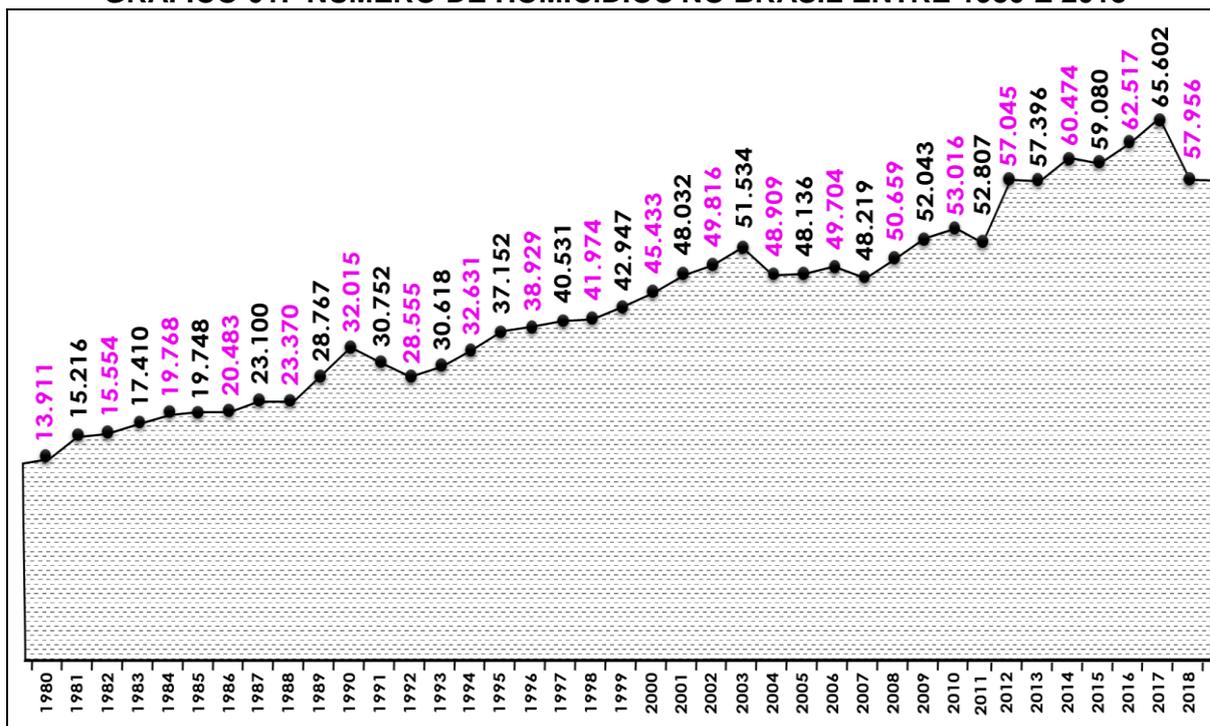
econômica, do baixo crescimento do PIB e da acentuada inflação no período. Com esse cenário, é questionável o percentual de pobreza em 68% da população brasileira na década de 70 e 34% na década de 80 (ROCHA, 2004). Como já colocado, diante de um cenário tão desfavorável para as camadas mais pobres da população, é de se entender o quanto essas injustiças possam, também, ter contribuído para o aumento da violência criminosa nesse período. Os custos invisíveis da recessão desse período causaram um aumento de 206% no número de homicídios entre 1980 e 1990 (SIM/DATASUS, 1998).

Retomando o período de 1990, e verificando os dados dessa época, tomando como referencial as apreensões de ilícitos, em 1990 foram 2,6 toneladas de drogas. Após três anos, esse valor subiu para 6,2 toneladas. Estima-se que estes valores correspondam apenas a 10% do total da droga que circulava pelo país (CESAR, CARVALHO, 1993). Ainda, calcula-se que a cocaína ou o crack estejam por trás de 60% dos assassinatos, ou seja, as taxas referentes a latrocínio (quando se mata para roubar) chegam a 5% a 6% dos casos de assassinatos (SECCO, 2000). Outro dado interessante, levantado pela pesquisadora Maria Fernanda Tourinho Peres, menciona que “a contribuição das armas de fogo para o total das mortes no Brasil atingiu a proporção de 26% (1980), chegando a 30% no final da década de 1990, quando supera os acidentes de trânsito.” (PERES, 2005, p. 59)

Ainda baseado nas informações elencadas por Peres (2005), destaca-se que, na década de 90, ocorreu no Brasil, um total de 1.108.422 mortes por causas externas. Os homicídios ocupam o primeiro lugar, responsáveis por 33,3% dessas mortes. O impacto dos homicídios na mortalidade permanece bastante superior na população masculina, grupo no qual ocupam o primeiro lugar como causa externa de morte (36,5%), enquanto que, na população feminina, estão em terceiro lugar (17,2%). Em cerca de 10% dos óbitos por causas externas nas populações total (10,3%), masculina (10,4%) e feminina (10,3%), a intencionalidade da morte foi indeterminada, o que indica a persistência de problemas na classificação dos óbitos na década de 90. Apesar de colocar só aqui dados específicos acerca do sexo dos que perderam a vida por motivações violentas na década de 90, na anterior (1980) e na dos anos 2000, a parcela masculina, preta e pobre da população – especialmente jovens – são os que mais perdem a vida nessas condições. Há mais de 03 décadas, os homicídios no Brasil são “endereço” aos pobres, pretos e jovens.

De mão desses dados, é possível correlacionar a linha ascendente quanto ao número de homicídios no Brasil, a partir de 1980 (Gráfico 01). Entre os anos de 1980 e 2018, o crescimento de homicídios no país foi de 416%, uma média de crescimento anual de 10,94%. Como será visto no gráfico, o ano de maior pico foi o de 2017, com um número de 65.602. Em relação a esse pico, o crescimento seria de 471%.

**GRÁFICO 01: NÚMERO DE HOMICÍDIOS NO BRASIL ENTRE 1980 E 2018**



**Fonte:** SIM/DATASUS (apud, WAISELFISZ, Julio Jacobo, 1998, 2004, 2011); IPEA, 2020.  
**Elaboração:** Carlos Duarte

Ainda em observância ao gráfico, ao compararmos as décadas e seus crescimentos percentuais de uma para outra, é possível apontar que, nos anos 80, o crescimento no número de homicídios foi de 106%; nos anos iniciais da década de 90 para os últimos, foi de 34%; nos anos 2000, o crescimento foi de 15% e, na última parcela da referência adotada (2010 a 2018), foi de aproximadamente 10%. Observando por essa vertente, em termos percentuais, de fato, ocorre um declínio nos dados. Em números absolutos, ocorreu crescimento de uma década para outra, mas o volume desse crescimento foi tornando-se menor.

Inúmeros autores, informações da imprensa e avaliação de pesquisadores buscam retratar, nesse recorte temporal, sobre a violência e suas principais motivações. É bem comum encontrar referências que fazem a associação do elevado

número de homicídios com o crescimento do tráfico de drogas no país. Seria pretensioso relacionar diretamente o tráfico com o número de mortes, mas é empiricamente comprovada a relação estabelecida, porém não é único fator. Tomando-se os valores percentuais acima relacionados quanto aos dados de homicídios por latrocínio (5% a 6%) e estipulando a média de 5,5%, é possível mencionar que, entre 1990 e 2000, mais de 22.000 pessoas foram mortas tendo a questão do tráfico como motivadora. Retomando a parcela de jovens que, como mencionado, é a mais afetada, estimula-se que a metade dos homicídios ocorridos no país atinge essa faixa etária, logo, entre os 22 mil mortos em função do tráfico, 11 mil são jovens. Para Roberto Kant de Lima, é nos anos 1990 que vem ocorrendo crescente avanço das mortes por causas externas:

A partir dos anos 1990, estamos diante de um complexo dispositivo de produção da violência nas grandes cidades brasileiras, envolvendo delinquência(sic) convencional, tráfico de drogas, grupos de extermínio, corrupção policial e de agentes penitenciários, arbitrariedade e violência da polícia e práticas de justificação em acordos de conta entre traficantes, de traficantes com informantes da polícia ou com delinquentes convencionais e de policiais com delinquentes convencionais ou traficantes. (LIMA, 2000, p.50)

Como visto no gráfico 01, entre 1990 e 2000, a diferença absoluta entre os homicídios é de um pouco mais de 13.400, o que significa um aumento de 42%. A sensação que esses dados causam na população toma proporções que vão desde pequenas mudanças no cotidiano a bruscas posturas de defesa. Para se ter uma ideia, em 1996, um dos debates que acalorou discussões no cenário nacional foi possuir ou não uma arma em meio a grande onda de banditismo. O Congresso Nacional discutia a mudança de uma lei com propostas que mencionavam sobre a venda, a posse e as punições para portadores de armas ilegais. O governo realizou um estudo antes de propor a lei que proíbe o porte de arma. Em tal pesquisa, verificou-se que 80% dos entrevistados afirmaram que a arma de fogo prejudicaria quem tivesse o porte, 88% concordaram com a proibição e 77% mencionaram que a proibição ajuda, mas não acabaria com a violência (TRAUMANN, 1999, p. 127). Nesse tocante, cabe ressaltar o que nos diz Eduardo Soares, acerca da proteção:

A proteção pode ser perniciosa. O esforço de corrigir valores, aprimorar o caráter, adestrar desejos, domesticar emoções, moldar comportamentos, monitorar fantasias, disciplinar sensibilidades e controlar experiências pode ser antieducativo, contraproducente, produzindo sofrimento e perda de oportunidades de desenvolvimento pessoal e social. (SOARES, 2011, p. 48)

Ainda na década de 90, é importante colocar que iniciamos com o confisco da poupança e o impeachment do Presidente Fernando Collor, através da pressão exercida pelo movimento dos “caras pintadas”. Também foi o período da implementação do Plano Real, que, na época, equiparou a moeda ao Dólar. Tivemos a Eco-92 no Rio de Janeiro e, em 1996, o Brasil presenciava o massacre de Eldorado nos Carajás. Os anos 90 entregaram alguns poucos pontos de melhoria na condição de vida do brasileiro, contudo a criminalidade e a violência gerada por ela só cresceu.

No início dos anos 2000, o Ministério da Justiça realiza, também, uma pesquisa com 1.600 pessoas em 10 capitais, vislumbrando a percepção sobre a violência criminosa. Aproximadamente 50% das pessoas que participaram evitam sair à noite com medo de assaltantes, 38% não circulam por ruas consideradas perigosas e 24% mudaram seus percursos entre escola/trabalho e casa. O Vox Populi, em outra pesquisa, mostrou que, em cinquenta cidades brasileiras, 80% apresentam a criminalidade como um dos três problemas que mais preocupam a população. (SECCO, 2000).

Outro estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), em 19 de agosto de 2007, evidencia, igualmente, que a violência mudou os hábitos da população. Das 1.400 pessoas entrevistadas em todo o país, 61% mencionaram não abrir o vidro de seus carros, 58% não deixam os filhos saírem sozinhos à noite, 53% evitam caminhadas nas ruas do próprio bairro. Há até os que admitem pedir o jantar por telefone, para evitar o risco de sair de casa. Quase a metade dos entrevistados – 46% – diz que já teve vontade de mudar de residência, por causa da falta de segurança (MEDO, 2007).

As pesquisas demonstram uma reação esperada em relação ao quadro criminoso da época. Em 2000, o Brasil situava-se entre o 4º país com o maior número de sequestros, perdendo apenas para Colômbia, México e Rússia. O número de seguranças particulares passava da casa 1,3 milhões, total esse superior ao quantitativo de policiais civis e militares atuando neste mesmo período. A cada quatorze residências, uma apresentava a instalação de algum equipamento para prevenção de assaltos. (SECCO, 2000)

Fazendo-se uma conta em cima dos números absolutos de homicídios ocorridos no Brasil, é possível mencionar que, em 1980, a cada hora, 03 pessoas

eram assassinadas; em 1990, esse número sobe para 01 pessoa a cada 12 minutos; 5,5 pessoas por hora no ano de 2000 e, em 2018, uma pessoa a cada 8 minutos. Relembrando o gráfico 01 sobre os homicídios no Brasil entre 1980 e 2018, percebe-se que, a partir de 1997, os números ficam acima de 40 mil e, nesse recorte, o ápice ocorre em 2017, com 65.602 mortes.

Entre os anos de 2001 e 2010, a situação econômica do Brasil apresenta-se mais firme, em comparação aos anos anteriores. No início do século XXI, a população do Brasil já ultrapassava a casa dos 170 milhões de habitantes. A esperança de vida ao nascer era de 71,3 anos e colocava-nos na 86ª posição no ranking da Organização das Nações Unidas (ONU). Comparando-se com a de 1980, a esperança de vida elevou-se em 8,8 anos (IBGE, 2010). Um novo cenário socioeconômico apontava-se: declínio da desigualdade social, melhorias na infraestrutura de áreas pobres, redução do desemprego, aumento na escolaridade, melhor controle sobre a inflação, entre outras estimativas que se apresentaram mais favoráveis em comparação com os anos anteriores.

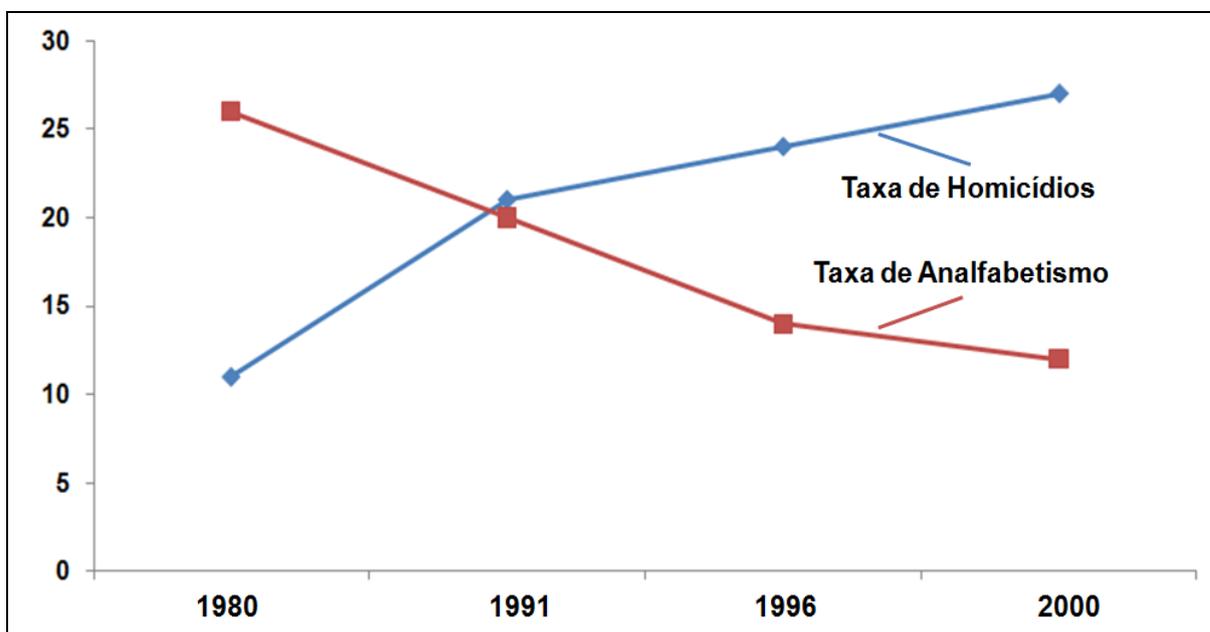
Mesmo o país vivenciando alguns aspectos positivos no campo social, a relação com os dados sobre a violência remete a um pensamento de queda, contudo a criminalidade ainda continuava alta, bem como os números de homicídios anuais no país. O professor e pesquisador Gláucio Soares, em sua obra “Não Matarás”, busca analisar, numa perspectiva histórica, a análise dos homicídios no país, correlacionando essas mortes com variáveis econômicas, culturais, demográficas e sociais. Nos estudos apontados, o autor revela que, em muitos casos, trata-se de uma relação negativa. Para exemplificar, apresenta-se aqui a analogia feita com a taxa de analfabetos e a de homicídios (Gráfico 02).

É interessante perceber que, quanto maior o número de analfabetos, menor o número de homicídios. Outra observação, levando-se em conta o médio e longo tempo de efeitos da educação na sociedade, é que, mesmo após duas décadas, o aumento da formação não contribui para diminuição nos óbitos por mortes violentas. É fato que toda uma conjuntura deve ser levada em conta, em se tratando de fatores motivacionais para o crime violento letal<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Ver: SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Não Matarás: desenvolvimento, desigualdades e homicídios.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008

**GRÁFICO 02**  
**RELAÇÃO ENTRE TAXAS DE HOMICÍDIOS E**  
**ANALFABETISMO NO BRASIL ENTRE 1980 E 2000**



Fonte: SOARES, 2008

Adaptação: Carlos Duarte

Nesse cadinho, Alexandre Secco abordou, em matéria veiculada pela Revista Veja de fevereiro de 2001, a inépcia da polícia e da justiça como um fator forte no aumento da criminalidade violenta. Em 2007, ficava claro, em dados do próprio Departamento Penitenciário Nacional, que existiam muito mais criminosos que nunca foram presos do que presos que poderiam ser soltos. A impunidade reforça ainda mais a dispersão da criminalidade. Em complemento, o pesquisador Luis Flávio Sapori menciona que:

A outra face desse processo de crescente disseminação da violência é a fragilidade do sistema de justiça criminal na sociedade brasileira. Está em questão o desempenho do aparato organizacional responsável pela manutenção da ordem pública e, conseqüentemente (sic), pela imposição de custos a todos aqueles que incorrem em comportamentos considerados anti-sociais (sic) (SAPORI, 2008, p. 102).

Essas discussões acerca dos fatores motivacionais que levam à morte violenta acaloraram diversos debates, especialmente no campo sociológico, e algumas dessas compreensões serviram de base para elaboração de planos preventivos de segurança pública. No caso brasileiro, em meados dos anos 2001, foi elaborado, através da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), o primeiro plano nacional de

segurança, que teve como destaque inovador a criação de um Fundo Nacional. Em 2003, apresenta-se um documento mais elaborado e consistente: trata-se do “Projeto de Segurança Pública para o Brasil”. Após quatro anos, é instituído pela Lei 11.530 de 24 de outubro de 2007, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci, que vem norteando as ações desde então e será colocado em linhas mais adiante. A questão de leis, justiça e punição, evidentemente, ao longo dos anos, foi aprimorando-se. Certos crimes passaram a ser “hediondos”, outros tiveram um acréscimo de pena, outros, redução. Novo senso de “justiça” foi atrelado ao Código Penal. Porém, conforme o Doutor em Educação Flávio Tonnetti:

A justiça é o fracasso da ética. Precisamos recorrer à justiça porque nem sempre somos capazes de agir eticamente. Num mundo em que a conduta ética é predominante não há litígio: a compreensão mútua é a moeda de troca, e o agir é guiado por um bom senso universal, uma razão imperativa que faz com que todos se respeitem em suas múltiplas experiências de encontro com o outro. (TONNETTI, 2013, p. 26)

A colocação do referido professor nos faz refletir como nos distanciamos de uma formação que prime por princípios éticos de cuidado/respeito com o outro. Como já diversas vezes aqui colocado, nossas lacunas, em especial educacional, colaboram para o abismo da compreensão de tais princípios. Ainda nessa premissa, segundo a Ex-Juíza da Suprema Corte dos EUA Ruth Bader Ginsburg:

Uma sociedade contraditória, conflitiva, em que a maioria das pessoas não chega à universidade, tem muita dificuldade de elaborar seu próprio passado. Circulam entre nós mascaramentos ideológicos, formulações míticas, idealizações de grandes líderes, reverências a leis e instituições. A maior parte da população não dispõe dos conhecimentos e métodos necessários para avaliar as relações entre sua miséria social e econômica, a formação histórica do país e os atos dos grupos em liderança. (GINSBURG, 2017, p. 206)

O parêntese aqui aberto para explicitar sobre essas observações só embasa o pensamento do quão distante estamos da sociedade que almejamos para o Brasil e que os caminhos utilizados para correção desse fluxo, muitas vezes, seguem por outras mãos, geralmente repressivas. Nesse tocante, ao observarmos sobre o uso do dinheiro público para atuar contra a violência criminosa, percebemos que os investimentos na segurança pública implicaram no aumento da população carcerária. Em 2002, existiam 248.153 presos no Brasil, saltando para 361.516 em 2005. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2006). Percebe-se que a ação policial tornou-se mais efetiva, contudo a quantidade de vagas nos presídios brasileiros, de acordo com

o mesmo documento, era de 157.772 em 2002 (um déficit de 90.381) e 206.559 em 2005 (déficit de 154.957). O aumento de presos não implica necessariamente em um combate eficaz à violência criminosa. Isso é perceptível, tomando-se como referencial os números de homicídios aqui demonstrados. Outra constatação, embora óbvia, é que esse aumento endossa o sentimento de uma criminalidade mais difundida.

Observando as capas de uma das maiores revistas de circulação (Figura 04), é possível, dentro de critérios como fatos que marcaram o país (econômica e socialmente) e assuntos relacionados à violência criminosa, elencar uma referência anual no intuito de demonstrar como, neste período, o Brasil foi visto e veiculado. Retomando as colocações anteriormente realizadas, novamente não se pretende fazer uma relação linear sobre determinados fatos e a violência criminosa. Contudo, é de convir que toda a conjuntura pretérita pode conspirar para a configuração do cenário atual. Nessa linha, a pesquisadora pernambucana Célia Rique nos apresenta a seguinte observação:

As dificuldades sobre o que estaria a tecer essa dramática realidade brasileira no período expressam a perplexidade dos movimentos políticos, com dificuldade de explicar como ocorreu o aumento alarmante da criminalidade e da violência urbana justamente no período em que o país recuperava as instituições da democracia. Nesse sentido, torna-se oportuno considerar as análises sobre a conjuntura nacional que fazem emergir aspectos significativos da política de segurança e seus efeitos na vulnerabilidade da população à violência no país, sobretudo, na experiência vivida pela população urbana. (RIQUE, 2005, p. 17)

A mesma autora nos afirma que não há como dissociar a condução política do país e não encontrar nessa forma motivações para ampliar ainda mais o abismo social e práticas de violência criminosa.

Entre os anos de 2010 e 2018, no tocante ao cenário da violência criminosa no Brasil, retomando o gráfico 01, percebe-se que trata-se do período com o maior número de vítimas fatais. Já se colocou que a quantidade de dinheiro público investido em melhorias da segurança pública não resultou em queda nos números absolutos e muito menos na percepção da população, que só avalia mal o serviço e tem a sensação de inexistência e aumento da criminalidade. Nesse período, há registro de 525.893 homicídios em território nacional. Desse montante, 220.230 são jovens mortos por armas de fogo (esse foi o período histórico que mais se matou com arma de fogo) e 371.345 do volume das mortes são de pessoas negras. Isso representa

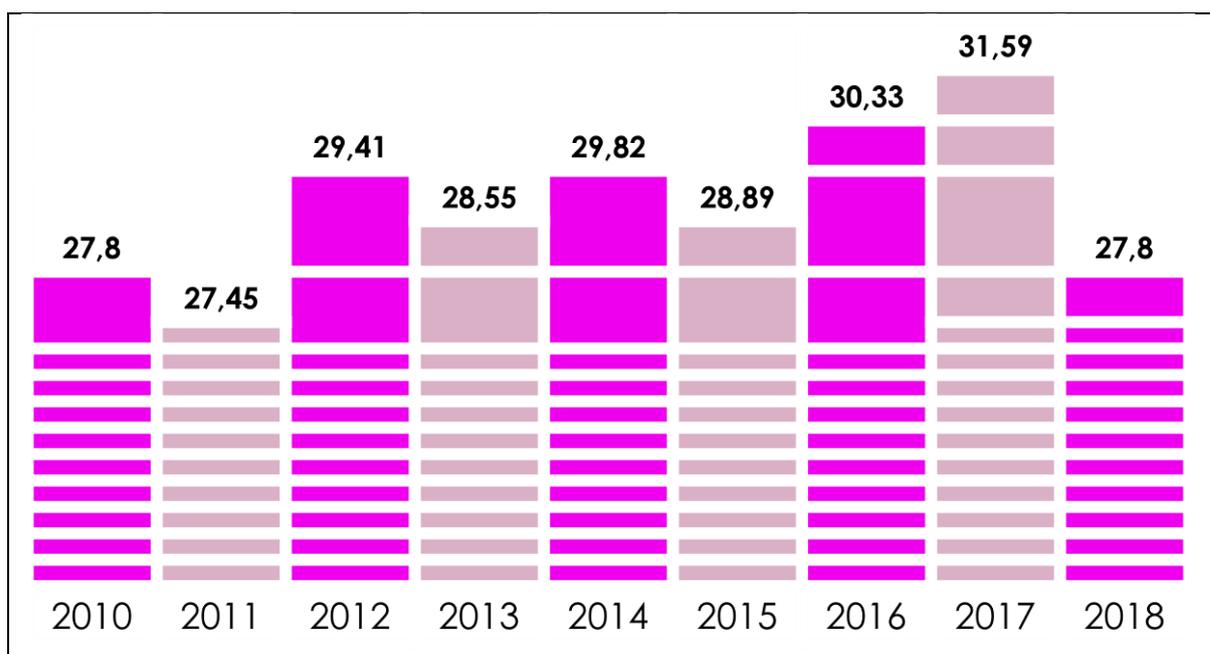
**FIGURA 04: EPÍTOME DE CAPAS QUE ILUSTRAM O CENÁRIO VIOLENTO E OS FATOS MARCANTES ENTRE OS ANOS DE 1980 E 2018**

04/02/1980	07/01/1981	07/04/1982	06/04/1983	14/01/1984	06/06/1984	04/12/1985
01/10/1986	29/04/1987	13/01/1988	05/05/1989	15/08/1990	17/06/1991	07/10/1992
08/09/1993	20/07/1994	01/11/1995	25/09/1996	17/12/1997	22/06/1998	13/01/1999
15/06/2000	15/01/2001	07/02/2001	28/10/2002	30/01/2002	22/09/2003	28/01/2004
23/02/2005	19/07/2006	08/01/2007	15/10/2008	28/10/2009	29/11/2010	08/08/2011
22/08/2012	01/05/2013	05/07/2014	12/08/2015	30/07/2016	11/01/2017	01/06/2018

70,61%! A cor dos homicídios nessa fração de tempo é preta. Na realidade, essa sempre foi a cor que mais ocupou majoritariamente as estatísticas. O racismo estrutural revela-se, também, no número de homicídios no país. Quanto ao sexo, nesse período, foram assassinadas 42.054 mulheres, quase 8% do montante. A população entre 15-29 anos representa 54% do total do período (281.173). Na década de 2010, o índice de jovens, pretos e pobres assassinados elevou-se em 3,5% em relação à anterior (2000-2009), cenário que já demonstrava a necessidade de ações estruturadoras preventivas para que esses índices tornem-se menores.

Ainda sobre o referido recorte temporal, em observância aos dados de homicídios, vale observar, no Gráfico 03, a Taxa Anual de Homicídios por 100 mil habitantes.

**GRÁFICO 03**  
**TAXA ANUAL DE HOMICÍDIOS NO BRASIL POR 100 MIL HABITANTES**



Fonte: IPEA, 2020 | Adaptação: Carlos Duarte

A colocação em 100 mil habitantes é importante porque permite uma comparação com a década anterior, sem os riscos dos números absolutos serem maiores, em função do aumento da população. Nesse aspecto, a taxa média do período anterior é de 27,26 e, nos anos demonstrados no gráfico, é de 29,07, um aumento de 1,87. Como apontado, entre o ano de 2017 e 2018, ocorreu uma redução significativa, algo observado no Gráfico 01 e, também, no acima. Conforme o periódico espanhol *El*

*País*, no ano de 2017, ocorreram mais mortes “devido à ruptura de uma trégua entre as duas facções rivais que dominavam o tráfico de drogas no país - o PCC e o CV - e as consequentes disputas pelo controle. Além disso, a violência ainda coincidiu com um “boom” na produção de cocaína nos vizinhos Colômbia e Peru” (EL PAIS, Opinião, 13/09/2019)<sup>6</sup>

E para “explicar” a possível queda nos números de 2017 para 2018, conforme Tiago Ivo Odon, consultor legislativo do Senado na área de direito penal, “a diminuição dos assassinatos se deve principalmente à crescente profissionalização do tráfico de drogas”. As grandes quadrilhas entenderam que, para auferirem maiores lucros, é mais racional abandonarem a velha estratégia de invadir e dominar o território alheio, em ações bárbaras que costumam deixar um rastro de mortes, e passarem a dividir o mercado com os concorrentes, convivendo de forma pacífica (Fonte: Agência Senado, 2022).

Conforme dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)<sup>7</sup>, é possível verificar, por Regiões, que essa década foi marcada por dois movimentos antagônicos: o aumento exponencial e a queda nos números (Quadro 02).

**QUADRO 02 – EVOLUÇÃO DOS HOMICÍDIOS POR REGIÃO DE BRASIL ENTRE 2011 E 2018 POR 100 MIL HABITANTES**

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
<b>BRASIL</b>	24,5	28,2	27,8	29,5	28,6	29,9	30,9	27,6
<b>NORTE</b>	20,5	35,7	34,7	36,3	38,5	41,8	43,9	44,4
<b>NORDESTE</b>	37,3	38,4	39,9	42,2	41,5	43,6	47,7	41,4
<b>CENTRO-OESTE</b>	23,1	35,5	34,8	37,2	36,1	34,9	30,5	29,7
<b>SUDESTE</b>	17,8	20,1	19,8	20,7	18,7	19,5	19,8	17,6
<b>SUL</b>	22,8	23,8	20,0	22,3	22,6	23,9	23,1	19,6

**Fonte:** Anuário de Segurança Pública, 2021 | **Adaptação:** Carlos Duarte

<sup>6</sup> VER: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/14/opinion/1568421039\\_616695.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/14/opinion/1568421039_616695.html)>

<sup>7</sup> Ver: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>

Nos Estados, esses números acompanharam o ritmo do Brasil. É possível perceber, no quadro acima, que a região Nordeste, entre 2011 e 2017, foi a que possuiu a maior proporção de mortes por 110 mil/hab, sendo ultrapassada em 2018 pela região Norte. A região Sudeste, no período acima demonstrado, é a que possui os menores valores. As regiões Norte e Nordeste chegam a ter várias vezes o dobro do valor apresentado por essa unidade. Historicamente a região Nordeste sempre apresentou elevados índices de violência. Entre os seus estados Alagoas e Pernambuco destacam-se. Pernambuco apresentou a segunda maior queda nos índices de violência em 2018, segundo o Atlas da Violência. A queda foi de 22,9% e a taxa registrada foi de 44,1 (um pouco menor que o da Região). Alguns pesquisadores da área atribuem as quedas nas unidades da federação às políticas estaduais de segurança; no caso pernambucano, ao programa Pacto pela Vida, lançado em 2007, que contribuiu para a diminuição de homicídios até 2013. Após, como será visto mais adiante, as taxas de mortes violentas voltaram a aumentar substancialmente em 2016 e 2017, período de maior intensidade da guerra das facções, como já colocado. Nas próximas páginas, também será realizada uma coletânea de *flashes* sobre os acontecimentos criminosos e as ações de combate à violência no Estado de Pernambuco.

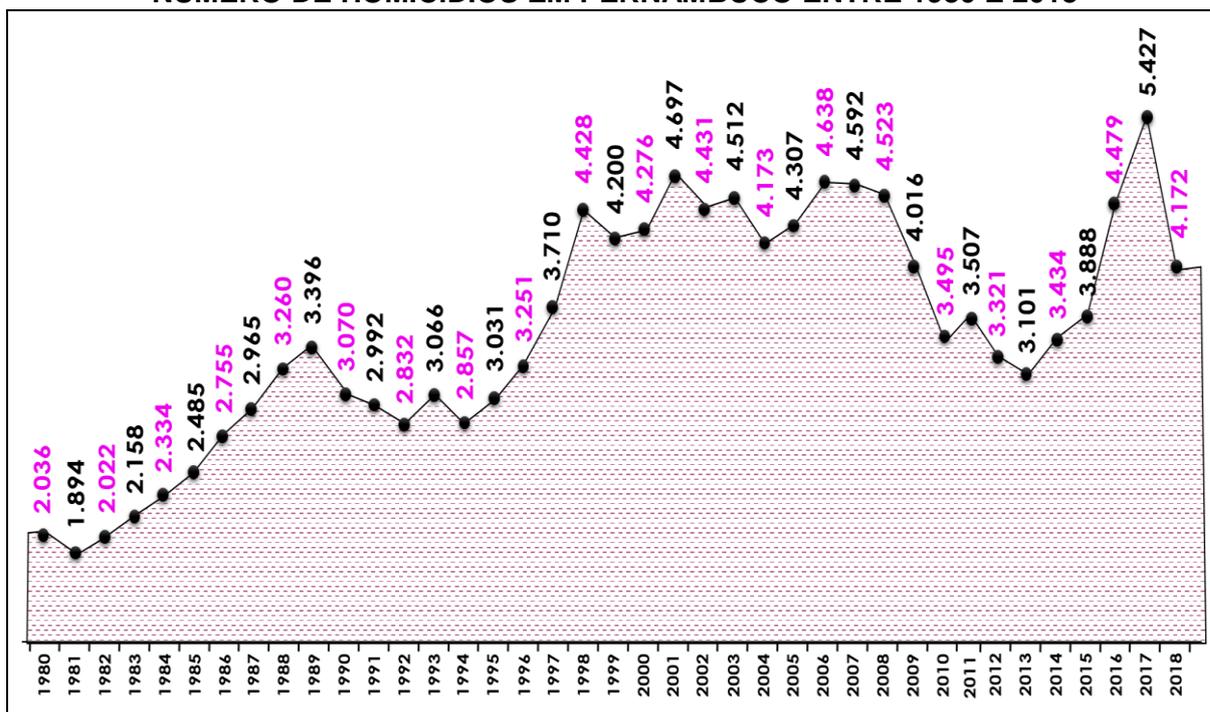
### **3.1.2 Pernambuco: nova Roma de bravos guerreiros**

Diante do exposto acerca do panorama brasileiro, embora ocorra consciência das grandes lacunas, buscar elencar pontos que demonstrem, sinteticamente, a esfera estadual faz-se importante, visto as particularidades da área em seus aspectos culturais e socioeconômicos. No caso pernambucano, as situações de violência criminosa ainda possuem proporções alarmantes, segundo dados da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco - Condepe/Fidem, que serão expostos mais adiante.

Dentro do mesmo recorte de tempo (1980 a 2018), foram vitimadas, no Estado de Pernambuco, mais de 137.731 pessoas de acordo com os dados da Secretaria de Defesa Social (SDS) e SIM/DATASUS (Gráfico 04). Uma média de 3.532 mortes anuais. Os dados demonstram momentos de oscilação e queda. Permitem, também,

deduzir sobre o impacto que esses números causaram na sociedade. Percebe-se que os anos de 2001 e 2017 são os que obtiveram os números mais elevados e que a linha de declínio pode ser percebida em dois momentos: entre 1989 e 1996 e outra iniciando-se a partir de 2007. Essa queda nas taxas são atribuídas ao plano de combate à violência do governo do Estado de Pernambuco, que começou a atuar em meados do 1º semestre desse ano.

**GRÁFICO 04**  
**NÚMERO DE HOMICÍDIOS EM PERNAMBUCO ENTRE 1980 E 2018**



**Fonte:** INFOPOL/SDS – SIM/DATASUS (apud, WASELFI SZ, Julio Jacobo, 1998, 2004, 2011) Condepe/Findem (2020) | **Elaboração:** Carlos Duarte

Ainda é possível fazer uma associação com a taxa de crescimento da população entre os anos mencionados. De acordo com o IBGE, Pernambuco possuía, em 1980, um total de 6.173.753 habitantes; em 1991, a população era de 7.127.855; no ano 2000, de 7.911.397; no ano de 2010, o censo apontava 8.796.448; e, conforme contagem da população pelo IBGE, em 2020 considerava-se que, em Pernambuco, a população era de 9.616.621. Respectivamente, o crescimento foi de: 17,5%, 15,5%, 11%, 11,2% e 9,32% (IBGE, 2021). No tocante ao crescimento dos números de homicídios vistos no gráfico 04, esse percentual, nos referidos anos, é de 53%, 50%, 35%, -20% e 19%. Tanto o crescimento populacional quanto as taxas de homicídios cresceram no Estado. O que diminuiu foi o ritmo desse crescimento.

Buscando, nesse recorte temporal, trazer alguns elementos para compor a série histórica dos acontecimentos violentos no Estado, no início dos anos de 1980, ao que parece, a preocupação com o combate à violência estava atrelada ao uso do álcool e outras drogas. As informações da época mencionavam que os delitos, as lesões corporais e crimes de morte ocorriam em quantidades maiores nos finais de semana, logo se associava ao alto consumo de álcool típico nesses dias. Assim, surgiram as primeiras discussões acerca da implantação de uma Lei Seca no Estado. Ainda neste ano, a Secretaria de Segurança Pública – SSP, atual SDS, investigava a atuação de um Esquadrão da Morte no Estado, com suspeita de participação de policiais. Muitas das mortes ocorridas em um determinado período desse ano eram associadas a esse esquadrão (SEGURANÇA, 1980).

Em 1981 o então superintendente do sistema penitenciário José de Siqueira Silva, ao ser entrevistado pelo Diário de Pernambuco, menciona como poderia ser realizado o combate à violência. Para ele, a solução deveria passar pela resolução de questões como o subemprego, o desemprego, a má distribuição de renda, a intensificação do policiamento, condições favoráveis ao exercício do policial e ações preventivas e repressivas da polícia (SIQUEIRA EXPLICA, 1981). As colocações demonstram que existia o atrelamento ao cuidado com o social para minimizar os efeitos na violência criminosa. Todavia, o discurso era diferente da prática, pois, na época, a criação de penitenciárias e ações repressoras encontrava-se na pauta. Nos anos seguintes (1981 a 1989), os índices de homicídios no Estado aumentavam numa média de 8% ao ano.

O cuidado com o social não era o foco da época, as questões em torno do cenário político e econômico estavam no topo da pauta. A inflação sucumbia o país e formas de melhorar a economia tinham pouco êxito. Em Pernambuco, as questões não eram muito diferentes. Para exemplificar, entre os anos de 1981 e 1985, de acordo com os balancetes anuais publicados nos Diários Oficiais do Estado, gastava-se muito mais em questões administrativas do que com educação.

Com o crescimento da violência, aos poucos, foi tornando-se maior a preocupação do poder público. Em 1984, o governador da ocasião, Roberto Magalhães, nomeia um secretário que busca fazer com que a população sinta sempre a presença do policial. As medidas passavam pelo aumento do efetivo, ou seja, aumentava-se a bandidagem, logo, mais policiais. Com propósito parecido, Gustavo

Krause, dois anos após, reforça o número de policias para reduzir os índices de violência, lançando, ainda, duas operações: Operação Captura e Operação Desarmamento (KRAUSE REFORÇA, 1986). A ideia linear de combate à violência através da mobilização policial não obteve muito sucesso. Em poucos dias, a população estava na rua fazendo uma grande caminhada contra a violência, embora a motivação tenha partido da morte de alguém da elite.

Novamente, em 1987, é possível averiguar passagens sobre o Esquadrão da Morte atuando no Estado. Tais organizações criminosas clandestinas dividiam a opinião pública, pois seus algozes eram pessoas “malquistas” na sociedade, com isso, alguns simpatizavam com a atuação. As autoridades mantinham a posição de que a existência desse grupo era um mito e que a origem das mortes estaria ligada à rivalidades entre quadrilhas. Neste ano, preocupados com o aumento da violência, empresários propõem um debate visando ampliar o entendimento de questões jurídicas e policiais (EMPRESÁRIOS DEBATEM, 1987).

Como visto no gráfico 04, os números dos homicídios no Estado apresentavam-se maiores a cada ano. Dentre as vítimas, uma determinada faixa etária (entre 15 e 24) demonstrava forte crescimento. Entre 1980 e 1989 foram vitimadas, nesse grupo etário, 27,55% do total de homicídios. Nos números absolutos, Pernambuco perdia apenas para São Paulo e Rio de Janeiro (WAISEILFISZ, 1998). Esses dados mobilizaram, em 1988, movimentos como o Grupo contra Violência ao Menor e o SOS Criança, que pressionava por ações da polícia para reduzir a violência, principalmente aos menores (PERNAMBUCO, 1988).

O último ano da década de 1980 termina com mais de 3.390 mortes. Nesse ano em particular o total de vítimas jovens no Estado de Pernambuco representou em 29,5%. Os questionamentos impulsionados por números tão elevados obtinham como umas das respostas mais frequentes o desemprego. Em 1990, o Diário de Pernambuco trazia como matéria “Desemprego aumenta índice de violência”, na qual havia a preocupação das autoridades em que a criminalidade alavancasse e gerasse ainda mais mortes (MAIA, 1990, p.A-42).

Entre o quinquênio de 1991 a 1995, a violência torna-se motivo de debates mais aguçados. As opiniões de criminalistas pernambucanos sobre a situação versavam em torno do Código de Menores, a impunidade, o Código Penal, o

desarmamento e a prevenção. Para eles, revisões nas legislações, agilidade nas investigações, o controle no uso das armas e ações que implicassem na redução da criminalidade seriam atitudes plausíveis no combate à violência no Estado. Porém, as atitudes que cresciam eram as de proteção e repressão. A segurança privada encorpava-se. De acordo com Rodrigo Carrero, em 1993, mais de 20 mil vigilantes trabalhavam nesse tipo de serviço em Pernambuco; destes 14 mil eram considerados sem preparação adequada (CARRERO, 1993).

Paralelo ao aumento da criminalidade, assim como o investimento na guarda privada, crescia a indústria da segurança. Ao cidadão comum, eram ofertados meios de defesa pessoal como forma de refutar a violência (Figura 05). Nessa época, já era muito comum que as residências possuíssem grades na portas e janelas, entre outros aspectos da construção de defesa. A indústria da segurança asseverava que os indivíduos necessitavam de recursos para uso pessoal. A proteção deveria ter uma extensão do que o lar “assegurava”. Sair da casa já era considerado arriscado e os que pudessem poderia fazer uso dos aparatos disponíveis. Com o título de “a segurança sem violência”, remete-se à ideia de que o uso do equipamento não trará “dano físico” ao outro, mas irá lhe assegurar controle. Controlar o outro em função de um aparato requer prática.

**FIGURA 05**  
**PROPAGANDA DE OBJETOS DE DEFESA PESSOAL**



**C - 50K**  
**CASSETETE ELÉTRICO BOLSÃO PARA:**  
- Usar em residências, escritórios, lojas, bares, restaurantes e estabelecimentos comerciais e industriais.  
- Aumentar a segurança de locais de risco e de alto valor patrimonial.  
- Usar em situações de emergência.  
- Usar em situações de emergência.

**456.170,**

# A SEGURANÇA SEM VIOLÊNCIA

## ELETRIC FIRE

Enfim chegou o mais perfeito equipamento de defesa para o seu uso pessoal. O M-50K, aparelho de choque manual, no formato de um pequeno rádio de bolso para uso pessoal e o C-50K, no formato de um cassetete, destinado a empresas de segurança e segurança privada empresarial. Ambos são de alta voltagem, porém de baixíssima amperagem, produzem choque realmente forte, mas não causam danos físicos. Os "ELETRIC FIRE" têm grande efeito inibidor, principalmente nas desordens em aglomerações, onde o uso de armas convencionais são perigosas. Seja precavido e mantenha sempre a mão o seu "ELETRIC FIRE"



**M - 50K**  
Aparelho de choque manual, formato de pequeno rádio de bolso.  
Dimensões: 10x6x3,5 cm

**338.520**

**Informações e Vendas com:**  
**ELETRÔNICA CABUGÁ LTDA, Av. Cruz Cabugá, 468 - Stº Amaro - CEP. 50040 - Recife - PE - Fone: PABX (081) 231.7768**

Fonte: Diário de Pernambuco, 31/OUT/1992, p. B-7

O modelo proposto na propaganda até ficou conhecido, mas não tornou-se usual. Os aparatos de letalidade foram ganhando maior número de adeptos... A pseudo-segurança, também, como já colocado, passa pela ideia de que o outro nos coloca em risco, a partir do momento que ele ainda contém vida, o risco ainda permanece. Talvez, isso explique que armas sem letalidade não tiveram adesão pela sociedade porque não garantem segurança.

Retomando as ocorrências, em 1992, a SSP lança a “Operação Galera”, uma ação que buscava combater as gangues de ruas que se manifestavam nas maiores cidades da Região Metropolitana do Recife (RMR). Em poucos dias de atuação, a operação enquadrou 26 pessoas (SSP TEM ESQUEMA, 1992). Um ano após, o Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop), conjuntamente com o Centro Luiz Freire, lançava um relatório com o levantamento de vítimas de violência policial e dos crimes praticados por policiais civis entre os anos de 1991 e 1992. Segundo os dados desse relatório, 98 pessoas sofreram infrações praticadas por policiais; dessas, 26 foram assassinadas, 19 sofreram agressões físicas e 14 torturadas (GAJOP CONDENA, 1993).

Ainda em 1993, acaloravam-se as discussões acerca da implantação de uma super secretaria que buscava transformar a SSP em SDS. Tratava-se de uma proposta do secretário de justiça Marcos Cabral, que encontrou resistências entre os delegados e alguns políticos da época, fazendo com que essa decisão viesse ocorrer em gestões futuras.

A chacina de menores no Estado é outro fato marcante. Os números colhidos pelo Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMNR) revelaram a morte de 174 assassinatos de menores (0 a 18 anos) entre os meses de janeiro e outubro de 1992. Tal Unidade da Federação foi apontada pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Menor como terceiro Estado brasileiro onde mais crianças foram mortas (MENINOS DE RUA, 1993). Essa mesma posição foi mantida em 1994, após dados serem revelados pela própria SSP, considerado uma iniciativa inédita no país. De acordo com tal Secretaria, entre 1989 e 1994, foram vitimadas mais de 740 menores no Estado (SSP REVELA, 1994).

No interior de Pernambuco, municípios que antes eram considerados pacatos já demonstravam quebra de padrões em relação à violência criminosa. Em 1994,

Serra Talhada, situada no Sertão do Pajeú, apresentou 11 homicídios em menos de 03 meses e diversas outras modalidades de crimes. Tal aumento era atribuído a “guerras” entre famílias (HIGINO, 1994). Outro município, embora vizinho, mas situado no Sertão de Itaparica - o de Floresta -, conhecido pelas rivalidades entre famílias, também apresentava índices elevados. Com isso, o então secretário de segurança Antônio Moraes, dentre as medidas para reduzir a violência buscava a capacitação dos policiais e uma melhor distribuição do efetivo, inclusive em cidades do interior, acreditando que, com a menor participação efetiva da polícia, maior a impunidade.

No lustro de 1996 a 2000, os números das mortes violentas são bem elevados. Entre os anos de 1996 e 1998, por exemplo, o crescimento foi de 46%. Até então, observando-se uma diferença nesse intervalo, só há ocorrência superior entre os anos de 2013 e 2017. Segundo dados do relatório da SSP referentes aos anos de 1995 e 1996, publicados no Diário de Pernambuco de 16/03/1997, a violência contra as pessoas passava por aumento, enquanto os crimes contra o patrimônio apresentavam redução, ou seja, mais assassinatos e menos roubos. Em 1996, foram registrados, no Estado, 48.473 ocorrências. Excluindo-se os dados de mortes violentas discrimina-se 500 tentativas de homicídios, 10.490 lesões corporais, 13.056 furtos, 11.163 roubos/assaltos, 172 assaltos a bancos, 1.987 arrombamentos, 2.554 roubos de veículos, 10 latrocínios, 818 estelionatos, 02 sequestros, 345 estupros, 141 tentativas de estupros e 358 ocorrências relacionadas a drogas ilícitas (CARRERO, 1997).

No ano de 1997, Pernambuco ocupa a quarta posição no *ranking* da violência e fica atrás dos grandes centros urbanos (São Paulo e Rio de Janeiro) e da capital do país (Brasília). Em Recife, nesse ano, a violência era a 2ª maior causa de mortes. Para exemplificar, em uma única semana (24 a 30/08/1997), ocorreram 24 homicídios e 44 roubos de carros, uma média de mais de 03 assassinatos e 06 carros roubados por dia. Nesse ano, pela primeira vez, a Assembleia Legislativa propõe a instalação de uma CPI para apurar irregularidades na segurança do Estado (MARIANO, 1997). Essa mesma casa tem sua tribuna muito usada em 1998, principalmente pelos deputados da oposição, para explanar sobre a situação da violência.

Trabalhar de forma integrada com as polícias civil e militar e o corpo de bombeiros era a intenção do secretário de segurança pública assim que assumiu, no início de janeiro de 1999. Tais ideias faziam parte da junção de secretarias e contava

com o apoio da Comissão de Justiça da Assembleia Legislativa, dessa forma, em meados do primeiro trimestre do referido ano, surge a SDS (PERNAMBUCO, 1999). Embora com mudanças e tomada de medidas, o ano de 1999 teve o maior número de homicídios desde 1980.

Quando chega-se ao último ano do século XX, a população pernambucana situa-se perto dos 8 milhões de habitantes (IBGE, 2010), o número de homicídios anuais dá um grande salto em comparação com a média da década anterior, que situava-se entre 3.500 homicídios anuais. O governo buscava formas de combater essa situação, que já havia colocado a capital pernambucana entre as mais violentas do Brasil. Entre as tentativas, destaca-se a implantação do Disque-Denúncia e o Canal Aberto, que buscava, nas comunidades, uma interação maior com a população. Tais canais de comunicação demonstraram o clamor da sociedade por segurança. Em seis meses de funcionamento, o Disque-Denúncia registrou mais de 05 mil ligações (PERNAMBUCO, 2001), uma média de 28 ligações/dia.

Nos anos de 2001 a 2003, as matérias do Jornal traziam estampados os milhões que seriam aplicados em segurança, a necessidade de discussões mais profundas sobre a criminalidade e a criação de ações como a “Operação Paz nas Comunidades” e o “Sistema Alerta”. Na época, a SDS tinha como lema “Trabalho integrado pela segurança”, tanto que o Programa Primeiro Emprego tinha espaço dentro das unidades da SDS. A proposta intencionava a diminuição dos índices de violência. Nesse período, também estava em pauta o Plano de Prevenção à Violência da Região Metropolitana do Recife - RMR, que visava fortalecer as ações de monitoramento nessa área. Ocorria, também, o primeiro Colóquio Franco-Brasileiro sobre Segurança e Justiça, promovido pela SDS-PE, visando uma discussão sobre a segurança pública no Estado. Ainda em 2002, no que mencionava ser uma iniciativa inédita, a SDS-PE amplia o número de viaturas para os municípios do interior, buscando atenuar a falta de aparelhamento nessas localidades. (PERNAMBUCO, 2002)

Em meio a estratégias para diminuição das taxas, iniciou-se, em 2003, a discussão para reduzir a maioria penal e a criação da Câmara Metropolitana de Defesa Social, integrada por representantes da sociedade civil e de entidades públicas, que visava conduzir um plano de combate e prevenção à violência. Exigências na Assembleia Legislativa do Estado por uma criação de uma comissão

permanente para a segurança tornavam-se recorrentes. Na mesma casa, ainda são feitas denúncias sobre a falta de condições da polícia e a apresentação de um Projeto de Lei que intencionava a criação do procedimento de notificação compulsória da violência contra mulher. O Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (Conderm) discutia um plano de combate à violência, propondo uma integração entre as esferas públicas. Nesse ano é lançado o Gabinete de Gestão Integrada (GGI), uma iniciativa do governo federal através da Senasp e da SDS-PE, que visava a coordenação conjunta dos órgãos de defesa social e do poder judiciário. Com essa ação, o Estado de Pernambuco tornava-se integrante do Sistema Único de Segurança Pública (Susp). Tal unidade da federação foi a última a integrar-se nesse sistema. (PERNAMBUCO, 2003).

Em 2004, através de um Decreto, é criado o Conselho Estadual da Paz, que visava fazer o acompanhamento e avaliação da SDS-PE, além de formular propostas para a política de segurança no Estado. É lançado, no Fórum Intermunicipal de Segurança Pública, o Plano Metropolitano de Defesa Social e Prevenção à Violência, que buscava mecanismos de prevenção à violência, promoção e garantia dos direitos humanos, a fim de reduzir os índices de violência na RMR. Nesse ano, ainda são realizadas capacitações para o combate ao tráfico de seres humanos, a discussão sobre a campanha de desarmamento, a formação de policiais para trabalharem de forma conjunta e o lançamento de mais um Comando que trabalha nos moldes da polícia integrada (PERNAMBUCO, 2004).

O ano de 2005 apresenta, em seu início, a preocupação do Poder Legislativo com a violência que cresce no interior do Estado. Debates sobre a questão dos menores de rua é um tema recorrente no Conselho de Paz. Retoma-se a ideia de uma comissão permanente sobre segurança na Assembleia Legislativa do Estado. Tais discussões acabam levando à instalação da Frente Parlamentar de Segurança Pública. Buscando responder ao crescimento de roubo de cargas no Estado, a SDS cria a Câmara Integrada de Prevenção ao Roubo, Furto e Recepção de Cargas. Através do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd), uma ação existente no Estado desde 2001 -, ocorre a formação, no final de 2005, de 4.000 estudantes para o enfrentamento do assédio as drogas (PERNAMBUCO, 2005).

No último ano da gestão de Jarbas Vasconcelos/Mendonça Filho (2006), a discussão sobre os investimentos no Pacto 21, programa que tinha como objetivo

debater os problemas e as soluções para o desenvolvimento de Pernambuco, incluindo a questão da segurança, são passagens frequentes no início do ano. Em meados do 2º trimestre, o governo comemora a integração de 08 secretarias às ações de segurança; nos debates ocorridos no Conselho de Paz, buscou-se trazer experiências externas, como a norte-americana. No último trimestre do ano, verifica-se a exigência do secretário da SDS, Rodney Miranda, na revisão de números relativos à violência no Estado, para o qual há desacordo com os números divulgados pela Senasp. Nesse período, o agreste do Estado recebe um Núcleo Integrado de Segurança Comunitária, somando 55 em funcionamento em Pernambuco; e ocorria o fortalecimento da atuação de policiais no combate as drogas (PERNAMBUCO, 2006).

Entre os anos de 2007 e 2010, o governo do Estado recebe uma nova gestão, tendo como representante Eduardo Campos. As primeiras medidas anunciadas pelo governador dizem respeito ao aumento do número de policiais nas ruas, à unificação dos dados das polícias e ao combate ao tráfico e à violência à mulher. Ocorre também o lançamento do Plano Estadual de Segurança Pública, o Pacto pela Vida (PPV), que foi pautado nas reuniões do Fórum Estadual de Segurança Pública. Nesse triênio, ocorrem a modernização da frota da polícia civil; a integração com o Pronasci; o combate ao tráfico de seres humanos; a entrega de viaturas as cidades do interior; aumento do efetivo policial (militar, civil e bombeiros); a adesão do agreste ao PPV; a discussão de novas tecnologias para melhorar a segurança no Estado; as ações realizadas por outras secretarias, visando a prevenção da violência; a instalação do Território de Paz do Pronasci, tendo como primeira localidade o bairro de Santo Amaro; a modernização de delegacias; a execução do programa “Governo Presente”, que busca a redução da violência pela prevenção; reforma de presídios; intensificação de combate ao crack através do Plano de Ações Sociais Integradas de Enfrentamento ao Crack; a criação das Áreas Integradas de Segurança (AIS); entre outros (PERNAMBUCO, 2007-2010).

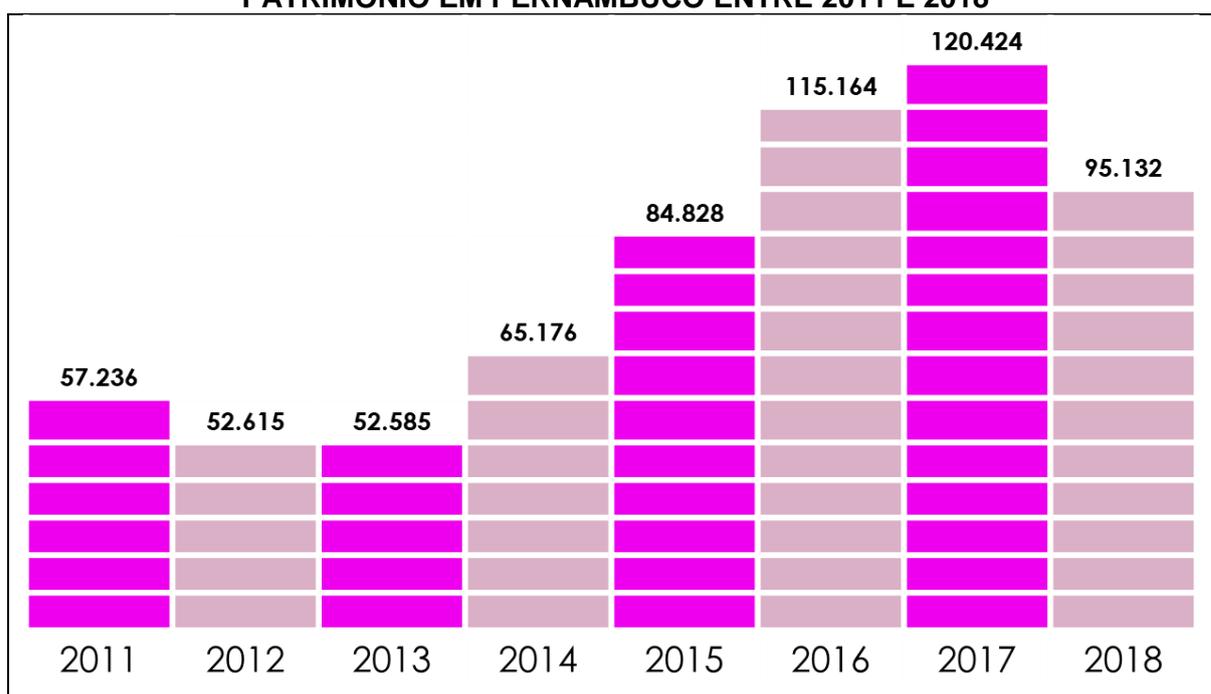
Em relação aos anos anteriores, a partir de 2007, o número de homicídios começa a decair. Em 2010, a redução, comparando-se com o início da implantação do PPV, foi de aproximadamente 30%. Em 2009, foi realizada, pelo IBGE, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Em um dos pontos levantados, destaca-se o que aborda sobre características da vitimização e do acesso à justiça. Segundo o estudo, no Estado de Pernambuco, 65,9% das pessoas tiveram o celular roubado,

76,4% foram vítimas de roubo em via pública e 49,9% mencionaram que não sentem-se seguros na cidade em que residem (PNAD, 2009).

Na última década desse recorte (2010-2018), como colocado, os números de crimes violentos letais intencionais, no Estado, chegam a apresentar significativa redução nos números absolutos entre 2010 e 2015. Nesses anos, o Pacto pela Vida havia intensificado uma série de ações e tinha com principal objetivo reduzir - evidentemente - os números de homicídios. A partir de 2016, ocorreu crescimento e o ano de 2017 atingiu patamares nunca antes vistos, chegando ao volume de 453 mortes por mês e média de 15 homicídios por dia.

Quando vamos observar os Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP) entre os períodos de 2011 e 2018 (Gráfico 05), temos as seguintes informações:

**GRÁFICO 05**  
**NÚMERO DE CRIMES VIOLENTOS CONTRA O**  
**PATRIMÔNIO EM PERNAMBUCO ENTRE 2011 E 2018**



**Fonte:** Condepe/Findem (2011 - 2018)

**Elaboração:** Carlos Duarte

É possível perceber forte evolução nos números de crimes contra o patrimônio. Entre os anos de 2011 e 2017, a incidência desses crimes aumentou em mais de 110%. Como já comentado, o ano de 2017 foi atípico em todo o Brasil; a explosão de crimes, nessa época, foi atribuída a guerra de facções entre o PCC e o PV em todo o

Brasil. No ano de 2018, já percebe-se melhora nesses índices, e a redução foi de um pouco mais de 20%.

Dos 185 municípios pernambucanos, os acontecimentos violentos (homicídios) ocorrem mais, indiscutivelmente, na Região Metropolitana. Como exemplo, tomando o ano de 2018 em que ocorreram 4.172 mortes, as ocorrências por RD (Regiões de Desenvolvimento ficaram assim: RMR – 1.879; Mata Norte – 293, Mata Sul – 460; Agreste Central – 579; Agreste Meridional – 255; Agreste Setentrional – 223; Sertão Central – 40; Sertão de Itaparica – 41; Sertão do Araripe – 74; Sertão do São Francisco – 191; Sertão do Moxotó – 71; e, Sertão do Pajeú – 66. Das 12 RD, a RMR corresponde a 45% do volume de todo o Estado. Numa ordem por zonas, a RMR vem em 1º lugar nas ocorrências, depois o Agreste, após a Mata Norte/Sul e, por último, o Sertão.

Dentre as ações realizadas nesse período, cabe destacar que o governo pernambucano realizou centenas de ações ligadas à cidadania nos mais variados municípios do Estado, a contratação de novos policiais (militar e civis), construção e reforma de presídios, diversas apreensões de drogas, troca e aumento da frota de veículos, motos e bicicletas, investimento na polícia científica... Enfim, são muitas as ações registradas pela SDS nesse período. Para se ter ideia, só nos informativos desse órgão, são encontradas 1.152 passagens informativas acerca do termo “violência” no período de 2011 a 2018.

É perceptível que, no decorrer do período aqui abordado, políticas de combate à violência tornam-se mais expressivas a partir do final da década de 1990. Apesar dos avanços nessas ações, o sentimento da população revela que os efeitos sobre a segurança ainda não diminuem o medo já difundido. Como citado, as políticas de segurança, demonstram como a violência tem sido encarada e, principalmente, possibilitam verificar os efeitos das ações sobre os números.

Em meio a esse recorte temporal, colocar-se-á nos próximos parágrafos um pouco sobre o Pronasci, uma política pública do Governo Federal e o PPV, programa do governo do Estado de Pernambuco. Ambos voltados para o combate e prevenção da violência. A ideia é entender, também, o que tem sido realizado e que impactos essas ações trouxeram para sociedade.

### 3.1.3 Segurança Pública: uma síntese do Pronasci (BR) e do Pacto pela Vida (PE)

A segurança pública nunca esteve tão em pauta. Para exemplificar, os investimentos realizados nos anos de 2008 a 2018, no Brasil, com Segurança Pública, ultrapassaram a casa de 103 bilhões. No Estado de Pernambuco, os gastos com a SDS, no mesmo período, ficaram acima de 29 bilhões (Quadro 03). Nesse panorama, há atuação de políticas públicas novas, voltadas para manutenção da ordem pública, que surgiram em função do acúmulo de conhecimento na área e, principalmente, para mudar um quadro de maciça reprovação.

**QUADRO 03**  
**VALORES DOS CUSTOS EFETIVADOS COM SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL E EM PERNAMBUCO**

ANO	GASTOS EM R\$ COM A SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DE PERNAMBUCO	ORÇAMENTO BRASIL COM SEGURANÇA PÚBLICA (R\$)
2008	1.435.617.703,21	6.970.425.722,00
2009	1.698.664.279,69	8.463.576.430,00
2010	2.014.096.611,54	10.303.223.976,00
2011	2.306.053.063,90	8.154.763.654,00
2012	2.500.387.459,84	9.158.367.437,00
2013	2.635.396.140,52	9.107.176.853,00
2014	3.079.521.654,13	8.945.185.298,87
2015	2.978.140.351,10	9.035.951.435,95
2016	3.362.655.982,31	9.715.492.478,72
2017	4.142.651.986,71	10.860.870.233,63
2018	3.487.586.487,57	12.851.324.098,00

**Fonte:** <http://web.transparencia.pe.gov.br/despesas/despesa-geral/>  
<https://www.portaldatransparencia.gov.br/despesas/funcao>

Tais políticas atuam, de modo geral, em recortes espaciais de expressividade criminosa muito provável. Em pequenas ações, é possível identificar uma junção entre as mesmas. É fato que o *locus* dos problemas ligados à criminalidade também repousa sobre o espaço, possuindo uma escala particular. Nessa linha, Carlos

Brandão ressalta que “cada problema tem a sua escala espacial específica. É preciso enfrentá-lo a partir da articulação dos níveis de governo e das esferas de poder pertinentes àquela problemática específica” (BRANDÃO, 2004, p. 61).

Nesse cadinho, entende-se que segurança pública “é uma atividade pertinente aos órgãos estatais e à comunidade como um todo, realizada com o fito de proteger a cidadania, prevenindo e controlando manifestações da criminalidade e da violência, efetivas ou potenciais, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei” (JUSTIÇA, 2010, in: [www.mj.gov.br](http://www.mj.gov.br)). Logo, cada esfera do poder público possui responsabilidades quanto à garantia desse direito.

Na Constituição Federal de 1988, no Capítulo III e no único artigo 144, há menção de que a “segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (BRASIL, 1990, p.88).

O professor Luiz Flávio Saporì menciona que “a noção de política pública pressupõe a existência de uma esfera de vida que não é privada ou puramente individual, e sim sustentada pelo que é comum e público” (SAPORI, 2007, p.69). Assim, como já mencionado, em função de um quadro que requer uma atenção pública, como a violência, algumas ações precisam ser implementadas. Todavia, é percebido o crescimento da esfera privada de segurança. As ausências ou atuações mais eficazes, no viés da segurança pública, tem possibilitado o espraiamento da “segurança paga”. Conforme a professora Luzia Fátima Baierl, pesquisadora do medo social:

O conjunto de práticas de segurança e defesa pessoal que crescem no âmbito do privado é reflexo da inoperância da segurança pública, da descrença dos mecanismos legais e públicos de direito do cidadão e da impunidade. Se, de um lado, aparentemente, apresentam-se como formas de defesa, por outro, reforçam e reafirmam o ciclo da violência, sem superá-lo, gerando novas formas de controle social, gestadas por particulares do mundo da contravenção e ilegalidade. Trata-se, sobretudo, de defender a vida e a sobrevivência a qualquer custo. Mesmo que esse custo signifique alterar profundamente as formas de vida cotidiana e tornar-se refém daqueles que aparentemente protegem. (BAIERL, 2004, p. 64)

A observação da referida pesquisadora denota a fragilidade do poder público diante da gestão da segurança. Como colocado acima, o volume de dinheiro aplicado

– por exemplo - em 2018, em que a população do Brasil estimava-se em 210 milhões (Projeção IBGE, 2018), daria para cada brasileiro receber R\$ 61,20/ano, algo em torno de R\$0,16/dia. Observando-se por essa perspectiva, não se sabe se poderíamos considerar pouco o valor investido ou a proporção a ser calculada seria diferente. O que pode ser inferido, é que caso esse valor fosse repassado para o cidadão, ele não conseguiria arcar com o plano de uma segurança privada, por exemplo.

Nesse trecho do trabalho, gostar-se-ia de destacar duas políticas públicas, uma no âmbito Federal e outra estadual, que são respectivamente o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) e o Pacto pela Vida (PPV). A primeira refere-se a um projeto que articula políticas de segurança com ações sociais, prioriza a prevenção e busca atingir as causas que levam à violência, sem abrir mão das estratégias de ordenamento social e segurança pública; já o programa estadual o PPV é uma política pública de segurança transversal e integrada, construída de forma pactuada com a sociedade, em articulação permanente com o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Assembleia Legislativa, os municípios e a União (SEPLAG, 2017).

Entre os anos de 2000 e 2010, por exemplo, muito se fez em termos de segurança pública no Estado. Algumas ações não tiveram a mesma proporção na queda dos índices de violência. Após 10 anos, Pernambuco começa a sair de uma situação que o colocou, algumas vezes, entre os Estados mais violentos do Brasil. Tais resultados são apontados como fruto de políticas públicas que começaram a atuar a partir do segundo trimestre de 2007. Trata-se do já mencionado, Plano Estadual de Segurança Pública, o PPV, que se tornou um dos pilares do atual governo. No mesmo ano, é instituído, através da Lei nº 11.530 de 24 de outubro, o Pronasci, que, como já comentado, destina-se a articular ações de segurança pública. Ao todo, são 94 ações implementadas e que têm como público-alvo profissionais da segurança pública e jovens de 15 a 24 anos, à beira da criminalidade e/ou em conflito com a Lei.

Para atuação do Pronasci, ocorrem mobilizações policiais e comunitárias, também há articulação entre os representantes da sociedade civil e as diferentes forças de segurança (polícias civil e militar, corpo de bombeiros, guarda municipal e secretaria de segurança pública). O programa é coordenado por uma secretaria-executiva em nível federal e regionalmente dirigido por uma equipe que atua junto aos

Gabinetes de Gestão Integrada Municipais (GGIM), que tratam das implementações das ações nos municípios.

De acordo com o Portal do Ministério da Justiça<sup>8</sup>, o Pronasci atua em mais de 250 municípios brasileiros e, atualmente está presente em todos os Estados, entre eles, Pernambuco. Neste, 07 municípios são atendidos com ações do programa: Recife, Cabo de Santo Agostinho, Caruaru, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista e São Lourenço da Mata. Com exceção de Caruaru, os demais integram a RMR.

No auge do programa, 29 projetos foram lançados como o “Território de Paz” no Estado. Essa ação englobava um conjunto de projetos, como o Bolsa-Formação, Mulheres de Paz, Polícia Comunitária, Núcleo de Justiça Comunitária, Praça da Juventude, entre outros. A maior parte atuava no bairro de Santo Amaro, em Recife-PE, com ações, principalmente, preventivas. De conformidade com Luciana Cruz, comunga-se da ideia de que “o sucesso de uma política implementada num bairro requer mudanças na cidade como um todo” (CRUZ, 2010, p.270). Ações em locais que promovem uma atenção maior das políticas públicas são válidas, contudo o investimento em jovens que não encontram em outros espaços a inserção pode ser um componente complicador no sucesso da política. Vale ressaltar que tais ações estão paralisadas um pouco antes de 2017, já após o golpe de 2016, com a mudança na governança. Claro, políticas estruturadoras desse porte, também, partem do desejo político. Sabe-se que o governo atual (2018-2022) não presa muito por ações que busquem desenvolver os espaços através de ações efetivamente estruturadoras.

Em função do programa não se manter mais em atividade, não se encontra informações sobre dados mais recentes. Com isso, para ter-se uma ideia dos gastos investidos, apresentam-se dados entre 2008 e 2010, sobre os gastos do Pronasci, apontados pelo Portal da Transparência do Governo Federal (Quadro 04). Em três anos de atuação do programa, contabilizam-se mais de 2 bilhões investidos em todo Brasil. Contudo, é possível encontrar outros números, como os mencionados no Relatório realizado pela Coordenação-geral de Planejamento Setorial do Ministério da Justiça (CGPLAN/MJ), em que alude-se que, de 2007 ao início de 2011, o Pronasci

---

<sup>8</sup> <[www.portal.mj.gov.br](http://www.portal.mj.gov.br)> Acesso em 01/MAR/2017.

investiu R\$ 3.791,91 bilhões, representando um acréscimo de aproximadamente 9,5 vezes do valor investido no ano de 2000. Tais despesas com a execução dos projetos do Pronasci correm a conta das dotações orçamentárias consignadas anualmente no orçamento do Ministério da Justiça, conforme descrito no Art. 9º da Lei 11.530.

**QUADRO 04 - INVESTIMENTOS DO PRONASCI E EM SEGURANÇA PÚBLICA EM NÍVEL NACIONAL E NO ESTADO DE PERNAMBUCO ENTRE 2008 E 2010**

<b>ANO</b>	<b>GASTOS EM R\$ COM O PRONASCI - BRASIL -</b>	<b>GASTOS EM R\$ DO GOVERNO FEDERAL DESTINADOS A SEGURANÇA PÚBLICA - PERNAMBUCO -</b>	<b>PERCENTUAL DOS VALORES DESTINADOS A PERNAMBUCO</b>
<b>2008</b>	344.295.836,00	10.758.092,00	3,12%
<b>2009</b>	876.691.025,72	11.678.566,67	1,33%
<b>2010</b>	990.777.142,07	12.087.315,81	3,50%

Fonte: [www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br); <[www.fgv.br/fgvprojetos/novosprojetos](http://www.fgv.br/fgvprojetos/novosprojetos)><sup>9</sup>

Ainda em observação aos dados presentes no Quadro 03, outra constatação diz respeito ao aumento de 154% em relação aos valores do Pronasci de 2008 para 2009. Nesse mesmo período, tomando como premissa o número de homicídios no Brasil, verifica-se que ocorreram, entre 2008 e 2010, mais de 140.000 homicídios. Uma das explicações para os números ainda elevados após maciços investimentos deve-se ao fato das ações das políticas de segurança pública estarem basicamente voltadas para a prevenção, logo, para resultados mais positivos, acredita-se que há necessidade de um tempo maior. Vale ressaltar que as políticas econômicas também auxiliam no desenvolvimento do país, tendo, também, rebatimento nas questões sociais.

Se formos – novamente – verificar o Gráfico 04, percebemos que os números de homicídios, após a implantação do programa, continuaram subindo. Todavia, ao

<sup>9</sup> Os dados dispostos no Portal da Transparência do Governo Federal não mencionam o valor destinado ao Pronasci por unidades da federação, contudo a Fundação Getúlio Vargas, instituição responsável pela avaliação e acompanhamento do programa, disponibiliza um balanço dos números do Pronasci referente ao ano de 2008-2010. Neste, é possível verificar os investimentos por Estados. No Portal da Transparência do governo do Estado de Pernambuco, há apenas os valores gerais recebidos do Governo Federal, sem discriminação precisa. O Sistema de Monitoramento e Acompanhamento (SIMAP) do Pronasci tem como público-alvo funcionários que trabalham na alta-gestão, gerentes, gerentes de Projetos, coordenadores e equipes de apoio (a esses, infere-se a liberação do acesso).

verificarmos percentualmente esse dado, verifica-se que o nível de crescimento nos números foi um pouco menor do que em anos anteriores à implementação do programa. Com desfecho de ações estruturadoras, como já colocado, os números alavancam ainda mais fortemente, voltando a níveis percentuais de crescimento como nas décadas anteriores.

Assim como o Pronasci, o PPV também foi lançado em 2007, contudo, um pouco antes. Assim, as ações previstas nessa política começaram a ser implementadas, basicamente, a partir do seu lançamento em maio do referido ano.

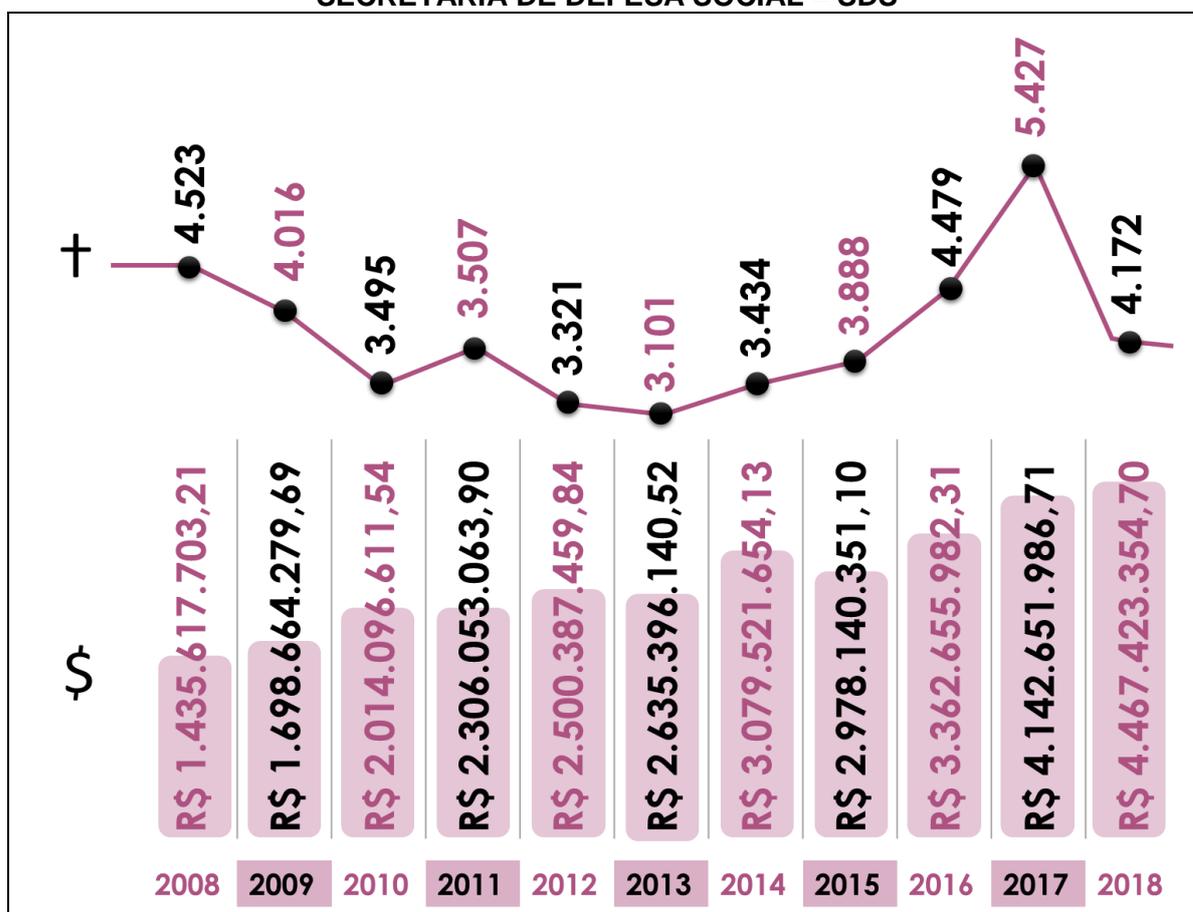
O PPV tem com o objetivo fundamental reduzir a violência, com ênfase na diminuição dos crimes contra a vida. Tal tarefa foi realizada tendo por referência uma concepção de Segurança Pública assentada sobre os seguintes valores: a) Articulação entre Segurança Pública e Direitos Humanos, em que a garantia do direito à vida é a principal meta; b) Compatibilização da qualificação da dimensão repressiva e coercitiva - baseada na incorporação de inteligência, informação, tecnologia e gestão - com uma forte ênfase sobre os aspectos de prevenção social e específica da criminalidade violenta; c) Transversalidade e integralidade das ações de segurança pública, a serem executadas por todas as secretarias de Estado de forma não fragmentada; d) Incorporação, em todos os níveis de execução das Políticas Públicas de Segurança, de mecanismos de gestão, monitoramento e avaliação; e) Participação e controle social, desde a formulação das estratégias até a execução das ações de segurança pública. (PERNAMBUCO, 2007, p.13)

Nunca se investiu tanto em segurança em Pernambuco como nos anos anteriores à gestão atual. As cifras são elevadas e os resultados têm-se mostrado paulatinamente positivos durante um período, causando redução nos homicídios; porém, com o enfraquecimento do programa, voltam a subir (Figura 06).

Acompanhando o ritmo de crescimento da criminalidade e os investimentos em segurança, necessariamente, não implica dizer que a relação: aparelhamento + aumento do efetivo + recursos gerais ocasione queda nos índices de violência. No caso pernambucano, observando os recursos repassados do Governo de Pernambuco à SDS entre os anos de 2008 e 2018 e fazendo a relação com os CVLI, vê-se que os anos de 2016, 2017 e 2018 possuem aumento dos gastos, em relação aos anos anteriores; em contrapartida, as mortes superam os registros

precedentes. Esse período dos 03 últimos anos representados acima representa 32,46% dos CVLI do período retratado.

**FIGURA 06**  
**RELAÇÃO ENTRE O NÚMERO DE HOMICÍDIOS EM PERNAMBUCO**  
**NO PERÍODO DE 2008 A 2018 E OS GASTOS COM A**  
**SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL – SDS**



**Fonte:** SIM/DATASUS; SDS-PE;

<[www.portaltransparencia.pe.gov.br](http://www.portaltransparencia.pe.gov.br)> Acesso em 04/04/2021.

**Elaboração:** Carlos Duarte

Ainda dentro da observação de mortes + verbas da SDS, em 2017, ano de maior investimento, o número de mortes foi superior a 21% em relação ao ano anterior (2016), com repasse menor. É evidente que a discriminação criteriosa desses valores explicaria melhor essa relação, contudo percebe-se que ações exclusivamente policiais não representam uma premissa contundente no combate à violência criminosa. Sobre essa questão, o PPV buscou realizar um aumento considerável do efetivo policial de Pernambuco (Quadro 05).

**QUADRO 05 - EFETIVO POLICIAL DE PERNAMBUCO  
EM ATIVIDADE - ANO BASE 2019**

COORPORAÇÃO	POLÍCIA MILITAR	POLÍCIA CIVIL	POLÍCIA CIENTÍFICA	CORPO DE BOMBEIROS	TOTAL
<b>EFETIVO ATIVO</b>	18.900	5.164	577	4.381	<b>29.022</b>

**Fonte:** < legis.alepe.pe.gov.br > | Acesso em 27/02/2021 | DIVAE/DIRH, 2021

Verificando o quadro do efetivo atual e correlacionando com os dados da população dessa unidade da federação, que, de acordo com última estimativa do IBGE (2020), é de 9.557.071 habitantes, teríamos a média de 01 policial para cada 329 habitantes, valor bem acima do que é recomendado pela ONU, que é de 1/250, ou seja, um policial para cada 250 habitantes. No caso do Brasil, conforme o IBGE (2014), essa relação é de 473 pessoas para 01 policial militar (Ver Quadro 06). Vale ressaltar que não é claro o documento em que a ONU faz essa referência, assim, torna-se difícil mencionar os critérios que são utilizados para chegar-se a esse denominador.

**QUADRO 06 - PROPORÇÃO ENTRE EFETIVO  
POLÍCIA MILITAR E POPULAÇÃO POR REGIÃO  
DO BRASIL - ANO BASE 2014**

REGIÃO	EFETIVO DA PM	PM POR HABITANTES
SUL	49.430	583
NORDESTE	109.341	510
SUDESTE	186.219	454
NORTE	42.129	403
CENTRO-OESTE	38.129	393

**Fonte:** Perfil dos Estados e Municípios Brasileiros. IBGE, 2014

Como visto no quadro acima, a Região Sul é a que possui a pior proporção: 116% a mais do que recomenda a ONU. Na sequência vem a Região Nordeste, com 510Hab/1PM. No contexto regional, Pernambuco está numa condição melhor. Não

fica necessariamente claro que a relação efetivo policial e população absoluta garantam uma redução no número de homicídios. Como comparação, tomemos o caso do Estado vizinho (Alagoas) e o de São Paulo. Em 2010, Alagoas liderou o *ranking* na taxa de homicídios, tendo 71,3 mortes por 100 mil habitantes, enquanto São Paulo, uma taxa de 10,47. A imprensa alagoana defende a tese de déficit no quadro policial e logo explica-se a onda de violência. Segundo dados do Estado do Alagoas, (para se ter uma relação sobre esses dados) no ano de 2010, existiam 10.054 agentes policiais atuando, enquanto que em São Paulo, o efetivo ultrapassa 117.148. Fazendo a relação proporcional do efetivo policial e a população desses Estados, teríamos 1/310 no caso alagoano e 1/340 em São Paulo. Se a premissa acerca do número de policiais fosse verdadeira, era de se supor que o Estado de Alagoas registrasse um número menor de mortes, já que possui uma proporção maior de policiais por número de habitantes. Ainda que a presença policial seja um importante fator inibidor da criminalidade, a premissa de que uma cidade ou um Estado mais policiado será mais seguro não é uma verdade absoluta, como pode-se observar pelos números (GOMES, 2011). Como já colocado anteriormente e como reforça Philippe Robert em sua obra *Sociologia do Crime*, as questões criminosas são multifatoriais:

O crime não aparece isoladamente, ele constitui um elemento dentre outros na cena social; deve-se ser capaz de demonstrá-lo sem fazer abstração do contexto onde o mesmo se insere. Mesmo a passagem ao ato não deve ser analisada necessariamente da mesma maneira em duas situações sociais diferentes. Ademais, a própria transgressão supõe geralmente uma pluralidade de atores (...) (ROBERT, 2007, p. 124-125)

Nesse cadinho, conforme o pesquisador Cláudio Beato:

O crime seria resultado de dois mecanismos distintos, embora correlacionados entre si: a privação relativa e privação absoluta. A abordagem de que parte da privação relativa sugere que o mecanismo responsável pela maior ou menor incidência da criminalidade surge da percepção de indivíduos a respeito de sua posição econômica em relação aos ideais de sucesso de uma sociedade. A violência seria o resultado de um processo de frustração de indivíduos privados relativamente na realização de objetivos socialmente legítimos. O segundo tipo de abordagem tem raízes clássicas na literatura sociológica e trata da pobreza absoluta como fonte de violência. Isso decorreria das poucas opções disponíveis para se lidar com problemas econômicos, devido ao estado de penúria ao qual estão submetidos, por um lado, e, por outro, de situações emocionais difíceis que levariam à escala de ações violentas. (BEATO, 2012, p. 145)

As devidas colocações servem para embasar a tese de que o aumento do efetivo policial, sem devidas ações estruturadoras, não causa mudanças significativas no volume das ocorrências criminosas. Sabe-se que o papel da polícia é, na maior parte das vezes, a repressão. Como visto na colocação de Beato, é importante irmos nas raízes clássicas. É mais do que conhecido que as ações conjuntas que englobem cuidados na educação, lazer, emprego, espaço digno, saúde, enfim, todas essas áreas caminhando bem, o volume de episódios criminosos tende a reduzir.

Após esse adendo, retomando as colocações sobre os programas de combate à violência no Estado de Pernambuco, com o auxílio do PPV, a cidade do Recife ganhou uma atenção maior no número do efetivo policial, na ação de operações de inteligência como a “Quadrante de Segurança” - que possui policiamento ostensivo em retalhos da cidade e da Região Metropolitana -, vigilância através de 237 câmeras e 100% da frota de ônibus com videomonitoramento, dados esses expostos no programa de campanha do ano de 2010. No atual ciclo do governo (2018-2022), o PPV encontra-se no que denominam de “fase de consolidação”. A proposta é que o Pacto pela Vida deve tornar-se uma política permanente, de continuidade assegurada no Governo, com as seguintes linhas de atuação: Repressão Qualificada da Violência; aperfeiçoamento institucional; informação e Gestão do conhecimento; Formação e capacitação; Prevenção Social do crime e da Violência e Gestão Democrática.

Numa tentativa de ilustrar o cenário entre os anos de 2000 e 2018, faz-se uso de capas de jornais que trouxeram como manchete a questão da violência e da segurança pública (Figura 07).

Nesse material, embora tomando-se o cuidado com o sensacionalismo, é possível perceber um pouco do percurso da violência e das ações para combatê-la. Os destaques dos jornais estão divididos entre o período pré PPV e da sua atuação. Nota-se que há certa regularidade com o tema. Vez ou outra – apesar de tornarem-se pouco usuais – encontra-se, nas capas, o tema chamando a atenção da sociedade.

Embora ocorram investimentos crescentes da esfera pública na segurança, eles não se mostram como uma variável determinante para redução satisfatória dos, ainda, elevados índices de violência, como já mencionado em outro ponto deste trabalho. Segundo pesquisa do professor José Maria, “a segurança pública aparece como um bem escasso para maioria dos cidadãos recifenses. Cerca de 74% deles

avaliam a situação da segurança na cidade como ruim ou péssima e 78% opinam que a violência vem aumentando” (NOBREGA, 2008, p. 67). Essa sensação de insegurança ocasionada pelo medo da violência criminoso pode contribuir para essa percepção. Contudo, é sabido que as ações no espaço são dialéticas, respaldadas na sociedade, na configuração da paisagem e são retroalimentadas nesse processo. De acordo com Tereza Caldeira, “a violência e o medo combinam-se a processos de mudança social nas cidades contemporâneas, gerando novas formas de segregação espacial e discriminação social” (CALDEIRA, 2000, p.9).

**FIGURA 07**  
**DEMONSTRAÇÃO DA VIOLÊNCIA CRIMINOSA E AS AÇÕES PÚBLICAS EM**  
**MANCHETES DE JORNAIS NO PERÍODO DE 2000 A 2018**



**Fonte:** Jornal do Commercio; Diário de Pernambuco; Folha de Pernambuco

**Elaboração:** Carlos Duarte

Nesse material, embora tomando-se o cuidado com o sensacionalismo, é possível perceber um pouco do percurso da violência e das ações para combatê-la. Os destaques dos jornais estão divididos entre o período pré PPV e da sua atuação.

Nota-se que há certa regularidade com o tema. Vez ou outra – apesar de tornarem-se pouco usuais – encontra-se, nas capas, o tema chamando a atenção da sociedade.

Embora ocorram investimentos crescentes da esfera pública na segurança, eles não se mostram como uma variável determinante para redução satisfatória dos, ainda, elevados índices de violência, como já mencionado em outro ponto deste trabalho. Segundo pesquisa do professor José Maria, “a segurança pública aparece como um bem escasso para maioria dos cidadãos recifenses. Cerca de 74% deles avaliam a situação da segurança na cidade como ruim ou péssima e 78% opinam que a violência vem aumentando” (NOBREGA, 2008, p. 67). Essa sensação de insegurança ocasionada pelo medo da violência criminosa pode contribuir para essa percepção. Contudo, é sabido que as ações no espaço são dialéticas, respaldadas na sociedade, na configuração da paisagem e são retroalimentadas nesse processo. De acordo com Tereza Caldeira, “a violência e o medo combinam-se a processos de mudança social nas cidades contemporâneas, gerando novas formas de segregação espacial e discriminação social” (CALDEIRA, 2000, p.9).

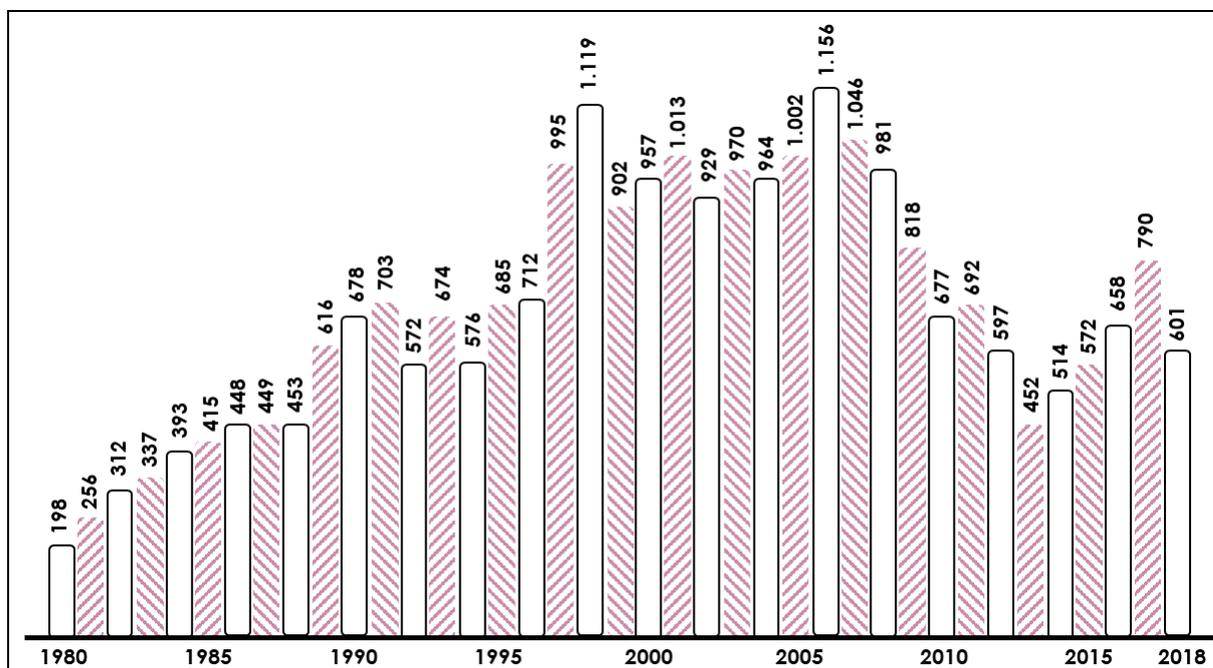
Como visto, é plausível que os órgãos competentes busquem ações que atenuem a violência criminosa. A segurança pública é um direito de todos e é respaldada pela Constituição. Os dois programas aqui colocados ilustram um pouco dessa preocupação. Claro, são distintos e de robustez diferenciadas. Suas atuações são passíveis de críticas e/ou melhoramentos, mas não se pode negar a importância da existência deles. Ainda há muito o que se melhorar e a pauta requer continuidade (em especial aos programas que dão certo e se extinguem pós uma gestão). Nesse formato, nessas quase 04 décadas, visualizando os dados, percebe-se que há “uma considerável deterioração do poder público para controlar a criminalidade e a violência. A taxa de homicídios, por exemplo saltou de 12 vítimas por grupo de 100 em 1980 para o de 27 em 2004 (SAPORI, 2007, p.50)

Toda essa conjuntura da violência criminosa, tanto no cenário nacional como estadual, teve diversos rebatimentos. Algumas dessas implicações pode ser vistas, também, na cidade do Recife, a qual apresentou, entre o período de tempo aqui abordado (1980 a 2018), destaque quanto ao número de homicídios e da criminalidade.

### 3.2 EPÍTOME DA VIOLÊNCIA CRIMINOSA NO RECIFE ENTRE 1980 E 2018

No período de 1980 a 2018, a cidade do Recife ocupou mais de 34 vezes posto entre as 10 cidades mais violentas do país - quando as taxas de homicídios são demonstradas por 100.000 habitantes -, encabeçando a liderança por 25 vezes (WASELFISZ, 1998; 2010, 2017). Nesse tempo, os órgãos públicos investiram em segurança, contudo os valores não proporcionaram, em alguns anos, redução significativa da violência. Esta possui uma relação de proximidade com a criminalidade, que, concomitante aos números dos homicídios, também cresceu. Assim como nas escalas estadual e nacional, a cidade do Recife apresentou forte crescimento no número de homicídios entre meados da década de 1990 e finais dos anos 2000. No caso recifense, as literaturas apontam o aumento populacional, o desemprego, a falta de assistência social, desigualdade socioeconômica, impunidade, o despreparo policial entre outros, como prováveis colaboradores desse panorama.

**GRÁFICO 06 - EVOLUÇÃO DOS HOMICÍDIOS (CVLI) NA CIDADE DO RECIFE-PE ENTRE 1980 E 2018**



Fonte: SES/SECG/DGP/GIS/SIM-PE; Condepe/Findem (2011 - 2018)

Elaboração: Carlos Duarte

Quanto a evolução no número de homicídios na cidade do Recife (Gráfico 06), percebe-se que ocorreu crescimento entre a primeira década (1980-1990), após baixa e oscilação, voltando a crescer em 1996, atingindo o ápice em 1998, quando, a partir

desse ano, ocorre oscilação em médias parecidas e, após 2007 (ano de maior número de vítimas), inicia-se um declínio, com números subindo após 2014, mas distante do pico do gráfico (1.156 mortes ocorridas).

Como exemplo, nesse recorte, entre os anos de 2007 e 2013, ocorreu queda de 250%. Um volume muito considerável nos números. Esse período, em especial, o PPV estava começando com bastante empenho. Para o governador da época e candidato à presidência, Eduardo Campos, os dados eram muito importantes para serem pauta de sua campanha para presidência, que, em função de um acidente fatal, não seguiu adiante. Contudo, a violência aumentou, segundo percepção de 90,1% dos entrevistados em uma pesquisa realizada no final de 2009, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. (PERCEPÇÃO, 2010). Ou seja, nem sempre os investimentos e a redução dos números são suficientes para mudar a noção de segurança e leitura sobre os acontecimentos violentos. Para dar noção da violência criminosa nesse período, basear-se-á aqui, também, em algumas informações contidas em jornais de circulação na cidade do Recife, em que ocorra menção sobre violência, medo e segurança (Figura 08).

Nesse contexto, a tentativa de verificar o processo histórico da violência na cidade do Recife, bem como os principais temores das duas últimas décadas do século passado e nas primeiras deste, correlacionando essas atividades com *flashes* do cenário político e as principais medidas de segurança tomadas nesse recorte temporal, é, como sabido, vislumbrar uma possível explicação para arquiteturas de defesa, o crescimento da segurança privada, o surgimento de espaços urbanos complexos e da pseudo-segurança.

Conforme o Diário Oficial do Estado de Pernambuco, em 1980, uma das preocupações em relação à mortalidade geral voltava-se para questão das doenças de origem hídrica, que atingiam 40% da população do Recife (PERNAMBUCO, 1980). Vale ressaltar que a população era de 1.203.899 habitantes (IBGE, 1980). As políticas públicas, na gestão de Gustavo Krause, preocupavam-se com a questão econômica e secundariamente, com as sociais e, dentro desse campo, o que norteava algumas ações era, ainda, o viés sanitarista. Contudo, ainda no mesmo ano, o mesmo periódico aponta o êxodo rural como possibilidade de aumento da criminalidade na cidade do Recife e traz o decreto da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, o qual cria, sob a responsabilidade da (Secretaria de Segurança Pública) SSP, a Delegacia

de Assaltos e Latrocínios (DAL), apontando como justificativa “o grande número de assaltos que acontecem no Estado, principalmente no Recife” (PERNAMBUCO, 1980).

**FIGURA 08 - JORNAIS E DIÁRIOS OFICIAIS SOBRE VIOLÊNCIA, CRIMINALIDADE E SEGURANÇA NO RECIFE ENTRE 1980 E 2018**



**Fonte:** Jornal do Commercio (JC); Diário de Pernambuco (DP); Folha de Pernambuco (FP); Diário Oficial da Prefeitura do Recife e do Estado de Pernambuco (DO).

Embora, como visto no Gráfico 06, os números de homicídios correspondentes a 1980 sejam baixos em comparação aos da mesma década, ocorreu aumento de 10% em relação ao ano de 1979 (DATASUS, apud WASELFISZ, 1998). Isso demonstra a preocupação da criação de órgãos específicos para atenuar um problema que iniciava uma linha ascendente.

É notório que, com o aumento da criminalidade violenta, o medo é um possível reflexo. Essa postura, com gênese anterior ao período aqui estabelecido, encorpa-se ainda mais com a soma de acontecimentos dessa estirpe. Essa percepção fez a Câmara de Deputados de Pernambuco solicitar o aumento de policiamento, na intenção de inibir os assaltos, roubos e homicídios que apontavam essa situação em

função do relaxamento da polícia (PERNAMBUCO, 1981). É de convir que esse discurso provinha dos deputados de esquerda à gestão da época, contudo, são passagens recorrentes nas páginas do Diário Oficial de Pernambuco.

Mencionando ainda os números no Gráfico 06, é possível ver que entre 1980 e 1986, a quantidade de homicídios entre os residentes na cidade do Recife cresceu em mais de 127%. Nesse mesmo ano, a prefeitura lança projeto visando reduzir a violência, o qual objetivava “proporcionar trabalho às pessoas jovens e evitar que se marginalizem” (RECIFE, 1986). Percebe-se que as ações começam a voltar para as questões sociais, atrelando a ausência de emprego aos índices da violência. Destaca-se que o papel da prefeitura no combate a violência criminosa restringe-se, basicamente, à proteção dos seus estabelecimentos, dos que nele trabalham e com o cumprimento das suas responsabilidades com políticas sociais.

A antropóloga Paula Miraglia, em um artigo denominado “Os municípios e a segurança pública”, traz a importância da ampliação do serviço da prefeitura no combate à violência:

A prefeitura é o braço do poder público próximo à população, é onde se dá a prestação cotidiana de serviço, é, também, quem conhece os problemas e conflitos da comunidade mais de perto e pode, portanto, solucioná-los com maior agilidade quando estes ainda têm proporções reduzidas. (MIRAGLIA, 2008, p.89)

A discussão corrente aqui não é quais as atribuições da prefeitura quanto à segurança pública. A Constituição de 1988 menciona que essa tarefa é compartilhada, mas é pertinente a colocação, ainda mais em município onde as taxas de homicídios permanecem altas.

Retomando a rápida linha cronológica, entre os anos de 1986 e 1990 o quantitativo de homicídios só aumentou. Nesse período, foram a óbito 1.966 pessoas, uma média de 393,2 por ano, algo que, no mesmo período, superava valores de capitais como Cuiabá/MT, Natal/RN, Belém/PA, São Luís/MA, entre outras (WASELFISZ, 2010). Em Recife, em função de uma onda de assaltos e mortes de taxistas, foi criada a “Operação TX”, coordenada pela Polícia Militar. Ocorria, também, a ampliação dos serviços nas delegacias de homicídios para 24 horas, visando elucidar o maior número de crimes. Os principais debates debruçavam-se no campo

da segurança e havia proposta de integração entre as polícias (PERNAMBUCO, 1986, 1988).

No final de década de 1980, intensificava-se a preocupação da violência contra o menor. Organizações não governamentais pressionavam os governos para atenuar o problema. Assim, foi criado o SOS Criança, uma iniciativa que funcionava no centro da cidade, tendo apoio do Programa Mutirão Contra a Violência (PERNAMBUCO, 1988). Dessa forma, buscava-se responder a quase 10% das mortes de menores de 15 anos ocorridas em Recife.

Em 1990, de acordo com o Diário Oficial de 02 de outubro, é imposto, através de uma portaria do secretário de segurança João Arraes, a suspensão do porte de arma, objetivando evitar casos de agressões que resultassem em mortes. Após 23 dias, no mesmo periódico, há menção da redução da violência, a qual é atribuída à proibição do uso de armas e ao Programa Paz nas Ruas (PERNAMBUCO, 1990).

No outro bloco da escala de tempo aqui proposta, 1991 a 1995, revendo o gráfico 06, percebe-se que é o de maior oscilação, ocorrendo quedas e subidas “bruscas” nas taxas. Prováveis explicações podem estar nas ações públicas. Como exemplo, no início da década de 1990, o Comando de Policiamento da Região Metropolitana (CPRM), após análises sobre a realidade da segurança no centro do Recife, mudou a tática, aumentando o controle da vigilância, na tentativa de inibir os pequenos delitos (PERNAMBUCO, 1991). Nessa época, ecoa mais fortemente a questão da violência contra as mulheres. A SSP cria, para apoiar Organizações não Governamentais (ONGs) que erguem a bandeira feminista, uma assessoria que funcionava na Delegacia das Mulheres. A prefeitura do Recife, engajando-se no processo de combate à violência, apostava na ação preventiva, direcionando a jovens e crianças nas comunidades pobres, atividades produtivas. O projeto “Previna a Violência” vai-se com a gestão de Gilberto Marques em 1993.

Preocupações com arrastões, debates em fóruns de segurança, retomadas das ideias da reunificação das polícias (civil e militar), pressão da oposição para tomadas mais enérgicas, treinamentos da guarda municipal e promessas de ampliação da segurança para população são passagens recorrentes nos Diários Oficiais de 1992 a 1995. Nesse último, em 12 de janeiro, frisa-se a importância de reaparelhamento dos sistemas policial e penitenciário para atender as necessidades da sociedade.

Essa mesma cobrança ocorre frequentemente entre 1996 a 2000, em que tanto na esfera municipal quanto estadual, passaram-se duas gestões, que não abriram mão de críticas a anterior sobre a falta de investimento nesse campo. Os números de mortes por causas violentas apresentavam-se superiores aos anos antecedentes. Em 1998, ocorreu o 2º maior pico (entre 1980 a 2000), com 1.119 mortes. Foi um período em que a violência/criminalidade protagonizava. Apoio do exército à polícia militar com a doação de armamento, parcerias criadas com veículos de comunicação para atingir um número maior de cidadãos com informações de segurança, intensificação das operações policiais já existentes, capacitação da força policial e melhorias na estrutura e efetivo das polícias são alguns dos acontecimentos que permearam esse quinquênio (PERNAMBUCO, 1996-2000).

Ainda nesse lustro, há menção de que as causas determinantes da violência eram as grandes diferenças sociais, a má distribuição de renda, a ignorância, o desemprego, além da “impunidade crônica”. Contudo, como visto, a preocupação dos que faziam a segurança pública voltava-se, basicamente, à repreensão, pouco se fazendo no campo preventivo. Em relação a essas colocações, o engenheiro e economista Júlio Francisco Brunet, em sua obra “Contra a Corrente”, nos apresenta seguinte observação acerca dos anos mencionados:

Na década de 1990, diversos estudos deram uma importante contribuição para o desenvolvimento da análise criminal, até então dedicada quase que exclusivamente à compreensão do comportamento criminal, tendo o criminoso como objeto de análise. Quando referidos, os fatores relacionados com o ambiente cumpriam apenas um papel marginal na análise. Surgiram então novas teorias, como a teoria situacional, a teoria das atividades rotineiras e a teoria dos padrões criminais, nas quais o escopo da análise é ampliado para além da compreensão do comportamento criminal, atribuindo-se também grande importância aos fatores situacionais e ambientais na explicação do evento crime. (BRUNET, 2008, p. 108)

Na chegada do novo século, o XXI, as médias de homicídios anuais no Recife ultrapassavam o total de 900 (2000-2010), indicando mais de duas mortes por dia. Em 2001, assim que assume a gestão municipal, o prefeito João Paulo menciona sobre a importância de articular-se com outras esferas para diminuir o desemprego e a exclusão social, que ocasionam o aumento da violência na cidade. Nesse mesmo ano dentre as políticas sociais do município, destacavam-se as ações de combate à violência, que vislumbrava – no campo preventivo – a capacitação de adolescentes

de áreas de baixa renda; as campanhas educativas e os projetos de atendimento as mulheres vítimas de violência. (RECIFE, 2001)

Seguia, em 2002, o projeto “Paz nas Comunidades”, uma ação da SDS que buscava atenuar - através de ações em escolas - a violência. Em Recife, bairros como Ibura, Ipsep, Pina, Boa Viagem, Cavaleiro e Vasco da Gama contaram com sua atuação e, na 10ª edição do projeto, fazia-se o levantamento de 70 mil pessoas beneficiadas (PERNAMBUCO, 2002). Outra ação que merece destaque é a parceria entre o Gajop e a Prefeitura do Recife com o Projeto Justiça Cidadã, que buscava favorecer a cidadania individual e coletiva através de ações de educação, com enfoque na defesa e garantia dos direitos humanos e a prevenção da violência. Percebia-se que as ações públicas buscavam formas de minimizar a violência através da prevenção e procuravam entidades que apontassem meios de combate.

Segundo o número de homicídios ocorridos em Recife, em 2003, as investidas preventivas ainda não surtiam o efeito desejado. Entre 2002 e 2003, embora pequeno, ocorreu aumento de 2%. Em Recife, apontava-se o percentual de crianças e adolescentes em situação de pobreza na casa dos 45% (RECIFE, 2005). Esse dado demonstra, em partes, a dificuldade do trabalho preventivo, visto que para essa classe o poder de sedução da criminalidade tem efeitos – muitas vezes – atrativo. No final de 2004, o Gajop, através de seu banco de dados, apresentou alguns resultados referentes a características de homicídios na RMR. Constatou-se que a maioria das vítimas de homicídios na capital entre 2000-2003 era do sexo masculino, 57% foram vitimados em vias públicas, 10% do total das mortes atingiram menores de 17 anos e a maioria pertencia à baixa renda (GAJOP, 2004).

Somando as mortes na capital do Estado entre os anos de 2004 e 2005, percebe-se que correspondem a 31,55% das mortes ocorridas em Pernambuco no mesmo período. Basicamente, entre os anos de 2000 e 2005, o número de homicídios em Recife permaneceu na média de 1.300/ano. Fazendo-se uma síntese das ações ocorridas entre 2004 e 2005, aponta-se o aumento do efetivo policial, intensificação dos trabalhos preventivos e repressivos em áreas consideradas propícias à criminalidade, discussões acerca da segurança pública e aumento de verba para o combate à violência.

No bloco dos anos 2006 a 2010, Recife vai do maior índice registrado entre os residentes (2006: 1.156 mortes) ao declínio a partir de 2007. Em 2006, a RMR situa-se entre a 3ª colocada entre as áreas com maior risco de homicídios. Nesse mesmo ano, dentre as principais causas de mortes na cidade do Recife, o homicídio só perdia para as do coração e causas mal definidas (SUS REGISTRA, 2008). No final do primeiro trimestre de 2007, é lançado o *pebodycount*, um blog que possuía um contador de homicídios. A iniciativa do *blog* ganhou a parceria de uma faculdade privada que financiou a colocação de um contador digital em uma das ruas de maior movimento da cidade. Além da divulgação, a equipe desse *blog* chegou a fazer marcas de corpos na cor vermelha nos locais de alguns assassinatos. Com essa postura, os idealizadores buscavam pressionar os órgãos competentes por providências. Em diversos momentos, os números oficiais e os números do *blog* apresentavam distorções.

A maior parte das mortes violentas ocasionadas em 2008 na cidade do Recife possuía a arma de fogo como instrumento utilizado. Em pesquisa realizada pelo Centro Integrado de Pesquisa e Comunicação (Cipec) a respeito do porte de arma na RMR, verificou-se que 80% dos entrevistados avaliam que possuir armamento não reduz a possibilidade de sofrer violência e 72% são favoráveis à campanha de recolhimento de armas. Tal estudo ainda permite a comparação com o “Referendo de 2005”, em que 54,5% da população da capital pernambucana se manifestou contra a proibição de armas de fogo. Ainda nesse ano, o Instituto Maurício de Nassau divulgou o resultado de uma pesquisa (nº 02/2008) denominada “Termômetro da insegurança e vitimização na cidade do Recife”. Dentre os dados, destaca-se a mudança de hábitos para se proteger da segurança com 59,72% dos entrevistados e o número de 44,58% de pessoas que foram vítimas de assaltos em vias públicas. Concretamente, a sensação de medo da violência criminosa estava mais difundida, não apenas em função da mídia, mas de números reais.

Entre 2009 e 2010, percebe-se considerável redução nos homicídios. Como já mencionado, a implantação do PPV intensificou ações na busca pela diminuição desses números e o Recife foi alvo de maior parte das estratégias desse plano. Dentre as ações, destaca-se a Operação Quadrante, que adequa-se à concepção de território, possibilitando um maior monitoramento, atuando em recortes específicos da cidade como os *hots pot* (locais de maior ocorrência criminosa), possibilitando uma

ação mais eficaz. Apesar da divulgação otimista dos dados, as médias desse último quinquênio ultrapassam mais de 930 mortes anuais.

Enfim, no bloco dos anos restantes no recorte temporal (2011-2018), observou-se uma redução significativa no número de CVLI. A média dos homicídios nos anos mencionados é de 609 mortes/ano, uma redução de 35% em relação à média da década anterior. Em 2011, o prefeito João da Costa publica, em Diário Oficial, a Campanha de enfrentamento à violência à pessoa idosa. Nesse mesmo ano, também é lançado o Plano de Enfretamento da Violência de Gênero contra à Mulher, com ações estruturadas até o ano de 2016. Diversas campanhas de combate a violência ocorrem ao longo do ano; uma das que se destacou foi a da Violência no Litoral. A PCR, ainda na área de combate à violência, lança um projeto que visa resgatar cidadania de mulheres vítimas de violência e investe no Reluz, um programa que busca melhorar a iluminação da cidade. Nesse ano, fazem a melhoria em 115 ruas da cidade.

No ano de 2012, com a mudança de governo, chega para comandar a PCR Geraldo Julio. Este inicia seu mandato (de 08 anos) registrando um programa de governo em cartório. O documento tinha cinco eixos de ações e 24 áreas com diferentes propostas. É claro que, entre elas ações que buscassem combater a violência na cidade. Já no primeiro ano, a PCR lança um Plano Municipal de Políticas para Mulher e realiza, também, uma série de formações para combater a violência contra esse gênero. A gestão municipal busca, nesse campo, imprimir um trabalho muito alinhado com os direitos humanos e segurança cidadã. Também destaca-se, nesse ano, o Projeto Escola Segura, que promove formação de “promotores da paz” e a assinatura do Convênio que beneficiava mulheres vítimas de violências domésticas.

Em 2013, o governo municipal lança a versão municipal do “Pacto pela Vida, com meta de reduzir os homicídios na cidade do Recife em 12%. Em parceria com o governo federal, forma 5.000 alunos da rede municipal no Proerd (Programa já comentado aqui). Surgem os Centros Comunitários da Paz que trabalham, especificamente nas periferias da cidade. Ocorrem debates entre os secretários de segurança municipal da Região Metropolitana com vistas a trocar experiências e aperfeiçoar os trabalhos. Nesse ano, também com relação a trocas de experiências, Recife vai a Bogotá compreender como o governo da capital colombiana atuou no

combate à violência criminosa (Bogotá transformou-se num case interessante de combate à violência). Ainda nos destaques de 2013, a PCR realizou a instalação de 40 câmaras de monitoramento espalhadas pela cidade (em especial em áreas estratégicas) e fez o lançamento do conceito dos Centros Comunitário da Paz (Compaz). Um ponto interessante é que, nesse ano (2013), foram registrados, em Recife, 452 homicídios; esse número não ficava nesse patamar desde 1988 (453), ou seja, 25 anos.

Os anos de 2014 e 2015, basicamente foram para manutenção das atividades já implementadas, com destaque para o Projeto Recife de Coração, que se espalha para diversos bairros, para o aumento do efetivo da guarda municipal em 30% e para o título que Recife recebe do Fórum Brasileiro de Segurança Pública como a capital mais segura do Nordeste. Dois anos a frente, é publicado um Relatório do Observatório do Recife (2016), que faz uma avaliação sobre os indicadores da cidade. No tocante à segurança, tal instrumento avalia os anos de 2014-2015:

**QUADRO 07 – RESULTADO/RESUMO DESEMPENHO  
EM SEGURANÇA DA CIDADE DO RECIFE EM 2014/2015**

	MELHOROU	VARIAÇÃO POUCO EXPRESSIVA	PIOROU
Agressão à criança e ao adolescente			
Agressão ao idoso			
Agressão às mulheres			
Crimes violentos ao patrimônio			
Crimes violentos fatais			
Crimes violentos fatais por gênero masculino			
Crimes violentos fatais por gênero feminino			
Homicídio			
Latrocínio			

**Fonte:** Observatório do Recife | Indicadores de Segurança do Recife, 2016

**Elaboração:** Carlos Duarte

É possível perceber, no quadro, que os indicadores de agressões são os únicos que são avaliados dentro do score de melhoria. Os indicadores de crime apresentam piora, conforme o relatório; e homicídio e latrocínio variaram de forma pouco expressiva. O interessante, nessa questão, é que os números vistos no período de tempo aqui retratado (1980 a 2018), indicam que ocorreu melhora nos números

absolutos de crimes violentos letais. Mas o referido relatório, avalia entre os anos de 2014 e 2015 e, nesse aspecto, ocorreu aumento, como visto no Gráfico 06 da página 90.

Nos 03 últimos anos do recorte temporal estipulado (2016, 2017 e 2018), se destaca, na gestão municipal, em relação ao combate da violência criminosa: a entrega do primeiro Compaz do Alto Santa Terezinha (2016); a realização do Encontro de Segurança Municipal do Nordeste, com a abertura do prefeito da cidade do Recife; a realização de constantes mutirões com ações integradas pelos bairros dos Recife (2017); o lançamento do 2º Compaz, o Ariano Suassuna (2017); as trocas de experiências entre Recife e Medellín sobre a pauta da segurança pública e ações estruturadoras (2017); o Projeto Colorindo Recife (2018), que trabalha com jovens de áreas periféricas e de baixa renda e a assinatura do convênio com a União para garantir a construção de mais 03 unidades do Compaz.

Todo esse percurso auxilia na compreensão do que os atores (poder público, em especial) têm realizado ao longo desses anos, no que tange à segurança pública e combate à violência. Em síntese, a demonstração de cenários em níveis nacional, estadual e da cidade do Recife, sob a ótica da criminalidade, os números de homicídios e da segurança pública permitem compreender parcialmente a complexa esfera da violência, assim como rabiscam uma leitura nas mudanças de hábitos em função do medo. De acordo com Tereza Caldeira, “a violência e o medo combinam-se a processos de mudança social nas cidades contemporâneas, gerando novas formas de segregação espacial e discriminação social” (CALDEIRA, 2000, p.9).

Posto esse contexto, algumas questões ficam mais evidentes para percebermos como a pseudo-segurança vem se apresentando. Como visto, o acúmulo dos diversos acontecimentos violentos, as formas (ou não) de atuação do poder público, a organização e estratégia da indústria da segurança, o medo difundido pelos meios de comunicação e a resposta do indivíduo a tudo isso na sua arquitetura de proteção, nas formas de circular e de cuidado com o outro, vêm afirmando que, apesar de toda a frente de recursos – que vão numa linha de reprimir/coibir o outro –, o sentimento de uma sociedade não protegida permanece.

Assim, verificar como a sensação do medo, impulsionada pela violência criminosa, atinge a sociedade civil nas esferas citadas permite que sejam feitas as

articulações entre as mesmas, bem como facilitar a compreensão de fenômenos em escalas menores, o que será visto no capítulo seguinte, ao tratar dos resultados de uma pesquisa com 941 moradores da cidade do Recife e dos dados do Instituto Fogo Cruzado (2018-2020).

#### 4 O QUE DIZEM OS RECIFENSES?

O interessante de proporcionar-se - na construção do trabalho - uma escuta acerca do objeto de estudo é algo extremamente rico. Obviamente, é notório o ganho que se agrega à pesquisa. A proposta deste capítulo é apresentar dados que minimamente demonstrem a relação existente entre os fatos violentos somados ao medo destes sobre o espaço. Tal relação, como já diversas vezes aqui colocado, é entendida como um reflexo comportamental no modo como a população organiza-se, assim, um elemento como o medo da violência criminosa pode atribuir posturas que desencadeiem, em prol dessa sensação, a defesa, o rearranjo espacial, a locomoção preventiva e a pseudo-segurança.

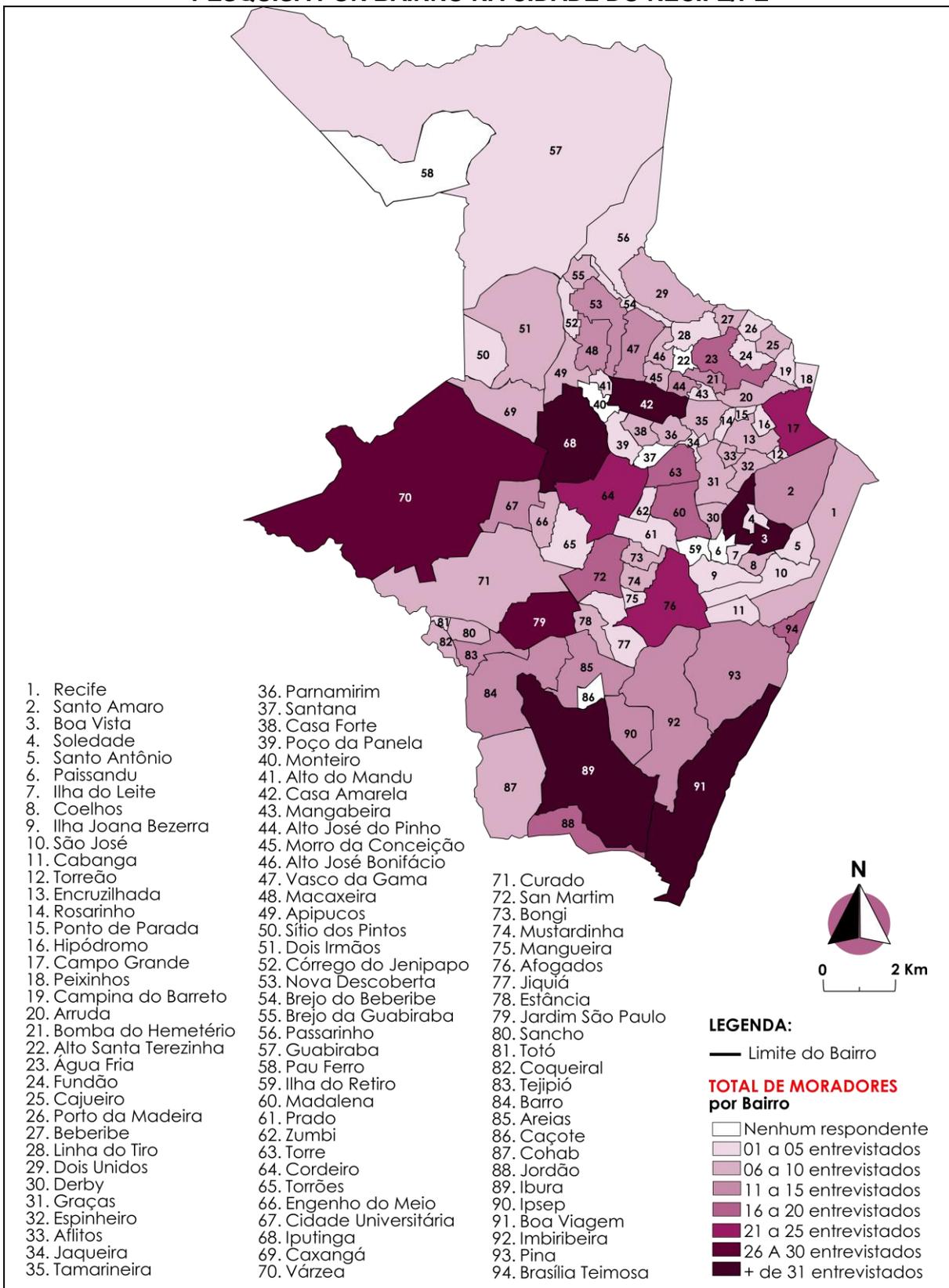
Dos 94 bairros recifenses, obteve-se a participação de 94% deles e foram realizadas 941 sondagens, buscando-se a predisposição dos moradores à participação e a alternância para contemplar uma área maior e não concentrar-se em pontos específicos. Assim, infere-se que as opiniões tragam uma ideia do coletivo residente nessas áreas.

A coleta de dados ocorreu durante quase todo o ano de 2017 (19/01/2017 a 18/12/2017). O período de aproximadamente um ano para as aplicações é entendido como positivo, visto que se tornou possível verificar a variação de respostas e/ou sua manutenção em função dos acontecimentos que perpassam nesse intervalo de tempo.

O instrumento de 44 questões (Apêndice 01) foi dividido em dois blocos: o primeiro intencionava-se a coleta de dados gerais – buscando-se obter informações sobre a idade, o sexo, a escolaridade, a condição de atividade, a renda média mensal, o tempo e a condição de moradia e quantidade de pessoas por domicílio, respeitando-se a confidencialidade do respondente, sem atrelar suas informações pessoais às respostas e sem a utilização de dados sensíveis. O segundo bloco, representando 80% entre o total de questionamentos realizados, verificou a percepção dos moradores a respeito do medo e da violência criminosa.

Como já mencionado, 88 bairros participaram da coleta de informações. Os bairros participantes poderão ser verificados na Figura 09, com suas localizações por

**FIGURA 09 - TOTAL DE MORADORES PARTICIPANTES DA PESQUISA POR BAIRRO NA CIDADE DO RECIFE/PE**



**Fonte:** Prefeitura da Cidade do Recife, 2015; Pesquisa: Percepção da população sobre a violência criminosa na cidade do Recife-PE, 2018 | **Execução e Adaptação:** Carlos Duarte

RPA e o volume de respondentes. Os que apresentaram o maior número de participantes foram: Ibura (65); Boa Viagem (54); Casa Amarela (45); Iputinga (39); Boa Vista (36); Jardim São Paulo (28); e Várzea (28). Juntos, os 07 bairros representam 31% do volume de respostas da pesquisa. Vale ressaltar que os referidos bairros estão entre os mais populosos e povoados do Recife-PE. Ainda na Figura 09, será possível, também, perceber que não ocorreram respondentes nos bairros de Caçote, Ilha do Retiro, Monteiro, Paissandu, Pau-Ferro e Santana. Entre as seis Regiões Político-Administrativas (RPA) do Recife, a que mais apresentou volume de resposta foi a RPA 03 (Noroeste), com 205; na sequência, vem a RPA 06 (Sul), com 201 respostas; a RPA 04 (Oeste), com 170; a RPA 05 (Sudoeste), com 169; a RPA 02 (Norte), com 120; e a RPA 01 (Centro), com 76 respostas. Exceto a RPA 06, em que ocorreu a participação de representantes de todos os bairros, em todas as outras, pelo menos uma unidade não respondeu. O destaque vai para RPA 03 em que dois bairros (Santana e Monteiro) não participaram, como anteriormente colocado.

Vale ressaltar que apenas a população acima de 16 anos foi alvo da pesquisa e entende-se que a amostra de 941 instrumentos permite uma leitura aproximada da percepção da população recifense. Como será visto mais adiante, ao caracterizarmos o perfil do público participante, ver-se-á que há representantes dos mais diversos extratos da população. Assim, visto que, no viés de uma pesquisa quantitativa, os números ficariam abaixo de uma amostragem que representasse a percepção/opinião do coletivo das áreas pesquisadas, e partindo do princípio que a pesquisa buscou entender a ocorrência do fenômeno violência e observar a pseudo-segurança na perspectiva dos participantes é possível enquadrá-la como qualitativa. De acordo com a professora Oliveira, a pesquisa qualitativa é:

[...] um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação. Esse processo implica em estudos segundo a literatura pertinente ao tema, observações, aplicação de questionários, entrevistas e análise de dados que deve ser apresentada de forma descritiva (OLIVEIRA, 2008, p.37)

Vale ressaltar que os procedimentos quantitativos fizeram-se presentes na tabulação dos dados coletados, isso por entender que os métodos se complementam e podem contribuir para a mesma análise, visando um melhor entendimento do

fenômeno estudado. De acordo com José Luiz Neves, “os métodos qualitativos e quantitativos não se excluem. Embora difiram quanto à forma e à ênfase, os métodos qualitativos trazem como contribuição ao trabalho da pesquisa uma mistura de procedimentos de cunho racional e intuitivo...” (NEVES, 1996, p.2). Dessa forma, a pesquisa possibilitou uma breve leitura de um cenário que possui as nuances de um dado grupo. Afirma-se não apenas pelos números o sentimento de medo da violência criminosa, mas por um movimento que se firma na sociedade como um todo.

Como será visto mais adiante, os recifenses têm muito a dizer no quesito violência, medo e pseudo-segurança. Muitos dados já são de senso comum (esperados) e outros trazem informações que não eram previstas.

#### 4.1 ASPECTOS GERAIS DOS ENTREVISTADOS

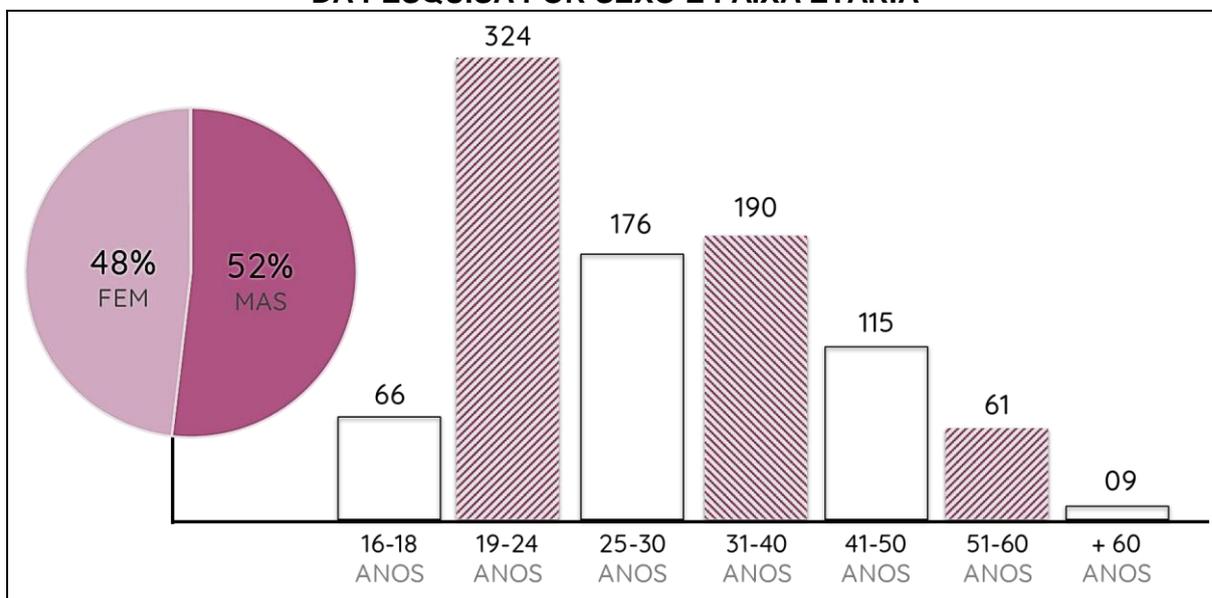
Como referido acima, o instrumento buscou, através da percepção dos moradores da cidade do Recife, informações gerais sobre a condição de vida e como observam e portam-se diante do medo, da violência criminosa e da pseudo-segurança. Acredita-se ser importante posicionar o perfil dos respondentes, pois, além de verificarmos a percepção em si, é possível cruzar alguns dados dessa percepção com a faixa etária, sexo, condição de renda e até mesmo o local de moradia.

Em relação aos dados gerais, a quantificação dos instrumentos mostrou que do total de 941 moradores entrevistados 52% são do sexo masculino e 48% feminino. As faixas etárias entre 16-18 anos; 19-24 anos; 25-30 anos, 31-40 anos, 41-50 anos, 51-60 anos, e acima dos 60 anos representam, respectivamente, as seguintes porcentagens: 7,01%, 34,43%, 18,70%, 20,19%, 12,22%, 6,48% e 0,96% (Gráfico 07).

O grande volume dos entrevistados está na faixa dos 19 aos 40 anos, representando, nesse recorte, 73,32%. Trata-se da população adulta e “economicamente ativa”. Quanto ao nível de escolaridade, o percentual é maior entre os com ensino superior incompleto, com 31,99%; na sequência, apresentam-se os pós-graduados, com 26,57%; os que possuem ensino médio completo, com 18,49%; os com a graduação completa chegaram a 17,32% e os de nível de ensino fundamental completo/incompleto e ensino médio incompleto representam 5,64% dos

respondentes. De certo, a pesquisa – em função de seu formato – assentou-se melhor no público com a escolaridade mais elevada. Observando o público com ensino médio completo em diante, o total é de 94,37%.

**GRÁFICO 07 - TOTAL DE MORADORES PARTICIPANTES DA PESQUISA POR SEXO E FAIXA ETÁRIA**



**Fonte:** Pesquisa: Percepção da população sobre a violência criminosa na cidade do Recife-PE, 2018 | **Execução e Adaptação:** Carlos Duarte

No que se refere à condição de ocupação, percebe-se que a maior parte dos entrevistados possuem atividade financeira: 64,72% afirmaram trabalhar e 26,89% não. Um pequeno percentual informou que empreende (1,28%) e 7,12% dos respondentes exercem alguma atividade remunerada eventualmente. Referente ao tempo de moradia nos bairros onde residem, a maior parte dos entrevistados (65,78%) informou que está há mais de 11 anos no local; 12,11% entre 05 e 10 anos; 9,46% entre 03 e 05 anos; 8,18% entre 01 e 02 anos e apenas 4,46% estão a menos de 01 ano residindo no bairro informado. Tal ponto permite inferir que o grau de conhecimento sobre os aspectos das áreas pesquisadas é considerável, logo, as informações prestadas acerca do lugar possuem o peso da vivência dessas pessoas.

Quanto a condição de moradia, 64,19% residem em casas, 34,11% em apartamentos e 1,70% em casa de condomínio fechado. Conforme os entrevistados, 57,82% possuem casa própria e 42,18% pagam aluguel. Em média, para os 941 lares entrevistados, 77,05% residem entre 02 a 04 pessoas; entre 05 e 08 pessoas correspondem a 16,68%; lares com mais de 08 pessoas é de 0,64% e 5,63% referem-

se às pessoas que alegaram morar sozinhas. Sobre a renda, a faixa de valores até 03 salários mínimos representam 56,22% dos entrevistados; um pequeno percentual não soube informar a renda da casa e 43,68% informaram receber acima de 03 salários. Vale ressaltar que a população que vive na faixa até 03 salários mínimos é a que tem a maior quantidade de pessoas residindo sobre o mesmo teto.

Ao observamos as informações oficiais da população recifense, percebe-se que o extrato dos respondentes da pesquisa encontra-se em linha com o perfil apresentado. Mesmo assim, considera-se importante expor qual perfil populacional contribuiu com a pesquisa e, também, colocar que não existem, nas fontes secundárias, informações de como a população percebe e sente a violência criminosa em seus espaços.

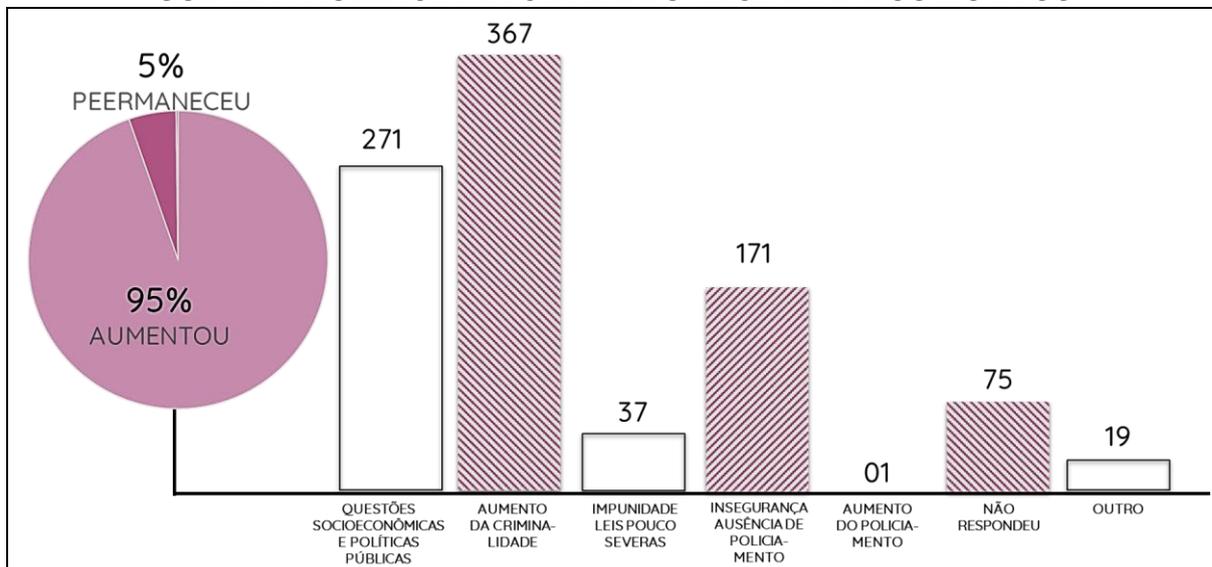
#### 4.2 A PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO SOBRE O MEDO DA VIOLÊNCIA CRIMINOSA

No instrumento de coleta de dados utilizado, das 44 questões aplicadas, 35 faziam parte do grupo que intencionava verificar a forma como o público pesquisado percebe/sente a violência, o medo e a pseudo-segurança. A primeira questão dessa parte, mas a décima na sequência do instrumento, indagava se houve aumento da violência nos últimos anos na cidade do Recife. Um expressivo volume dos entrevistados, 94,69%, acredita que ocorreu aumento, 5,10% que permanece sem alterações e 0,21% apontam uma diminuição (Gráfico 08). No ano de 2010, o autor do trabalho também realizou para o trabalho de dissertação, uma pesquisa no bairro da Iputinga. Nesse ano, para 67,33% dos moradores locais, houve menção sobre o aumento da violência, 23,76% afirmaram que não havia alterações e 8,31% achavam que estava diminuindo (SOUZA, 2012).

Mesmo os recortes territoriais sendo diferentes, é interessante observar o quanto, à medida que os anos se passaram, a percepção do crescimento da violência só aumentou (e muito). Quando indagados sobre o porquê do aumento/permanência ou redução, 39% deles alegam que ocorreu aumento da criminalidade; 28% apontam como justificativa as questões socioeconômicas e ausência de políticas públicas; insegurança e falta de policiamento vêm na sequência, com 18,17%; uma pequena

parcela acredita na falta de impunidade e leis mais severas, respondendo por 3,93% dos entrevistados; e 7,97% não souberam justificar.

**GRÁFICO 08 - PERCEPÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA SOBRE A VIOLÊNCIA NA CIDADE DO RECIFE-PE E OS MOTIVOS**



**Fonte:** Pesquisa: Percepção da população sobre a violência criminosa na cidade do Recife-PE, 2018 | **Execução e Adaptação:** Carlos Duarte

Há massiva quantidade de pessoas afirmando aumento de violência criminosa. Além das justificativas apontadas pelos respondentes, é possível inferir, também, como a informação, cada vez mais difundida, pode potencializar essa sensação. Conforme a professora e pesquisadora alagoana Ruth Vasconcelos:

Nesses tempos de 'violência difusa' e 'aparentemente sem causa', temos a sensação de que cresce o número de sequestros, cárceres privados, assédios morais e sexuais chacinas, estupros, parricídios e fratricídios, abusos de poder, suicídios, corrupção etc. Com certeza todos esses crimes sempre existiram na vida social, mas certamente estamos tendo mais acesso a eles pela exploração sensacionalista da mídia, e isto produz um estranho efeito de 'banalização da violência' no tecido social. Não diria que há um processo de naturalização da violência porque muitos ainda sofrem e se indignam com os fatos, mas observamos um estranho processo onde a morte violenta passa a compor a gramática social de forma muito intensa e recorrente, deixando de ser, para muitos, um interdito ou tabu social. (VASCONCELOS, 2009, p. 136)

A observação de Vasconcelos casa com os números, em especial da cidade do Recife, onde vem ocorrendo diminuição, como visto no capítulo 02 deste trabalho. Isso possibilita afirmar que a percepção da violência não anda casada com a queda

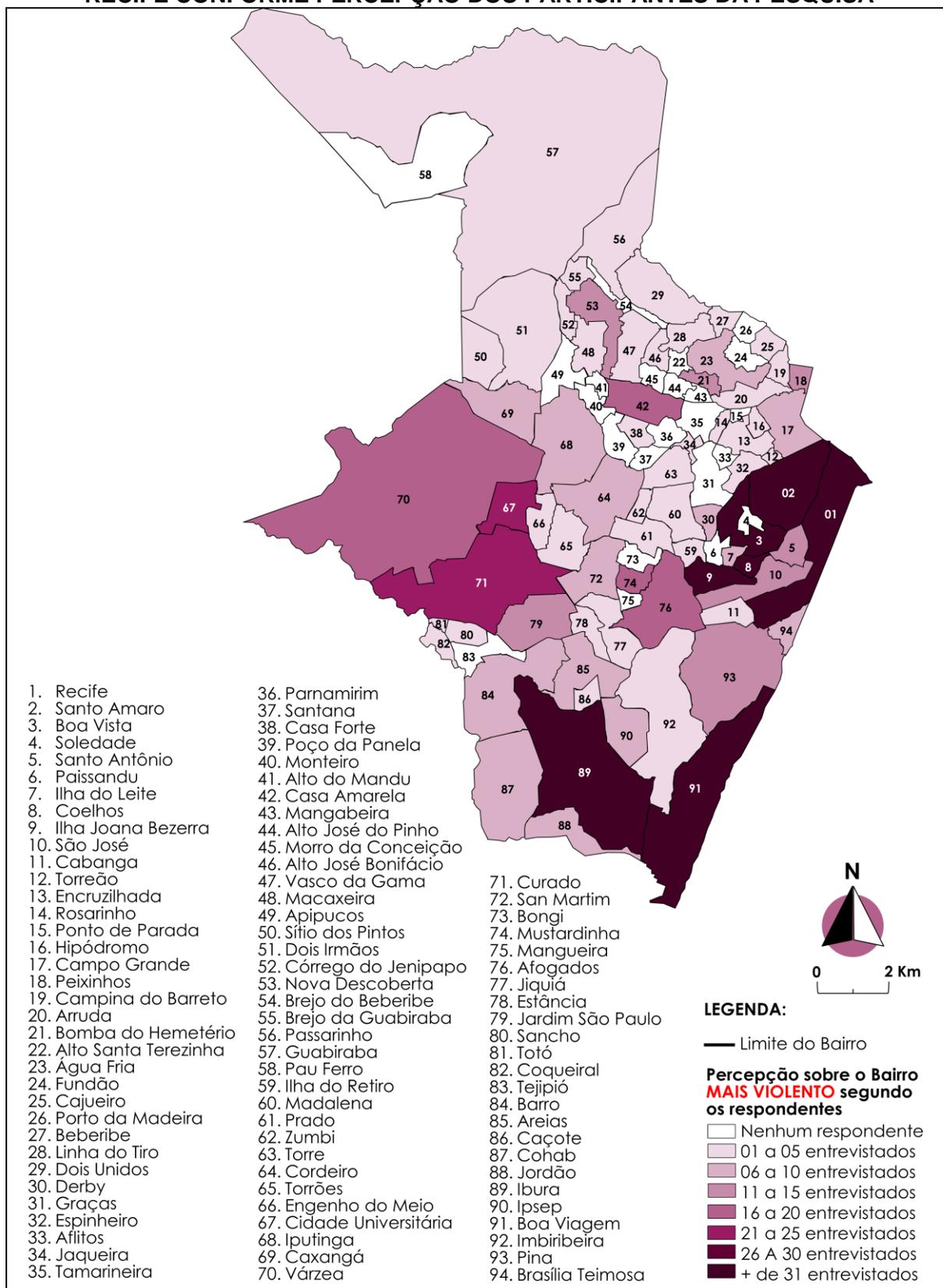
dos números. A sensação de redução de violência requer, além de menos ocorrências de casos violentos, a necessidade de condições de vida digna e equidade para todos.

Quando indagados sobre qual bairro da cidade do Recife considerariam mais “violento”, sete bairros surgem com mais de 47 menções (Figura 10). Das 941 respostas, 557 foram para os seguintes bairros: Ibura (126); Santo Amaro (123); Ilha Joana Bezerra (80); Bairro do Recife (79); Boa Vista (54); Coelhos (48); e Boa Viagem (47). Interessante perceber que os moradores dessas localidades não apontam o próprio bairro como sendo o mais violento da cidade. Entre os respondentes do bairro do Ibura, por exemplo, apenas 40% apontaram seu local de moradia. O mesmo percebe-se em Santo Amaro, com 30% dos 13 respondentes apontando o próprio bairro. A máxima dos bairros apontados pelos residentes de fora, e não por seus, repete-se no Bairro do Recife, com 25%; Boa Viagem, com 16%; Boa Vista, 13% e, no bairro do Coelhos, não há morador que o apontou como violento. A exceção fica com Joana Bezerra, em que 60% dos seus residentes reconhece-o como um bairro violento. Destes, 05 estão na RPA 01 (Boa Vista, Santo Amaro, Ilha Joana Bezerra, Bairro do Recife e Coelhos) e 02 na RPA 06 (Boa Viagem e Ibura).

Ao questionar porque acreditam serem esses bairros “violentos”, 52,39% justificam pelas atividades criminosas que ocorrem no local; 24,97% apontam tratar-se de informações que recebem da mídia; 6,80% explicam que conhecem a realidade do bairro; 5,74% apontam a insegurança e ausência de policiamento na área; 3,29% acreditam que deve-se por tratar-se de áreas de baixa renda. Mais adiante, será colocado um contraponto com os dados do IFC, no qual será possível perceber que alguns dos bairros mencionados figuram entre a lista dos com mais ocorrências violentas. Vinte bairros não foram apontados pelos entrevistados como violentos, seja por não reconhecer seu local de residência como uma área com essas características ou por desconhecimento dos bairros. A maior parte dos bairros não apontados (65%) são da RPA 03, região que abarca bairros considerados de “alto padrão” pela sociedade e, conforme os números, são os que apresentam melhor IDH (Recife, 2015).

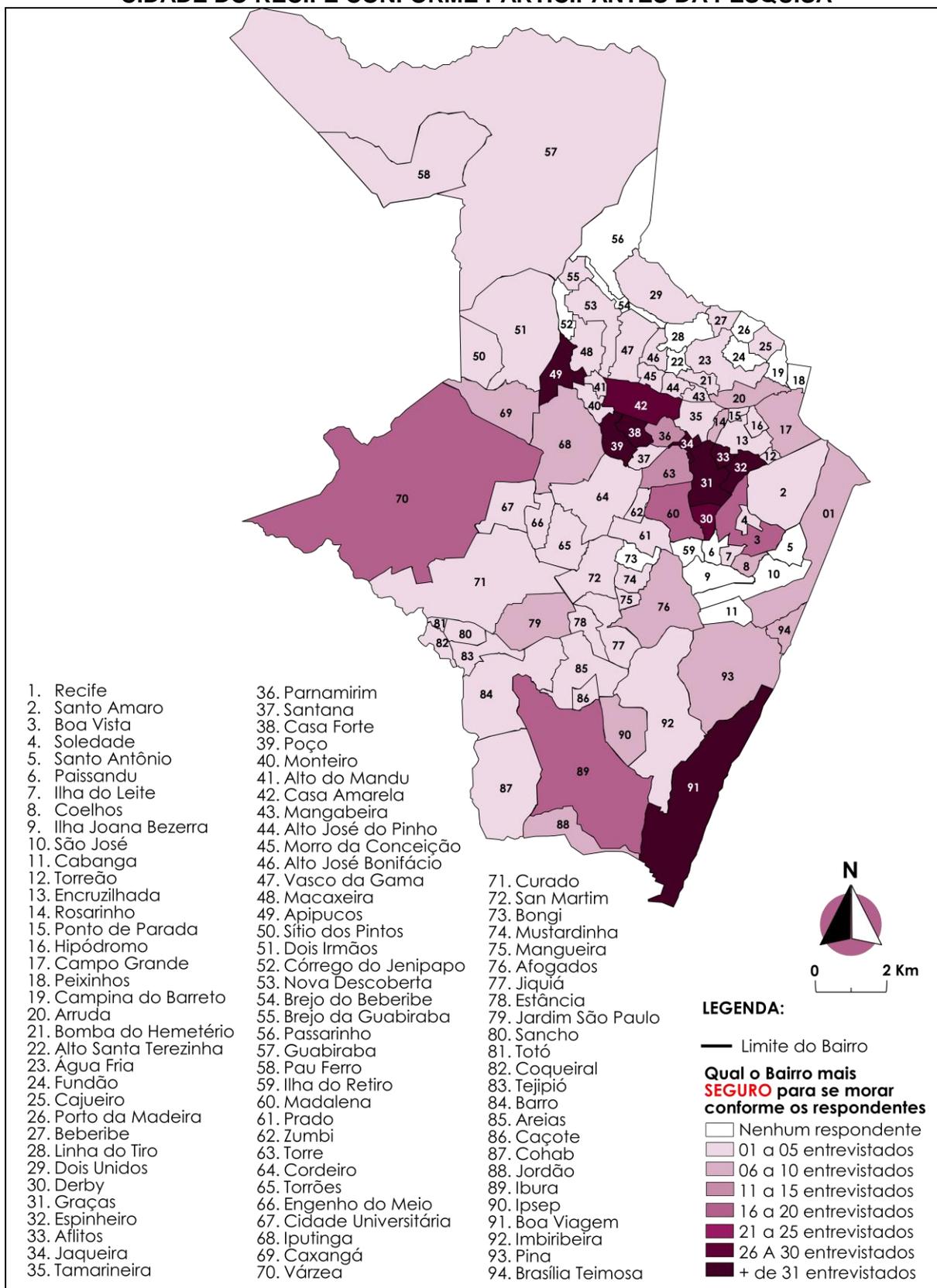
Na linha da indicação dos bairros, foi perguntado sobre quais são considerados seguros na opinião dos entrevistados (Figura 11). Conforme a percepção do recifenses, sete bairros figuram nessa lista: Casa Forte, com 151 indicações (16,05%), surge com a primeira posição; em segundo vem Boa Viagem, apontado por 125 dos

**FIGURA 10 - REPRESENTAÇÃO DOS BAIRROS MAIS VIOLENTOS DA CIDADE DO RECIFE CONFORME PERCEPÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA**



**Fonte:** Prefeitura da Cidade do Recife, 2015; pesquisa: Percepção da população sobre a violência criminoso na cidade do Recife-PE, 2018 | **Execução e Adaptação:** Carlos Duarte

**FIGURA 11 - REPRESENTAÇÃO DOS BAIRROS MAIS SEGUROS DA CIDADE DO RECIFE CONFORME PARTICIPANTES DA PESQUISA**



**Fonte:** Prefeitura da Cidade do Recife, 2015; pesquisa: Percepção da população sobre a violência criminoso na cidade do Recife-PE, 2018 | **Execução e Adaptação:** Carlos Duarte

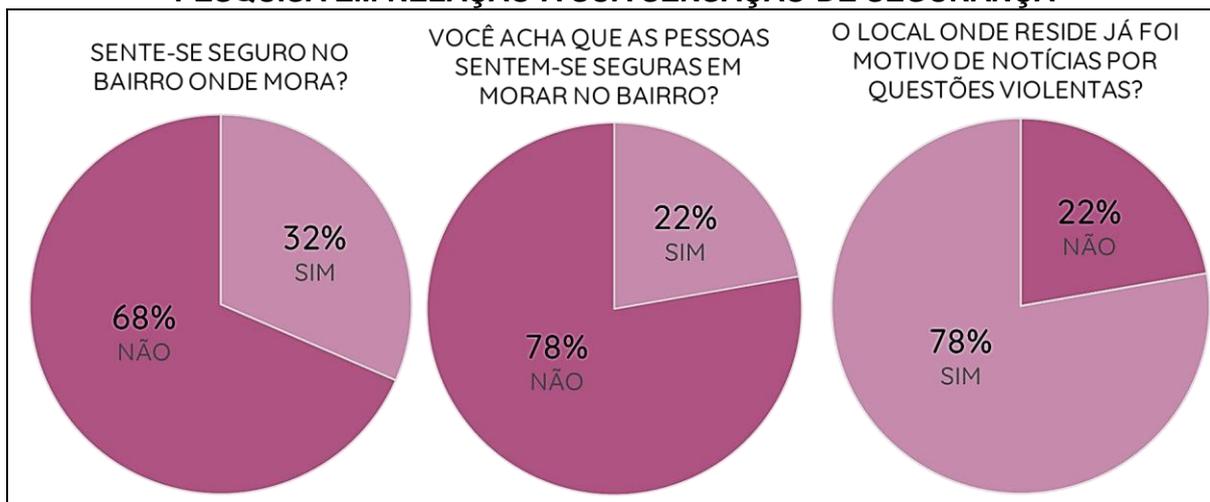
entrevistados, o que representa 13,28%; na sequência, temos Apipucos, com 81 menções (8,61%), seguido por Poço da Panela com 52 (5,53); Graças, com 45 (4,78%); Aflitos, com 42 (4,46%) e Jaqueira, com 40 indicações (4,25%). Com exceção de Boa Viagem, que está na RPA 06, todos os demais são da RPA 03. É interessante observar que, conforme será visto mais adiante com os dados do IFC, percebe-se que apenas Jaqueira consta entre os bairros que não obtiveram ocorrências de homicídios. Ainda nesse questionamento, ao perceber os bairros que não tiveram indicações, ao contrário da lista dos 07 mais, nessa, aparecem 20 bairros e apenas a Ilha de Joana Bezerra consta na relação dos mais violentos. A lógica indicaria que toda a lista dos bairros violentos estaria agora na relação dos não mencionados, mas não ocorreu. Entre os bairros que figuram como mais seguros, os residentes da Jaqueira foram unânimes (100%) em indicar seu próprio bairro, na sequência, vem Graças, com 60%, Poço da Panela com 50%, Casa Forte com 40%, Boa Viagem e Aflitos com 33% e Apipucos com 16% de seus residentes indicando o próprio local de moradia.

Os entrevistados apoiam-se em algumas justificativas para embasar sua opinião/percepção de segurança: “uma área segura” foi utilizada por 30,71% dos respondentes; “policimento presente”, por 27,63%; “a infraestrutura” (espaço organizado), por 17,43%; e “poucas ocorrências violentas”, por 12,65%. Vale ressaltar que 37 entrevistados (3,93%) mencionaram que não há bairro seguro na cidade do Recife.

Ao serem perguntados se sentem seguros nos bairros onde residem, 68% dos entrevistados afirmaram não sentir-se seguros e 32% apontam que o bairro é seguro. (Gráfico 09). Moradores de 15 bairros foram unânimes em não apontar seu bairro como seguro, o que corresponde a 17% das unidades respondentes. Quanto aos residentes que mencionaram sentirem-se seguros em seus bairros, os maiores percentuais vão para Brasília Teimosa, com 58%; na sequência, vem o Jordão, com 53%, após, a Várzea, com 46% e Boa Vista, com 42%. Justificam a “segurança” sentida nos seguintes aspectos: 67% mencionam que conhecem bem o local; 13% que trata-se de um bairro seguro e 7% que é bem policiado. Fatores como “a violência diminuiu”, “não há ocorrências de crimes no local” e questões diversas representam 13%. Como visto, os moradores atrelam a sensação de segurança ao controle. O fato de conhecerem bem a área onde residem traz a impressão de domínio do que

ocorre. Na verdade, o fato de conhecerem os locais permite inferir duas questões: a) os moradores, sabendo quais os locais mais propensos à violência/criminalidade, os evitam; b) conhecer possíveis pessoas ligadas à criminalidade pode causar a sensação de que elas não os farão de vítimas. Existe, em muitas comunidades, o código de que não se “rouba no local”.

**GRÁFICO 09 - PERCEPÇÃO DOS MORADORES PARTICIPANTES DA PESQUISA EM RELAÇÃO A SUA SENSAÇÃO DE SEGURANÇA**



**Fonte:** pesquisa: Percepção da população sobre a violência criminosas na cidade do Recife-PE, 2018 | **Execução e Adaptação:** Carlos Duarte

Quanto as principais justificativas dos que alegaram não se sentirem seguros em seus bairros, a ausência ou o pouco policiamento é apontado por 31% dos respondentes; na sequência, aparecem as ocorrências violentas criminosas com 21%; a sensação de insegurança causada pelo território é apontada por 18%; a atuação do tráfico, por 17%; 4% alegaram sentir medo dos outros moradores e 9% não responderam.

Quando é indagado se os demais moradores do bairro sentem-se seguros, o percentual aumenta em 10 pontos e atinge os 78%. Dessa vez, em 29% dos bairros, 100% dos moradores alegaram que seus vizinhos não se sentem seguros. Uma inferência possível sobre o aumento dos respondentes afirmando insegurança do vizinho pode basear-se na análise de ter ou não aparatos de segurança.

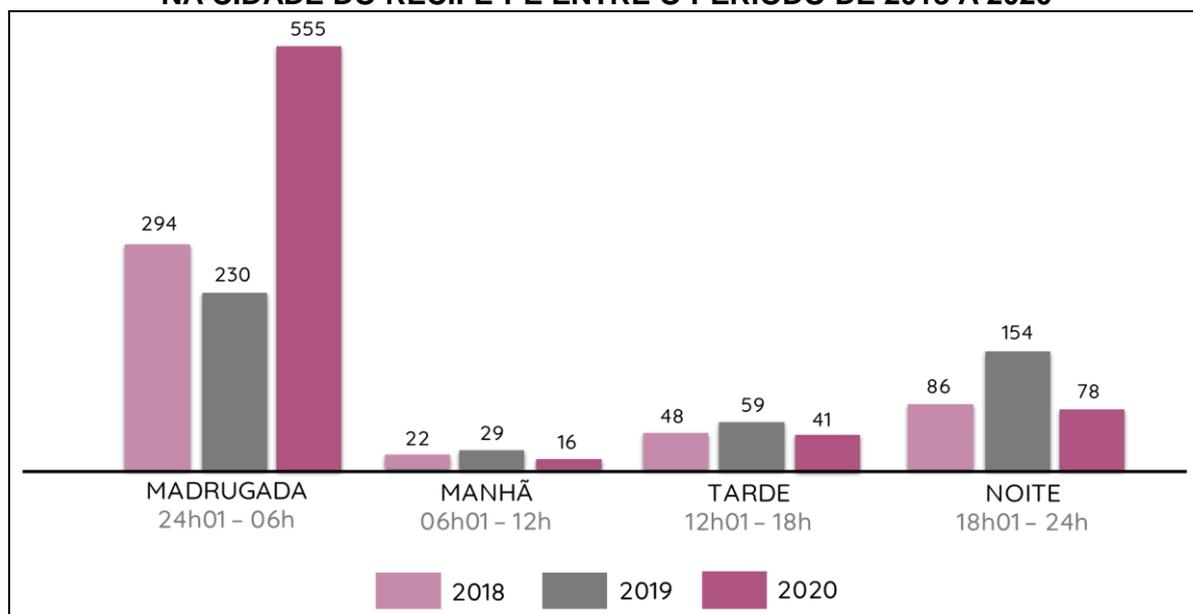
Ainda em observância ao Gráfico 09, percebe-se que 78% dos entrevistados colocaram que seu bairro já foi fonte de notícias violentas/criminosas. Em 24, dos bairros pesquisados, todos os respondentes já presenciaram notícias na mídia. Da parcela que respondeu “não”, o destaque fica para o bairro de Apipucos, em que 67%

dos respondentes afirmam não verem o nome do seu bairro veiculado na mídia por questões violentas/criminosas.

No tocante a verificação da circulação no bairro em função do horário, questionou-se aos moradores que turnos eles consideram que é mais arriscado; 71,52% apontam o horário noturno como o mais “ameaçador”; na sequência, com 16,79%, a informação de que todos os turnos são “perigosos”; manhã com 2,44%; tarde com 2,23%; madrugada com 1,59%; e 4,99% informaram que todos os turnos são tranquilos. Os que alegaram que não há problemas com a circulação foram pessoas residentes em apenas 37% dos bairros pesquisados. O que mencionam sentir-se mais “à vontade” com a circulação pelo bairro são os que também possuem melhor renda. Dos casos encontrados, 83% recebem acima de 03 salários mínimos. Ainda referente à forma de se locomover pelo bairro, foi perguntando se há algum lugar que eles evitam passar; positivaram para essa pergunta, 67% dos entrevistados. Um contraponto interessante é com o Bairro de Brasília Teimosa, cuja a maior parte (58%) havia alegado sentir-se segura, porém 69% dos respondentes dessa unidade informaram evitar certos lugares da comunidade.

Sobre essa questão de ocorrências criminosas/horários, ao verificarmos os dados do IFC, percebe-se que a madrugada (Gráfico 10) é o turno de maior volume dos registros.

**GRÁFICO 10 - OCORRÊNCIAS VIOLENTAS POR TURNO  
NA CIDADE DO RECIFE-PE ENTRE O PERÍODO DE 2018 A 2020**

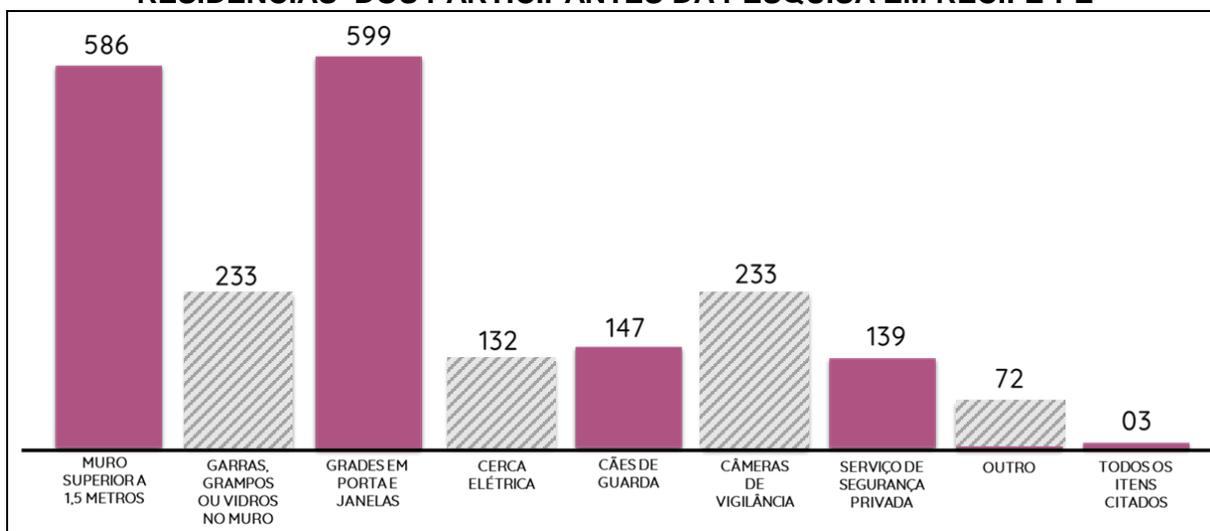


**Fonte:** Instituto Fogo Cruzado, 2021 | **Execução e Adaptação:** Carlos Duarte

Das 1.612 informações, 67% ocorreram nesse momento do dia. Ainda de acordo com o referido Instituto dos homicídios registrados entre 2018 e 2020, 64% ocorreram, também, na madrugada.

Quanto aos aparatos de segurança constantes nas casas dos entrevistados (Gráfico 11), é possível verificar que 64% possuem grades em portas e janelas; 62% possuem muro acima de 1,5m; 25% utilizam câmeras de vigilância e garras, grampos ou vidro nos muros; 15% fazem uso de serviço de segurança privada; 16% possuem cão de guarda; 14%, cerca elétrica, 7,6% fazem uso de outro aparato de segurança; e uma pequeníssima quantidade (0,3%) possui todos os recursos mencionados. O interessante de destacar nesse quesito é que, dos 941 entrevistados, 934 (99,26%) têm algum tipo de aparato de segurança em sua residência, apenas 07 (0,74%) alegaram não possuírem nenhum item. Ao observar a condição econômica dos 07 respondentes, percebe-se que sua renda é de até 01 salário mínimo. E, evidentemente, não se sentem seguros com a ausência dos “aparatos”.

**GRÁFICO 11 - APARATOS DE SEGURANÇA PRESENTES NAS RESIDÊNCIAS DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA EM RECIFE-PE**



**Fonte:** Instituto Fogo Cruzado, 2021 | **Execução e Adaptação:** Carlos Duarte

Sobre a sensação de segurança com os itens acima mencionados, para 53% dos participantes da pesquisa, a presença dos aparatos provém segurança; e, para quase a outra metade (47%), não há segurança. É interessante pontuar que, entre os 53% que falaram sentir-se seguros com os referidos itens, 60% informaram não estarem seguros no bairro onde moram. Como já mencionado, a pseudo-segurança abarca o sentimento de proteção no lar, mas que se esvai ao sair da residência. Com

o aumento da vulnerabilidade, a sensação do medo amplia-se, o controle sobre o outro é reduzido e, fatalmente, a insegurança faz-se presente.

Para maioria das pessoas (46%), os itens foram instalados nas residências por uma questão de prevenção. Para 37% dos moradores, os aparatos já existiam em sua moradia (e, com isso, não foi preciso fazer investimentos); e 14% fizeram por proteção (visto que já foram vítimas de crimes nos lugares onde moram). Boa parte das residências fizeram modificações em suas estruturas (arquitetura de defesa) há mais de 10 anos, conforme 32% dos entrevistados; na sequência, vem os que fizeram entre 04 e 05 anos, com 24%; entre 02 e 03 anos, com 18%; e 13% que fizeram reconfigurações há menos de 01 ano, em função do medo da violência criminosa para se proteger.

Perguntou-se, também, se os moradores têm percebido aumento da segurança na vizinhança. 38,15% responderam que sim; 44,21%, que não; 16,68% informaram não saber; e 0,96% não se pronunciaram. Como já colocado acima, apenas 13% fizeram investimentos de segurança entre o período de um ano, a maior parte já possuía itens de segurança há mais de 02 anos. Talvez, isso justifique o fato da maior parte ter mencionado não visualizarem tais modificações. Dentre os que positivaram a questão, 37,08% informaram tratar-se de um aumento elevado, 40,21% moderado e 22,71% pouco. Ainda no tocante aos investimentos em segurança, 76,51% fariam investimentos maiores em segurança caso possuíssem recursos financeiros; 12,43% não fariam; 1,70% faria outra ação; e 9,35% não saberiam o que fazer. Nesse cadinho, é possível verificar dois movimentos. O primeiro diz respeito ao reflexo da disseminação de aparatos de segurança, amplamente divulgados e que associam a tranquilidade e o bem-estar como garantias; o segundo encontra-se no sentimento de insegurança, ampliado - como aqui já abordado - pela mídia de forma geral, gerando margens acima do real. Como visto, a maioria dos moradores fazem uso de meios de segurança de forma preventiva, o que endossa tal sentimento.

Questionados se mudariam de bairro em função da violência, caso possuíssem condições para isso, 47% afirmaram que o faria; 43% que não; 1,70% outra ação; e 9,25% não souberam responder. Nesse tópico, percebe-se que os moradores dos bairros de baixa renda foram os que mais afirmaram a perspectiva de mudança, o que ocorreu com 100% dos residentes da Ilha de Joana Bezerra, Brejo do Beberibe, Curado, Guabiraba, Linha do Tiro, Passarinho, Peixinhos e Torrões.

Ao verificar se os entrevistados já tinham sido vítimas de algum ato criminoso nos últimos anos (Quadro 08), evidenciou-se que 7 a cada 10 moradores já tinha passado por experiências de furto, roubo de objetos, roubo na residência, agressão física, e tentativa de homicídio, o que representa 71,2% do volume de pessoas participantes na pesquisa, um dado relativamente alto. Embora não seja o parâmetro ideal, ao utilizar como analogia os números de CVP (Crime Violento contra o Patrimônio) ocorridos na cidade do Recife em 2018, que, de acordo com Sistema Infopol/GACE da SDS/PE/2018, são de 32.962 ocorrências, e, dividindo esse número pelos habitantes do município, tem-se a proporção de 01/46, ou seja, uma a cada 46 pessoas já passou, no ano mencionado, por tal situação. A pesquisa, como colocado aponta uma proporção extremamente maior. Pode-se inferir uma subnotificação das ocorrências.

**QUADRO 08 - AFIRMAÇÃO DOS PESQUISADOS SOBRE A VITIMIZAÇÃO EM ATOS CRIMINOSOS NA CIDADE DO RECIFE-PE**

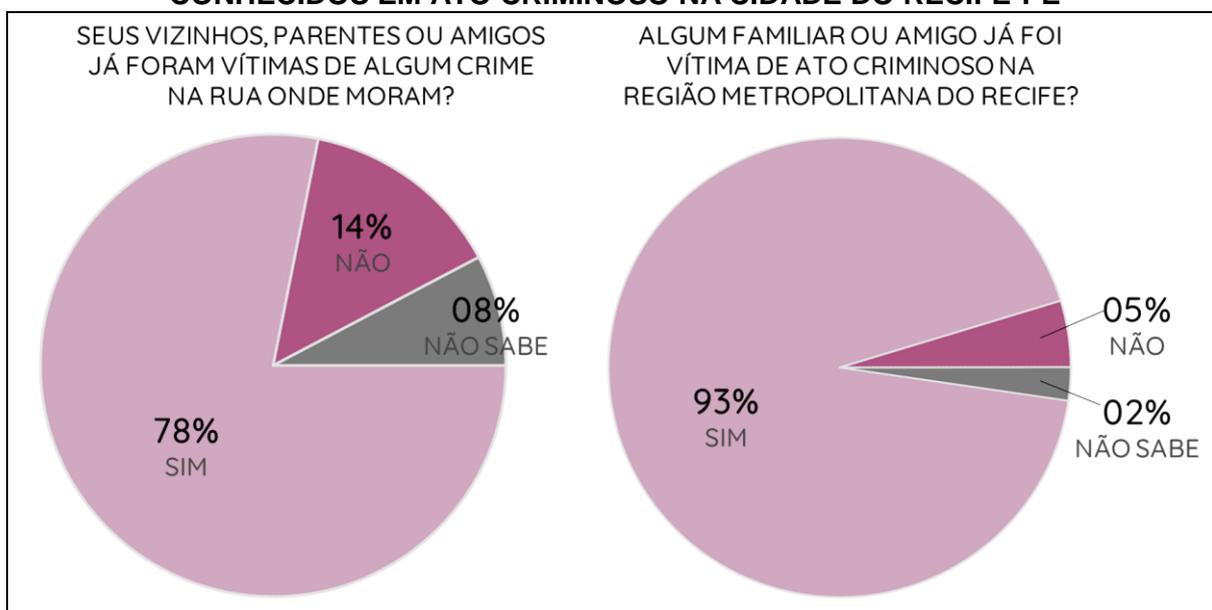
<b>VOCÊ JÁ FOI VÍTIMA DE ALGUM DESSES ATOS CRIMINOSOS NOS ÚLTIMOS ANOS?</b>	<b>%</b>
FURTO	29,97
ROUBO DE CELULAR	51,01
ROUBO DE OUTROS OBJETOS	23,59
ROUBO DE RESIDÊNCIA	6,27
AGRESSÃO FÍSICA	6,91
TENTATIVA DE HOMICÍDIO	0,96
NÃO FOI VÍTIMA DE NENHUM CRIME	28,80
OUTRO	7,23

**Fonte:** Pesquisa: Percepção da população sobre a violência criminosa na cidade do Recife-PE, 2018.

Quando se observa onde os atos criminosos ocorreram, verifica-se que 26,67% das vítimas informam que ocorreram em outro bairro da cidade; 21,15% que o ato aconteceu no próprio bairro; 13,71% na rua onde mora; 3,19% na residência; e 2,55% em transporte coletivo. Dos 94 bairros, 26,59% apresentaram 100% dos respondentes informando que já foram vítimas de atos criminosos e 56% delas pertencem a famílias com renda mensal inferior a 03 salários mínimos.

Ao perguntar se os vizinhos, parentes ou amigos já foram vítimas de algum crime no local onde moram (Gráfico 12), o resultado demonstra um percentual considerável. Acima de 78% afirmaram que sim; em números absolutos, representa 735 pessoas entre as 941 que responderam ao instrumento. Mantendo a questão, contudo mudando a escala dos acontecimentos, indagou-se sobre essas ocorrências na RMR, assim, 93% (9 a cada 10) mencionaram ter, em seu círculo de convivência, pessoas acometidas por crimes.

**GRÁFICO 12 - VITIMIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES E/OU CONHECIDOS EM ATO CRIMINOSO NA CIDADE DO RECIFE-PE**



**Fonte:** Pesquisa: Percepção da população sobre a violência criminoso na cidade do Recife-PE, 2018 | **Execução e Adaptação:** Carlos Duarte

Considerando esse panorama geográfico da violência e do medo difuso, moradores inseriram hábitos/comportamentos que os previnam de situações, porventura, perigosas. No grupo dos 941 entrevistados, a cada 06 moradores, 02 evitam sair à noite, 01/02 evitam a circulação por lugares considerados perigosos e acima de 24% mantêm as portas/portões/grades sempre fechados. Evitar contato com pessoas estranhas, ambientes públicos e outras situações são rotinas incluídas por 8% dos respondentes.

A evidência do medo da violência criminoso é clara quando se observam os comportamentos dos residentes na cidade. Do montante entrevistado, 98% alegam que tomam algum tipo de cuidado. Como já colocado, acredita-se que é uma questão incorporada no consciente da sociedade como um todo. Atualmente, é comum que se

espere ter precauções de segurança. O medo do outro (do estranho) tem sido visto como “aceitável”, ou seja, o que for possível, em termos de meios para garantir o afastamento de terceiros (muros, grades, isolamento), é visto com naturalidade.

Em sua obra “Confiança e medo na cidade”, Zygmunt Bauman aborda, em um dos capítulos, o medo de viver com estrangeiros. Embora seu enfoque refira-se a pessoas provindas de outras localidades (países), cabe-se aqui o sentimento de afastamento que, segundo o autor é “uma experiência que gera muita ansiedade” (BAUMAN, 2009, p.87). Logo, evitar essa experiência tornou-se sinônimo de privação da liberdade. O mesmo autor, em outra obra “A sociedade individualizada”, trata da relação entre liberdade e segurança. Nessa complexidade da necessidade humana das duas (liberdade e segurança), Bauman avalia como “inevitável sacrifício”, a liberdade regida por normas; e a segurança sufocando a liberdade são passíveis de sofrimento (BAUMAN, 2008, p.58).

Retomando os dados sobre a percepção da população, perguntou-se sobre o policiamento no bairro. Os residentes avaliaram como bom, regular e muito ruim, respectivamente com 3,61%, 32,20% e 61,21%. A avaliação negativa parte, majoritariamente, dos bairros mais pobres e com mais ocorrências violentas.

No que se refere ao conhecimento de algum trabalho preventivo de segurança nos bairros, 48,46% dos moradores mencionaram não saber da existência; 41,13% não souberam informar; e apenas 10,41% alegaram ciência de ações ligadas à prevenção da violência no bairro. O fato de existirem ações preventivas de combate à violência criminosa e de melhoria da segurança no bairro e a própria população desconhecer é algo que mostra a falta de articulação e o quão não integrativa ela é. Fortalece a ideia de ações sem efeito (fazer por fazer) e distancia-se do objetivo de promover um espaço mais seguro.

Sobre as questões que impulsionam as ações criminosas na sociedade, conforme avaliação de 46% dos respondentes, parte desse contexto deve-se a situação socioeconômica; com o mesmo percentual de 46%, surge o combo: ausência de leis e punições mais “duras” e policiamento mais ostensivo; 2% acreditam que tais ações ocorrem por questões psicológicas do indivíduo e 6% por motivos diversos.

Para entender como dá-se o uso dos possíveis espaços públicos coletivos que há no bairro, perguntou-se quais principais aspectos provedores da insegurança

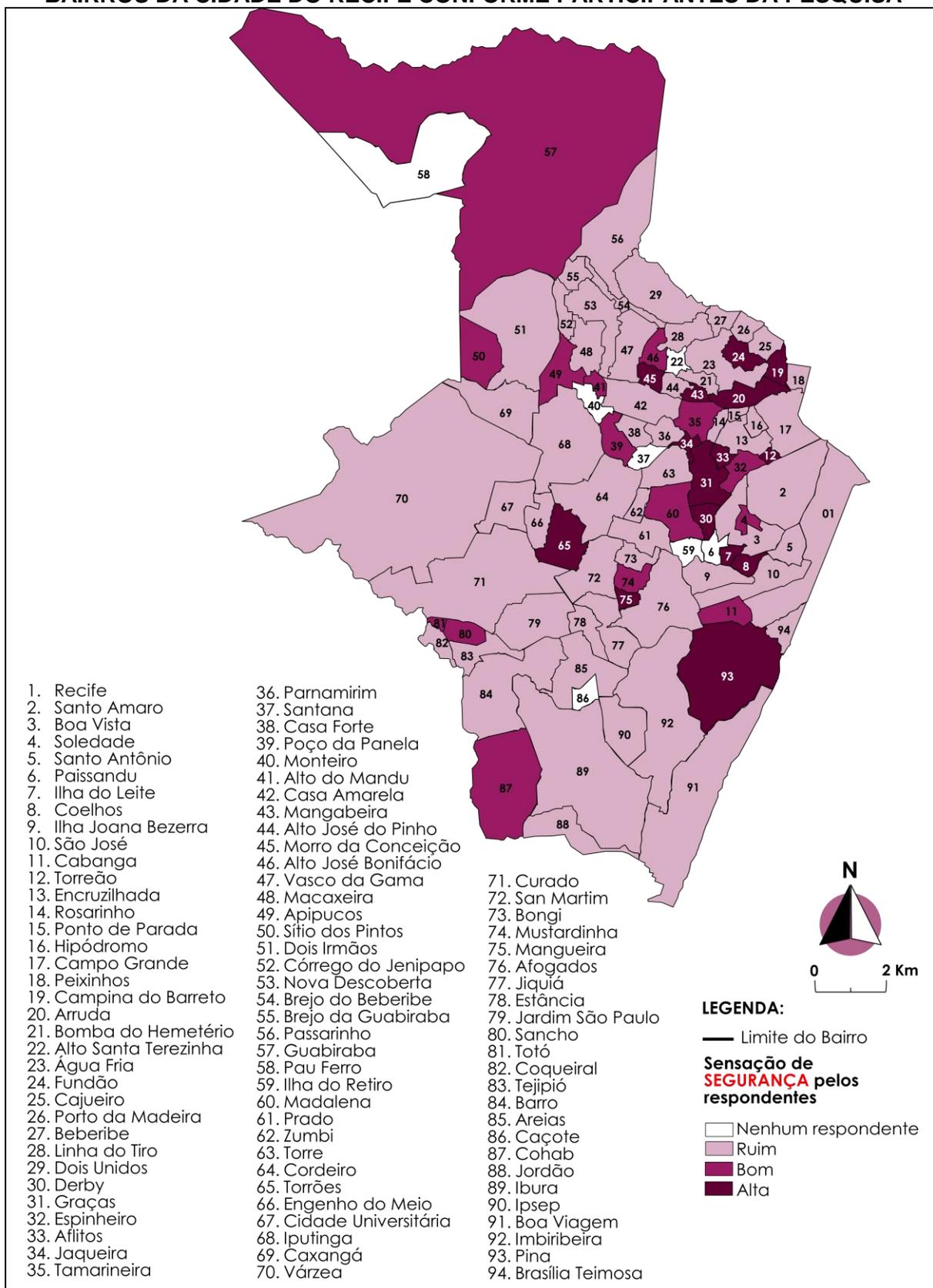
existem e que desmotivam sua utilização. Para grande maioria (59,51%), a ausência de policiamento é um fator que repele a população de frequentar esses lugares; 19,45% justificam como um local mal iluminado; 10,73% que é pouco frequentado; 4,57% informaram que o acesso é ruim; e 5,74% apontaram motivos diversos. Nesse tópico, é importante destacar que 100% dos moradores apresentaram alguma justificativa para o não uso e que quase 79% trazem algo ligado ao medo de uma ocorrência criminosa.

Numa avaliação dos residentes acerca das políticas públicas para seu bairro, verificou-se que 36% consideram o bairro regular em sua organização, com presença de políticas públicas, mas insatisfatórias; 29,44% mencionaram que é pouco organizado e possui poucas políticas públicas; para 27,74%, trata-se de um “bairro desorganizado e ausente de políticas públicas”; e 4,89% avaliou como bem organizado e bem assistido pelas políticas públicas. Os que fizeram uma avaliação positiva sobre seus bairros, nesses aspectos, foram os residentes das áreas mais abastadas da cidade e 67% deles possuem renda acima de 04 salários mínimos.

Quanto a percepção de segurança no bairro, como já colocado, muitos, ao classificarem num score de 0 a 100 (sendo 100 para maior segurança e 0 menor segurança), 67% consideram abaixo de 50. Na Figura 12, é possível verificar, nas cores mais escuras, os bairros que seus moradores afirmam terem uma sensação de “alta segurança” (acima de 76 pontos). Cabe destacar que apenas 27 moradores deram o score mais alto (100 pontos), o que representa 2,86% do universo dos respondentes. Apenas 12 bairros figuram com essa percepção de segurança “elevada”, algo em torno de 13% das unidades recifenses. Novamente, o dado de 07 a cada 10 pessoas sentindo-se inseguras nos seus bairros é reforçado por essa questão.

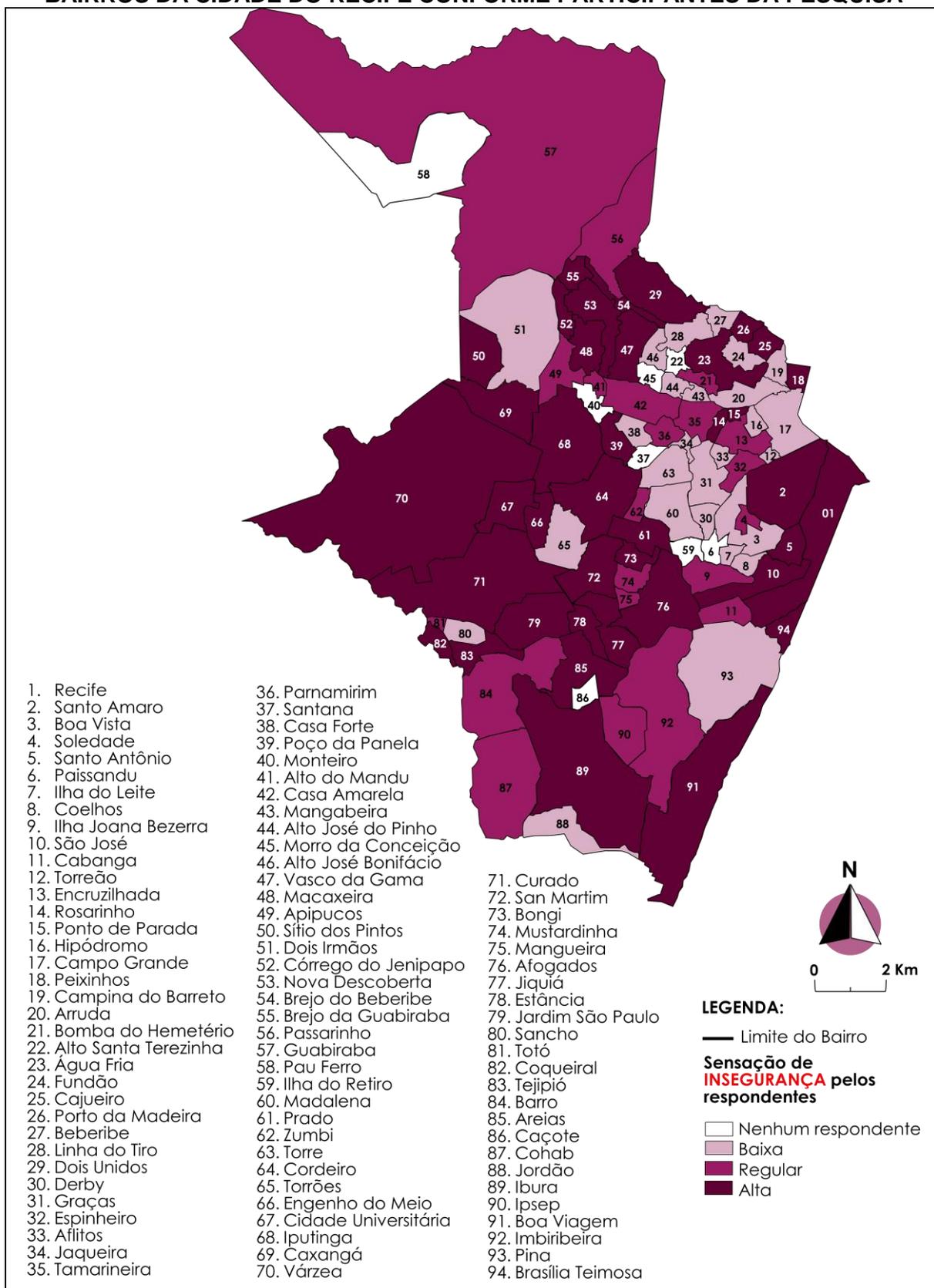
Na Figura 13, da demonstração com base no rol de 0 a 100 (sendo 100 para mais insegurança e 0 para segurança), 45% dos bairros recifenses apresentam desconforto elevado quanto à segurança. A comparação entre as representações dos sentimentos de “segurança” no espaço recifense evidencia bem como essa população anda temerosa, mesmo com 99,26% dos entrevistados possuindo, em sua residência, algum aparato de segurança. E esse espaço marcado por uma maioria da população pobre e desassistida à violência (especialmente a criminosa) tem imprimido, no cotidiano das pessoas, um medo cada vez mais “sólido”, como verificado nos dados

**FIGURA 12 - REPRESENTAÇÃO DA SENSAÇÃO DE SEGURANÇA POR BAIROS DA CIDADE DO RECIFE CONFORME PARTICIPANTES DA PESQUISA**



**Fonte:** Prefeitura da Cidade do Recife, 2015; Pesquisa: Percepção da população sobre a violência criminoso na cidade do Recife-PE, 2018 | **Execução e Adaptação:** Carlos Duarte

**FIGURA 13 - REPRESENTAÇÃO DA SENSAÇÃO DE INSEGURANÇA POR BAIROS DA CIDADE DO RECIFE CONFORME PARTICIPANTES DA PESQUISA**



**Fonte:** Prefeitura da Cidade do Recife, 2015; Pesquisa: Percepção da população sobre a violência criminoso na cidade do Recife-PE, 2018 | **Execução e Adaptação:** Carlos Duarte

apontados pela pesquisa. Essa vivência marca os espaços, dá o sentido do que nele se deposita e o transforma, caracteriza-o e diante de feições “novas”, surgem denominações que visam abarcar tal sentido. Nesse contexto, é atribuído ao espaço um sobrenome que o marca (espaços criminosos, espaço segregado...), mesmo redundante, no sentido de que todos os acontecimentos são sociais e que todo o espaço carrega em si a dinâmica da vida, a ênfase que se dá no esforço de “recortes” é válido.

A expressão “espaços de medo” ou de termos similares é possível encontrar em trabalhos como os de Caldeira (2003), Souza (2008), Bauman (2009), Viana (2002) e Sá (2010)<sup>10</sup>, para exemplificar alguns. Em linhas gerais, buscam denominar os lugares que são temerosos em função das ocorrências violentas e criminosas. Já o medo dos espaços é visto, dentro do campo das patologias, e denominado de “agorafobia” (do grego *ágora* - assembleia; reunião de pessoas; multidão + *phobos* - medo). Tomando-se um pouco a noção de *ágora*, que, segundo Gama (2001) “seria o lugar onde o sujeito teria que sustentar algo próprio, seus desejos, seus limites” (GAMA, 2001, p.4) e relacionando isso ao medo de não conseguir se impor nessa situação, ocorreria uma ansiedade, que traria o medo de não saber lidar com certos espaços. Tem-se, então, um quadro de agorafobia, que, de acordo com o CID-10 (Classificação Internacional de Doenças), relaciona-se com o “medo de deixar seu domicílio, medo de lojas, de multidões e locais públicos” (OMS, 2007, p.332). Em termos sintomáticos dessa patologia, aponta-se “um estado neuropático muito particular, caracterizado por uma angústia, uma impressão ansiosa viva, ou mesmo um verdadeiro terror, que se produz subitamente em face de um determinado espaço (WESTPHAL, in BESSET, 2002, p.5).

A representação do mapa da cidade do Recife, constante na figura 13, é bem expressiva, porque demonstra uma população que convive fortemente com a insegurança. No próximo item, será visto, a partir do recorte de 15 bairros, como esse fenômeno marca o espaço (reconfigurando-o), demonstrando como a pseudo-segurança encontra-se presente na cidade do Recife-PE.

---

<sup>10</sup> Ver: SÁ, Alcindo José de. Relatório do CNPq “Medo urbano: a difusão dos aparatos de segurança nas periferias da Região Metropolitana do Recife (RMR) e seus reflexos nas morfologias intra-urbanas”. Recife: 2010.

#### 4.2.1 Bairros com alto, médio e baixo percentual de violência criminosa

Como sabido, Recife conta com 94 bairros e a cidade é dividida em 06 Regiões Políticas Administrativas (RPA). Muitos dos bairros possuem características parecidas (tanto do ponto de vista socioeconômico, quanto territorial), até porque alguns foram “desmembrados” de outros, como – por exemplo - o caso de Casa Amarela, que, de seu território, surgiram o do Morro da Conceição, Vasco da Gama, Nova Descoberta, Tamarineira, Macaxeira, Mangabeira e Alto José do Pinho. O recorte territorial desse trabalho, como em diversas passagens mencionado, é a cidade do Recife. É evidente que o estudo desse território propõe desafios enormes, ainda mais no tocante a um tema relativamente abstrato. Com isso, para posicionar e justificar as observações/estudos realizados acerca da violência criminosa na capital pernambucana, coloca-se o seguinte:

- a) O detalhamento de 94 bairros, poderia (mesmo com todas as especificidades típicas do território) tornar-se comum na ótica do objeto de estudo. O esforço demandado implicaria em conclusões em que uma amostragem (bem selecionada) poderia apresentar, em igual teor, sem comprometer a leitura da cidade como um todo;
- b) Para fazer a seleção da amostra dos bairros a serem pesquisados, utilizou-se o levantamento dos 05 com mais ocorrências violentas e elevado número de homicídios: Cohab, Ibura, Pina, Várzea, Imbiribeira; 05 bairros que não apresentaram ocorrências dessa natureza: Derby, Casa Forte, Jaqueira, Paissandu e Pau Ferro; e outros cinco que se enquadrassem na média: Jardim São Paulo, Campo Grande, Nova Descoberta, Torrões e Barro. A fonte para a amostragem dos bairros considerados violentos, como já colocado, baseou-se nos dados do Instituto Fogo Cruzado entre 2018-2020 (Quadro 09);
- c) Assim, 15 bairros foram observados nessa conjuntura. Isso representa 16% do total das unidades recifenses e, no quantitativo populacional, os considerados com ocorrências violentas representam 19% da população; os sem ocorrências, 0,38%; e os na mediana com 11%

(IBGE, 2010). Ao todo, os bairros retratados nesse trabalho, representam 30,38% da população do município.

**QUADRO 09 – NÚMERO DE HOMICÍDIOS E OCORRÊNCIAS VIOLENTAS POR BAIRRO ENTRE 2018 E 2020**

	BAIRRO	2018		2019		2020		TOTAL	
BAIRROS COM ELEVADO NÚMERO DE HOMICÍDIOS E OCORRÊNCIAS VIOLENTAS	COHAB	26	36	13	23	21	31	60	90
	IBURA	22	28	17	29	14	29	53	86
	PINA	11	20	11	15	13	22	35	57
	VÁRZEA	08	13	15	28	12	32	35	73
	IMBIRIBEIRA	12	16	08	12	10	14	30	42
BAIRROS COM MÉDIO NÚMERO DE HOMICÍDIOS E OCORRÊNCIAS VIOLENTAS	JARDIM SÃO PAULO	08	10	11	17	10	18	29	45
	CAMPO GRANDE	08	12	08	11	07	10	23	33
	NOVA DESCOBERTA	06	12	10	14	11	22	27	48
	TORRÕES	07	08	04	06	14	25	25	39
	BARRO	10	13	09	11	10	17	29	41
BAIRROS COM BAIXO NÚMERO DE HOMICÍDIOS E OCORRÊNCIAS VIOLENTAS	DERBY	0	0	0	0	0	0	0	0
	PAISSANDU	0	0	0	0	0	0	0	0
	PAU-FERRO	0	0	0	0	0	0	0	0
	PONTO DE PARADA	0	0	0	0	0	0	0	0
	JAQUEIRA	0	0	0	0	0	0	0	0

■ NÚMERO DE HOMICÍDIOS ■ NÚMERO DE OCORRÊNCIAS VIOLENTAS

Fonte: Instituto Fogo Cruzado, 2018-2020 | **Elaboração:** Carlos Duarte

- d) Ainda sobre o critério da utilização dos dados do IFC e não sobre a colocação dos moradores, trata-se de uma opção por situações realmente ocorridas no espaço. A pesquisa abarca o sentimento de medo e dos estigmas que são difundidos pela mídia. O real e o imaginário acabam se fundindo, ampliando a percepção dos crimes e promovendo considerações maiores do que os verdadeiros fatos. A lista dos bairros apontados pela população é uma e a dos registros do IFC é outra. Como não foi possível, como já colocado, acessar os dados oficiais do Estado, o extrato do IFC permite nos aproximar melhor dos acontecimentos violentos na cidade do Recife;

- e) Entende-se que o processo urbano de formação dessas áreas poderia somar numa melhor compreensão e caracterização dos espaços, mas, para proposta do trabalho, acredita-se ser suficiente apresentar as informações contidas na pesquisa (voltadas a compreender como é percebido o fenômeno da violência criminosa e como se apresenta a pseudo-segurança).

Para “espacializar” os dados do IFC na cidade do Recife e permitir uma visualização da dinâmica de ocorrências em 03 anos (2018-2020), colocam-se as Figuras 14 e 15. A primeira retrata as ocorrências violentas, em especial as que referem-se ao uso de armas de fogo; e a segunda o registro de mortes violentas. Os cruzamentos das informações de ocorrências e mortes, permitiram, como já colocado, a extração dos bairros com alto, médio e baixo episódios violentos.

Na Figura 14, é possível perceber que os bairros da Várzea, Cohab e Ibura destacam-se na série demonstrada, mantendo número elevado no recorte temporal 2018-2020. A RPA 06 (porção mais Sul da cidade) apresenta os bairros com maior proeminência do fenômeno violência e a RPA 03 os com menores ocorrências. Na Figura 15, em consonância com as ocorrências, o número de mortes violentas é maior nos bairros já supracitados, agregando-se, ainda, os do Pina e Imbiribeira.

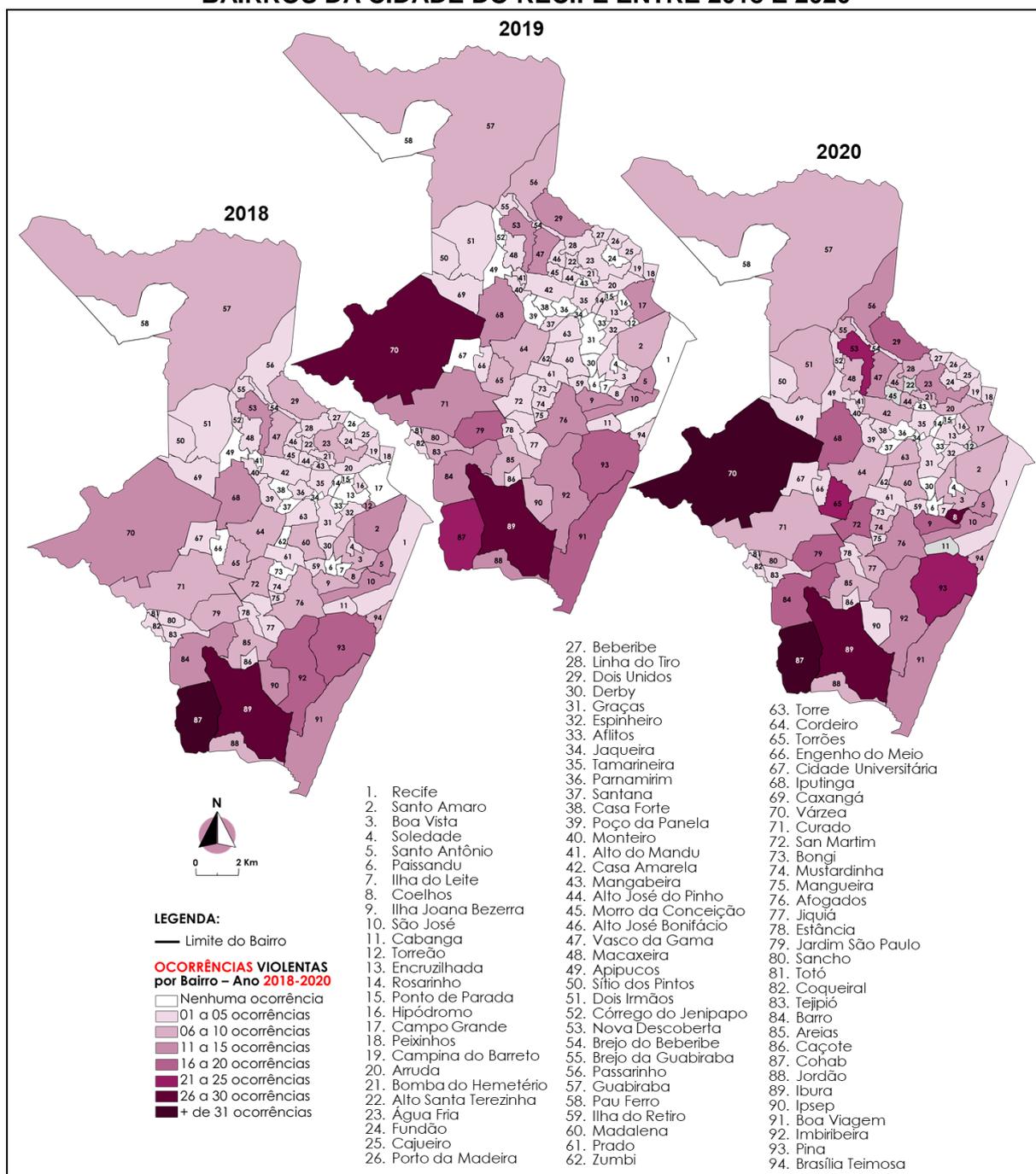
Bairros “estigmatizados” como Coelhos, Santo Amaro e Ilha de Joana Bezerra, vistos pela população como mais “violentos” (Figura 10), não figuram entre os dos registros do IFC, como é possível observar nas figuras 14 e 15. Um contraponto interessante acerca dessa percepção/análise por bairro, no sentido de avaliar a cidade, pode ser feito com uma pesquisa realizada pela Universidade Massachusetts (Instituto de Tecnologia)<sup>11</sup>. Os pesquisadores solicitaram que os respondentes fizessem a avaliação de bairros apenas por uma foto e mencionassem se o achavam perigoso. Foi encontrada uma forte correlação entre a incidência de crimes violentos e as percepções de risco com base em sugestões visuais. Eles afirmam que o panorama mais provável é que as pessoas passam a evitar bairros pouco atraentes, tornando-os menos movimentados e, conseqüentemente, mais inseguros. A pesquisa tem dados de diversos países do mundo. No caso brasileiro, consideram se as cidades

---

<sup>11</sup> Entendendo a Percepção Urbana com Inteligência Artificial - Mapeando a Percepção Urbana | <https://centerforcollectivelearning.org/urbanperception>

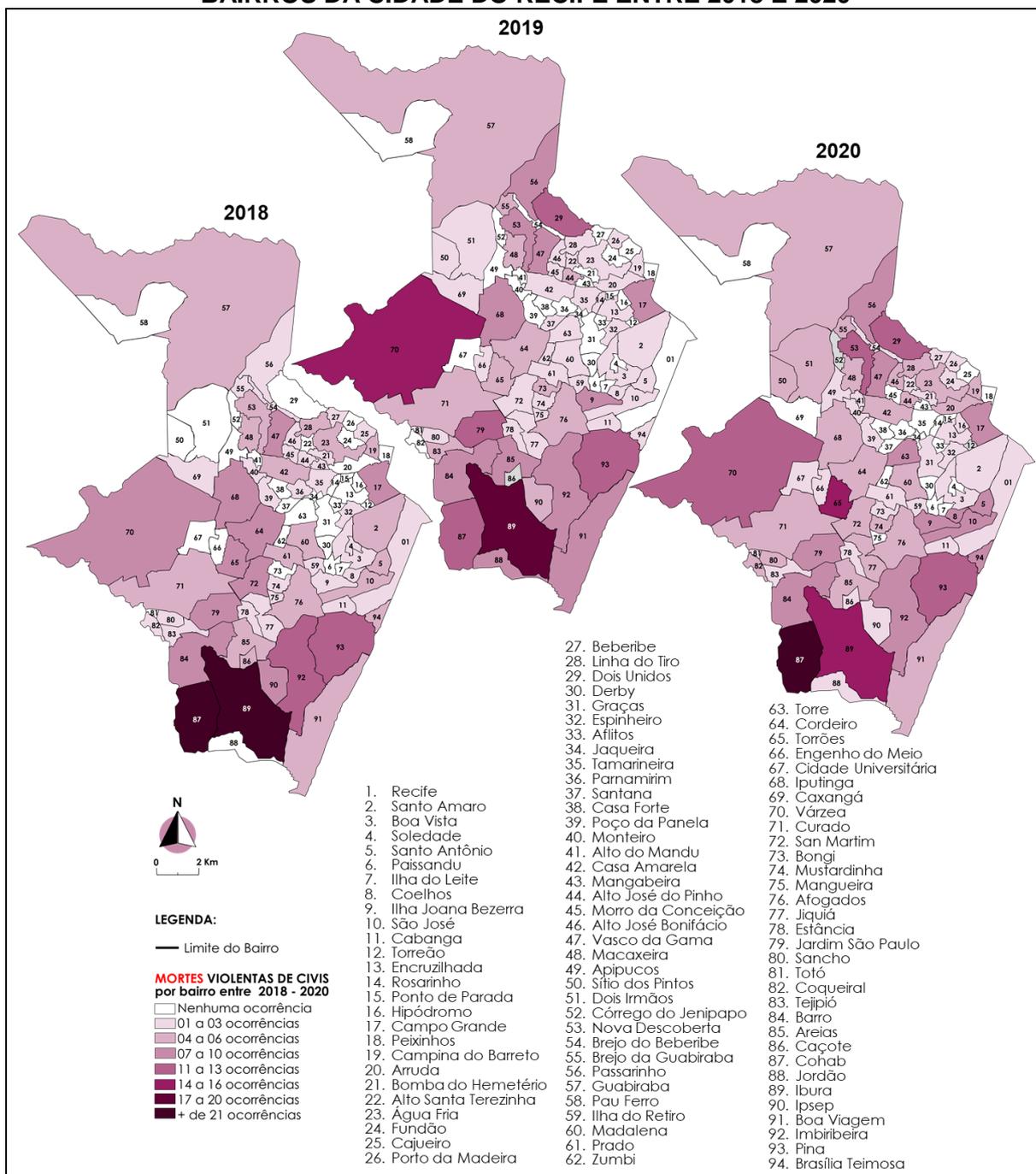
do Rio de Janeiro e São Paulo. Retomando-se o contraponto, o fato é que, na pesquisa realizada em 2018 acerca da percepção de bairros violentos (Apêndice A), em relação aos dados do Instituto Fogo Cruzado, aparecem apenas 02 coincidências entre os 10 mais. Por isso, também, tomou-se como referência as informações contidas no IFC.

**FIGURA 14 - OCORRÊNCIAS VIOLENTAS POR BAIROS DA CIDADE DO RECIFE ENTRE 2018 E 2020**



**Fonte:** Prefeitura da Cidade do Recife, 2015; Instituto Fogo Cruzado, 2021  
**Execução e Adaptação:** Carlos Duarte

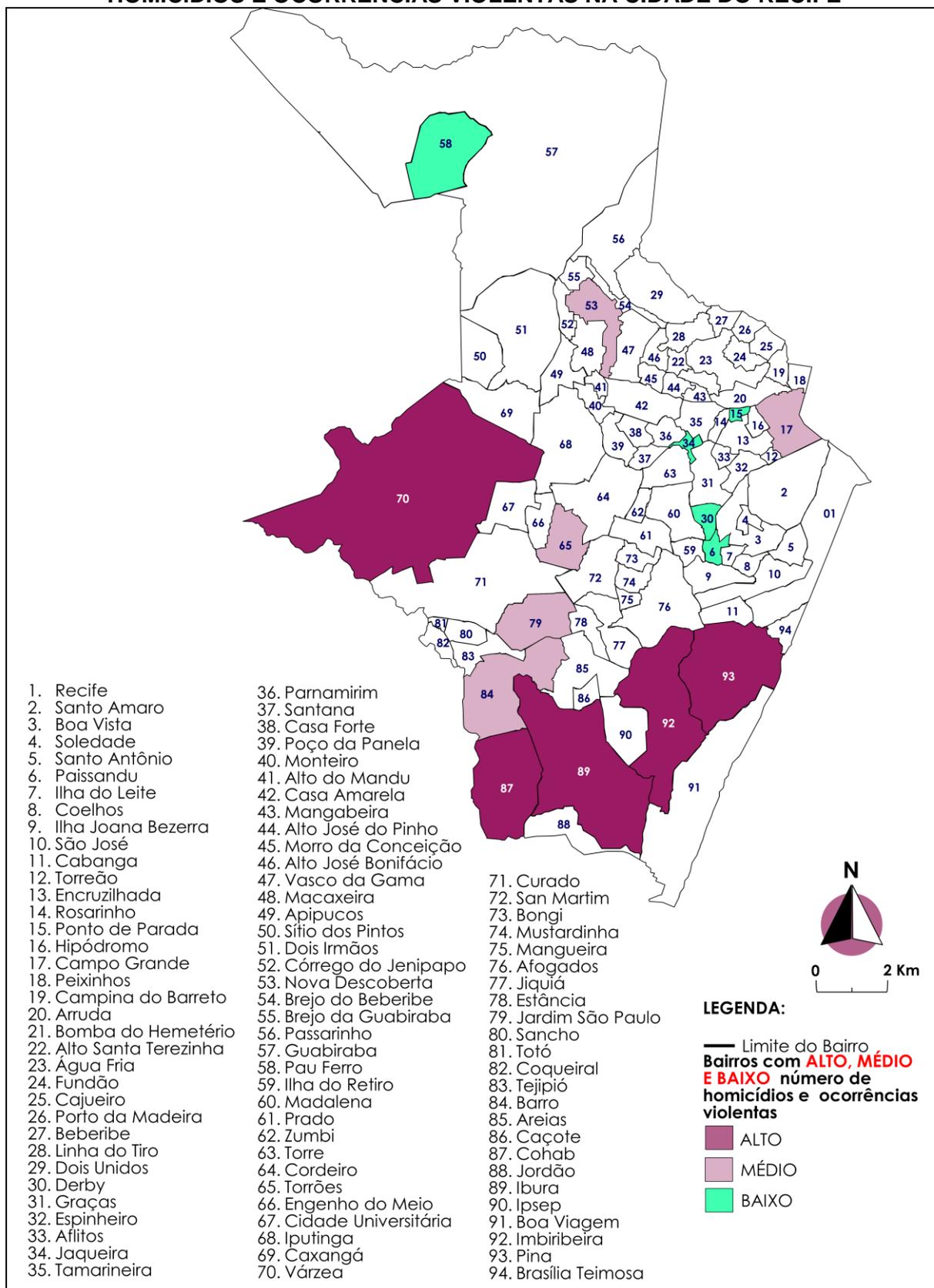
**FIGURA 15 – MORTES VIOLENTAS DE CIVIS POR BAIROS DA CIDADE DO RECIFE ENTRE 2018 E 2020**



**Fonte:** Prefeitura da Cidade do Recife, 2015; Instituto Fogo Cruzado, 2021  
**Execução e Adaptação:** Carlos Duarte

Apresentando apenas os bairros supracitados, percebem-se melhor as referidas localizações na cidade (Figura 16). Quatro dos bairros considerados com alto número de ocorrências e homicídios encontram-se na RPA 06 (Cohab, Ibura, Imbiribeira e Pina) e um na RPA 04 (Várzea); os com médio apresentam-se mais “distribuídos” pela cidade: dois na RPA 05 (Barro e Jardim São Paulo), um na RPA 04

**FIGURA 16 - BAIRROS COM ALTO, MÉDIO E BAIXO NÚMERO DE HOMICÍDIOS E OCORRÊNCIAS VIOLENTAS NA CIDADE DO RECIFE**



**Fonte:** Prefeitura da Cidade do Recife, 2016; Instituto Fogo Cruzado, 2018-2020

**Execução e Adaptação:** Carlos Duarte

**FIGURA 17 - REPRESENTAÇÃO DO BAIRRO DO COHAB NA CIDADE DO RECIFE/PE**



**Fonte:** Prefeitura da Cidade do Recife, 2016

**Execução, Adaptação e Fotos:** Carlos Duarte, 2022

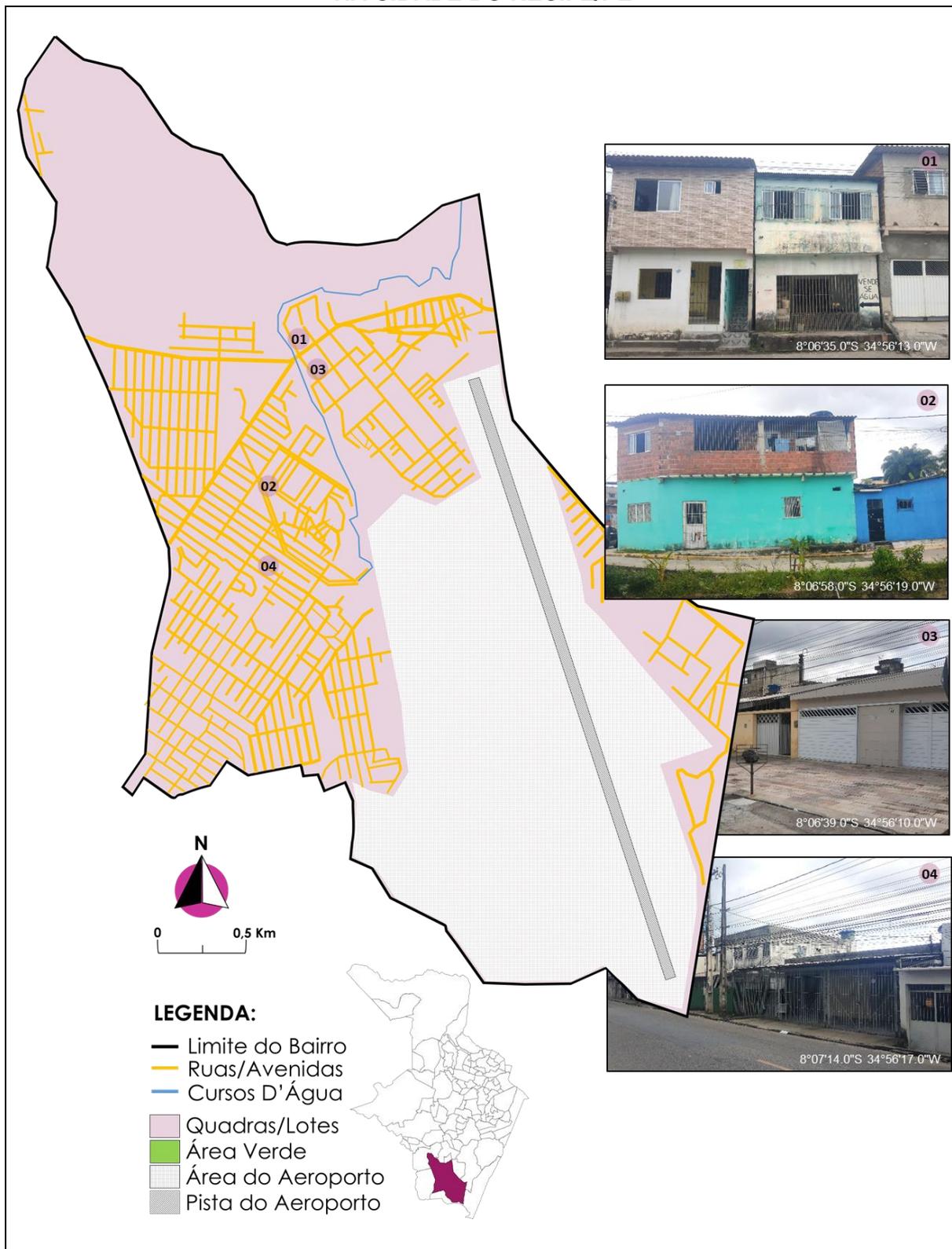
(Iputinga), um na RPA 03 (Nova Descoberta) e um na RPA 02 (Campo Grande); os com baixa (na realidade, sem ocorrências) encontram-se um na RPA 01 (Paissandu), um na RPA 02 (Ponto de Parada) e três na RPA 03 (Derby, Jaqueira e Pau Ferro).

Colocam-se, inicialmente, os bairros que apresentaram maior número de ocorrências. O bairro do Cohab, que encabeça essa lista, fica situado na zona sul do Recife, pertencente à RPA 06, faz limite com o Ibura, o Jordão, o Barro e o município de Jaboatão dos Guararapes (Figura 17). De acordo com o IBGE, a população, no ano de 2010, era de 67.283, a densidade demográfica de 157,97 habitantes por km<sup>2</sup> e possui um pouco mais de 19.500 residências.

Conforme a pesquisa aplicada nos bairros, 83% dos residentes no Cohab consideram que ocorreu aumento da violência, 100% apontaram outros bairros como violentos, 50% informaram que é um local seguro, porém 67% alegam que os demais moradores não se sentem protegidos no bairro; 83% confirmaram que já visualizaram, na mídia, informações violentas acerca do bairro e o mesmo percentual aplica-se quando mencionam que há locais do bairro que evitam passar. Das residências entrevistadas, apenas uma informou não possuir nenhum aparato de segurança; 50% pontuaram que percebem, na vizinhança, um aumento de residências alterando/investindo numa arquitetura de proteção; 100% já foram vítimas de algum crime, em especial, roubo de aparelho celular e, destes, 50% os crimes ocorreram no próprio bairro; todos, também, informam que conhecem familiares e vizinhos que passaram por alguma ocorrência violenta. Pincelando os dados do IFC sobre a situação do Cohab, percebe-se que ocorreram 90 ocorrências violentas em 03 anos (01 ocorrência a cada 12 dias) e 60 homicídios, o que dá uma média de 01 morte violenta a cada 18 dias. Sabe-se que é bem provável que o número seja maior do que os registros oficiais. Na comparação dos dados do IFC e da SDS (Quadro 10), percebe-se a diferença média de 42%. Aplicando o referido percentual aos números da Cohab, a proporção de ocorrências violentas ficaria de 01 para cada 08 dias e de mortes, 01 a cada 13 dias.

Na sequência, temos o bairro do Ibura (Figura 18). Localizado numa região colinosa da cidade, o bairro possuía, em 2010, de acordo com o censo do IBGE, 50.617 habitantes (o 4º bairro em maior número de habitantes) e o menor IDH da capital pernambucana. Terceiro maior bairro do Recife, o Ibura ("água que arrebenta" ou "nascente de água", em tupi) é intimamente ligado às águas desde antes de sua fundação. Suas 21 vilas - entre elas, as famosas Unidades Residenciais (URs) - foram construídas pela COHAB para abrigar moradores afetados principalmente pela cheia que atingiu a cidade em 1966.

**FIGURA 18**  
**REPRESENTAÇÃO DO BAIRRO DO IBURA**  
**NA CIDADE DO RECIFE/PE**



**Fonte:** Prefeitura da Cidade do Recife, 2016  
**Execução, Adaptação e Fotos:** Carlos Duarte, 2022

**QUADRO 10 – NÚMEROS DE MORTES  
VIOLENTAS REGISTRADAS ANUALMENTE  
PELA SDS E O IFC NO PERÍODO DE 2018 A 2020**

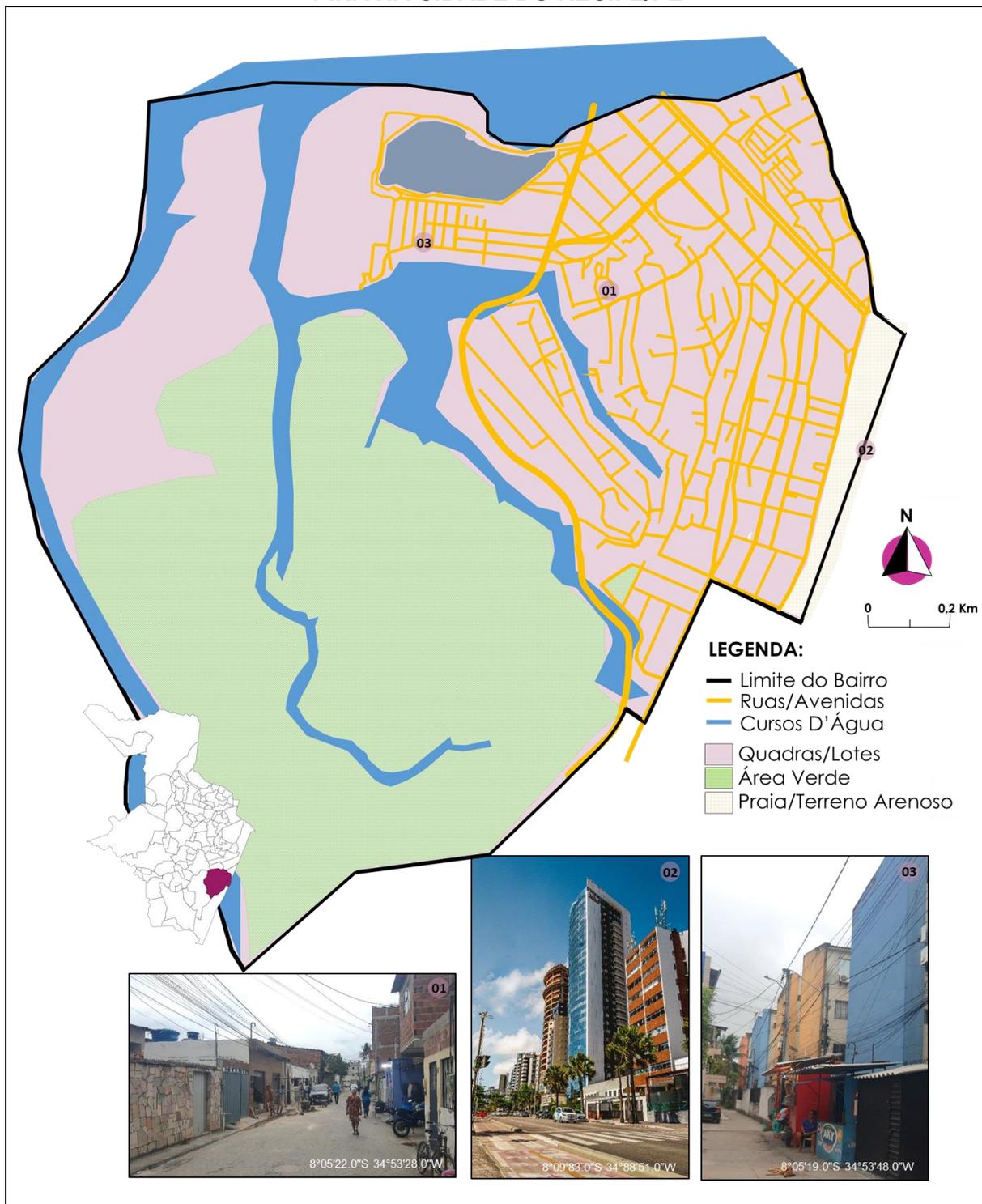
ANO	SDS	IFC	≠	%
2018	601	287	314	52%
2019	491	295	196	40%
2020	561	359	202	36%
<b>TOTAL</b>	<b>1.653</b>	<b>941</b>	<b>702</b>	<b>42%</b>
<b>MÉDIA</b>	<b>551</b>	<b>313</b>	<b>238</b>	<b>43%</b>

**Fonte:** Evolução anual dos números de vítimas de CVLI em Pernambuco por município entre janeiro de 2004 a dezembro de 2021, SDS, 2022. | IFC, 2021

Observando os dados da pesquisa, o Ibura foi um dos bairros onde ocorreu a maior aplicação de instrumentos. Aproximadamente 1/3 dos respondentes possuem renda até 01 salário mínimo; 97% deles acreditam que a violência criminosa em Recife vem aumentando; 42% apontam o próprio bairro como um dos mais violentos; 80% não se sentem seguros no local que moram e 88% deles avaliam que os vizinhos também. A maioria dos entrevistados informaram que o bairro já foi motivo de notícias na mídia, em função da violência; 75% mencionam que há locais no bairro que evitam passar; 81% possuem algum aparato de segurança na casa, mas 54% destes não se sentem seguros com os itens; 67% mudariam de bairro/cidade, se tivessem condições financeiras para se esquivarem da violência; 74% dos moradores já foram vítimas de alguma violência criminosa e 81% informaram que parentes e/ou amigos foram vitimados também. Cabe destacar, ainda, que 95% informaram que alguém da família já foi vítima de crimes violentos, quando se amplia a escala para RMR; e, 83% avaliam o policiamento como ruim, muito ruim ou inexistente.

O bairro do Pina (Figura 19), também na Zona Sul e RPA 06, abriga quase 30 mil habitantes (IBGE, 2010). É um bairro que conecta diferentes zonas da cidade do Recife, atualmente um importante polo comercial e de serviços. Situando a referida unidade em relação aos dados da pesquisa, percebeu-se que 100% dos respondentes acusam sensação de aumento da violência; 62% dos moradores não indicaram o próprio bairro para outras pessoas; 61% não consideram o bairro seguro e 70% acreditam que os demais moradores também; 92% informaram que já presenciaram notícias sobre crime e violência na mídia sobre o bairro; 100% possuem, em suas

**FIGURA 19**  
**REPRESENTAÇÃO DO BAIRRO DO**  
**PINA NA CIDADE DO RECIFE/PE**



**Fonte:** Prefeitura da Cidade do Recife, 2016

**Execução, Adaptação e Fotos:** Carlos Duarte, 2022

casas, algum recurso de segurança, porém 38% não se sentem seguros com eles; e 54% dos entrevistados foram vítimas de alguma violência criminosa.

Conforme os dados do IFC, registram-se 57 ocorrências violentas e 35 homicídios nos anos de 2018-2020 no bairro do Pina. Respectivamente, 01 ocorrência a cada 19 dias e 01 registro a cada mês.

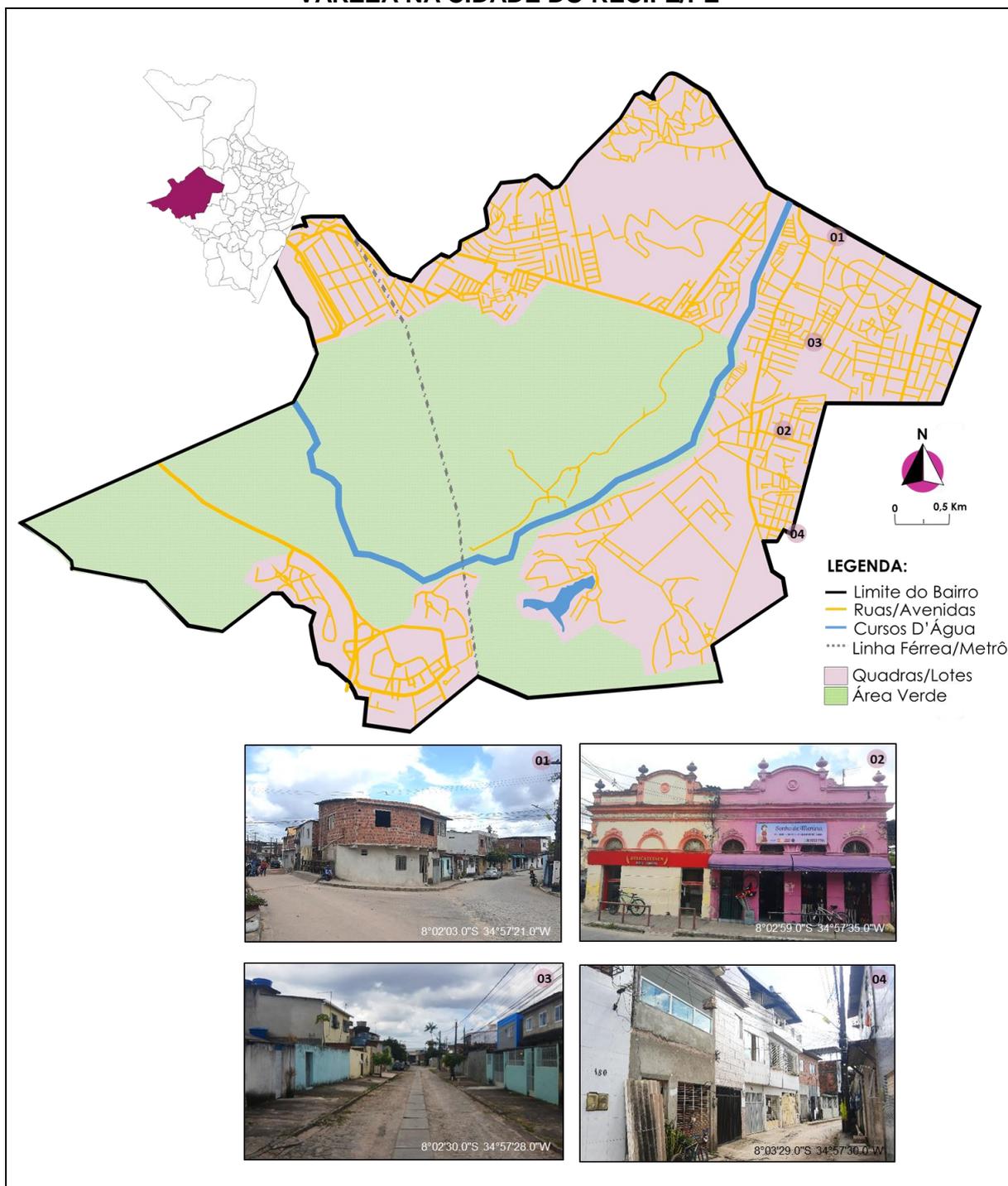
Dando continuidade à breve caracterização dos bairros considerados com elevado número de ocorrências violentas, temos o da Várzea (Figura 20), segundo maior bairro em extensão territorial do Recife, com 2.255 hectares e com 70.453 habitantes (IBGE, 2010), presente na zona oeste da cidade e compondo a RPA 04. Como já mencionado, entre os bairros desse bloco, é o único fora da RPA 06.

Conforme os números da pesquisa, 93% dos residentes informaram sentir aumento da violência. Destes, 62% atribuem as questões socioeconômicas e a insegurança e/ou ausência de policiamento. Quando indagados qual bairro consideram seguro para morar, 89% não indicam o próprio bairro e 54% deles sentem-se inseguros em suas casas. Talvez, isso aponte o elevado número de residências (93%) contendo algum aparato de segurança, porém, tais investimentos não representam confiabilidade para 43% dos moradores. Dos participantes, 89% já foram vítimas de algum crime violento e 67% mencionam que os demais moradores não se sentem seguros no bairro. O IFC registrou 73 ocorrências violentas e 35 mortes no bairro (2018-2020).

Fechando o recorte dos 05 bairros que encabeçam a lista dos com maiores ocorrências violentas, temos o bairro da Imbiribeira (Figura 21). A referida unidade integra a 6ª Região Político-Administrativa do Recife (RPA-6), na Zona Sul da cidade, limitando-se com os bairros do Pina, Boa Viagem, Ipsep, Jiquiá e Afogados. Conforme dados do Censo IBGE (2010), a população da Imbiribeira tinha uma renda média mensal de R\$ 901,36, uma população de 48.512 habitantes, uma densidade de 72,85 hab./há e um total de 14.969 moradias.

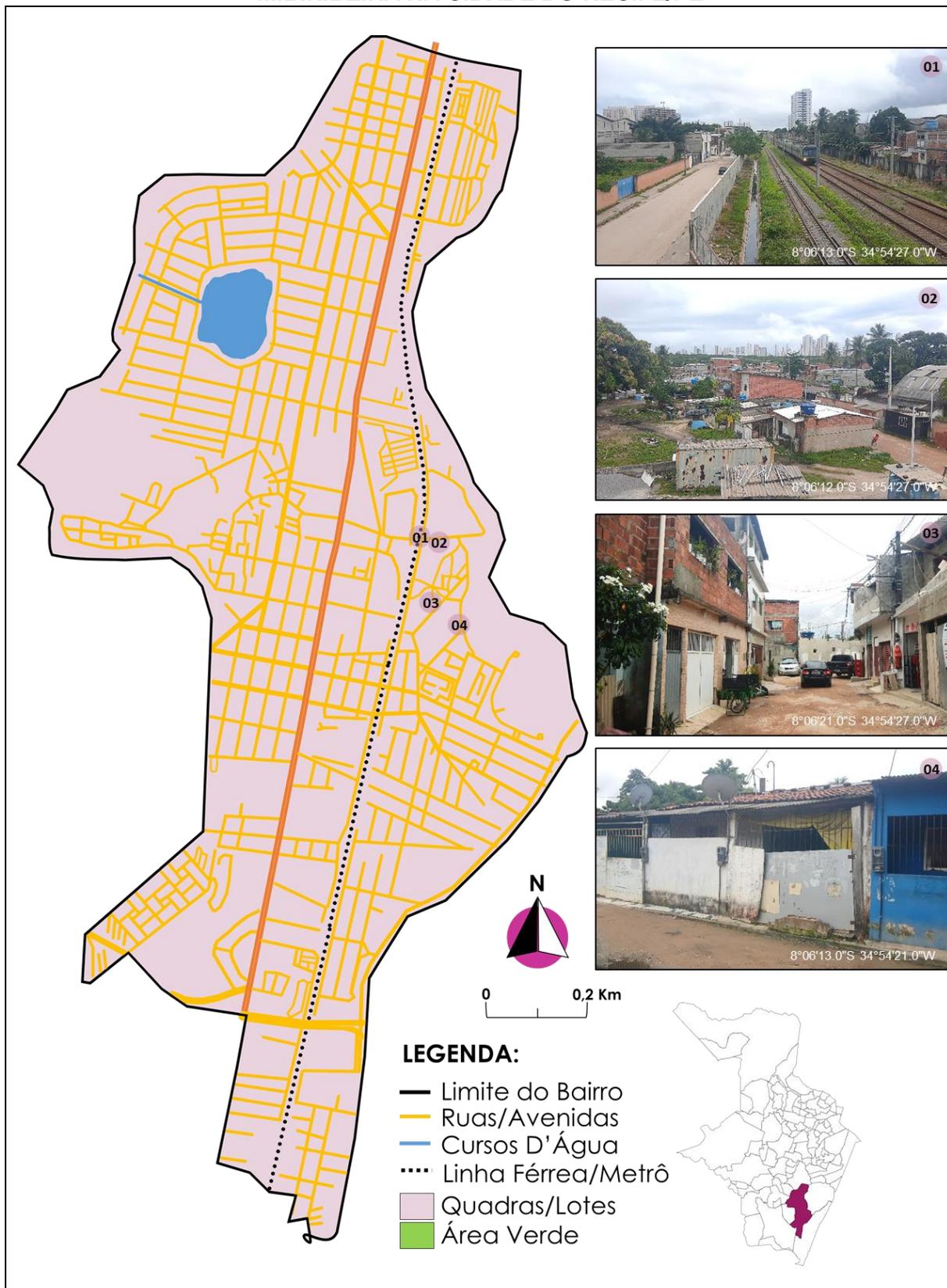
A pesquisa com os residentes da Imbiribeira revela-nos as seguintes informações: 93% dos entrevistados têm, em média, de 02 a 04 pessoas por residência; 65% deles moram há mais de 11 anos no bairro, metade dos respondentes não trabalham e a renda de 60% situa-se entre 02 e 03 salários mínimos.

**FIGURA 20**  
**REPRESENTAÇÃO DO BAIRRO DA**  
**VÁRZEA NA CIDADE DO RECIFE/PE**



**Fonte:** Prefeitura da Cidade do Recife, 2016  
**Execução, Adaptação e Fotos:** Carlos Duarte, 2022

**FIGURA 21**  
**REPRESENTAÇÃO DO BAIRRO DA**  
**IMBIRIBEIRA NA CIDADE DO RECIFE/PE**



**Fonte:** Prefeitura da Cidade do Recife, 2016

**Execução, Adaptação e Fotos:** Carlos Duarte, 2022

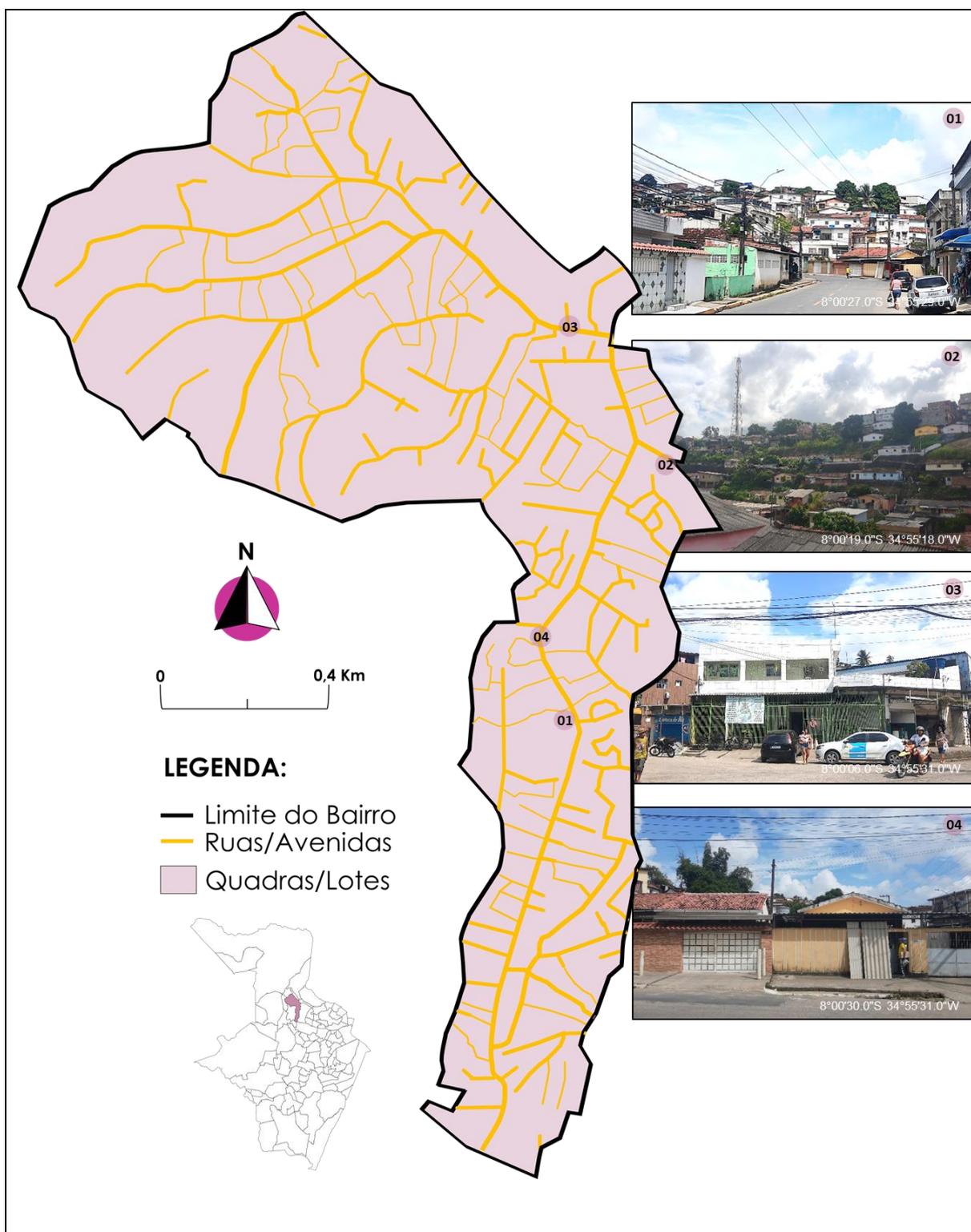
No tocante às informações que nos auxiliam na caracterização do medo, segurança e violência criminosas, percebeu-se que 94% afirmam que vêm percebendo aumento da criminalidade na cidade, destes a metade acredita que devem-se às questões socioeconômicas; apenas 14% dos moradores indicam o bairro como um local seguro para morar; 65% verbalizam diretamente que não se sentem seguros no bairro e 100% avaliam que os vizinhos também não; 86% alegam que existem locais no bairro que evitam passar; 100% das residências observadas possuem equipamentos de proteção (muro, grades, arames, portões, câmeras, portaria 24h, vigilância privada...), mas apenas metade informou sentir-se segura com os itens; metade percebe que os vizinhos têm aumentado a segurança e, também, 50% informa que, se pudesse, mudaria de bairro.

No “lote” dos bairros com médio número de ocorrências, apresentam-se Nova Descoberta (Figura 22), Jardim São Paulo (Figura 23), Barro (Figura 24), Torrões (Figura 25), e Campo Grande (Figura 26). O bairro de Nova Descoberta, presente na RPA-03, com 34.212 habitantes (IBGE, 2010), já figurou entre os com maiores números de homicídios na RMR. Contudo, no período da pesquisa, os dados situaram-no entre os com média ocorrência. Cabe destacar, acerca da pesquisa, as seguintes informações: 100% dos moradores residem no bairro há mais de 11 anos, o mesmo percentual avalia que ocorreu aumento da violência; apenas 02 pessoas apontaram o bairro como seguro para morar; 100% dos respondentes têm alguma estrutura de proteção e 50% destes informam que não se sentem seguros com elas.

Jardim São Paulo, da RPA-05, com 31.648 habitantes (IBGE, 2010), apresenta 100% dos moradores entrevistados afirmando que a violência vem aumentando na cidade; dos 28 respondentes, apenas 01 apontou o próprio bairro como um local seguro para morar; 86% dos moradores não se sentem seguros no bairro e 100% informam que o bairro já foi motivo de notícias por situações violentas.

O Barro tem cerca de 32 mil habitantes, sendo que quase 90% dos moradores se autodeclararam negros (IBGE,2010). É uma área extremamente residencial. A grande maioria dos entrevistados residem em casa, apenas 01/15 reside em apartamento. A sensação do aumento da violência é compartilhado por 80% das pessoas e o mesmo volume encontra-se, também, com os que afirmam não estarem em um bairro seguro. Cabe ainda ressaltar que todos os moradores participantes têm algo para proteção em casa e 47% deles não se sentem seguros.

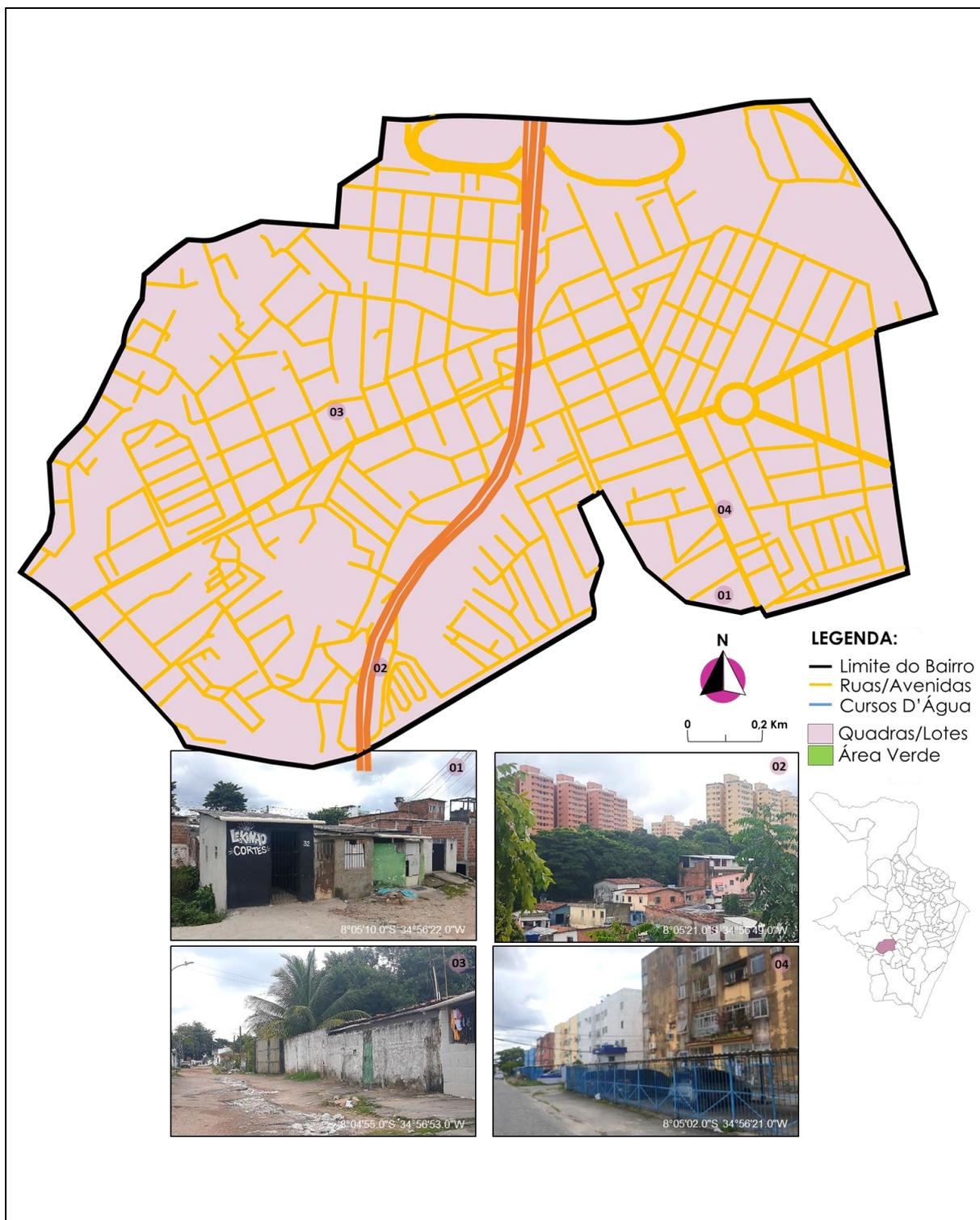
**FIGURA 22**  
**REPRESENTAÇÃO DO BAIRRO DE**  
**NOVA DESCOBERTA NA CIDADE DO RECIFE/PE**



**Fonte:** Prefeitura da Cidade do Recife, 2016

**Execução, Adaptação e Fotos:** Carlos Duarte, 2022

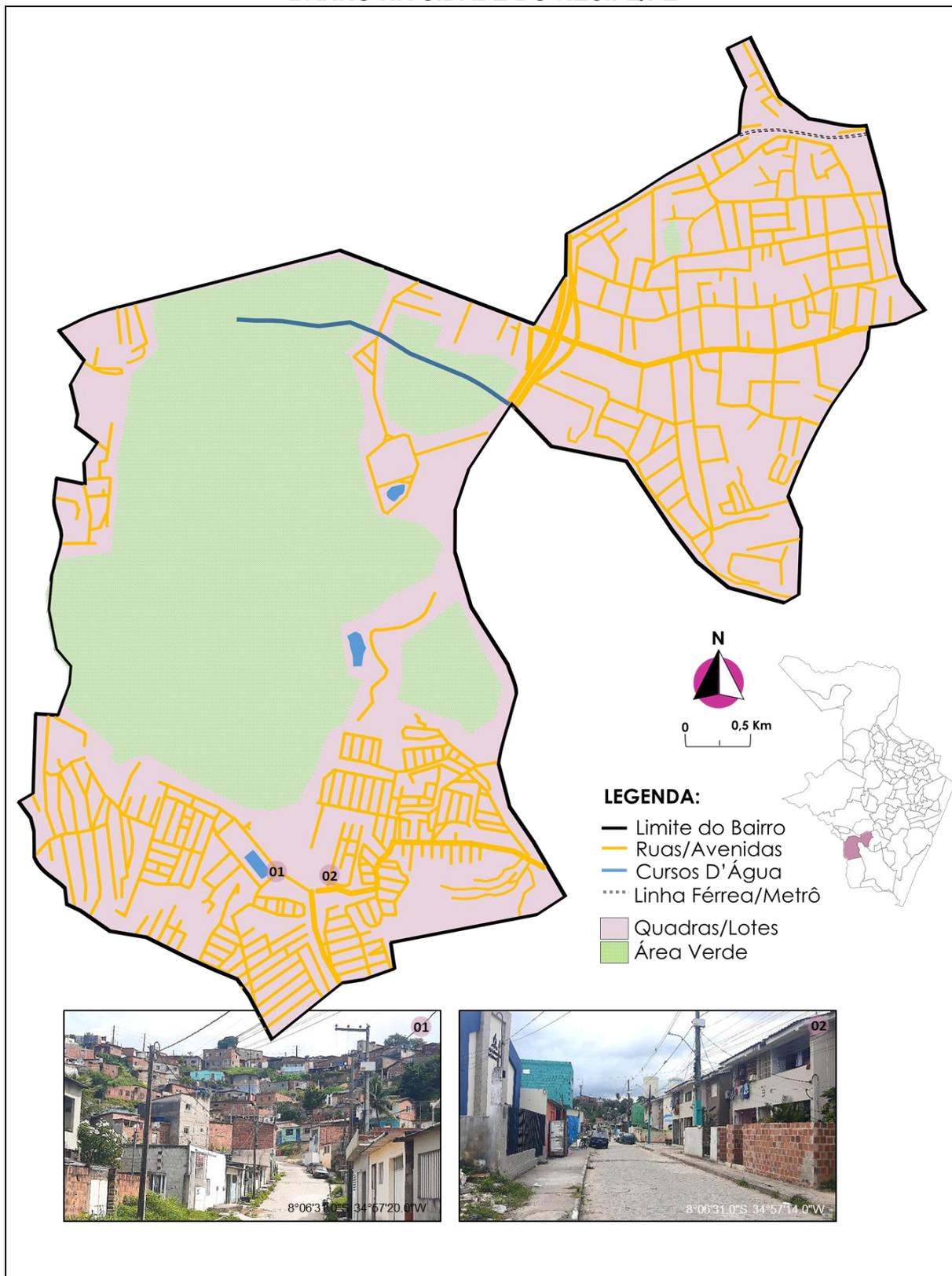
**FIGURA 23**  
**REPRESENTAÇÃO DO BAIRRO DE**  
**JARDIM SÃO PAULO NA CIDADE DO RECIFE/PE**



**Fonte:** Prefeitura da Cidade do Recife, 2016

**Execução, Adaptação e Fotos:** Carlos Duarte, 2022

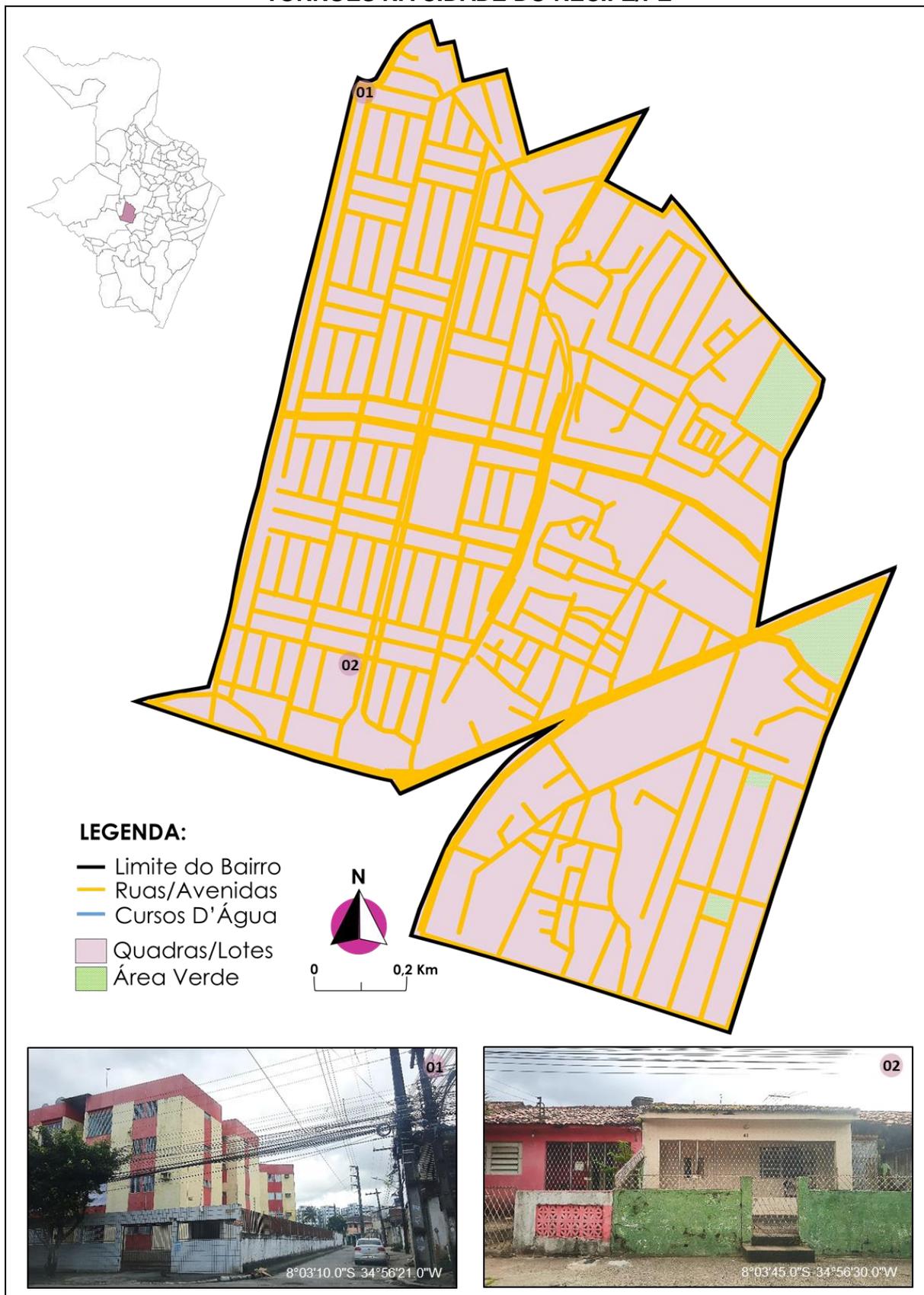
**FIGURA 24**  
**REPRESENTAÇÃO DO BAIRRO DO**  
**BARRO NA CIDADE DO RECIFE/PE**



**Fonte:** Prefeitura da Cidade do Recife, 2016

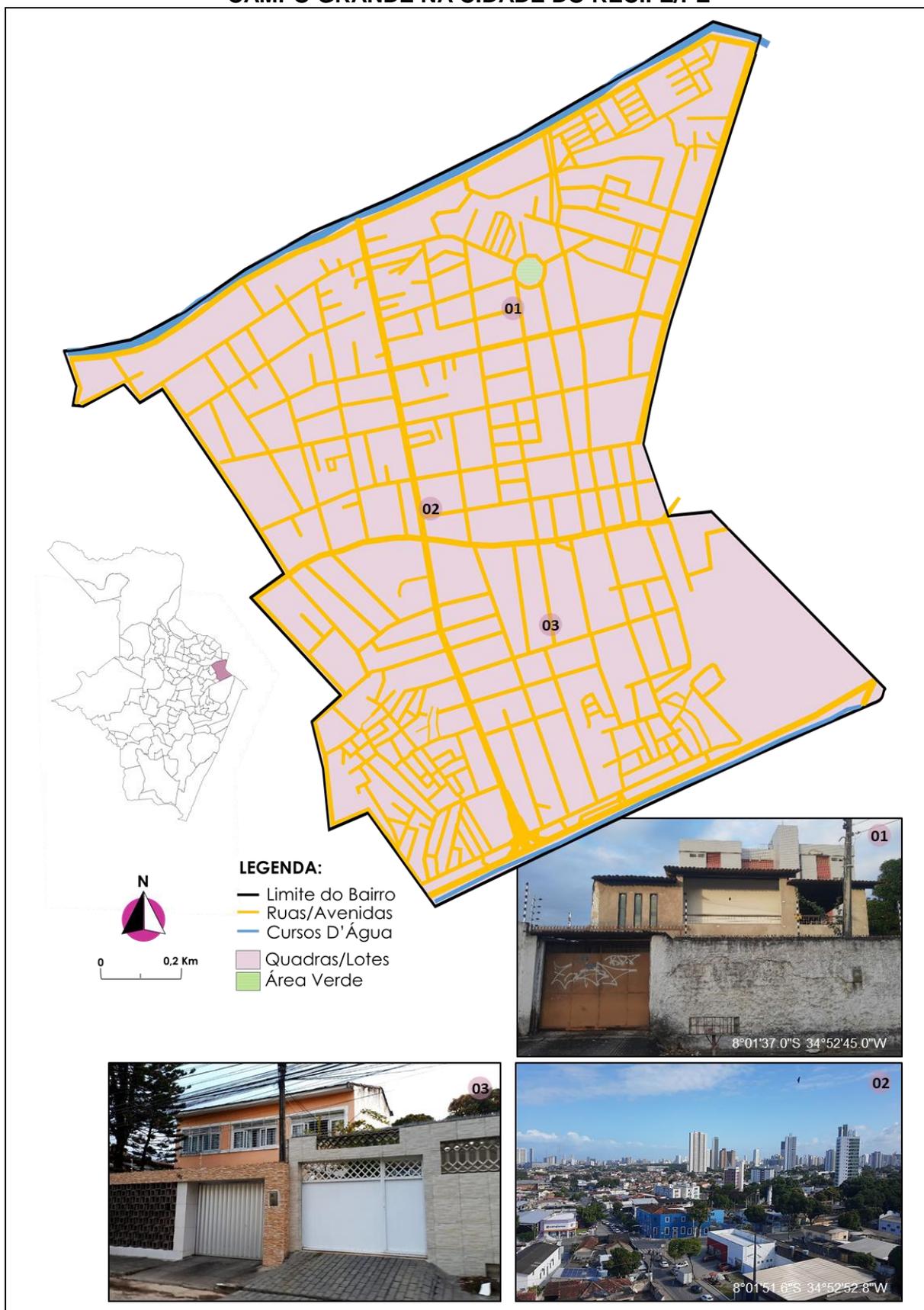
**Execução, Adaptação e Fotos:** Carlos Duarte, 2022

**FIGURA 25 - REPRESENTAÇÃO DO BAIRRO DE TORRÕES NA CIDADE DO RECIFE/PE**



**Fonte:** Prefeitura da Cidade do Recife, 2016  
**Execução, Adaptação e Fotos:** Carlos Duarte, 2022

**FIGURA 26 - REPRESENTAÇÃO DO BAIRRO DE CAMPO GRANDE NA CIDADE DO RECIFE/PE**



Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife, 2016  
 Execução, Adaptação e Fotos: Carlos Duarte, 2022

O Torrões, integrante da parte da Zona Oeste do Recife, limita-se com os bairros de San Martin, Cordeiro, Engenho do Meio, Roda de Fogo e da Cidade Universitária. Possuía, conforme o IBGE (2010), uma população de um pouco mais de 32 mil pessoas, residindo em 9.320 domicílios. De acordo com os dados do IFC, registrou-se entre 2018 e 2020, 39 ocorrências violentas e 25 homicídios. Quanto à pesquisa, vale destacar que Torrões, assim como muitos bairros da cidade, apresenta 100% das moradias com algum aparato de segurança, destes, 60% vivem inseguros com a proteção existente.

Campo Grande, que finaliza o último dos exemplos de bairro com perfil médio de ocorrências violentas, situa-se na Zona Norte da cidade e integra a RPA-02. Possui um pouco mais de 32.100 habitantes (IBGE, 2010) e, dos que participaram da pesquisa, 88% não o indicam como um local seguro para residir; 44% dos que informaram ter aparatos de segurança em casa, não se sentem seguros no lar; 76% foram vítimas de algum crime e 56% avaliam o policiamento entre regular e muito ruim.

Encerrando-se a rápida caracterização dos bairros, apresentam-se os 05 que não obtiveram/apresentaram ocorrências violentas no período já supracitado pelo IFC. A primeira unidade a se mencionar aqui é o bairro de Ponto de Parada (Figura 27), que integra a RPA-02 e, de acordo com o último Censo, possuía 1.554 habitantes. Trata-se de um bairro pequeno, urbanizado com elevada taxa de urbanização e com quase 100% de população alfabetizada. Em 03 anos de acompanhamento do IFC, não foram registradas ocorrências violentas nessa localidade. Todavia, 100% dos residentes informaram não sentirem-se seguros no bairro; 100% possui equipamentos de segurança e 33% destes não se sentem seguros e 67% foram vítimas de ações criminosas no bairro.

Pau Ferro (Figura 28) possui a menor população, com 75 habitantes (IBGE, 2020), formada basicamente por granjeiros, comerciantes e caseiros das granjas. É considerado o último reduto rural da cidade do Recife. Não se obteve respondentes nessa localização. Muitos não se encontravam em suas propriedades. Mas, cabe ressaltar, como pode ser observado na Figura 28, que 100% das propriedades são protegidas por cercas e muros, existe segurança privada, cão de guarda e câmeras de vigilância nas 16 residências presentes nessa unidade. Em 03 anos, não se tem registro de ocorrências violentas no bairro.

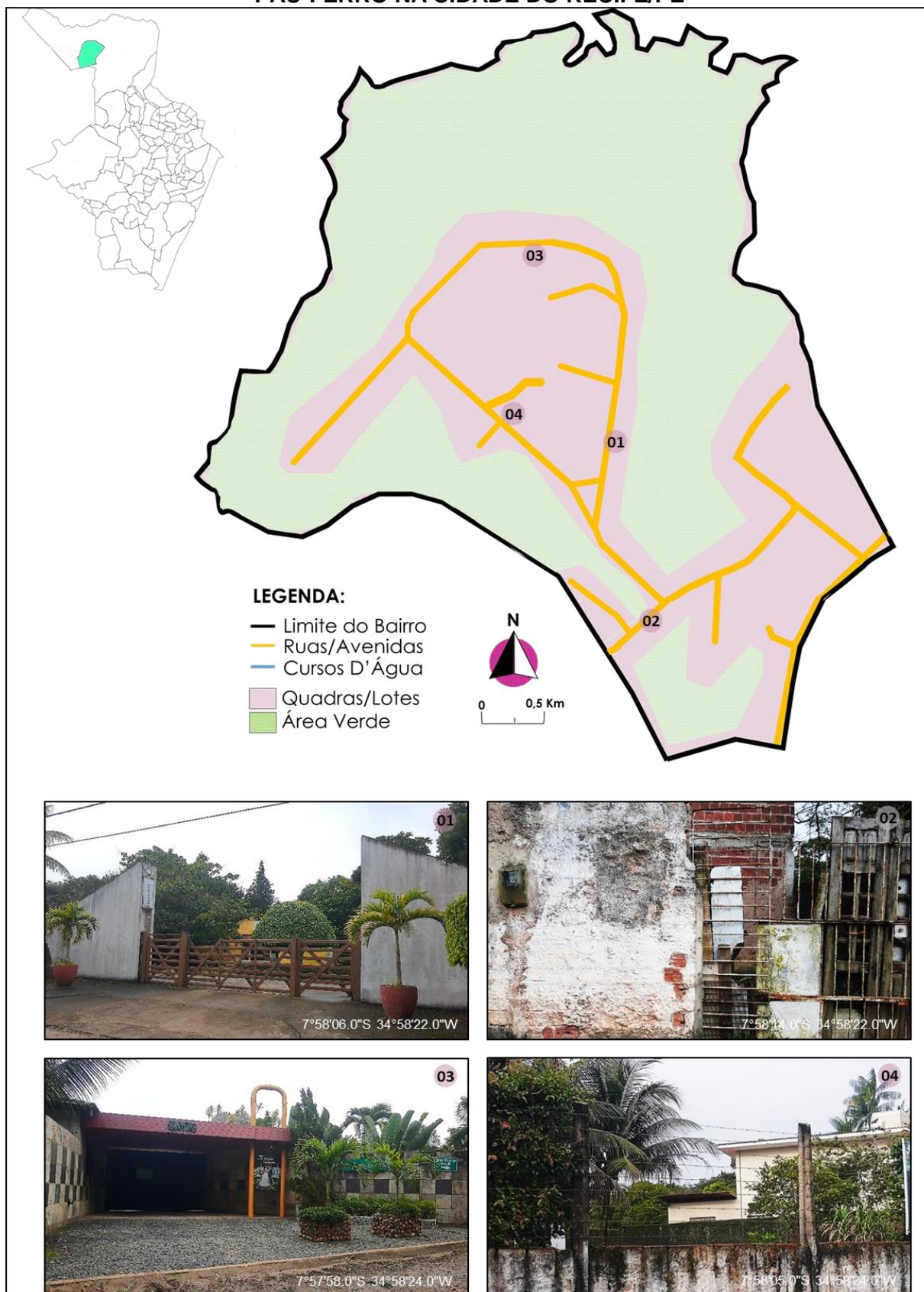
**FIGURA 27**  
**REPRESENTAÇÃO DO BAIRRO**  
**PONTO DE PARADA NA CIDADE DO RECIFE/PE**



**Fonte:** Prefeitura da Cidade do Recife, 2016

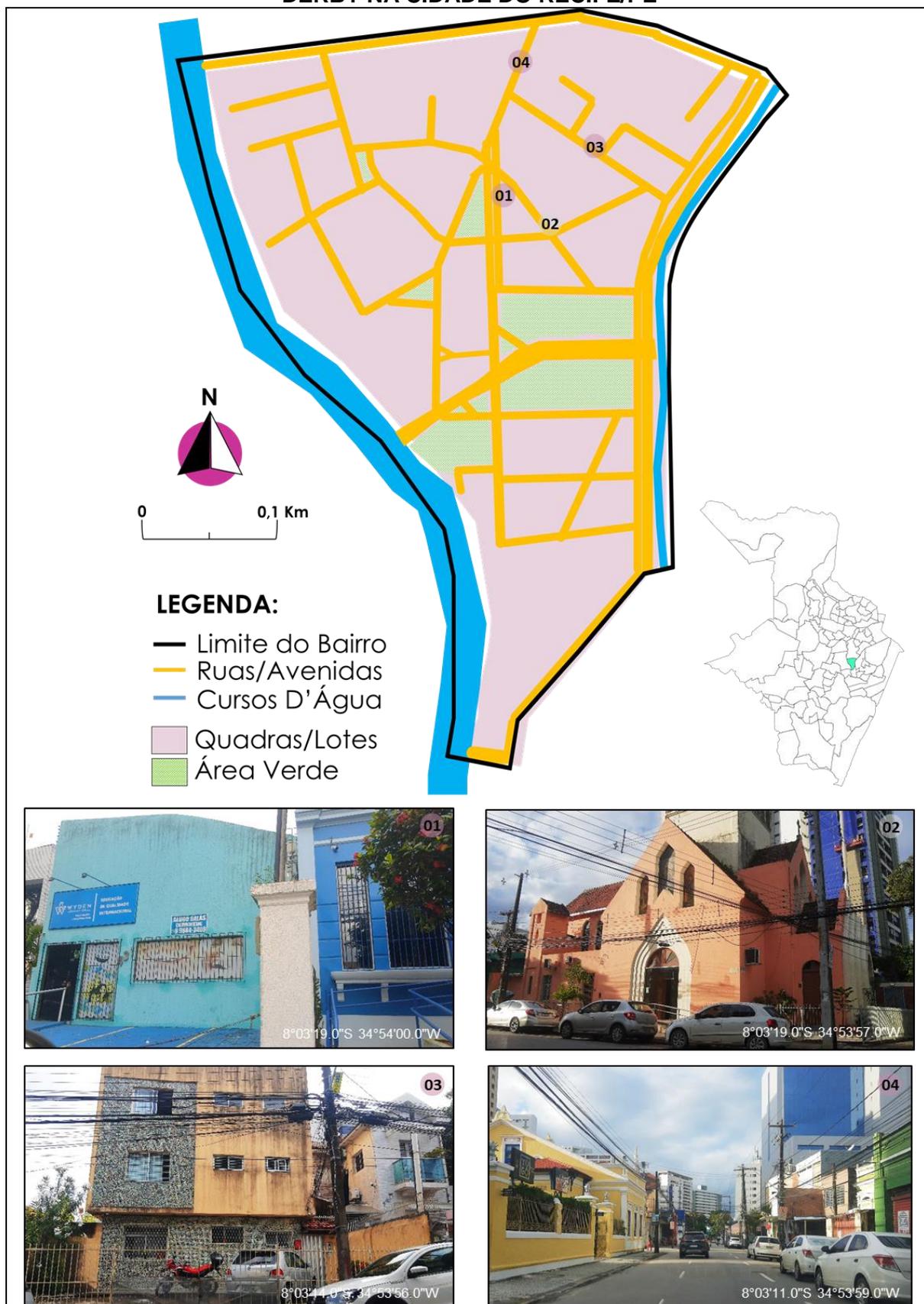
**Execução, Adaptação e Fotos:** Carlos Duarte, 2022

**FIGURA 28 - REPRESENTAÇÃO DO BAIRRO  
PAU-FERRO NA CIDADE DO RECIFE/PE**



**Fonte:** Prefeitura da Cidade do Recife, 2016  
**Execução, Adaptação e Fotos:** Carlos Duarte, 2022

**FIGURA 29 - REPRESENTAÇÃO O DO BAIRRO DO DERBY NA CIDADE DO RECIFE/PE**



**Fonte:** Prefeitura da Cidade do Recife, 2016

**Execução, Adaptação e Fotos:** Carlos Duarte, 2022

**FIGURA 30 - REPRESENTAÇÃO DO BAIRRO DO PAISSANDU NA CIDADE DO RECIFE/PE**



**Fonte:** Prefeitura da Cidade do Recife, 2016

**Execução, Adaptação e Fotos:** Carlos Duarte, 2022

**FIGURA 31 - REPRESENTAÇÃO DO BAIRRO DA JAQUEIRA NA CIDADE DO RECIFE/PE**



**Fonte:** Prefeitura da Cidade do Recife, 2016  
**Execução, Adaptação e Fotos:** Carlos Duarte, 2022

O bairro do Derby (Figura 29) tem uma localização central na cidade. É um importante bairro de serviços - em especial -, os ligados à área de saúde. Também figura entre os com a menor porção territorial e de população residente diminuta (2.071 habitantes – IBGE, 2010). Quando à percepção sobre a violência criminosa, destaca-se por ser um dos poucos bairros em que 57% dos residentes sentem-se seguros onde moram, apesar de 71% já terem sofrido roubo de celulares e furto a residência.

Assim como o Derby, o bairro do Paissandu (Figura 30) é basicamente um polo médico. No total, moram 507 pessoas nessa unidade. Mesmo vizinho ao Derby, não pertence à mesma RPA, sendo integrante da RPA-01. Conforme o último Censo, existiam 180 residências. Não se obteve respostas dos moradores dessa localidade e, como já sabido, o bairro não demonstrou nenhuma ocorrência violenta entre os anos de 2018 e 2020, conforme o IFC. Por uma leitura de campo, grande maioria das pessoas moram em prédios residenciais, com muros, portaria 24 horas e vigilância privada.

E, por fim, a Jaqueira (Figura 31), presente na RPA-03 e um dos melhores IDH da cidade. Sua área, basicamente um quarteirão, concentra 529 residências e uma população de 1.600 habitantes (IBGE, 2010). A população de alto poder aquisitivo e de habitações semelhantes a verdadeiras fortalezas menciona que não se sentem seguras no bairro. De fato, existe um fluxo grande de pessoas advindas de outras localidades, em função do Parque da Jaqueira, um espaço público com área verde, atrativos de lazer e religioso. Parte da insegurança dos residentes baseia-se nessa movimentação externa ao lar. Conforme a pesquisa, 100% dos respondentes afirmam que os demais moradores também não se sentem seguros no bairro; mencionam que o horário da noite é o mais arriscado para circular pelas ruas do bairro; 100% das residências contam com aparatos de segurança (muro alto, portaria 24h, câmeras de vigilância e segurança privada); e 100% afirmam terem sido vítimas de violência criminosa no próprio bairro e conhecem vizinhos e parentes que já passaram pela mesma situação.

A breve caracterização dos bairros em tela serviu para colocar que o extrato dos 16% bairros recifenses retrata o que foi visto no panorama geral da cidade. Já foi descrito que a cidade, como um todo, independentemente da localização, apresenta situação de proteção e defesa muito intensos. O grau de sofisticação dos aparatos é que difere em conformidade com o recurso financeiro do indivíduo. A colocação de

bairros com diferentes graus de ocorrências criminosas serviu para expor que, mesmo nos espaços com baixo índice de violência criminosa, a adoção de medidas protetivas de segurança é igual ou maior do que nos bairros com presença expressiva da violência criminosa.

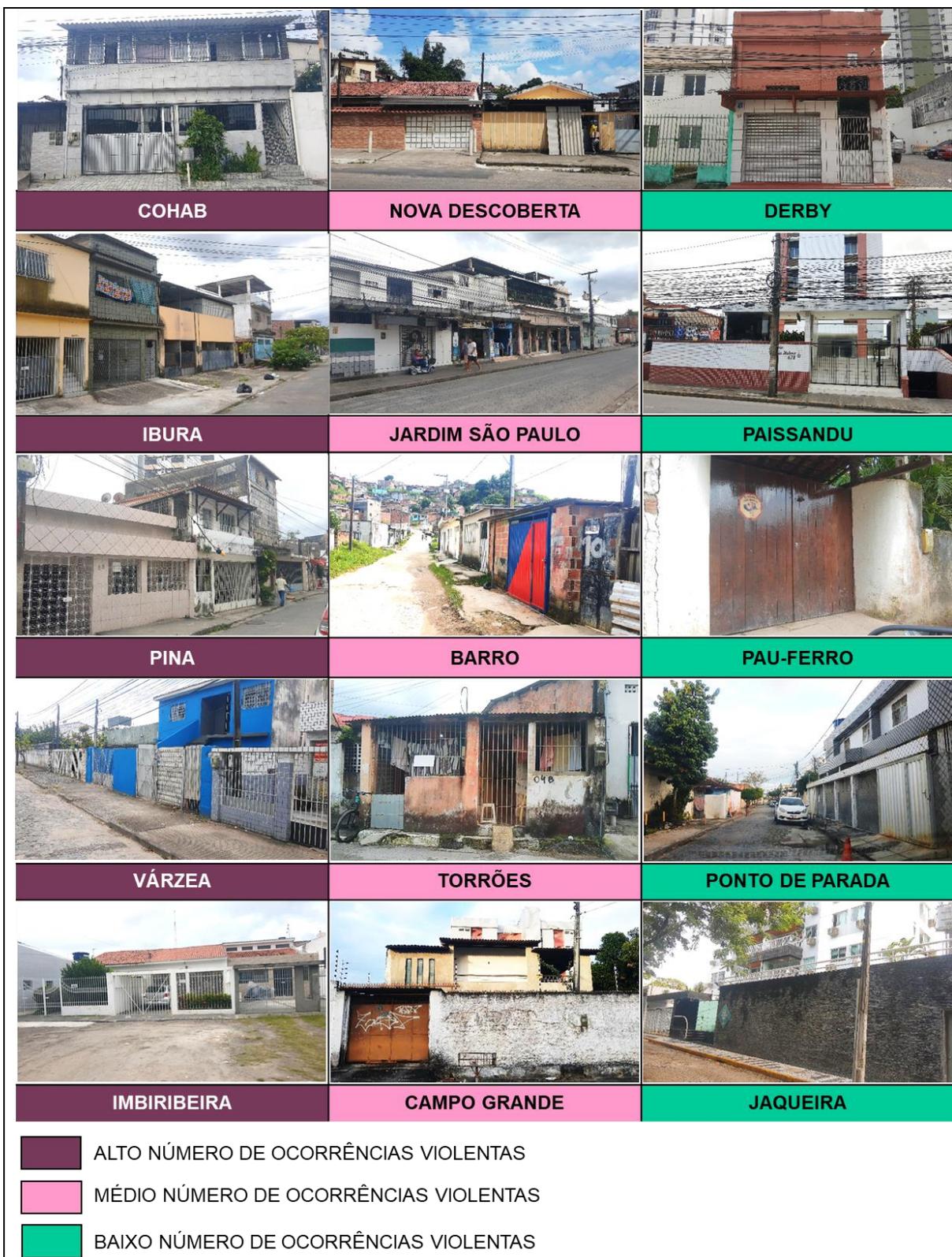
#### 4.3 EM QUALQUER LUGAR: PSEUDO-SEGURANÇA

Como visto no tópico anterior, os bairros utilizados para representar um pouco do cenário recifense apresentam, de certo, características e IDH diferentes (Jaqueira com 0,955 e o Ibura com 0,732). Trata-se de um recorte, como já colocado, baseado no *ranking* dos bairros com ocorrências violentas do IFC.

A proposta era ter extratos dos bairros com números diferentes sobre a violência criminosa e poder compará-los quanto ao sentimento de segurança, verificar seus investimentos em aparatos e perceber como a arquitetura das casas dessas unidades responde a esse medo real e difundido.

Como será possível verificar na Figura 32, em todos os bairros exemplificados, as residências apresentam uma arquitetura de defesa, independente do grau de violência registrado na unidade. Muros altos, portões e grades nas portas e janelas são os itens mais comuns. Como já colocado, 93% dos moradores afirmam possuir em suas residências, algum item de proteção. Quando verificamos os bairros destacados (Quadro 11), percebe-se que 100% dos bairros com baixo número de ocorrências violentas têm, em suas residências, itens de segurança. Vale destacar que todos os bairros têm um percentual de utilização de aparatos de segurança acima de 80%, mesmo os com expressiva população de baixa renda. A sensação de insegurança com a presença dos aparatos também é maior nos bairros de menor poder aquisitivo. Já em bairros com a população mais abastada, como Jaqueira, Casa Forte, Graças, Aflitos e Apipucos, por exemplo, tendem a sentir-se mais seguros em suas residências. Esse perfil de morador da cidade já apresenta medo mais acentuado ao deixar seus lares.

**FIGURA 32**  
**ARQUITETURA DAS RESIDÊNCIAS NOS BAIRROS DE ALTA,**  
**MÉDIA E BAIXA OCORRÊNCIAS VIOLENTAS NA CIDADE DO RECIFE-PE**



**Fotos:** Carlos Duarte, 2022

Na média da capital pernambucana, um pouco mais de 71% dos residentes já foram vítimas de um crime violento em seu bairro. Retomando o Quadro 11, percebe-se que, nas referidas unidades com alto índice de ocorrências violentas, a média é de 81%; nos de média ocorrência, o percentual é de 72%; e, nos com poucas ou nenhuma ocorrência, o percentual de vítimas de crimes é de 79%.

De forma geral, em algum grau, a população recifense vive amedrontada em função das ocorrências violentas. Não é de hoje que o fenômeno violência vem se “impregnando” no espaço, assumindo formas e “entranhando-se” no consciente coletivo.

**QUADRO 11 – PERCENTUAL DA POPULAÇÃO ENTREVISTADA SOBRE PERCEPÇÃO DA VIOLÊNCIA, SEGURANÇA E USO DOS APARATOS DE PROTEÇÃO**

BAIRRO	% PERCEPÇÃO AUMENTO DA VIOLÊNCIA	% NÃO SENTEM-SE SEGUROS NO BAIRRO	% CASAS COM APARATOS DE SEGURANÇA	% NÃO SENTEM-SE SEGUROS COM OS APARATOS	% DE VÍTIMAS DE CRIMES
COHAB	83%	50%	83%	67%	100%
IBURA	97%	80%	89%	54%	74%
PINA	100%	61%	100%	38%	54%
VÁRZEA	93%	54%	93%	43%	89%
IMBIRIBEIRA	93%	65%	100%	50%	86%
JARDIM SÃO PAULO	100%	86%	100%	33%	64%
CAMPO GRANDE	92%	68%	92%	44%	80%
NOVA DESCOBERTA	100%	83%	100%	50%	50%
TORRÕES	100%	100%	100%	60%	100%
BARRO	87%	80%	100%	47%	66%
DERBY	100%	43%	100%	30%	72%
PAISSANDU	---	---	---	---	---
PAU-FERRO	---	---	---	---	---
PONTO DE PARADA	100%	100%	100%	34%	66%
JAQUEIRA	100%	100%	100%	0%	100%

**Fonte:** Pesquisa: Percepção da população sobre a violência criminoso na cidade do Recife-PE, 2018

Como já colocado, é inconcebível pensar na formulação de uma residência que não contemple mecanismos de proteção. Recife não se difere de grandes centros urbanos do Brasil e do mundo, que também reconfiguram seu espaço em função da violência. Conforme Baudrillard, “a violência mundial passa também pela arquitetura

e, portanto, a contestação violenta dessa globalização passa também pela destruição dessa arquitetura. (BAUDRILLARD, 2004, p. 34-35) Ao revermos a Figura 32, fica evidente que as residências assumem, cada vez mais, uma característica de “fortaleza”. É necessário, conforme as formas vistas, manter o outro fora dos seus limites. O outro, como já colocado, representa imprevisibilidade; logo, como foge o controle, é “necessário” afastar as possibilidades de dano.

A pseudo-segurança é um elemento da psicofera. Sua idealização é fortalecida pelas constantes quebras da “barreira do seguro”. A especialização da criminalidade, as novas formas e modalidades auxiliam nessa inconstância. Soma-se a isso, claro, a difusão das informações violentas. Viver no coletivo, com esse cenário, é experimentar cotidianamente a pseudo-segurança. É um sentimento que independe do bairro; se é morador de Pau Ferro (resquício de Zona Rural do Recife), Boa Viagem (espaço com elevado grau de urbanização) ou Cohab (área de baixa renda com grandes necessidades estruturais), todos os moradores partilham da desconfiança do outro, resguardam-se em algum nível de cuidado, buscam proteger seu lar, circulam pela rua, bairro ou cidade com cautela, evitam determinados horários, saem com poucos pertences, criam grupos em aplicativos para compartilhar informações e monitorar o espaço. De acordo com Bauman, “os pressupostos da vulnerabilidade aos perigos depende mais da falta de confiança nas defesas disponíveis do que do volume ou da natureza das ameaças reais” (BAUMAN, 2008, p.9).

O que difere a pseudo-segurança da insegurança é que a insegurança habita na ausência do que porventura poderia trazer a segurança, e a pseudo-segurança é a presença de elementos e estratégias que deveriam trazer a segurança, mas que não suplantam o mal-estar proveniente das ações violentas/criminosas ocorridas no espaço.

Baseado nos dados da pesquisa, é possível inferir que a sensação da pseudo-segurança permite esse embate na busca por paz e qualidade de vida pelo recifense, em que um indivíduo absorve um ideal de falsa tranquilidade diante do caos habitual das ruas. Como já colocado, Recife é uma das capitais com desigualdades sociais bem acentuadas, além de precária repressão da violência criminosa pela segurança pública, o que impulsiona pessoas a buscarem alternativas de subsistência. Como sabido, um dos fatores que contribuem para criminalidade é a carência financeira das pessoas de baixa renda, assim como as clássicas lacunas de educação, geração de emprego e moradia digna. De acordo com o Boletim Desigualdade das Metrôpoles,

do Observatório das Metrôpoles, em parceria com a PUC do Rio Grande do Sul (2021), a capital e seu entorno mantêm 39,8% de indivíduos sobrevivendo com R\$ 275 per capita. Esse cenário contribui para que – especialmente – jovens busquem alternativas de renda com roubo, latrocínio, tráfico, entre outros. Soma-se, nesse contexto, a precarização das forças policiais, a justiça lenta e falha, presídios que não ressocializam e a política sem ações estruturadoras e corrupta.

Enquanto essas questões – difíceis de serem solucionadas – não forem encaradas com seriedade, a cidade continuará sendo palco de ações criminosas, irá retroalimentar o sentimento de medo e manterá o status de pseudo-segurança em todo e qualquer lugar do Recife.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À medida que o trabalho veio sendo escrito, muitas das considerações foram postas, todavia, é possível, ainda, mencionar alguns poucos pontos. Para isso, serão retomados os questionamentos citados na parte introdutória do trabalho, que foram: Como o medo da violência urbana, cada vez mais difundido e acentuado, incorpora-se ao processo de urbanização e ao tecido da cidade? Em que medida o processo histórico da violência urbana e do medo na cidade do Recife contribuem para o cenário atual? Até que ponto, no recorte temporal proposto, pode-se verificar como atua o combo: violência criminosa, mídia, medo difuso e segurança nos cenários nacional, estadual e municipal? Que leitura os residentes da cidade do Recife fazem da violência criminosa e que implicações ocorrem em função disso?

Pensar na violência enquanto elemento contemporâneo e inerente ao urbano, especialmente nas grandes e médias cidades, remete à compreensão de uma realidade baseada na percepção da violência como elemento indissociável da dinâmica urbana. Contudo, associar a violência exclusivamente ao urbano e à configuração deste é uma generalização que não contempla os diversos atores da violência. Porém, a situação é de tal monta que o componente violência parece permear a vida na cidade em todas as suas dimensões, especialmente nas atividades e fluxos urbanos. Essa preocupação é recorrente nos discursos e imagens da cidade que são percebidos nos sinais impressos na paisagem urbana sob a forma de muros, grades e outros elementos de contenção e controle da violência.

Assim, acredita-se que a tecnosfera incorpora, em suas formas, o sentimento da psicofera, como sugere Santos (1997). No caso em questão, os reflexos situam em uma arquitetura de defesa, mesmo que as condições não permitam o uso de aparatos mais sofisticados; na circulação privada pelo sentimento do medo e nos espaços não humanizados, que, além da precária habitabilidade, permitem que o tráfico instale-se e faça da configuração um aliado nos seus intentos.

Dessa forma, como explicitado no primeiro capítulo, o medo real ou difundido lança-se de tal forma sobre a sociedade que termina tornando-se regra utilizar mecanismos de segurança. Foi apresentado que há tendência de redução dos números de CVLI no cenário recifense e no Estado de Pernambuco; ao mesmo tempo, mostrou-se a percepção dos moradores, sugerindo um maior aumento da violência. Isso endossa a ideia de que, embora ocorram fortes investimentos na segurança, eles

ainda não se mostram satisfatórios para a redução do sentimento de medo, já enraizado no consciente coletivo.

Como já mencionado, a percepção dos crimes acabam sendo, às vezes, maiores do que os verdadeiros fatos. A cidade do Recife revelou um pouco desse movimento quando afirma com 95% dos entrevistados falando sobre o aumento da violência, mas apenas com 70% deles mencionando uma real experiência. Em tese, presume-se que a difusão de estigmas de certas localidades é maior do que as reais ocorrências, ocasionando o medo da circulação, ou mesmo atribuindo-se tais espaços como de medo (a ser evitado). Como visto, ao verificarmos os locais ditos inseguros, percebeu-se que 80% dos bairros apontados pela população não figuram na relação das unidades com maiores ocorrências do IFC. Alguns bairros com passado de ocorrências violentas ainda carregam essa chancela.

No que parece, é notório o medo da violência criminosa do recifense e o reflexo disso é percebido nas relações sociais, na reconfiguração do espaço, na circulação e na pseudo-segurança. O medo difuso associado à pseudo-segurança implica diretamente no uso da população sobre o seu território de vida. Bauman mencionou “que a insegurança moderna, em suas várias manifestações, é caracterizada pelo medo dos crimes e dos criminosos” (BAUMAN, 2009, p. 16). Os acontecimentos, reais ou não, que possuem caráter da violência criminosa, ocorridos nos espaços temidos pelos moradores, reforçam ainda mais a ideia de que a insegurança e o perigo estão em toda parte.

Quanto ao recorte temporal utilizado no trabalho (1980-2018) para verificação das manifestações da violência criminosa na cidade do Recife, percebeu-se que o levantamento de dados facilitou a elucidação de alguns fatores que promovem a violência criminosa, bem como foi possível apontar a mudança de postura na sociedade. Em quase quatro décadas, a violência criminosa também modificou-se. Os meios são outros, a finalidade a mesma, as motivações permanecem diversas, embora, sazonalmente, as crises econômicas e os períodos de maior índice de desemprego coincidam com números de crimes, também elevados. Não se afirma aqui, como ocorreu no corpo deste trabalho, a relação direta entre esses aspectos, mas colocam-se as condições socioeconômicas como um dos fatores que colaboram para situações criminosas.

No decorrer do tempo apresentado, muitas ações do poder público ocorreram na intenção de minorar os acontecimentos violentos. As cifras são gigantescas e os

resultados não se equivalem na mesma proporção dos investimentos. Mas, o problema da segurança pública no estado vai muito além das estatísticas. Como já mencionado, o aumento da criminalidade promove uma mudança no cotidiano da população. A sensação de medo e impotência diante da violência urbana faz com que a sociedade civil busque desenvolver certos “mecanismos de defesa”, com o intuito de tentar proteger-se das investidas dos criminosos. Assim, a interferência da violência tem o poder de transformar os ambientes e modificar o cotidiano das pessoas, para que estas possam “adequar-se” a essa nova e cruel realidade.

Observando um pouco da trajetória aqui descrita, percebeu-se que, no plano público, legislações foram criadas para dar maior suporte à segurança pública, investimentos crescentes realizaram mudanças no efetivo policial, na estrutura das corporações, na atuação, no aparelhamento, enfim, “acompanharam” a demanda da sociedade no decorrer dos anos. Mesmo assim, os “problemas” continuam crescentes e com minimização e/ou soluções distantes. Portanto, como já colocado, o caminho deve pautar-se em mais ações preventivas e integradas a outras secretarias, e não só “enxugar gelo” no campo repressivo.

Na década de 1980, a concepção de construção de uma residência era uma. Guardavam-se resquícios de formas do passado. As portas e janelas tinha contato direto com a rua e não havia (ainda) a necessidade de grades. A casa vinha antes do muro; hoje, o muro é a primeira parte da construção. Nessas quase quatro décadas, a conjuntura da violência criminosa, aliada aos meios de comunicação, provocou transformações na sociedade. Na população, o medo difuso, juntamente com o sentimento de isolamento e “pseudo-sociabilidade”, ocasionou o status de pseudo-segurança. Em meio a tudo isso, somando-se o sentimento de isolamento, as pessoas vêm procurando ajustar/modelar suas residências em conformidade com esse sentimento. Condomínios fechados apresentam procura crescente e os que dele não podem “desfrutar” ampliam o processo de segregação. Contudo, há algo de comum entre as diferentes classes: os cidadãos tornam-se cada vez mais responsáveis por estratégias de defesa, tomando para si a iniciativa de proteger a vida e o patrimônio (PIMENTEL, 2009). Mesmo com os fortes investimentos na segurança pública, é, ainda, de esperar-se um descrédito na proteção à vida por parte do poder público. Esse contexto gerou, de certa forma, um descrédito nas instituições, especialmente as de proteção à vida. Assim, o setor da segurança privada encontra condições propícias para abarcar consumidores que podem bancar pela lacuna do serviço

público. Nesse cadinho, a referida indústria da segurança parece ter estratégias que são sempre renovadas. Vender soluções para insegurança no contexto Brasil-Pernambuco-Recife é extremamente lucrativo.

Recife é uma cidade que vive num status de pseudo-segurança. Ao longo do trabalho, foi possível juntar elementos que auxiliassem nessa afirmativa. Retomando o enredo da introdução, em que apontaram-se 04 *personas* com histórias de vida diferentes, mas, unidos pelos fatos violentos, utilizam-se – novamente - os exemplos para situar como a pseudo-segurança paira sobre a vida dos cidadãos da capital pernambucana e, de certo, de outros grandes centros urbanos. Maria, Pedro, Gabriela e Pablo, através do medo difuso e das suas experiências com a violência criminosa, criaram, para si e para os que lhe cercam, a “necessidade” de proteger-se desse contexto violento.

Como já colocado, cada um posicionou-se de alguma forma. Maria, mulher negra, periférica, baixa renda e mãe de três; após roubo em sua residência, colocou grades nas janelas e improvisou a fixação de cacos de vidro no seu muro. Maria entendeu que precisava responder a isso. Concluiu que o mais certo a fazer era pegar um empréstimo e endividar-se na compra do material que utilizou nessa pequena reforma. Maria continua com medo, não confia nos seus aparatos, circula temerosa pela comunidade e evita alguns lugares. Maria sempre teve medo da criminalidade, a experiência que teve só acentuou. Maria não percebeu que investiu em algo que somou-se às despesas da casa e não trouxe para ela o conforto da “segurança” almejada. Maria e seus familiares vivem com a pseudo-segurança.

O médico Pedro carrega marcas físicas e psicológicas do tiro que tomou no braço esquerdo, após reagir a um assalto. Sua condição financeira permitiu que ele adquirisse um carro blindado. Pedro faz percursos diferentes para ir ao trabalho e não entra em sua rota o local onde ele sofreu o assalto. Mesmo com um carro blindado, aparentemente seguro, Pedro tem medo. Adquiriu, junto a sua família, o hábito de ligar toda vez que está chegando em casa. Solicita que os familiares observem sua entrada no prédio pelas câmeras. Pedro também é demandado pelos familiares para fazer o mesmo. Pedro tem tudo que a indústria da segurança oferta, mas continua inseguro. Pedro é uma pessoa que vive com pseudo-segurança.

Gabriela passou pela experiência de um assalto e a perda de seu celular. A família comprou outro depois de um tempo. Com medo de perder o aparelho, ela privou-se do uso na rua e na escola. Seu pai, quando pode, continua acompanhando-

a no percurso de volta para casa. Mesmo com a figura paterna do lado, Gabriela não arrisca levar seu bem. Ela e o pai sabem que, se porventura ocorresse-lhe algo, não será a presença dele que irá impedir. Gabriela comunga com o pai da pseudo-segurança.

Pablo, aparentemente, coloca a situação que lhe ocorreu (assalto com subtração de bens - bicicleta e celular - e os sérios ferimentos), num lugar “menor”. Ele ostenta a ideia de “vida que segue” e acredita que não vale a pena mudar muito sua rotina, pois, independente do que faça, estará suscetível igualmente. A auto-defesa de Pablo para lidar com a violência criminosa que lhe ocorreu foi encará-la com “naturalidade”, como “faz parte...”.

Quando Pablo normaliza o assalto que sofreu, ele reforça a ideia de pseudo-segurança. É possível inferir, com essa postura de Pablo, a ausência de otimismo diante das ocorrências criminosas. É como se o jovem não concebesse perspectivas de solução. Talvez, para ele, independente dos aparatos de segurança, todos estão passíveis de serem vítimas. Pablo, a seu modo, compreende a pseudo-segurança, mas não é um combatente dela.

Maria, Pedro, Gabriela, Pablo e milhares de outros recifenses, cotidianamente, têm suas vidas atreladas à pseudo-segurança. Viver em sociedade é estar em um campo de tensões. Como visto, muitas das 941 pessoas entrevistadas nos mais diversos bairros da cidade apresentam comportamentos que denunciam a forma como a coletividade vem utilizando para contornar tais problemas. Independente da classe econômica, do bairro, cor/raça ou gênero, o sentimento de viver na insegurança atinge todos e todas. Conforme já colocado, 68% dos entrevistados demonstram não se sentirem seguros, 93% têm elementos de proteção na casa e 47% deles não os consideram seguros. No ano de 2020, para exemplificar, foram vítimas de CVLI, na cidade do Recife, 561 pessoas, o que representa um pouco mais de 46 pessoas por mês, mesmo com a cidade toda numa perspectiva de “casas fortalezas”. É evidente que as pessoas sofrem mais com a violência fora de suas casas e isso vem inflamando correntes que defendem a ideia de que é necessário estar protegido, como demonstra o crescimento do porte de arma no país. Entre 2018 e 2021, ocorreu o aumento de 325% do volume de armas licenciadas (G1, 2022), em função das políticas do Governo Federal que vêm facilitando o licenciamento. É lamentável, porque isso não resolve. Novamente, a postura é de resolver o problema sem direcionar políticas de

enfrentamento na gênese. A pseudo-segurança é perversa, porque proporciona paliativos, não solução. Ela mantém o status de necessidade constante de proteção.

Como explicitamente posto no título deste trabalho, a reconfiguração do espaço é apontada como fruto do medo da violência criminosa. Isso implica numa relação com o espaço-materialidade aos sistemas de objetos, em que, conforme Santos, "a ação dos sujeitos, ação racional ou não, vem instalar-se para criar um espaço" (SANTOS, 1997, p. 234). O que intentou-se, neste trabalho, foi demonstrar que a cidade do Recife, nas últimas quatro décadas, tem realizado reconfigurações no seu tecido urbano, em função do medo da violência criminosa, e que a linha da proteção adotada é frágil e não suplanta a insegurança real e a difundida pela mídia.

Para deixar ainda mais claro e trazer os exemplos dos personagens aqui citados: 1) Maria, Pedro, Gabriela e Pablo sofreram uma ocorrência criminosa; 2) Se não a imprensa, eles mesmos irão narrar essa experiência para outras pessoas; 3) Eles podem ampliar sua sensação de medo da violência criminosa e as outras pessoas também; 4) Como perspectiva de resposta a esse sentimento, faz-se necessário investimentos em segurança; 5) Ocorre pressão por parte da sociedade civil, imprensa e instituições para que o poder público invista em segurança; 6) A linha mais rápida de resposta é a repressão (mais policiais, mais armas, mais carros, mais câmeras...); 7) Ocorrências criminosas continuam ocorrendo; 8) A mídia e as pessoas comentam sobre a fragilidade da segurança; 9) O espaço reconfigura-se. Casas com arquiteturas de defesa, espaços públicos vigiados; 10) A criminalidade continua crescente e, também, sofisticada; 11) A indústria da segurança oferta "soluções" para os problemas da sociedade; 12) Ocorrências criminosas continuam ocorrendo; 13) Maria, Pedro, Gabriela, Pablo e milhares de recifenses estão passíveis de serem vítimas, nesse contexto, a qualquer momento.

A pseudo-segurança surge no momento em que as perspectivas de solução não resolvem o problema e permanece enquanto a sociedade não compreender que os investimentos são a longo prazo e vão no viés da educação, ética, equidade, justiça e empatia. Como diz Eduardo Soares (2006) em seu livro *Segurança tem saída*: "para resolver o problema da segurança, é preciso transformar as estruturas sociais brasileiras, porque, enquanto nosso país for como é hoje, qualquer iniciativa na segurança será apenas um paliativo, sem nenhum valor".

## REFERÊNCIAS

- ABBAGNAMO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ADOLESCENTE É apreendido após assalto na Iputinga. **Folha de Pernambuco**. Recife: 06/ABR/2007. Disponível em: <[www.folhape.com.br](http://www.folhape.com.br)>. Acesso em: 03/JAN/2012.
- ALMEIDA, Silva dos Santos de. RAMOS, Edson Marcos Leal Soares. CHAGAS, Clay Anderson Nunes (Orgs). **Segurança e defesa: conflitos, criminalidade e tecnologia da informação**. Belém: UFPA, 2016.
- ARENDT, Hanna. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- ARAÚJO, Tarcisio Patrício de. Desigualdade de renda e de pobreza. In: RECIFE, Prefeitura da Cidade do Recife. **Atlas de Desenvolvimento Humano no Recife**, 2005.
- BAIERL, Luiza Fátima. **Medo social: da violência visível ao invisível da violência**. São Paulo: Cortez, 2004.
- BAUDRILLARD, Jean. **A violência do mundo**. [Tradução: Leneide Duarte-Plon] Rio de Janeiro: Anima Editora, 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BEATO FILHO, Claudio Chaves. **Crime e Cidades**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- BEATO F., Claudio Chaves. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. [online]. 1998, vol.13, n.37, pp. 74-87. ISSN 0102-6909. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091998000200004>> Acesso em 13/DEZ/2011.
- BICUDO, Hélio Pereira. **Violência: o Brasil cruel e sem maquiagem**. São Paulo: Moderna, 1994.
- BOOTH, Ken (ed.) **Critical Security Studies and World Politics**. Boulder: Lynne Rienner Publishers: 2005.

BRANDÃO, Carlos Antonio. Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, nº 107, p. 57-76, jul/dez, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

BRUNET, Julio Francisco Gregory. **Contra a corrente**: evolução recente e desafios da criminalidade no RS. Porto Alegre-RS: AGE, 2008.

BRUNET, Roger. Le déchiffrement du monde: théorie et pratique de la géographie. Paris: Belin, 2001 [1990]. In: **Espaço geográfico e território: conceitos-chave para a Geografia**. Disponível em <[http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/espaco\\_territorio.htm](http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/espaco_territorio.htm)> Acesso em 03/JAN/2012.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000.

CAPEL, HORACIO. **Filosofía y ciencias en la geografía contemporânea**: una introducción a la geografía. Barcelona: Temas Universitarios, 1981.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**: o homem e a cidade, a cidade e o cidadão, de quem é o solo urbano? São Paulo: Contexto, 2005.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. Saulo: Contexto, 2011.

CARRERO, Rodrigo. PE registra aumento de assassinatos. **Diário de Pernambuco**. Polícia. Recife, 16/MAR/1997, p.B-16.

CASARÃO vai ser a sede dos artesões. **Diário de Pernambuco**. Cidade. Recife, 23/DEZ/1988, p.A-11.

CAUDURO, Mariana. Das palafitas às ilhas de concreto. **Jornal do Commercio**. Reportagem Especial. Recife, 27/JUL/2009. Disponível em: <[www2.uol.com.br/JC/sites/palafitas/index.html](http://www2.uol.com.br/JC/sites/palafitas/index.html)>. Acesso em 12/MAR/2011.

CAVALCANTI, Carlos Bezerra. **O Recife e seus bairros**. Recife: Câmara Municipal do Recife, 1998.

CHIAVENATO, Júlio José. **Violência no campo**: o latifúndio e a reforma agrária. São Paulo: Moderna, 2004.

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da geografia**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de. **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

COSTA, Marcia Regina da. **A violência**: natural ou sociocultural? São Paulo: Paulus, 2006.

COUTO, Aiala Colares de Oliveira. **A geografia do crime na metrópole**: das redes ilegais à "territorialização perversa" na periferia de Belém. Belém: Eduepa, 2008.

CRUZ, Luciana Maria da. Pronasci e Pacto pela Vida: uma análise da política nacional e estadual de segurança pública sob a ótica espacial. In: SÁ, Alcindo José de. **Dos espaços do medo à psicosfera da civilidade, a premência de uma nova economia política/territorial**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010. (267-279)

DADOUN, Roger. **A violência**: ensaio acerca do "homo violens". Rio de Janeiro: DIFEL, 1998.

DANTAS, Aldo. **Pierre Monbeig**: um marco da Geografia brasileira. Porto Alegre: Sulina, 2005.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** [Tradução: Marina Vargas] 1ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 2018.

DUARTE, Renato. **Efeitos da violência sobre o aprendizado nas escolas públicas da cidade do Recife**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006.

DELUMEAU, J. Medos de ontem e de hoje. In: NOVAES, A. (org.): **Ensaio sobre o medo**. São Paulo: Editora Senac SP, 2007.

EMPRESÁRIOS DEBATEM violência em Pernambuco. **Diário de Pernambuco**. Cidade. Recife, 05/OUT/1987, p.A-5.

ESTUDANTE É assassinado a tiros na Iputinga. Folha de Pernambuco, Recife, 19/FEV/2007.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Editora Unesp, Cebrap, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigia e punir**: nascimento da prisão. [Tradução Raquel Ramallete] Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas de desenvolvimento humano no Brasil (1991-2000)**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002.

GAJOP condena violência policial. **Diário de Pernambuco**. Vida Urbana. Recife, 03/ABR/1993, p.B-1.

GEORGE, PIERRE. **O Homem na Terra: a geografia em ação**. Lisboa, Ed. 70, 1993.

GINZBURG, Jaime. **Crítica em tempos de violência**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2017.

GOMES, Luiz Flávio. **A falácia do efetivo policial e a segurança pública.** Disponível em: <jus.uol.com.br/revista/texto/18542> Acesso em 27/02/2011.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A condição urbana:** ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GUARDA patrimonial é morto durante assalto. *Jornal do Commercio*. Capa Dois, Recife, 15/AGO/2009, p. 2.

HARTSHORNE, Richard. **Propósitos e natureza da geografia.** 2. ed. São Paulo: HUCITEC: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

HONORATO, Naiane C.; CEMIM, Arneide B. **Gênero e Homicídio:** cotidiano, imaginário e rede social. Disponível em: <www.pibic.unir.br/pdf/HUMANAS%20E%20SOCIAIS/NAIANE%20CAMARGO%20HONORATO%20RES.pdf>. Acesso em: 20 de dezembro de 2011.

IBGE. Censo demográfico 2010. Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em 15 de outubro de 2011.

KALINA, Eduardo. **Violências:** enfoque circular. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Medos corriqueiros: em busca de uma aproximação metodológica. In: **Revista Conceitos**, julho/dezembro de 2002. p. 120-126.

KRAUSE REFORÇA a PMPE para reduzir índice de violência. **Diário de Pernambuco**. Recife, 11/JUL/1986, p. A-15.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEITÃO, Lúcia. **Quando o ambiente é hostil:** uma leitura urbanística da violência à luz de Sobrados e Mucambos e outros ensaios gilbertianos. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

LIMA, Rosa Maria Cortês de. **A cidade autoconstruída.** Tese (Doutorado) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2005.

LIMA, Roberto Kant de., MISSE, Michel, MIRANDA, Ana Paula M. **Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil:** uma bibliografia. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n.50: 45-123, 2. sem. 2000.

MACHADO, Eduardo. Cabeça de matador. **Jornal do Commercio**. 13/SET/2009. Ed. Especial. P.3

MAIA, Márcio. Desemprego aumento índice de violência. **Diário de Pernambuco**. Polícia. Recife, 29/ABR/1990, p.A-42.

MARIANO, Margarete. Polêmica na história da SSP. **Diário de Pernambuco**. Vida Urbana. Recife, 31/AGO/1997, p.64.

MARQUES, Edson Ortega. Apresentação. In: lei Federal 9785/99. Disponível em: <WWW.portalvr.com/planejamento/dcu/leisfederais/leifed9785.pdf> Acesso em 06/JAN/2012.

MEDEIROS, Cacilda. **Dinâmica Demográfica do Recife**. In: Anais do Seminário Quantos Somos e Quem Somos no Nordeste. Recife, 2004, P.182-192 Disponível em [ww.fgf.org.br/centrodedocumentacao/publicacoes/qsqsne/17\\_CacildaMedeiros.pdf](http://ww.fgf.org.br/centrodedocumentacao/publicacoes/qsqsne/17_CacildaMedeiros.pdf) Acesso em 25/OUT/2011.

MEDO da insegurança. **Jornal do Commercio**. Opinião. Recife, 24 ago. 2007. p. 10

MELO, Mário Lacerda. **Metropolização e subdesenvolvimento: o caso do Recife**. Recife: SUDENE, 1978.

MENEZES, José Luiz Mota. **A ocupação do Recife numa perspectiva histórica**. In: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano da Cidade do Recife. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/Secretaria de Planejamento Urbano/Consórcio Procenge/Urbana/Acquaplan, 1990.

MENINOS DE RUA são chacinados no Estado. **Diário de Pernambuco**. Vida Urbana. Recife, 20/JUN/1993, p.B-8.

MIRAGLIA, Paula. Os municípios e a segurança pública. In: LIMA, Renato Sérgio de. PAULA, Liana de. (orgs) **Segurança pública e violência: o Estado está cumprindo o seu papel?** São Paulo: Contexto, 2008.

MIRANDA, Livia. Desenvolvimento humano e habitação no Recife. In: RECIFE, Prefeitura da Cidade do Recife. **Atlas de Desenvolvimento Humano no Recife**, 2005.

MIRANDA, Nilson. **A banalização atual da violência e a mídia**. In Cruzamentos 2: Pensando a violência. Orgs. Fernando Kunzler, Bárbara Conte. São Paulo: Editora Escuta, 2005.

MINAYO, Maria Cecília. **Violência social sob a perspectiva de saúde pública**. São Paulo: Cadernos de Saúde Pública 10, 1994, p.7-18.

MORAIS, Alexandre. Socorro. **Jornal do Commercio**, Vida Urbana, JC nas Ruas, Recife, 25/OUT/2008, p. 2.

MORAIS, Regis de. **O que é violência urbana**. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MUCHEMBLED, Robert. **História da violência: do fim da idade média aos nossos dias**. [Tradução Abner Chiquieri] Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

MURATORI, Filippo. **Jovens Violentos: quem são, o que pensam, como ajuda-los?** [Tradução: Efro Feltrin] São Paulo: Paulinas, 2007.

NEIVA, Ana Paula. Iputinga vive dias de terror. **Diário de Pernambuco**, Vida Urbana, Recife, 17/JUN/1998, p. 27.

NEVES, José Luiz. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. In **Caderno de Pesquisa em Administração**. São Paulo. V. 1, nº 03, 2º SEM./1996.

NOBREGA, José Maria. **Barômetro da violência e da segurança na cidade do Recife**. In: Revista Política Hoje, Vol. 17, nº 01, ano 2008. P.67-90

NOMES DE INVASÕES copiam a onda do momento. **Diário de Pernambuco**. Recife, Cidade, 06/NOV/1988, p.A-28.

OBRAS DE contenção, pavimentação, drenagem e saneamento ganham recursos. **Diário de Pernambuco**. Recife, 29/NOV/2011. Disponível em: <[www.diariodepernambuco.com.br](http://www.diariodepernambuco.com.br)> Acesso em 08 de janeiro de 2012.

ODÁLIA, Nilo. **O que é violência**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2008.

OMS. **CID-10**: Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde. 10. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

PCR ABRE frente de trabalho no morro. **Diário de Pernambuco**. Cidade. Recife, 12/AGO/1990, p.A-27.

PCR CONQUISTA ação de reintegração de posse. **Diário de Pernambuco**. Vida Urbana. Recife, 18/AGO/1994, p.B1.

PEDRAZZINI, Yves. **A violência das cidades**. Petrópolis: Vozes, 2006.

PERCEPÇÃO da violência sobe entre os brasileiros. *Jornal do Comercio*: 26/MAI/2010. Brasil. P.7

PEREIRA, José. **Violência**: uma análise do "homo brutalis". São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

PERES, Maria Fernanda Tourinho. **Mortalidade por homicídios no Brasil na década de 90: o papel das armas de fogo**. Revista de Saúde Pública. São Paulo: 2005. 58-66.

PERNAMBUCO, Governo do Estado. **Requalificação urbanística Iputinga/Detran**. Recife: Governo do Estado, 2005.

PERNAMBUCO. **Pacto pela vida**. Plano Estadual de Segurança Pública. Recife, maio de 2007. 151p. Disponível em: <[www.pactopela vida.pe.gov.br/](http://www.pactopela vida.pe.gov.br/)>. Acesso em outubro de 2010.

PERNAMBUCO, Diário Oficial de. **Cadernos do Poder Legislativo, Judiciário e Executivo**. 1980 a 2010. Disponível em: <[www.cepe.com.br](http://www.cepe.com.br)> Acesso em setembro de 2010.

PERNAMBUCO. Diário Oficial do Estado de. (nº 65 de 09/ABR/2002; nº 73 de 19/ABR/2002; nº 187 de 01/OUT/2002). Disponível em: <[www.cepe.com.br](http://www.cepe.com.br)> Acesso em 01/03/2011.

\_\_\_\_\_. Diário Oficial do Estado de. (nº 59 de 03/ABR/2003; nº 70 de 23/ABR/2003; nº 157 de 05/SET/2003; nº 203 de 12/NOV/2003; nº 221 de 20/NOV/2003; nº 213 de 26/NOV/2003; nº 226 de 27/NOV/2003). Disponível em: <[www.cepe.com.br](http://www.cepe.com.br)> Acesso em 01/03/2011.

\_\_\_\_\_. Diário Oficial do Estado de. (nº 147 de 07/AGO/2004; nº 179 de 23/SET/2004; nº 201 de 26/OUT/2004; nº 234 de 16/DEZ/2004; nº 236 de 18/DEZ/2004) Disponível em: <[www.cepe.com.br](http://www.cepe.com.br)> Acesso em 01/03/2011.

\_\_\_\_\_. Diário Oficial do Estado de. (nº 24 de 03/FEV/2005; nº 26 de 22/FEV/2005; nº 67 de 26/ABR/2005; nº 103 de 03/JUN/2005; nº 191 de 11/NOV/2005; nº 237 de 20/DEZ/2005). Disponível em: <[www.cepe.com.br](http://www.cepe.com.br)> Acesso em 01/03/2011.

\_\_\_\_\_. Diário Oficial do Estado de. (nº 52 de 18/MAR/2006; nº 94 de 20/MAI/2006; nº 175 de 15/SET/2006; nº 188 de 04/OUT/2006; nº 193 de 11/OUT/2006; nº 235 de 16/DEZ/2006). Disponível em: <[www.cepe.com.br](http://www.cepe.com.br)> Acesso em 01/03/2011.

\_\_\_\_\_. Diário Oficial do Estado de. (nº 09 de 12/JAN/2007; nº 53 de 20/MAR/2007; nº 75 de 21/ABR/2007; nº 86 de 10/MAI/2007; nº 91 de 17/MAI/2007; nº 241 de 22/DEZ/2007). Disponível em: <[www.cepe.com.br](http://www.cepe.com.br)> Acesso em 01/03/2011.

\_\_\_\_\_. Diário Oficial do Estado de. (nº 04 de 09/JAN/2008; nº 73 de 18/ABR/2008; nº 92 de 17/MAI/2008; nº 143 de 31/JUL/2008; nº 167 de 03/SET/2008; nº 200 de 18/OUT/2008; nº 231 de 03/NOV/2008). Disponível em: <[www.cepe.com.br](http://www.cepe.com.br)> Acesso em 02/03/2011.

\_\_\_\_\_. Diário Oficial do Estado de. (nº 06 de 10/JAN/2009; nº 61 de 02/ABR/2009; nº 83 de 08/MAI/2009; nº 217 de 21/NOV/2009; nº 233 de 16/DEZ/2009; nº 242 de 30/DEZ/2009). Disponível em: <[www.cepe.com.br](http://www.cepe.com.br)> Acesso em 02/03/2011.

\_\_\_\_\_. Diário Oficial do Estado de. (nº 98 de 27/MAI/2010; nº 101 de 01/JUN/2010; nº 153 de 14/AGO/2010; nº 224 de 02/DEZ/2010). Disponível em: <[www.cepe.com.br](http://www.cepe.com.br)> Acesso em 03/03/2011.

PERSEGUIÇÃO ACABA em morte na Iputinga. Folha de Pernambuco. Recife, 01/DEZ/2006. Disponível em: <[www.folhape.com.br](http://www.folhape.com.br)>. Acesso em 10/01/2012.  
PINHEIRO, Paulo Sérgio; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Violência Urbana**. São Paulo: Publifolha, 2003.

POLÍCIA PROCURA gang. **Diário de Pernambuco**. Polícia. Recife: 10/MAI/1993. p.B.8.

PREFEITO INSPECIONA trabalhos no aterro da favela Santa Marta. **Diário de Pernambuco**, Cidades, Recife, 10/AGO/1990, p.A6.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RECIFE, Diário Oficial da Cidade do. Anos de 1980 a 2010. Disponível em: <[www.cepe.com.br](http://www.cepe.com.br)> Acesso em setembro de 2010.

RECIFE, Prefeitura da Cidade do. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife**. Recife: PCR, 2005.

RECIFE, Prefeitura da Cidade do. **Projeto Capibaribe Melhor**: sumário executivo. Recife: PCR, 2005b. Disponível em: [http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/Sumario\\_Avaliacao\\_Ambiental.pdf](http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/Sumario_Avaliacao_Ambiental.pdf). Acesso em: 10/JAN/2012.

RECIFE, Prefeitura da Cidade do. **Diagnóstico das condições de moradia da população de baixa renda**. Recife: PCR/FUNDAJ, 2001.

RIQUE, Célia Dantas Gentile. **A criminalidade no Recife**: um problema de amplitude nacional. Recife: Gajop; Bagaço, 2005.

RISTUM, Marilena. Violência urbana: uma análise dos conceitos de professores do ensino fundamental. In **Ciência & Saúde Coletiva** 9: 2004, p.225-239.

ROBERT, Philippe. **Sociologia do crime**. [Tradução: Luiz Alberto Salton Peretti] Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

SÁ, Alcindo José de. **O Brasil Encarcerado**. Recife: Editora Universitária/UFPE, 2005.

\_\_\_\_\_. Nas Geografias do medo, a ascensão dos espaços do homo sacer. In: **Por uma Geografia sem cárceres públicos ou privados**. Recife: UFPE, 2008.

\_\_\_\_\_. **Geografia do direito**: as normas como formas sócio-espaciais. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

SANTANA, Edilson. **Crime e castigo**: como cortar as raízes da criminalidade e reduzir a violência. São Paulo: DPL Editora/Golden Books, 2008.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1992.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. **O país distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.

\_\_\_\_\_. **Espaço e método**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SAPORI, Luiz Flávio. **Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SAPORI, Luís Flávio. SOARES, Gláucio Ary Dillon Soares. **Por que cresce a violência no Brasil?** Belo Horizonte: Autêntica Editora: Editora PUC Minas, 2014.

SECCO, Alexandre; LUZ, Sérgio Ruiz. Somos todos reféns. **Revista Veja**. Ed.1686, São Paulo: 07/FEV/2001, p.86-93.

SEGURANÇA investiga esquadrão. **Diário de Pernambuco**. Polícia. Recife, 02/MAR/1980, p.A-27.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **“Justiceiros” e violência urbana**. São Paulo: Cortez, 2004.

SIQUEIRA EXPLICA como se combate a violência. **Diário de Pernambuco**. Polícia. Recife, 08/MAR/1981, p.A-31.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Não matarás: desenvolvimento, desigualdades e homicídios**. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2008.

SOARES, Luiz Eduardo. **Justiça: pensando alto sobre a violência, crime e castigo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

SOARES, Luiz Eduardo. **Segurança tem saída**. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

SORIANO, Érico. **A Insegurança e as modificações espaciais urbanas nas cidades brasileiras**. In: Anais do 1º Simpósio Internacional sobre as Geografias do Medo e da Violência, Recife: UFPE, 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras**. Belém: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional/FASE; Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/UFPA; Observatório Comova, 2009.

SSP REVELA lista de menores assassinados. **Diário de Pernambuco**. Vida Urbana. Recife, 05/NOV/1994, p.B-1.

SSP TEM ESQUEMA para combater “galeras”. **Diário de Pernambuco**. Polícia. Recife, 22/NOV/1992, p. B-16.

TONNETTI, Flávio. **Ética, medo e esperança**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.

TRAUMANN, Thomas. Governo mira na arma. **Revista Veja**. Edição 1603. São Paulo: 23/JUN/1999, p.126-133.

TUAN, Yi-fu. **Paisagens do medo** [Tradução Lívia de Oliveira] São Paulo: Editora UNESP, 2005.

URB DESMONTA favela na Iputinga. **Diário de Pernambuco**. Últimas Notícias. Recife: 22/MAR/1992. p. A-16.

URB ENTREGA 129 novas casas a favelados da Gonzagão na Iputinga. **Diário de Pernambuco**. Cidade. Recife, 06/OUT/1990, p.A-8.

URB TENTA expulsar invasor. **Diário de Pernambuco**. Cidade. Recife: 11/JUL/1990. p. A-9.

VASCONCELOS, Ruth. **O poder e a cultura de violência em Alagoas**. Macéio, EDUFAL, 2014.

VASCONCELOS, Ruth. PIMENTEL, Elaine. **Violência e criminalidade: em mosaico**. Macéio, EDUFAL, 2009.

VIANA, Nildo. **Violência urbana: a cidade como espaço gerador da violência**. Goiana: Edições Germinal, 2002.

VILHENA, Junia de. **Da claustrofobia a agorafobia: cidade, confinamento e subjetividade**. In Revista Rio de Janeiro, n. 9, p. 77-90, jan./abr. 2003.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência contra os jovens do Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

\_\_\_\_\_. **Mapa da violência II**. Brasília: UNESCO, 2000.

\_\_\_\_\_. **Mapa da violência IV: os jovens do Brasil**. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2004.

\_\_\_\_\_. **Mapa da violência 2006: os jovens do Brasil**. Brasília: OEI, 2006.

\_\_\_\_\_. **Mapa da violência 2010: anatomia dos homicídios no Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari, 2010.

\_\_\_\_\_. **Mapa da violência 2011: os jovens do Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

\_\_\_\_\_. **Mapa da violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

WESTPHAL, K. A agorafobia, uma doença neuropática. In: BESSET, V.L. (Org.). **Angústia**. São Paulo: Escuta, 2002. p. 149-171

ŽIŽECK, Slavoj. **Violência: seis reflexões laterais** [Tradução Miguel Serras Pereira] São Paulo: Boitempo, 2014.



05	<b>EM QUE BAIRRO RESIDE?</b>	<b>TOTAL</b>	<b>%</b>
	BOA VIAGEM	54	5,74%
	BOA VISTA	36	3,82%
	BOMBA DO HEMETÉRIO	13	1,38%
	BONGI	7	0,74%
	BRÁSILIA TEIMOSA	19	2,02%
	BREJO DA GUABIRABA	8	0,85%
	BREJO DO BEBERIBE	1	0,10%
	CABANGA	1	0,10%
	CAÇOTE	0	0%
	CAJUEIRO	7	0,74%
	CAMPINA DO BARRETO	5	0,53%
	CAMPO GRANDE	25	2,66%
	CASA AMARELA	45	4,78%
	CASA FORTE	10	1,06%
	CAXANGÁ	8	0,85%
	CIDADE UNIVERSITÁRIA	11	1,17%
	COELHOS	7	0,74%
	COHAB	6	0,64%
	COQUEIRAL	9	0,95%
	CORDEIRO	23	2,44%
	CÓRREGO DO JENIPAPO	1	0,10%
	CURADO	9	0,95%
	DERBY	7	0,74%
	DOIS IRMÃOS	9	0,95%
	DOIS UNIDOS	10	1,06%
	ENCRUZILHADA	10	1,06%
	ENGENHO DO MEIO	10	1,06%
	ESPINHEIRO	8	0,85%
	ESTÂNCIA	9	0,95%
	FUNDÃO	1	0,10%
	GRAÇAS	10	1,06%
	GUABIRABA	3	0,32%
	HIPÓDROMO	1	0,10%
	IBURA	65	6,90%
	ILHA DO LEITE	1	0,10%
	ILHA DO RETIRO	0	0%
	ILHA JOANA BEZERRA	5	0,53%
	IMBIRIBEIRA	14	1,48%
	IPSEP	11	1,16%
	IPUTINGA	39	4,14%
	JAQUEIRA	1	0,10%
	JARDIM SÃO PAULO	28	2,97%
	JIQUEIÁ	2	0,21%
	JORDÃO	19	2,01%
	LINHA DO TIRO	3	0,31%
	MACAXEIRA	12	1,27%
	MADALENA	20	2,12%
	MANGABEIRA	4	0,42%
	MANGUEIRA	4	0,42%





12	QUAL O BAIRRO RECIFENSE VOCÊ CONSIDERA MAIS VIOLENTO?	TOTAL	%
	CAÇOTE	4	0,42%
	CAJUEIRO	1	0,10%
	CAMPINA DO BARRETO	2	0,21%
	CAMPO GRANDE	7	0,74%
	CASA AMARELA	18	1,91%
	CASA FORTE	4	0,42%
	CAXANGÁ	6	0,63%
	CIDADE UNIVERSITÁRIA	21	2,23%
	COELHOS	48	5,10%
	COHAB	6	0,63%
	COQUEIRAL	5	0,53%
	CORDEIRO	7	0,74%
	CÓRREGO DO JENIPAPO	1	0,10%
	CURADO	20	2,12%
	DERBY	10	1,06%
	DOIS IRMÃOS	4	0,42%
	DOIS UNIDOS	3	0,31%
	ENCRUZILHADA	1	0,10%
	ENGENHO DO MEIO	5	0,53%
	ESPINHEIRO	1	0,10%
	ESTÂNCIA	1	0,10%
	FUNDÃO	0	0%
	GRAÇAS	0	0%
	GUABIRABA	3	0,31%
	HIPÓDROMO	1	0,10%
	IBURA	126	13,39%
	ILHA DO LEITE	6	0,63%
	ILHA DO RETIRO	2	0,21%
	ILHA JOANA BEZERRA	80	8,50%
	IMBIRIBEIRA	4	0,42%
	IPSEP	6	0,63%
	IPUTINGA	8	0,85%
	JAQUEIRA	1	0,10%
	JARDIM SÃO PAULO	13	1,38%
	JIQUEIÁ	2	0,21%
	JORDÃO	10	1,06%
	LINHA DO TIRO	4	0,42%
	MACAXEIRA	3	0,31%
	MADALENA	4	0,42%
	MANGABEIRA	0	0%
	MONTEIRO	0	0%
	MORRO DA CONCEIÇÃO	0	0%
	MUSTARDINHA	16	1,70%
	NOVA DESCOBERTA	12	1,275
	PAISSANDU	0	0%
	PARNAMIRIM	0	1,70%
	PASSARINHO	1	0,10%
	PAU-FERRO	0	0%



14	<b>QUAL BAIRRO VOCÊ INDICARIA COMO O MAIS SEGURO PARA VIVER E MORAR?</b>	<b>TOTAL</b>	<b>%</b>
	BEBERIBE	3	0,31%
	BOA VIAGEM	125	13,28%
	BOA VISTA	16	1,70%
	BOMBA DO HEMETÉRIO	4	0,42%
	BONGI	0	0%
	BRASÍLIA TEIMOSA	7	0,74%
	BREJO DA GUABIRABA	2	0,21%
	BREJO DO BEBERIBE	0	0%
	CABANGA	0	0%
	CAÇOTE	1	0,10%
	CAJUEIRO	3	0,31%
	CAMPINA DO BARRETO	0	0%
	CAMPO GRANDE	6	0,63%
	CASA AMARELA	30	3,18%
	CASA FORTE	151	16,04%
	CAXANGÁ	6	0,63%
	CIDADE UNIVERSITÁRIA	5	0,53%
	COELHOS	6	0,63%
	COHAB	1	0,10%
	COQUEIRAL	1	0,10%
	CORDEIRO	4	0,42%
	CÓRREGO DO JENIPAPO	0	0%
	CURADO	2	0,21%
	DERBY	24	2,55%
	DOIS IRMÃOS	4	0,42%
	DOIS UNIDOS	1	0,10%
	ENCRUZILHADA	4	0,42%
	ENGENHO DO MEIO	3	0,31%
	ESPINHEIRO	37	3,93%
	ESTÂNCIA	3	0,31%
	FUNDÃO	0	0%
	GRAÇAS	45	4,78%
	GUABIRABA	1	0,10%
	HIPÓDROMO	3	0,31%
	IBURA	17	1,80%
	ILHA DO LEITE	5	0,53%
	ILHA DO RETIRO	0	0%
	ILHA JOANA BEZERRA	0	0%
	IMBIRIBEIRA	4	0,42%
	IPSEP	9	0,95%
	IPUTINGA	6	0,63%
	JAQUEIRA	40	4,25%
	JARDIM SÃO PAULO	6	0,63%
	JIQUEIÁ	1	0,10%
	JORDÃO	6	0,63%
	LINHA DO TIRO	0	0%
	MACAXEIRA	1	0,10%
	MADALENA	17	1,80%













**ANEXO A - TABULAÇÃO DOS DADOS DO INSTITUTO FOGO CRUZADO (2018-2020) REGISTROS DE MORTES VIOLENTAS DE CIVIS POR BAIRRO**

Nº	BAIRRO	2018	2019	2020	TOTAL
1	AFLITOS	0	0	0	0
2	AFOGADOS	5	6	4	15
3	ÁGUA FRIA	6	2	6	14
4	ALTO DO MANDÚ	0	0	1	1
5	ALTO JOSÉ BONIFÁCIO	2	2	4	8
6	ALTO JOSÉ DO PINHO	1	4	6	11
7	ALTO SANTA TERESINHA	0	1	1	2
8	APIPUCOS	0	0	1	1
9	AREIAS	4	10	4	18
10	ARRUDA	0	3	4	7
11	BAIRRO DO RECIFE	2	0	1	3
12	BARRO	10	9	10	29
13	BEBERIBE	1	0	3	4
14	BOA VIAGEM	4	9	5	18
15	BOA VISTA	3	1	3	7
16	BOMBA DO HEMETÉRIO	2	0	1	3
17	BONGI	0	4	1	5
18	BRASÍLIA TEIMOSA	5	1	7	13
19	BREJO DA GUABIRABA	2	5	5	12
20	BREJO DO BEBERIBE	2	0	3	5
21	CABANGA	1	2	2	5
22	CAÇOTE	4	1	1	6
23	CAJUEIRO	1	0	0	1
24	CAMPINA DO BARRETO	4	2	5	11
25	CAMPO GRANDE	8	8	7	23
26	CASA AMARELA	4	2	5	11
27	CASA FORTE	0	0	0	0
28	CAXANGÁ	3	1	0	4
29	CIDADE UNIVERSITÁRIA	0	0	2	2
30	COELHOS	3	3	10	16
31	COHAB	26	13	21	60
32	COQUEIRAL	2	0	4	6
33	CORDEIRO	7	4	5	16
34	CÓRREGO DO JENIPAPO	0	0	2	2
35	CURADO	6	6	5	17
36	DERBY	0	0	0	0
37	DOIS IRMÃOS	0	1	4	5
38	DOIS UNIDOS	5	11	11	27
39	ENCRUZILHADA	0	1	2	3
40	ENGENHO DO MEIO	0	1	3	4
41	ESPINHEIRO	1	1	1	3
42	ESTÂNCIA	2	2	3	7
43	FUNDÃO	0	0	1	1
44	GRAÇAS	0	0	1	1
45	GUABIRABA	4	6	6	16

Nº	BAIRRO	2018	2019	2020	TOTAL
46	HIPÓDROMO	0	0	1	1
47	IBURA	22	17	14	53
48	ILHA DO LEITE	0	0	0	0
49	ILHA DO RETIRO	2	3	1	6
50	ILHA JOANA BEZERRA	2	9	8	19
51	IMBIRIBEIRA	12	8	10	30
52	IPSEP	7	5	1	13
53	IPUTINGA	7	9	6	22
54	JAQUEIRA	0	0	0	0
55	JARDIM SÃO PAULO	8	11	10	29
56	JIQUEIÁ	2	1	4	7
57	JORDÃO	0	8	3	11
58	LINHA DO TIRO	4	3	5	12
59	MACAXEIRA	4	4	4	12
60	MADALENA	5	1	6	12
61	MANGABEIRA	2	0	0	2
62	MANGUEIRA	2	3	0	5
63	MONTEIRO	1	0	1	2
64	MORRO DA CONCEIÇÃO	3	2	0	5
65	MUSTARDINHA	1	2	4	7
66	NOVA DESCOBERTA	6	10	11	27
67	PAISSANDU	0	0	0	0
68	PARNAMIRIM	2	0	0	2
69	PASSARINHO	3	9	10	22
70	PAU-FERRO	0	0	0	0
71	PEIXINHOS	0	0	0	0
72	PINA	11	11	13	35
73	POÇO DA PANELA	1	0	2	3
74	PONTO DE PARADA	0	0	0	0
75	PORTO DA MADEIRA	0	3	1	4
76	PRADO	4	2	1	7
77	ROSARINHO	0	1	0	1
78	SAN MARTIM	7	2	6	15
79	SANCHO	2	3	5	10
80	SANTANA	0	1	0	1
81	SANTO AMARO	5	3	1	9
82	SANTO ANTÔNIO E SÃO JOSÉ	6	3	8	17
83	SÍTIO DOS PINTOS	0	2	5	7
84	SOLEDADE	1	0	0	1
85	TAMARINEIRA	1	1	0	2
86	TEJIPIÓ	1	4	2	7
87	TORRE	0	2	7	9
88	TORREÃO	0	0	1	1
89	TORRÕES	7	4	14	25
90	TOTÓ	0	3	1	4
91	VÁRZEA	8	15	12	35
92	VASCO DA GAMA	8	7	10	25
93	ZUMBI	0	1	0	1
<b>TOTAL</b>		<b>287</b>	<b>295</b>	<b>359</b>	<b>941</b>

**ANEXO B - TABULAÇÃO DOS DADOS DO INSTITUTO FOGO CRUZADO (2018-2020) OCORRÊNCIAS VIOLENTAS POR BAIRRO**

Nº	BAIRRO	2018	2019	2020	TOTAL
1	AFLITOS	0	0	0	0
2	AFOGADOS	10	15	13	38
3	ÁGUA FRIA	8	3	12	23
4	ALTO DO MANDÚ	0	3	1	4
5	ALTO JOSÉ BONIFÁCIO	3	3	7	13
6	ALTO JOSÉ DO PINHO	3	4	7	14
7	ALTO SANTA TERESINHA	2	3	3	8
8	APIPUCOS	0	0	2	2
9	AREIAS	8	9	10	27
10	ARRUDA	3	3	7	13
11	BAIRRO DO RECIFE	3	0	3	6
12	BARRO	13	11	17	41
13	BEBERIBE	1	2	5	8
14	BOA VIAGEM	15	20	12	47
15	BOA VISTA	7	2	8	17
16	BOMBA DO HEMETÉRIO	2	2	9	13
17	BONGI	0	5	4	9
18	BRASÍLIA TEIMOSA	8	1	9	18
19	BREJO DA GUABIRABA	2	5	7	14
20	BREJO DO BEBERIBE	2	1	5	8
21	CABANGA	2	2	4	8
22	CAÇOTE	4	1	2	7
23	CAJUEIRO	3	2	2	7
24	CAMPINA DO BARRETO	3	3	5	11
25	CAMPO GRANDE	12	11	10	33
26	CASA AMARELA	5	4	13	22
27	CASA FORTE	0	0	1	1
28	CAXANGÁ	3	2	4	9
29	CIDADE UNIVERSITÁRIA	3	0	2	5
30	COELHOS	7	3	27	37
31	COHAB	36	23	31	90
32	COQUEIRAL	3	2	5	10
33	CORDEIRO	8	8	9	25
34	CÓRREGO DO JENIPAPO	1	0	3	4
35	CURADO	8	11	10	29
36	DERBY	1	0	0	1
37	DOIS IRMÃOS	2	1	6	9
38	DOIS UNIDOS	6	12	18	36
39	ENCRUZILHADA	0	2	4	6
40	ENGENHO DO MEIO	0	2	5	7
41	ESPINHEIRO	3	4	1	8
42	ESTÂNCIA	3	2	5	10
43	FUNDÃO	1	0	2	3
44	GRAÇAS	1	0	1	2
45	GUABIRABA	7	9	9	25

Nº	BAIRRO	2018	2019	2020	TOTAL
46	HIPÓDROMO	1	0	2	3
47	IBURA	28	29	29	86
48	ILHA DO LEITE	0	0	1	1
49	ILHA DO RETIRO	2	3	1	6
50	ILHA JOANA BEZERRA	6	11	19	36
51	IMBIRIBEIRA	16	12	14	42
52	IPSEP	11	10	4	25
53	IPUTINGA	14	13	20	47
54	JAQUEIRA	0	0	0	0
55	JARDIM SÃO PAULO	10	17	18	45
56	JIQUEIÁ	3	2	6	11
57	JORDÃO	6	11	9	26
58	LINHA DO TIRO	3	5	6	14
59	MACAXEIRA	3	5	9	17
60	MADALENA	6	2	9	17
61	MANGABEIRA	3	0	0	3
62	MANGUEIRA	1	4	2	7
63	MONTEIRO	1	1	1	3
64	MORRO DA CONCEIÇÃO	5	2	1	8
65	MUSTARDINHA	1	2	6	9
66	NOVA DESCOBERTA	12	14	22	48
67	PAISSANDU	0	0	0	0
68	PARNAMIRIM	3	0	0	3
69	PASSARINHO	4	10	14	28
70	PAU-FERRO	0	0	0	0
71	PEIXINHOS	1	1	1	3
72	PINA	20	15	22	57
73	POÇO DA PANELA	1	0	2	3
74	PONTO DE PARADA	0	0	0	0
75	PORTO DA MADEIRA	0	3	2	5
76	PRADO	3	2	2	7
77	ROSARINHO	0	1	0	1
78	SAN MARTIM	7	2	18	27
79	SANCHO	3	8	9	20
80	SANTANA	0	1	0	1
81	SANTO AMARO	13	10	10	33
82	SANTO ANTÔNIO E SÃO JOSÉ	14	13	15	42
83	SÍTIO DOS PINTOS	1	3	5	9
84	SOLEDADE	1	0	0	1
85	TAMARINEIRA	1	1	1	3
86	TEJIPIÓ	3	6	4	13
87	TORRE	1	4	9	14
88	TORREÃO	0	0	1	1
89	TORRÕES	8	6	25	39
90	TOTÓ	2	4	3	9
91	VÁRZEA	13	28	32	73
92	VASCO DA GAMA	8	11	14	33
93	ZUMBI	0	2	1	3
<b>TOTAL</b>		<b>451</b>	<b>470</b>	<b>689</b>	<b>1.610</b>

